UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Marcelo Silva de Carvalho

Imagem e Dissolução

Entre as *Investigações* e *Da Certeza*

São Paulo
2006

Marcelo Silva de Carvalho

Imagem e Dissolução

Entre as *Investigações* e *Da Certeza*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Filosofia.

Área de Concentração: Filosofia da Linguagem
Orientador: Prof. Dr. Luiz Henrique Lopes dos Santos

São Paulo
2006

Carvalho, Marcelo Silva de.

Imagem e Dissolução. Entre as *Investigações e Da Certeza* / Marcelo Silva de Carvalho; orientador: Luiz Henrique Lopes dos Santos – São Paulo, 2007.

200 f

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Área de Concentração: Filosofia da Linguagem). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

1. Linguagem. 2. Wittgenstein. 3. Lógica. 4. Filosofia Contemporânea.

para júlia e vanesca

Agradecimentos

Dentre os tantos amigos e professores que mesmo sem saber colaboraram para esse trabalho, registro a gratidão para com o Prof. Luiz Henrique Lopes dos Santos, meu orientador, por seu respeito e atenção, e ao Prof. Gabriele Cornelli, por tantos debates e leituras.

Agradeço ainda à Universidade IMES pelo apoio à pesquisa.

*Onça meu parente... Ei, por causa do preto? Matei
preto não, tava contando bobagem... Ói a onça! Ui, ui,
mecê é bom, faz isso comigo não, me mata não... Eu –
macuncôzo... Faz isso não, faz não... Nhenhéném...
Heeé!...
He... Aar-rrã... Aaãh... Ce me arrhoû... Remuaci...
Rêiucàanacê... Araaã... Uhm... Ui... Ui... Uh... uh...
êêêê... êêêê... êêêê... êêêê...*

J. G. Rosa, “Meu tio o Iauaretê”
(*Estas Estórias*), pág. 191.

*Foram sessenta anos até eu entender que
somente nessa língua pobre eu poderia falar,
escapar ao controle dos “sãos”, somente fora
do país, contar essa história que na língua
deles, que também foi minha ao nascer do lado
de lá da fronteira, só pode soar como
alucinação ou heresia. Só a língua do meu pai
pode restituir alguma verdade.*

B. Carvalho, *Teatro*, pág. 10.

Resumo

As *Investigações Filosóficas* são apresentadas por Wittgenstein como uma crítica e contraposição à imagem agostiniana da linguagem. O que não costuma ser evidenciado pela leitura do texto é que essa “imagem” é o grande interlocutor de Wittgenstein nas *Investigações* e que garante a unidade de seu trabalho. Fala-se de “imagem” por se tratar de uma concepção geral sobre a linguagem, não de uma teoria, que se apresenta como matriz das mais diversas abordagens sobre o tema. Pretende-se apresentar esse conceito de imagem e a contraposição de Wittgenstein à imagem agostiniana, bem como delinear a imagem alternativa que contrapõe a ela. Nesse percurso parece configurar-se, em particular em meio ao debate sobre jogos de linguagem e regras, que Wittgenstein recusaria a concepção de que se possa sustentar a existência de uma necessidade lógica. A leitura dos textos finais de Wittgenstein, em particular de *Da certeza*, onde se formula de maneira mais ampla os conceitos de jogos de linguagem, lógica e formas de vida, bem como as relações entre eles, revela-se esclarecedora desse debate. Nesse novo conjunto de textos, que não têm mais como contraponto a imagem agostiniana da linguagem ou o *Tractatus*, mas sim o idealismo ou ceticismo aos quais os textos de Moore (que dão início a essas reflexões) também se opunham, encontramos uma exposição longa e articulada dos conceitos de “jogos de linguagem”, e “lógica”, que complementam as posições anteriormente expostas nas *Investigações*. Esse percurso possibilita uma perspectiva reveladora da maneira como se constrói a reflexão wittgensteiniana sobre a linguagem e a alternativa, em certo sentido kantiana, que oferece à contraposição entre realismo e convencionalismo, não se comprometendo com nenhum deles (ao contrário do que dizem muitos de seus comentadores) e estabelecendo um terreno extremamente fértil, que estabelece novos contextos para os conceitos de prática e ação, em meio ao qual parte da filosofia contemporânea se estabelece.

Abstract

Wittgenstein presents the *Philosophical Investigations* as a critic and contraposition to the augustinian image of language. Instead of it, the readings of the text do not use to put in evidence that this image is Wittgenstein's principal interlocutor in the text and that it is what gives its unit. The reference to an "image" is an indication that the Wittgenstein's concern is with a general conception about language, presented as the matrix of different treatments of the subject, and not with a particular theory. We discuss here this concept of image and Wittgenstein's contraposition to the augustinian image, and also the main lines of the alternative image presented in contraposition to this one. In this way, particularly in the consideration of the debate about language games and rules, it becomes clear that Wittgenstein refuses the conception that there is logical necessity. The reading of Wittgenstein's last writings, particularly of *On Certainty*, where the concepts of language game, logic and forms of life, as well as their relationships, are presented in a more extended way, puts this debate under a new light. This set of writings, which do not have as a counterpoint nor the augustinian image of language nor the *Tractatus*, but the idealism or skepticism to which Moore's writings (which gives the opportunity to these reflexions of Wittgenstein) oppose themselves, presents a long and articulated exposition of the concepts of language games and logic which are a complement to the positions previously presented in the *Philosophical Investigations*. This way makes possible a new perspective which show how the wittgensteinian reflexion about language is structured and which is his alternative, which may be called in a certain sense "kantian", offered against the contraposition between realism and conventionalism, do not engaging with any of them (differently of what is said by various readers). This work delimitates an extremely fertile soil, with new contexts to the concepts of practice and action, where part of the contemporary philosophy is landed.

Lista de abreviaturas

BBB	- <i>Cadernos Azul e Marrom</i>
BF	- <i>Anotações sobre as Cores</i>
BGM	- <i>Investigações sobre os Fundamentos da Matemática</i>
LW I	- <i>Últimos Escritos sobre a Filosofia da Psicologia I</i>
LW II	- <i>Últimos Escritos sobre a Filosofia da Psicologia II</i>
NB	- <i>Notebooks 1914-1916.</i>
PB	- <i>Philosophische Bemerkungen.</i>
PG	- <i>Gramática Filosófica</i>
PU	- <i>Investigações Filosóficas</i>
SRLF	- <i>Some Remarks on Logical Form</i>
T	- <i>Tractatus logico-philosophicus.</i>
UG	- <i>Da Certeza</i>
Z	- <i>Zettel.</i>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO GERAL	14
I. IMAGEM, NECESSIDADE E CONCEITO NAS <i>INVESTIGAÇÕES</i>	23
Apresentação	23
Uma <i>imagem</i> nos mantém presos	30
Linguagem e mediação (certa imagem platônica)	30
A concepção de “imagem” nas Investigações	37
A <i>imagem</i> “agostiniana” da linguagem	47
Agostinho e o conceito de significado	47
Uma outra <i>imagem</i>	58
Recusa da imagem agostiniana	58
Linguagem, cálculo e regras no Tractatus e nas Investigações	65
A recusa da concepção de linguagem como Cálculo	67
Linguagem e cálculo no Tractatus e nos trabalhos até 1932	72
Significado e Uso	83
Prática sem teoria	89
Jogos, Intermediários e o Paradoxo das Regras	95
Jogos e Essências	95
Ação sem intermediário	104
Lógica como sublime	107
Regras, Necessidade e Lógica: o paradoxo das regras	117
A recusa do platonismo e do convencionalismo	126
Algumas considerações sobre o argumento da linguagem privada	131
Conclusão: temas e desdobramentos das <i>Investigações</i>	138
II. A CERTEZA E O ERRO	141
Os últimos manuscritos de Wittgenstein	144
Trabalhos de Wittgenstein após as Investigações	144
As proposições de Moore e a lógica das cores	151
Da <i>Certeza</i> e as proposições da lógica	155
Moore, Malcolm e a 1ª parte de Da <i>Certeza</i>	155
Sobre a impossibilidade do erro	161
Proposições da lógica	165
Da <i>Certeza</i> e os pressupostos da epistemologia tradicional	170
As proposições de Moore segundo Da <i>Certeza</i>	173

As cores e sua relação com 1-65	177
Imagem de Mundo e Formas de Vida	181
Weltbild – A segunda parte de Da Certeza	181
Aprendizado, autoridade e comunidade	188
Uma certeza e todo o resto	192
Autonomia e Gramática	196
A vida mostra	197
Autonomia e Fundamento	201
Fundamento e formas de vida	205
Protágoras, ainda: dentro e fora	207
CONCLUSÃO	212
BIBLIOGRAFIA	215

APRESENTAÇÃO GERAL

Wittgenstein é um filósofo de seu tempo, com tudo o que isso pode trazer de bom ou ruim. Seus temas são os de seus contemporâneos e muitas de suas afirmações já apareceram, um pouco antes, em outros autores, ou aparecerão logo em seguida. O conjunto de autores com os quais poderia ser agrupado envolve de Nietzsche e Bakhtin a Frege e Moore, e mesmo Marx e Gramsci. Sua forma de tratar o exercício da filosofia, entretanto, é única, na exata medida em que radicaliza o exercício contemporâneo de recusar a distinção entre conteúdo filosófico e forma narrativa e procura a forma de narrar adequada a seu exercício de investigação.

O interesse da obra extensa, contínua, mutante e aparentemente fragmentária de Wittgenstein está, talvez, naquilo que se apresenta de modo explícito em cada um de seus textos: o exercício particular de diálogo a que se propõe, em que, como no *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa, o interlocutor, estranhamente, só se faz presente indiretamente. Faz-se assim um percurso marcado por essa outra voz silenciosa ao lado da qual o autor segue seu caminho. O efeito dessa opção é, como em Rosa, um longo exercício de investigação, de revisão do passado e de debate, permeado por inversões e encadeamentos ao sabor das objeções não ouvidas do interlocutor, de presença silenciosa, mas marcante. Encontramos ali o diálogo em seu vigor pleno, não apenas um contraponto que marca um discurso monólogo: a interlocução impõe revisões e esclarecimento, alterações e dúvidas. Por que esse interlocutor que não se ouve? O efeito estético é poderoso: recusa-se a onipresença e onipotência do narrador e se recoloca o discurso em questão. Através dele, constroem-se esses acertos de conta com o passado: o *Grande Sertão* faz-se balanço da vida de Riobaldo, exercício de metafísica, aprendizado e exemplo:

Se não tivesse indicado o diálogo, o passado de Riobaldo seria uma aventura; existindo o interlocutor, passa a servir de exemplo¹.

As *Investigações*, por sua vez, se fazem a crítica de uma imagem da linguagem ligada ao *Tractatus* e um exercício de construção de uma filosofia não dogmática, que não poderia apresentar-se, sem contradição, sob a forma de um tratado tradicional de filosofia.

Após várias tentativas fracassadas para condensar meus resultados num todo assim concebido, compreendi que nunca conseguiria isso, e que as melhores coisas que poderia escrever permaneceriam sempre anotações filosóficas; que meus pensamentos logo se paralisavam, quando tentava, contra sua tendência natural, forçá-los em *uma* direção. – E isso coincidia na verdade com a natureza da própria investigação. [*PU*, vii]²

Os diálogos mantidos por Wittgenstein se iniciam nos anos 1910, tendo Frege e Russell como principais interlocutores, e passam, lentamente, a ter suas próprias concepções anteriores como contraponto, submetendo-as a um contínuo exercício de revisão e reformulação, particularmente intenso a partir de seu “retorno à filosofia” em 1929 (mas já presente na elaboração do *Tractatus*). A maior parte das concepções confrontadas nas *Investigações*, por exemplo, já haviam sido sustentadas por Wittgenstein antes, no *Tractatus* ou (o que costuma ser negligenciado pelos leitores desses textos) em seus trabalhos do início dos anos 1930³.

Ao se propor a uma atividade filosófica cuja ênfase é esse exercício de crítica e auto-crítica, Wittgenstein oferece poucas oportunidades para uma “fixação doutrinária”, comum a outros autores. Seus textos não são sistematizações de uma concepção estruturada, ou a aplicação de um método ou doutrina a diversos temas, mas o próprio

¹ R. Schwarz, *A sereia e o desconfiado*, pág. 24.

² Utilizar-se-á o seguinte padrão para as citações: os textos de Wittgenstein serão citados em português sempre que houver tradução disponível; quando necessário, será feita a revisão da tradução, devidamente indicada em nota; no caso de textos mais relevantes ou ambíguos será também apresentada a citação no original alemão em nota de rodapé ou, quando forem trechos curtos, entre chaves; textos de outros autores serão citados apenas no original. As referências a Wittgenstein apresentadas no corpo do texto indicam de modo abreviado o título da obra, segundo quadro indicado na pág. 11, e a página ou parágrafo citados.

³ Muitos deles publicados na *Gramática Filosófica* e nas *Anotações Filosóficas*.

percurso desse embate por meio do qual se revelam ao mesmo tempo a fragilidade e insustentabilidade de concepções tradicionais e cotidianas da filosofia e nosso enorme comprometimento com elas.

Em meio a esse amplo movimento, o trabalho apresentado a seguir propõe um recorte que evidencie a tensão da dinâmica das concepções sustentadas por Wittgenstein, ao mesmo tempo em que recoloca em debate a leitura de alguns de seus textos mais relevantes – a parte inicial das *Investigações* e os manuscritos reunidos em *Da Certeza*.

A leitura proposta parte da perspectiva de que Wittgenstein mantém entre a redação das *Investigações* e seus últimos manuscritos o exercício “monotemático” que caracteriza seu trabalho. As *Investigações* apresentam uma concepção ampla de linguagem, exposta de uma perspectiva polêmica, em oposição à “imagem agostiniana da linguagem” e a concepções dela “derivadas” (sendo ela a “imagem” à qual diversas outras se associam, talvez à maneira da *Urpflanze* de Goethe, apresentada na *Metamorfose das Plantas*⁴). Esse embate, que se revela um embate com as principais tradições da filosofia ocidental, a tal ponto que Wittgenstein quase “se exclui” da própria filosofia, na medida em que ela seja delimitada pela referência a conceitos como “essência”, “verdade”, “teoria” (como os sofistas são excluídos da filosofia por Platão, na medida em que recusam o conceito – platônico – de verdade e a delimitação conceitual subjacente ao seu procedimento dialético). Muitos dos temas tratados nas *Investigações* ainda carecem, entretanto, de crítica ou reelaboração, seja por serem apresentados em contraposição à imagem agostiniana, seja pelo caráter “breve” de sua abordagem naquele contexto.

Os manuscritos a partir dos quais se compõe *Da Certeza* e outros textos do mesmo período (1949-1951) seriam o desdobramento da oportunidade oferecida a Wittgenstein, em particular pelos textos de Moore debatidos com N. Malcolm em 1949 nos EUA, de elaborar mais longamente e de uma perspectiva diversa alguns desses temas, ou abordar algumas concepções tendo outro contraponto que não a imagem agostiniana da linguagem (o embate com o “ceticismo idealista” ao qual Moore pretende responder).

⁴ Cf. e.g. *Italienische Reise*, Palermo, 17.04.1787; cf. também Maria F. Molder, “Introdução”, in Goethe, *A Metamorfose das Plantas*.

O resultado parece ser tanto uma nova perspectiva a partir da qual ler as *Investigações*, quanto uma compreensão da forma como o próprio Wittgenstein vê e reelabora algumas de suas concepções, o que resulta em uma imagem mais “perspícua” de suas concepções.

A filosofia que se depreende desse exercício apresenta a proposta de uma revisão radical de nossa visão de mundo e dos conceitos a partir dos quais essa se constrói e, ainda que se evite transformá-la em um método a ser aplicado a diferentes problemas e áreas, tem consequências extremamente relevantes para o debate filosófico e a constituição de leituras de nossa experiência – na medida em que o debate sobre a linguagem se situaria na base da abordagem de outros problemas, à maneira da antiga metafísica (ou da epistemologia, na filosofia moderna).

Nas *Investigações Filosóficas* apresenta-se um projeto vigoroso de debate filosófico, contrapondo-se de modo explícito ao *Tractatus* e a uma certa *imagem agostiniana da linguagem*. Em uma perspectiva mais ampla, entretanto, o texto se apresenta como revisão e crítica de algumas concepções sobre linguagem, conhecimento, lógica, metafísica e ontologia que se situam na base da tradição filosófica ocidental.

O texto se estrutura a partir de uma contraposição de *imagens (Bild)* da linguagem. De um lado a imagem agostiniana, que se situaria na base do *Tractatus* e que é criticada por Wittgenstein, de outro uma nova imagem, lentamente construída em meio ao debate da imagem agostiniana, a qual Wittgenstein pretende que seja uma forma mais adequada de descrever nossa experiência e o uso da linguagem. Em seu percurso, as *Investigações* se opõe à suposição de que as definições ostensivas possibilitariam o estabelecimento da base das relações de significação, articulando as duas ordens paralelas em que se constituiriam o mundo e a linguagem. O debate da imagem agostiniana evidencia as dificuldades envolvidas no conceito de significação e a aproximação entre o que se procura quando se pergunta pelo significado no âmbito da linguagem e o uso que se faz das expressões. Na sequência desse debate, Wittgenstein nos conduz na construção de uma nova concepção de uso e prática, na recusa da delimitação conceitual exata e da concepção da lógica como sublime, na identificação de paradoxos na concepção da relação entre uma regra e sua aplicação e na suposição da possibilidade de uma linguagem privada.

Esse percurso das *Investigações*, em particular as concepções de *uso* e *prática* constituídas ao longo do texto, parece abrir a possibilidade de uma leitura relativista da concepção de Wittgenstein, expressa de forma mais direta pela leitura proposta por S. Kripke para o “paradoxo das regras” mas presente, em maior ou menor grau em boa parte das interpretações de Wittgenstein. Este relativismo, entretanto, que se oporia a um dogmatismo à maneira platônica, repetidamente recusado ao longo das *Investigações* e de outros textos de Wittgenstein a partir de 1930, não parece sustentado pelos textos – nem pelas *Investigações*, nem pelos textos posteriores (nem mesmo pelas *Bemerkungen zu den Grundlagen der Mathematik*, em que este se apresentaria de modo mais cru, explícito e, segundo grande número de comentadores, frágil e equivocado).

Esse tema é particularmente relevante pois sua abordagem é um pressuposto à compreensão tanto das *Investigações* quanto dos textos posteriores de Wittgenstein, em particular de *Da Certeza*, texto final em que, assim se pretenderá mostrar, o núcleo desse tema é retomado, revisado e mais articulado.

De fato, as *Investigações* já apresentam em linhas gerais essa nova imagem da linguagem contraposta à imagem agostiniana, mas, seja por sua preocupação em desfazer o enfeitiçamento em que essa imagem nos coloca, seja pela enorme amplitude do projeto, temas e desdobramentos centrais do problema são tratados de modo rápido ou pouco explícito. É este árduo empreendimento, iniciado nas *Investigações*, que Wittgenstein retoma, segundo a análise aqui proposta, em um conjunto de escritos posteriores. Encontramos nesses textos tanto a rearticulação de seu trabalho “negativo”, de oposição à imagem agostiniana e a suas reformulações, quanto, principalmente, a abordagem de problemas e a elaboração da nova imagem da linguagem apresentada nas *Investigações*.

Essa forma de relacionar os textos de Wittgenstein contrapõe-se à suposição de que eles se distribuem por um conjunto razoavelmente amplo de temas, da matemática à psicologia, ou que, após as *Investigações*, Wittgenstein

wrote briefly on colour (*Remarks on Colour*), and a great length on epistemology (*On Certainty*), stimulated by conversations with Norman Malcolm on Moore's essays "Proof of the External World" and "Defense of Common Sense"⁵

Pelo contrário, Wittgenstein é explícito ao aproximar alguns destes temas, por exemplo ao afirmar a identidade de suas investigações sobre matemática (que compunham a segunda parte da primeira versão das *Investigações*, de 1936-1937⁶, substituída depois pelo debate sobre a "filosofia da psicologia") e psicologia.

Assim, podemos ampliar a indicação da unidade dos trabalhos de Wittgenstein, formulada por R. Rhees como uma crítica das interpretações que ignoram a indicação feita por Wittgenstein, de que se lesse as *Investigações* juntamente com o *Tractatus*:

Wittgenstein wanted the two books read together. But this has not helped people to see that the *Investigations* is a book on the philosophy of logic; it has led many (...) to read the *Tractatus* as a theory of knowledge.⁷

Trata-se, portanto, de deixar de lado as interpretações correntes, segundo as quais Wittgenstein teria se dedicado a diversos temas diferentes nesse conjunto de textos posteriores às *Investigações* (a matemática, a epistemologia, a psicologia, a gramática das cores) e identificar o eixo comum de temas aos quais remetem e por meio do qual se articulam: a elaboração, esclarecimento e debate dessa nova imagem da linguagem apresentada por Wittgenstein. Parodiando Rhees, trata-se de descobrir em que sentido todos esses textos são textos de filosofia da lógica, que têm em seu núcleo o debate sobre a linguagem e a necessidade, e não de epistemologia, filosofia da psicologia ou qualquer outra coisa.

O conjunto de textos de Wittgenstein tem, em última instância, um mesmo conjunto limitado de temas e preocupações, ainda que abordados de diversas perspectivas, na medida em que cada uma delas (a matemática, a psicologia, as cores) pode apresentar

⁵ P. M. S. Hacker, *Wittgenstein's place in twentieth-century analytic philosophy*, pág. 138.

⁶ Cf. G. H. von Wright, "The origin and composition of Wittgenstein's *Investigations*", in Luckhardt, C. G. (ed.). *Wittgenstein: Sources and Perspectives*, págs. 138-140; cf. também S. Kripke, *Wittgenstein on rules and private language*, págs. 4 e 20.

⁷ R. Rhees, *The philosophy of Wittgenstein*, pág. 37, apud C. Diamond, "Rules: looking in the right place", in: D. Z. Phillips & P. Winch, *Wittgenstein: attention to particulars*, pág. 13.

dificuldades particulares e, assim, colaborar na elaboração dos temas propostos. O que devemos procurar nos textos de Wittgenstein posteriores às *Investigações* é o desdobramento dos problemas e concepções ali formulados, ou de objeções que se poderia considerar relevantes.

Pretende-se aqui identificar nas *Investigações* o conjunto de questões colocadas a partir do núcleo de sua argumentação para que se possa iniciar o trabalho de leitura da obra posterior de Wittgenstein, em particular de *Da certeza*, no contexto da revisão e ampliação do trabalho anterior de Wittgenstein. Esse procedimento possibilitará não apenas a compreensão da relação entre as *Investigações* e os textos finais de Wittgenstein, ou situá-los em meio ao conjunto de temas das *Investigações* e identificar as relações que mantêm entre si, mas se revelará esclarecedor do próprio projeto das *Investigações*, a partir da leitura que Wittgenstein faz dele em seu textos finais⁸.

Daí o interesse desses textos posteriores, em particular de *Da Certeza* e *Anotações sobre as Cores*, nos quais o tom deixa de ser a polêmica contra a imagem agostiniana da linguagem e passa a ser a articulação da imagem a ela contraposta por Wittgenstein. Esse exercício se dará através da análise mais detida da contraposição entre proposições empíricas e proposições gramaticais e, em particular, da elaboração da concepção de *Weltbild*, “imagem de mundo”, a qual nos remete ao conceito de “imagem da linguagem” apresentado nas *Investigações* e que se situa na base de uma ampla rearticulação do conceito de *necessidade* ali apresentada.

O texto apresentado a seguir divide-se em duas grandes partes. A primeira delas, apesar de ser mais longa, teria por objetivo apresentar os temas pressupostos ao comentário dos últimos manuscritos de Wittgenstein, em particular de *Da Certeza*, a partir da exposição de alguns problemas e concepções das *Investigações*. Com esse objetivo, a Parte I se inicia com um trabalho do “conceito” de “imagem da linguagem” utilizado por

⁸ A identificação da proximidade desses trabalhos pode ser dificultada em parte pelas opções dos editores, que recortam muitas vezes de modo bastante artificial os manuscritos (como no caso dos últimos manuscritos, de 1949 a 1951), o que eventualmente induz uma leitura a partir de uma ótica que não é necessariamente adequada; o principal exemplo disso é a edição de *Da Certeza* como um texto de epistemologia cujo tema central seriam as proposições de Moore, de que trataremos adiante.

Wittgenstein já no primeiro parágrafo de seu livro para caracterizar o que se depreende da citação das *Confissões* de Agostinho, ali transcrita. O debate desse tema envolve alguns passos considerados relevantes, dentre eles a caracterização da filosofia de Wittgenstein a partir dos anos 1930 como uma contraposição a certo platonismo que se encontraria enraizado na linguagem. Pretende-se assim situar o conjunto do empreendimento proposto nas *Investigações* e identificar a amplitude de suas pretensões em relação aos temas tradicionais da filosofia.

A leitura das *Investigações* proposta na Parte I considera em particular o trecho que vai até o debate sobre a linguagem privada e tem como objetivo identificar o contexto das reflexões de Wittgenstein, sua articulação e o projeto geral que será desenvolvido mais tarde. Essa leitura procura localizar no contexto das *Investigações* o caráter radicalmente inovador dessa filosofia tardia de Wittgenstein, evidenciando sua contraposição ao *Tractatus* e a certa imagem platônica da linguagem, chamando a atenção para a articulação geral do texto e para o conjunto de problemas que exigirão elaboração e tratamento posterior por parte de Wittgenstein.

A segunda parte consiste em uma abordagem (não exaustiva) dos temas e problemas colocados pelas *Investigações* nos textos posteriores de Wittgenstein. Sua articulação básica parte da tese de que *Da Certeza* é um conjunto de anotações em que problemas centrais da reflexão anterior, apresentados nas *Investigações* e em algumas partes das *Bemerkungen zu den Grundlagen der Mathematik*, são retomados e articulados de modo mais amplo. Outro conjunto de textos escritos simultaneamente a *Da Certeza* e que colaboram muito para a compreensão do tratamento dado a esses temas são as *Anotações sobre as Cores*. Nesse contexto, nosso objetivo será identificar a articulação de temas que dá unidade a esses textos entre si e com as obras anteriores, além de se propor, a partir de uma leitura preliminar, uma interpretação das respostas oferecidas por Wittgenstein a problemas importantes de sua filosofia ainda não resolvidos de modo satisfatório ou explícito nas *Investigações*.

Na “conclusão” são consideradas as relações entre esses textos e perspectivas para a leitura das *Investigações* a partir dos desdobramentos posteriores do trabalho de Wittgenstein.

O objetivo do conjunto do trabalho aqui apresentado consiste, portanto, em revisar algumas leituras dos textos centrais de Wittgenstein posteriores ao *Tractatus* da perspectiva de seu conjunto, com especial ênfase na relação entre as *Investigações* (em particular o núcleo inicial do texto, acrescido do chamado “argumento da linguagem privada”) e os escritos do período 1949-1951 (considerando-se em particular os manuscritos que compõem *Da Certeza*).

I. IMAGEM, NECESSIDADE E CONCEITO NAS *INVESTIGAÇÕES*

Apresentação

Conhecimento, Verdade, Necessidade, são temas com os quais a investigação filosófica da linguagem, a “gramática filosófica”, inevitavelmente se depara. Mais do que isso, talvez a enorme atração que as *Investigações Filosóficas* exercem sobre o debate filosófico desde sua publicação, bem como o lugar central que nele ocupa, deve-se, de um lado, à indicação de que nossa concepção de linguagem traz grava da em si, ou tem como contraparte, determinadas concepções muito enraizadas sobre o conhecimento e a linguagem, de tal forma que o debate a respeito de concepções sobre a linguagem impõe a revisão de nossa posição em temas centrais da tradição filosófica ocidental, ou mesmo, de forma mais radical, eventualmente indica a simples supressão de alguns desses temas, alguns deles praticamente intocados desde Platão e Aristóteles. Por outro lado, a investigação filosófica da linguagem apresentada nas *Investigações* nos possibilita transitar com mais segurança por essas paisagens pouco usuais, muitas delas estranhas ao debate filosófico, tendo por guia o projeto de compreensão dos mecanismos da significação e do uso da linguagem.

Entretanto, as *Investigações Filosóficas* são um texto vasto, que raramente concede ao leitor que o acompanha a explicitação de sua estrutura, de suas mudanças de rumo, ou explicita sob a forma de definições ou afirmações categóricas, as conclusões a que chega⁹. Pela forma de diálogo sob a qual se constrói¹⁰, e pelas oscilações que esse diálogo

⁹ Considere-se, por exemplo, a dificuldade indicada por P. Strawson (“Review of Wittgenstein’s *Philosophical Investigations*”, in: G. Pitcher, *Wittgenstein*, pág 22), em um texto publicado em 1954, em meio às tentativas iniciais de se elaborar uma leitura das *Investigações*: “This book is a treatment, by a philosopher of genius, of a number of intricate problems, intricately connected. It also presents in itself an intricate problem: that of seeing clearly what the author’s views are on the topics he discusses, and how these thesis are connected”.

¹⁰ Para uma indicação do *Tractatus* como um texto “próximo da forma do diálogo”, cf. e.g. L. H. L. Santos, “A Essência da Proposição e A Essência do Mundo”, pág. 12.

implica, bem como pelo cuidado em convidar o leitor ao árduo percurso e ao exercício de enfrentar os problemas por si próprio, no máximo de sua complexidade, e não à simples apreciação de qualquer conclusão¹¹ (além de um procedimento de caráter ostensivamente “não dogmático”), o texto se apresenta como objeto de uma variedade enorme de leituras e, paradoxalmente (na medida em que Wittgenstein coloca em cheque a concepção de que uma *interpretação* determina a *significação*)¹², tem sido o núcleo de um grande conflito de interpretações.

Encontramos no percurso das *Investigações* o longo debate sobre uma certa *imagem* (*Bild*) da linguagem, como Wittgenstein a chama [PU, 1], apresentada pela primeira vez já na abertura do texto, por meio de uma citação das *Confissões* de Agostinho, a qual é elaborada, reformulada e criticada repetidas vezes, em um amplo jogo de variações¹³. Identificar as variações e elaborações pelas quais passa a concepção inicialmente apresentada pela referência a Agostinho é um pressuposto fundamental à compreensão do texto. Entretanto, a essa imagem agostiniana da linguagem Wittgenstein contrapõe uma outra¹⁴, construída no árduo embate do diálogo, a qual é arredia, entretanto, a uma exposição direta, “em uma única direção”, seja pelo caráter de exercício a que se propõe o texto, seja por apresentar-se, como veremos, como uma outra “imagem” da linguagem, ou “esboços de paisagens”, como Wittgenstein diz no “Prefácio” das *Investigações*, e não como “teoria”:

E isto [um texto que não caminha em uma única direção] coincidia na verdade com a natureza da própria investigação. Esta, com efeito, obriga-nos a explorar um vasto domínio do pensamento em todas as direções. – As anotações filosóficas deste livro são, por assim dizer, uma porção de esboços de paisagens que nasceram nestas longas e confusas viagens. [PU, prefácio]

¹¹ “I should not like my writing to spare other people the trouble of thinking. But, if possible, to stimulate someone to thoughts of his own”, *Investigações*, preface, viii.

¹² “Interpretations by themselves do not determine meaning” [PU, 198]; cf. também *Investigações*, 201.

¹³ “Augustine’s picture of language is not a theory, but an *Urbild* that moulds the form of different theories – with endless possible refinements and qualifications”, P. M. S. Hacker, *Wittgenstein: connections and controversies*, pág. 240.

¹⁴ Cf. G. Baker, “Wittgenstein: Concepts or Conceptions?”, pág. 14 (também publicado em G. Baker, *Wittgenstein’ Method*): “remedying the defects of one picture (or eliminating its tyranny) is a matter of gaining acceptance for other pictures”.

A compreensão dessa outra *imagem* (ou esboço) da linguagem, de sua radicalidade e de suas dificuldades, é que resulta no imenso interesse desse texto e, ao mesmo tempo, na parcialidade de suas assimilações no mais de meio século desde a sua publicação.

Quais os traços que delimitam o perfil dessa nova imagem da linguagem? Como identificá-los nas *Investigações* e nos textos posteriores de Wittgenstein? Estas linhas, qualquer que seja o desenho que resulte, passam por alguns pontos precisos do texto das *Investigações*, que servem de caminho no desenredo de descrevê-las: o debate da imagem agostiniana, a indicação da relação entre significado e uso, a concepção de semelhança de família, a recusa da lógica como “sublime” e do sublime em geral, o debate sobre regras e sobre linguagem privada. Estes diversos passos guardam uma relação direta entre si¹⁵ e são candidatos a núcleos desse movimento inicial que marca o texto, por meio dos quais se redefine o conceito de significação, a relação entre teoria e prática e se recusam os conceitos tradicionais de *essência* e *necessidade*, recusa-se a exigência de que os conceitos tenham limites claros, e se afirma que a necessidade só se vincula às regras dos jogos de linguagem, as quais são, em certo sentido, a ser esclarecido adiante, “contingentes”, e que não podem ser tratadas como regras em um domínio teórico que determina a prática, pois a prática é absolutamente autônoma em relação à teoria.

A proposta de um percurso através das *Investigações* exige, entretanto, alguns esclarecimentos preliminares. O trabalho que resulta nas *Investigações Filosóficas* se inicia no início dos anos 1930’, e se segue, como é amplamente sabido, à identificação por parte de Wittgenstein de uma série de dificuldades na concepção de linguagem e lógica do *Tractatus*, particularmente no que se refere à possibilidade de se dar conta da “lógica das cores” no contexto das concepções anteriormente elaboradas¹⁶. É interessante

¹⁵ De maneira simples, poder-se-ia dizer que Wittgenstein critica a imagem agostiniana da linguagem (§1) e apresenta uma imagem alternativa, que de alguma maneira vincula o “significado” ao uso (§43), o que tem como contraparte a recusa do modelo conceitual fechado e anterior ao uso e a formulação alternativa das descrições de semelhanças de família (§65); sem esse modelo de delimitação exata e anterior ao uso (ou à prática), Wittgenstein recusará a concepção da lógica como sublime e do sublime em geral (§94).

¹⁶ Segundo Bento Prado Neto, *Fenomenologia em Wittgenstein*, págs. 46-47 e 114, os fundamentos sobre os quais se estabelece a concepção de lógica do *Tractatus*, tal qual indicado por Luiz H. L. dos Santos (“a idéia de que a proposição é i) bipolar, ii) complexa e iii) plenamente determinada”) passam a ser abandonados a partir da retomada de seu trabalho em 1929, ainda que o “projeto fenomenológico comentado em 1929-1930” não seja resultado de “acréscimos teóricos

observar que em grande medida as concepções desenvolvidas nas *Investigações* já se encontram ao menos parcialmente elaborados na primeira metade da década de 1930' e são apresentados no *Blue Book* e no *Brown Book*¹⁷.

Assim como o *Tractatus*, as *Investigações* deram origem a uma enorme quantidade de comentários¹⁸, muitos deles constituindo perspectivas bastante afastadas umas das outras sobre as concepções apresentadas no texto¹⁹. Iniciam-se, então, uma longa série de debates sobre o “método” e a suposta “imprecisão” da investigação de Wittgenstein, sobre quem seriam os “adversários” a que o texto se opõe, sobre o suposto caráter negativo do texto ou sobre a existência de uma nova “teoria da significação” elaborada ou esboçada em seu interior, sobre a existência de um “argumento da linguagem privada” e sua relação com o solipcismo, sobre a relação das *Investigações* com o *Tractatus* ser de rompimento radical, parcial ou mesmo de continuidade em suas pressuposições mais relevantes, sobre a relação da filosofia do “segundo Wittgenstein” com outras concepções filosóficas anteriores ou contemporâneas, sobre a plausibilidade de sua filosofia da matemática e o significado de sua argumentação, e o mesmo quanto a sua filosofia da psicologia, sem falar, por fim, da relação entre as *Investigações* e os manuscritos posteriores de Wittgenstein, conhecidos e publicados postumamente. A quantidade de posições diversas sobre cada um desses temas é enorme e divide a imensa quantidade de comentários que as *Investigações* ainda recebem em uma grande variedade de leituras incompatíveis entre si, em meio às quais não é, de fato, fácil situar-se.

Talvez a melhor maneira de lidar com essa enorme diversidade de leituras, para além de um trabalho cuidadoso com os principais comentários, seja retornar ao texto e procurar

ao *Tractatus*”, mas flua “do coração mesmo dessa obra” (pág. 21); cf. L. H. L. Santos, “A Essência da Proposição e A Essência do Mundo”, págs. 54-56.

¹⁷ Cf. G. Baker & P. M. S. Hacker, *Wittgenstein – Understanding and meaning*, part II, pág. 191: “It is noteworthy that the general conception of philosophy that informs Wittgenstein’s later work emerges already in 1930-31”.

¹⁸ Cf. e.g. P. M. S. Hacker, *Wittgenstein’s place in twentieth-century analytic philosophy* (cap. 6) e R. Rorty, *Philosophical papers* vol 2, (parte I, cap. 3).

¹⁹ Considere-se, por exemplo, a contraposição de leituras apresentada em A. Crary & R. Read (ed.), *The new Wittgenstein*, ou a diversidade de interpretações que consolidam as primeiras linhas de interpretação das *Investigações*, nos textos reunidos em G. Pitcher, *Wittgenstein – The Philosophical Investigations* (em particular os textos de P. F. Strawson, N. Malcolm, P. Feyerabend e S. Cavell).

atentamente, ainda que, em muitos momentos à revelia das leituras mais consolidadas, a economia interna de sua organização por meio do conjunto de *problemas* que o texto se coloca seguidamente e de forma efetiva, não apenas retórica. Esse percurso através de sucessivas objeções e reformulações, algumas delas só desenvolvidas mais amplamente nos textos posteriores às *Investigações*, como veremos, conduz a sucessão de *temas* que se encontram no texto, desde a oposição inicial à *imagem* agostiniana da linguagem até o debate sobre regras, linguagem privada e estados subjetivos, entre tantos.

A obra de Wittgenstein parece oferecer-se a uma leitura mais adequada apenas em conjunto, evitando-se as armadilhas que advêm de se sobre-valorizar afirmações isoladas. Dessa perspectiva, a leitura que se propõe aqui se concentra, na medida do possível, sobre o próprio texto de Wittgenstein, recorrendo à literatura secundária, a partir da qual, em grande parte, inevitavelmente, se construiu, como um apoio eventual ou como indicativo de pontos de debate e de polêmica – o inverso de um “*travail de l’oeuvre*”.

Sob essa perspectiva, as *Investigações* se apresentam como um diálogo longo e difícil para os interlocutores, em que se reivindica a impossibilidade de dar conta de nossa experiência da linguagem a partir da matriz evidenciada pela imagem agostiniana da linguagem, mesmo em suas diversas reformulações e variações, ao mesmo tempo em que se inicia a construção de uma alternativa a essa imagem, a qual será, em grande medida, uma alternativa a quase toda a tradição filosófica ocidental, associada ao que se caracterizará adiante como certa forma de platonismo. As *Investigações* se construirão ao redor de uma concepção ou abordagem do *significado* que se situa no terreno da *prática*, do *uso*, e não da *teoria* (não como um objeto ou regra dada como teoria, significados pelos nomes), justamente onde Wittgenstein aponta estar sua divergência com o platonismo subjacente à concepção tradicional de linguagem: na suposição de que a linguagem é uma teoria (ou imagem, ou figuração) do mundo, um cálculo com regras rígidas, ao qual pode adequar-se melhor ou pior (segundo o modelo do *Crátilo*), e que dá origem ao conceito de verdade (como correspondência, mas não só esse) e torna pertinente o trabalho conceitual dos *diálogos* platônicos. Talvez melhor seja recusar a própria concepção de significação, à maneira do parágrafo 5 das *Investigações*, e dizer que Wittgenstein nos chama a ver que a linguagem se apresenta como prática, situada em meio às ações humanas, não como teoria ou imagem (do mundo) – e que, assim, não

sustenta as concepções filosóficas que partem dessa suposição. Trata-se, então, nas *Investigações*, não da oposição a uma concepção filosófica, mas a certa forma de falar, a certa imagem ou gramática (representada por Agostinho).

Apresentar-se-á, a seguir, a concepção de *imagem* da linguagem, utilizada por Wittgenstein para caracterizar o conjunto de pressupostos compartilhados pela tradição de análise da linguagem na qual se situam tanto Agostinho quanto o *Tractatus*, concepção essa que terá papel central na elaboração da abordagem wittgensteiniana da linguagem em seus textos posteriores, e que resultará no conceito de *Weltbild*, utilizado em *Da Certeza*.

A concepção de Wittgenstein se apresenta como uma *imagem* alternativa à imagem agostiniana, de raiz platônica, marcada pela concepção da linguagem como um cálculo com regras fixas. Formula-se, assim, uma outra imagem, em que a pergunta pela significação perde o lugar e em que a linguagem é situada no terreno da *prática* e do *uso* cotidiano, dos jogos de linguagem, que Wittgenstein contrapõe à exigência de conceitos com limites claramente determinados²⁰. Essa concepção de *prática* se situará, porém, em um outro contexto de significação, na medida em que não se apresenta como uma prática associada a qualquer teoria, mas, pelo contrário, como ação radicalmente autônoma (*Grundlos*, como se diz em *Da Certeza*).

Dessa imagem, entretanto, resultará, como se pretende apresentar a seguir, o abandono da concepção da linguagem como *imagem do mundo*²¹ e de sua contraparte, a concepção da lógica como sublime. Assim, veremos que Wittgenstein também problematiza (para dizer o mínimo) a concepção tradicional de necessidade (lógica), central na imagem agostiniana à qual se opõem as *Investigações*.

As *Investigações* têm como objetivo central a dissolução da imagem agostiniana da linguagem e dos “problemas filosóficos” a ela associados, indicando e defendendo (“negociando”, como prefere G. Baker) uma alternativa para substituí-la. É essa

²⁰ Apenas como ressalva, trata-se de uma outra imagem da linguagem mas não de uma contraposição de outra *Weltbild*. Também não se trata de contrapor uma *Weltanschauung* a outra. Cf. Bento Prado Júnior, *Erro, Ilusão, Loucura*, págs. 51-55, que distingue entre *Weltbild* e *Weltanschauung* caracterizando a última como um projeto filosófico de sistematização da experiência. Fala-se aqui de uma “outra imagem” na medida em que a imagem agostiniana é “substituída” por outra, em que se fala de *jogos, semelhanças de família, uso*.

²¹ Cf. e.g. *Investigações*, 96.

concepção de linguagem que será elaborada e esclarecida nos últimos textos de Wittgenstein, que consideraremos adiante. Antes disso, muitos problemas restam a ser esclarecidos no contexto exclusivo das *Investigações*. Em particular, interessa-nos identificar a ausência de um debate mais “amplo” (que considere outros interlocutores que não a *imagem agostiniana da linguagem*) sobre a necessidade e nosso “sentimento de necessidade”, o que parece aproximar o texto de um relativismo radical, à maneira do expresso na tese do “homem medida” de Protágoras, como veremos, ou do ceticismo apresentado pela leitura de S. Kripke do debate sobre regras e linguagem privada. Entretanto, defender uma postura “relativista” ou “cética” não parecem ser o objetivo de Wittgenstein, de modo que se fará necessário compreender como conciliar as concepções por ele defendidas em meio ao debate da imagem agostiniana com a recusa do relativismo – a qual, veremos, se fará à maneira de Kant²².

A dificuldade central da leitura do percurso dos diálogos de Wittgenstein parece situar-se no pressuposto de que se compreenda o novo contexto em meio ao qual se situa sua concepção. A apresentação de uma outra *imagem* da linguagem, o trabalho, por assim dizer, “positivo”, das *Investigações*, parte da recusa das demarcações tradicionais do debate sobre significação, ação, prática, verdade e necessidade. A elaboração de uma nova concepção de “necessidade”, bem como a articulação dos conceitos de jogos de linguagem e imagem da linguagem, pressupostos a essa nova caracterização da prática proposta nas *Investigações*, ocorrerá, a partir de procedimentos e concepções já indicadas ali, nos textos posteriores de Wittgenstein, em particular em *Da certeza*, onde, como se pretende mostrar na Parte II, Wittgenstein articula e elabora as concepções das *Investigações*, corrigindo e ampliando seu projeto, assim como livrando-o de objeções ainda plausíveis no contexto exclusivo das *Investigações*. A Parte II do texto pretenderá apresentar uma direção para a leitura de *Da Certeza*, identificando nesse conjunto de notas o projeto de articular a concepção que se inicia a elaborar nas *Investigações Filosóficas*, apresentada a seguir.

²² Como na distinção entre *empírico* e *transcendental*, apresentada em I. Kant, *Crítica da Razão Pura*, A367 e segs.

Uma *imagem* nos mantém presos

Ele não tinha ido a nenhuma parte. Só executava a invenção de se permanecer naqueles espaços do rio, de meio a meio, sempre dentro da canoa, para dela não saltar, nunca mais. A estranheza dessa verdade deu para estarrecer de todo a gente. Aquilo que não havia, acontecia.

G. Rosa, “A terceira margem do rio”

Linguagem e mediação (certa imagem platônica)

Wittgenstein propõe-nos, em seu trabalho de maturidade, uma revisão da maneira de conceber nossa experiência que fora herdada da filosofia grega e situada no fundamento da filosofia ocidental, sob a forma de “certa herança socrática”. Ele é explícito quanto à contraposição entre a sua perspectiva e o tipo de investigação situado no núcleo dessa tradição:

não poderia descrever melhor meu ponto de vista do que afirmando ser ele o oposto daquele representado por Sócrates nos diálogos platônicos¹.

¹ “Ich kann meinen Standpunkt nicht besser charakterisieren, als indem ich sage, dass er der entgegengesetzte Standpunkt dessen ist, welchen Sokrates in den platonischen Platon Dialogen vertritt” *TS* 302 [item 302 p.14]; *PG* 120-121.

Essa passagem se situa em um contexto em que Wittgenstein se refere à ausência de delimitação exata na caracterização de um conceito e à conseqüente inclusão da expressão “e outras similares” após uma enumeração apresentada como resposta à pergunta pelo significado do conceito, recusando a delimitação estrita exigida, por exemplo, nos diálogos socráticos: Sócrates recusa reiteradamente a resposta que recorre à enumeração de instâncias ao invés de formular uma definição conceitual. Trata-se, portanto, do debate sobre o que será, nas *Investigações*, a concepção de jogo de linguagem².

Note-se que não se trata da contraposição tradicional à “resposta” platônica à questão proposta (sobre a delimitação conceitual), mas à própria posição da questão, que determina o desdobramento do diálogo. A estratégia de Wittgenstein é recusar a pergunta pelo conceito, pela essência ou natureza comum, que, em geral, move o diálogos platônicos.

De fato, em muitos dos *Diálogos* encontramos, logo de início, a contraposição entre duas formas de perguntar e responder, sendo a superação da resposta por recurso à enumeração uma condição ao “início” do próprio diálogo, da formulação de possíveis respostas. Sócrates transita de uma situação cotidiana, em que um conceito é usado em alguma qualificação, a acusação de impiedade feita por Eutífron, por exemplo, para a pergunta pelo conceito: conhecer o conceito de *piiedade* seria um pressuposto a esse uso. Aceito o trânsito entre as questões, cujas implicações de modo geral são ignoradas pelo interlocutor, a primeira resposta oferecida a Sócrates é sempre uma enumeração de casos exemplares do uso do conceito:

a meu parecer, tudo o que se aprende com Teodoro é conhecimento, geometria e as disciplinas que enumeraste há pouco, como também a arte dos sapateiros e a dos demais artesãos: todas elas e cada uma em particular nada mais são do que conhecimento³

Esse *tipo de resposta* é sempre ironizado por Sócrates:

² Cf. Wittgenstein, *Investigações*, 65 e segs.

³ Platão. *Teeteto*, 146c-d.

És muito generoso, amigo, e extremamente liberal; pedem-te um, e dás muitas e diversas coisas, quando estou pedindo uma única⁴

À *enumeração* é contraposta à elaboração do *conceito*, de uma delimitação clara do que é comum a tudo o que cai sob ele, ou de sua essência ou natureza, sempre segundo o modelo da matemática:

Mas o que te perguntei, Teeteto, não foi isso: do que é que há conhecimento, nem quantos conhecimentos particulares pode haver; minha pergunta não visava a enumerá-los um por um; o que desejo saber é o que seja o conhecimento em si mesmo. Será que não me explico bem?⁵

A apresentação do núcleo de sua abordagem como uma contraposição ao *platonismo* indica-nos um caminho para nos aproximarmos da concepção de linguagem expressa nas *Investigações* e, talvez, possibilite-nos uma precisão um pouco maior na identificação daquilo a que o projeto de Wittgenstein se opõe, o “enfeitiçamento” em que a linguagem nos coloca, bem como do conjunto de problemas que move seu trabalho até *Da Certeza*.

Sobre a proximidade entre a investigação de Wittgenstein e o platonismo, D. Stern cita uma história contada por M. Drury:

In 1944, when Wittgenstein was putting the first part of the *Philosophical Investigations* in its final form, he told a friend that he was reading Plato's *Theaetetus*, and that 'Plato in this dialogue is occupied with the same problems that I am writing about'.⁶

Em que sentido seriam os temas do *Teeteto* os mesmos das *Investigações*? Há uma citação do *Teeteto* nas *Investigações* (no debate sobre a “análise” e “objetos simples”,

⁴ Platão. *Teeteto*, 146d (tradução revisada).

⁵ Platão. *Teeteto*, 146e.

⁶ D. Stern, *Wittgenstein's Philosophical Investigation*, págs. 13-14; a citação remete a M. O'C. Drury, “Recollections of Wittgenstein”, pág. 149.

particularmente entre os parágrafos 46 e 57⁷), mas isto não seria suficiente para a afirmação feita a Drury, e não nessa data⁸.

Wittgenstein fala, freqüentemente em linguagem figurada, sobre uma *imagem* de linguagem que nos domina, enfeitiça, cega:

Uma *imagem* nos mantinha presos. E não pudemos dela sair, pois residia em nossa linguagem, que parecia repeti-la para nós inexoravelmente [*PU*, 115; *italico no original*]

O texto nos remete à idéia de que estamos presos em uma certa forma de falar, ou que nossa linguagem traz consigo certa *imagem* de que deveríamos nos livrar – mas não podemos fazê-lo sem antes eliminar essa imagem da própria linguagem. Que *imagem* (*Bild*) seria esta, que nos mantém presos? Como se articula esse estranho conceito de “imagem”? De que modo a imagem *reside* na linguagem? O que poderia significar “livrar-se dela”? Qual o uso que Wittgenstein faz desse “conceito” no contexto das *Investigações*?

No parágrafo 114 das *Investigações*, imediatamente anterior àquele citado acima, Wittgenstein se referia ao projeto presente no *Tractatus*, de apresentar a forma geral da proposição, a essência da linguagem, ou, nos termos do próprio *Tractatus*: “a forma proposicional mais geral: ou seja, dar uma descrição das proposições de uma notação *qualquer*”⁹; a referência à *imagem* que nos mantém presos se relacionaria, então, a esse

⁷ No final do *Teeteto* Sócrates apresenta uma tentativa de descrição do conhecimento segundo um modelo de análise dos *complexos* em elementos *simples*, eles próprios não passíveis de análise. Esta concepção (chamada de “sonho de Sócrates”, *Teeteto*, 201d8-202d7; cf. T. Chappell, *Reading Plato's Theaetetus*, pág. 197 e segs.), recusada no diálogo por não explicar o conhecimento dos elementos situados na base da análise (*Teeteto*, 202d8-206c2), é aproximada por Wittgenstein à análise lógica sustentada por ele próprio no *Tractatus*. A argumentação de Wittgenstein nas *Investigações* pretende, da mesma forma, mostrar a inadequação da concepção analítica, ainda que com uma argumentação diferente da apresentada no *Teeteto*.

⁸ O trecho das *Investigações* em que consta a citação ao *Teeteto* já está redigido em 1937.

⁹ Sobre o projeto do *Tractatus* de identificar a forma geral da proposição, cf. Wittgenstein, *Tractatus*: “4.5: Agora parece possível especificar a forma proposicional mais geral: ou seja, dar uma descrição das proposições de uma notação *qualquer*, de modo que cada sentido possível seja exprimível por um símbolo a que a descrição convenha e cada símbolo a que a descrição convenha possa exprimir um sentido, desde que os significados dos nomes sejam convenientemente escolhidos”; a identificação da forma geral apresenta-se como projeto de

projeto de apresentar a “essência da linguagem”, ou, à maneira platônica, a “perguntar pela essência”

A mesma associação entre o *Tractatus* (ou melhor, entre a imagem da linguagem apresentada por ele) e a pergunta pela “essência” é feita nas *Investigações*, parágrafo 65, em uma passagem que analisaremos adiante com cuidado, onde se encontra também a contraposição a essa maneira de perguntar pela essência:

poderiam objetar-me: “Você simplifica tudo! Você fala de todas as espécies de jogos de linguagem possíveis, mas em nenhum momento disse o que é o essencial do jogo de linguagem, e portanto da própria linguagem.” E isso é verdade – Em vez de indicar algo que é comum a tudo aquilo que chamamos de linguagem, digo que não há uma coisa comum a esses fenômenos, em virtude da qual empregamos para todos a mesma palavra. [PU, 65]

No lugar dessa pergunta pela essência as *Investigações* colocam justamente a concepção de “semelhança de família” (o uso da expressão “este e outros similares”), procedimento a partir do qual, no TS302, citado acima, Wittgenstein descreve seu procedimento como sendo o oposto de Sócrates.

Também no parágrafo 116 das *Investigações*, que se segue à referência à “imagem que nos mantém presos”, Wittgenstein indica sua contraposição à pergunta pela “essência” das coisas (significadas por nomes como “saber”, “proposição”), que, de alguma forma, situaria a análise da linguagem no terreno da “metafísica”:

Quando os filósofos usam uma palavra – “saber”, “ser”, “objeto”, “eu”, “proposição”, “nome” – e procuram apreender a *essência* da coisa, deve-se sempre perguntar: essa palavra é usada de fato desse modo na língua em que ela existe?

Nós reconduzimos as palavras do seu emprego metafísico para seu emprego cotidiano.

enunciação da essência da descrição e do mundo: “5.4711: Especificar a essência da proposição significa especificar a essência de toda descrição e, portanto, a essência do mundo”.

O debate em que se situa esse texto, desenvolvido entre os parágrafos 89 e 142 das *Investigações*, um desdobramento da formulação das *concepções*¹⁰ de “jogos de linguagem” e “semelhança de família”, é, por assim dizer, a contraposição a uma certa *imagem* da linguagem, referida pelo conceito de *essência*, como vimos, caracterizada como uma abordagem “metafísica”, presente no *Tractatus* mas anterior a ele, à qual ele ainda se prendia, e que Wittgenstein associa ao ponto de vista expresso por Sócrates nos diálogos platônicos¹¹.

A plausibilidade desse trânsito pelos textos parece ser corroborada por outras referências, nas quais Wittgenstein identifica em Platão a origem de algo que persiste ainda na linguagem, de algum modo situado em nossa gramática, e que nos conduz em nossas perguntas e respostas – e que seria a origem do incômodo com a enumeração apresentada como resposta de Wittgenstein à pergunta pelo “significado”¹². Quanto à “persistência na linguagem” de uma certa “herança grega”, Wittgenstein diz, em uma nota de 1931:

As pessoas dizem repetidamente que a filosofia não progride realmente, que estamos ainda ocupados com os mesmos problemas filosóficos que os gregos. Mas as pessoas que dizem isto não entendem por que isto deve ser assim. Isto é por que nossa linguagem tem permanecido a mesma e permanece nos seduzindo a perguntar as mesmas questões. Enquanto [continuar esta situação] (...) as pessoas permanecerão se deparando com as mesmas intrigantes dificuldades e encontrar-se-ão começando algo que nenhuma explicação parece capaz de esclarecer¹³.

¹⁰ Sobre a distinção entre “conceitos” e “concepções” cf. G. Baker, “Wittgenstein: Concepts or Conceptions?”, *The Harvard Review of Philosophy*, ix, 2001.

¹¹ Sobre a aproximação entre o essencialismo ao qual se opõe as *Investigações* e o platonismo, cf. e.g. Cf. G. Baker & P. M. S. Hacker, *Wittgenstein – Understanding and meaning*, Vol 1, Part II, pág. 10

¹² Incômodo apresentado pelo interlocutor das *Investigações*, por exemplo, no parágrafo 65.

¹³ “Man hört immer wieder die Bemerkung, daß die Philosophie eigentlich keinen Fortschritt mache, daß die gleichen philosophischen Probleme, die schon die Griechen beschäftigten, uns noch beschäftigen. Die das aber sagen, verstehen nicht den Grund, warum es so sein muß. Der ist aber, daß unsere Sprache sich gleich geblieben ist und uns immer wieder zu denselben Fragen verführt. Solange [...], solange werden die Menschen immer wieder an die gleichen rätselhaften

Aquilo que nos mantém presos, de que não podemos nos livrar com facilidade por estar em nossa linguagem, parece ser uma certa herança grega, uma forma de *platonismo*, incrustado no seio da linguagem, que nos faz repetir ao infinito as suas perguntas, encontrando a mesma dificuldade, ainda que se procure formular respostas diferentes¹⁴. Talvez seja apropriado se falar aqui de uma certa *imagem* da linguagem. Para escapar desse “feitiço” devemos deixar essa “linguagem dos gregos” e as questões que ela nos seduz a formular, devemos escapar do jogo de perguntas e respostas em que Sócrates nos instrui e que insiste que joguemos, bem como da concepção sobre significação a elas associadas - e que jogamos não por concordarmos, hoje com Sócrates, mas por suas concepções estarem, de algum modo, nas profundezas da gramática de nossa linguagem.

A referência a Sócrates e ao platonismo é curiosa. Por que não uma referência a interlocutores mais próximos? De fato, a referência mais próxima é o próprio *Tractatus*, ainda situado no terreno da imagem platônica de linguagem¹⁵. Qual sua relação com a imagem agostiniana, descrita no início das *Investigações*? Em que medida se pode falar, aqui, de platonismo? O desenho a que os textos conduzem é de uma contraposição entre diferentes “imagens” da linguagem, uma, de alguma forma vinculada ao platonismo, ao qual o *Tractatus* se associa, bem como Agostinho, e outra diferente dessa, esboçada por Wittgenstein nas *Investigações*. Mas ainda é necessário compreender a que Wittgenstein se refere ao falar de uma *imagem* da linguagem.

Schwierigkeiten stoßen, und auf etwas starren, was keine Erklärung scheint wegleben zu könne.” L. Wittgenstein, *Culture and value*, 15 (1931).

¹⁴ A esse platonismo, formulado como gramática (filosófica), que estabelece, de seu modo particular, a relação entre o *ser* e a *linguagem* (*logos*), Claude Imbert refere-se como “ce platonisme que l’on parle et donc on ne parle pas” (C. Imbert, *Pour une histoire de la logique*, “Introduction”); interessa-nos, aqui, reencontrar essa concepção, e a crítica apresentada nas *Investigações* à “instauração” dessa linguagem cuja imagem nos mantém presos e nos conduz sempre às mesmas perguntas, bem como de nossa maneira (primeira) de “recortar” o mundo em palavras e correspondê-las às coisas nomeadas. Configura-se um *platonismo* que se estabelece oculto por uma concepção da linguagem que resulta de enorme esforço e de escolhas muito precisas e discutidas, mas que se nos apresenta com uma naturalidade de que só o tempo e o esquecimento são capazes.

¹⁵ Cf. e.g. *Investigações*, 23 e 65, onde Wittgenstein aproxima primeiro a concepção agostiniana de linguagem, e em seguida a exigência da apresentação da essência da linguagem, à concepção formulada no *Tractatus*.

A concepção de “imagem” nas Investigações

O debate proposto nas *Investigações* parte justamente da descrição de uma certa *imagem* da linguagem, sobre sua aquisição e funcionamento, apresentada por Agostinho nas *Confissões*, em uma passagem longa citada na abertura do primeiro parágrafo das *Investigações*. Em que sentido se encontra ali a concepção de “platonismo” que seria partilhada pelo *Tractatus* e à qual as *Investigações* se contrapõe? Por que Wittgenstein fala de uma *imagem da linguagem* (“*ein bestimmtes Bild von dem Wesen der menschlichen Sprache*”)? Por que Agostinho como interlocutor – e essa longa citação abrindo o texto¹⁶?

Agostinho¹⁷ tem um diálogo inteiro dedicado à exposição de sua concepção de linguagem, *O mestre*, em que o faz de modo longo e detalhado. Entretanto, Wittgenstein opta por citar um breve trecho das *Confissões*, único nesse livro de Agostinho, em que se trata do aprendizado da linguagem. Mais ainda, a concepção de linguagem das *Confissões* só é expressamente citada uma vez após os três parágrafos iniciais das *Investigações*. Isso não quer dizer, entretanto, que ela ocupa um lugar secundário na estrutura do texto de Wittgenstein, ou que a longa citação no início das *Investigações* seja um recurso estilístico; não é este o modo de escrever de Wittgenstein¹⁸. A imagem de linguagem apresentada pelas *Confissões* é, talvez se possa dizer sem exagero, o grande interlocutor de todo o conjunto das *Investigações*, extrapolando em muito os parágrafos dedicados ao seu comentário mais direto, ou melhor, ao comentário de sua formulação mais simplificada, representada pela citação de Agostinho. As *Investigações*, em sua forma tão particular de diálogo, desenvolvem e elaboram a imagem agostiniana, constroem os argumentos em sua defesa, a desdobra em outras concepções que sempre levam adiante o

¹⁶ Cf. S. Cavell, “Notes and afterthoughts on the opening of Wittgenstein’s *Investigations*”, in H. Sluga & D. Stern, *The Cambridge Companion to Wittgenstein*, pág. 261 e segs.

¹⁷ Sobre a relação entre a concepção de linguagem de Agostinho e de Platão, cf. e.g. M. L. Xavier, “Introdução” in Agostinho, *O mestre*.

¹⁸ A citação a Agostinho é a única citação longa a um outro autor em todo o texto das *Investigações*. Sobre o estranhamento de iniciar o texto dessa forma, que S. Cavell descreve, preliminarmente, afirmando que “it begins with some words of someone else”, cf. Cavell, “Notes and afterthoughts on the opening of Wittgenstein’s *Investigations*”, in H. Sluga & D. G. Stern, *The Cambridge Companion to Wittgenstein*.

núcleo representado, como veremos, de um lado, pela contraposição entre linguagem e mundo, e, por outro, pela idéia de significação como alguma forma de correspondência.

Essa opção de Wittgenstein, de apresentar-nos uma passagem em que Agostinho descreve seu aprendizado, sem pretender elaborar uma teoria sobre a linguagem, talvez nos ofereça a perspectiva para olharmos para as *Investigações*: seu texto não parece pretender ser a contraposição a uma concepção de linguagem específica, seja ela de Agostinho, de Platão ou do *Tractatus*. Caso assim fosse, haveria uma fragilidade, quase desonesta, explícita desde seu parágrafo inicial: por que não partir de uma argumentação mais sólida sobre a concepção a que pretende se opor? Mas o texto não parte da exposição de uma *teoria* sobre a linguagem, mas, pelo contrário, da identificação e comentário de uma certa *imagem* da linguagem de que Agostinho, nessa passagem despretensiosa e descompromissada das *Confissões*, é apenas uma expressão. As *Investigações* não são um *tour de force* com nenhuma “filosofia” da linguagem, ou com teorias sobre a significação, mas uma longa investigação das dificuldades e opções colocadas por essa imagem da linguagem que se observa, por exemplo, no texto de Agostinho. Ademais, não se refuta uma *imagem*, como não se refuta uma doença dos olhos¹⁹.

O que Wittgenstein pretende ao falar de *imagem* (*Bild*) da linguagem? O conceito de *imagem* da linguagem aparece algumas outras vezes nas *Investigações*. Wittgenstein refere-se, por exemplo, como dito acima, a um modelo de pergunta, talvez próximo de Platão e presente *na* linguagem, nos seguintes termos:

Uma *imagem* nos mantinha presos. E não pudemos dela sair, pois residia em nossa linguagem, que parecia repeti-la para nós inexoravelmente [*PU*, 115].

Como uma imagem nos mantém presos? Como se contrapor a essa imagem? Qual é a imagem de linguagem apresentada por Agostinho?

¹⁹ Assim também afirma G. Baker, “Wittgenstein: Concepts or Conceptions?”, pág. 8: “Augustine picture is not comparable to any ‘theory of meaning’”.

Na seção 90 do *Big Typescript*, em meio ao conhecido capítulo intitulado “*Philosophie*” (BT, 86-93), nome dado pelo próprio autor²⁰, Wittgenstein discorre, entre outras coisas, sobre as armadilhas da linguagem (*Fallen der Sprache*). Já no segundo parágrafo da seção Wittgenstein apresenta uma curiosa citação de Lichtenberg:²¹

Toda a nossa filosofia é correção do uso da linguagem, portanto, a correção de uma filosofia e, por sinal, da mais geral²²

Este texto apresenta-nos uma concepção da filosofia como correção do uso da linguagem, um dos núcleos ao redor do qual Wittgenstein constrói esse capítulo do *Big Typescript*. O curioso nele, entretanto, é a indicação de uma relação entre o uso da linguagem e a filosofia, de tal modo que a correção do uso da linguagem é correção de uma filosofia. Mais ainda, não se trataria de qualquer filosofia. A filosofia que está relacionada, como contraparte, a um uso da linguagem é a “mais geral” delas. Em que sentido Wittgenstein entende essa citação de Lichtenberg? A seção 90 se desdobra como glosa a esses temas, de tal modo que, ao acompanhar seus passos encontraremos esclarecimentos interessantes da concepção de imagem (*Bild*) utilizada para caracterizar o uso que as *Investigações* fazem da descrição agostiniana da linguagem, bem como do projeto do texto e, assim se supõe, de sua relação com os trabalhos finais de Wittgenstein.

Um pouco adiante no texto Wittgenstein comenta a citação a Lichtenberg, inclusive nomeando-o entre parênteses, o que deixa clara a relação com a passagem anterior:

Por que é que os problemas gramaticais são tão duros e aparentemente inerradicáveis? – Porque eles estão interligados com os mais antigos hábitos de pensamento, i. e., com as imagens mais antigas, que estão gravadas na nossa própria linguagem. ((Lichtenberg.))²³

²⁰ Texto datado de 1933 (Wittgenstein, *Philosophical Occasions*, pág. 158; cf. também *TS 213*). A transcrição acompanha a edição de A. Zilhão, *Revista Manuscrito*, XVIII, 2, 1995

²¹ G. C. Lichtenberg, filósofo e escritor alemão (1742 – 1799).

²² “Unsere ganze Philosophie ist Berichtigung des Sprachgebrauchs, also, die Berichtigung einer Philosophie, und zwar der allgemeinsten.”

²³ “Warum die grammatischen Probleme so hart und anscheinend undausrott-bar sind — weil sie mit den ältesten Denkgewohnheiten, d.h. mit den ältesten Bildern, die in unsere Sprache selbst geprägt sind, zusammenhängen. ((Lichtenberg.))”

Aparece aqui o conceito de “hábitos de pensamento” (*Denkgewohnheiten*), causas do caráter aparentemente inerradicável dos problemas da gramática (e, portanto, da filosofia, segundo a citação de Lichtenberg). Mas os *Denkgewohnheiten* que importam ao comentário de Wittgenstein, os *ältesten Denkgewohnheiten*, os mais antigos, são identificados às imagens mais antigas, *ältesten Bildern*, gravadas na própria linguagem, sob a forma de uma “confusão gramatical” (que se faz confusão filosófica)²⁴, de tal maneira que

libertá-las [as pessoas] delas [das confusões gramaticais] pressupõe que as arranquemos às ligações enormemente diversificadas nas quais se encontram presas. Precisamos, por assim dizer, de reagrupar toda a sua linguagem. – Mas esta linguagem emergiu // tornou-se // assim, porque as pessoas tinham – e têm – a tendência para pensar *assim*. Por isso, este arranque só resulta naqueles que vivem numa resistência instintiva contra // em insatisfação com // a linguagem. Não naqueles que, de acordo com todo o seu instinto, vivem no rebanho que criou esta linguagem como sua própria expressão.²⁵

Os hábitos de pensamento aos quais Wittgenstein se refere encontram-se, assim, gravados na linguagem, sob a forma de armadilhas (*Fallen*), “uma imensa rede de bem cuidados, passáveis, falsos caminhos (*Irrwege*)”. A filosofia deveria, nesse quadro, *sinalizar* o caminho e prevenir quem o percorre.

E assim vêmo-los, um atrás do outro, a seguirem pelos mesmos caminhos e já sabemos onde este agora irá virar, onde ele continuará em frente sem reparar na

²⁴ “philosophischen d.i. grammatischen Konfusionen“

²⁵ “Und, sie daraus zu befreien, setzt voraus, dass man sie aus den ungeheuer mannigfachen Verbindungen herausreißt, in denen sie gefangen sind. Man muss sozusagen ihre ganze Sprache umgruppieren. — Aber diese Sprache ist ja so entstanden // geworden//, weil Menschen die Neigung hatten — und haben — s o zu denken. Darum geht das Herausreißen nur bei denen, die in einer instinktiven Auflehnung gegen // Unbefriedigung mit // die «der» Sprache leben. Nicht bei denen, die ihrem ganzen Instinkt nach in d e r Herde leben, die diese Sprache als ihren eigentlichen Ausdruck geschaffen hat“. A transcrição acompanha a edição de A. Zilhão, *Revista Manuscrito*, XVIII, 2, 1995.

bifurcação, etc., etc. Eu deveria então colocar letreiros em todos os locais onde entroncam falsos caminhos para ajudar a passar os pontos perigosos.²⁶

Wittgenstein apresenta, então, de forma mais específica, relacionada à filosofia, essa inscrição *na linguagem* dos mais antigos hábitos de pensamento:

Estamos sempre a ouvir a observação de que a filosofia não faria qualquer progresso, que os mesmos problemas filosóficos que já ocuparam os Gregos ainda nos ocupam. Aqueles que o dizem, porém, não compreendem a razão porque isto é // tem que ser // assim. Esta é, porém, a de que a nossa linguagem se manteve igual e nos leva sempre para as mesmas perguntas. Enquanto houver um verbo „ser“ que parece funcionar como “comer” e “beber”, enquanto existirem os adjetivos “idêntico”, “verdadeiro”, “falso”, “possível”, enquanto se continuar a falar de um fluxo de tempo e de uma extensão do espaço, etc. etc., as pessoas continuarão sempre a confrontar-se com as mesmas dificuldades enigmáticas e a espantar-se com algo que nenhuma explicação parece poder remover.²⁷

Na medida em que a linguagem permanece a mesma, somos levados de novo às mesmas questões (e respostas), como as pessoas que, umas depois das outras, seguem pelas trilhas falsas marcadas no chão, caso não se coloque placas que as avise para seguir em outra direção.

This shews you--it might be said--how closely certain gestures, pictures, reactions, are linked with a constantly practiced use.

²⁶ “Und so sehen wir also Einen nach dem Andern die gleichen Wege gehen und wissen schon, wo er jetzt abbiegen wird, wo er geradeaus fortgehen wird, ohne die Abzweigung zu bemerken, etc. etc.. Ich sollte also an allen den Stellen, wo falsche We[t|g]e abzweigen, Tafeln aufstellen, die über die gefährlichen Punkte hinweghelfen“.

²⁷ Man hört immer wieder die Bemerkung, dass die Philosophie eigentlich keinen Fortschritt mache, dass die gleichen philosophischen Probleme, die schon die Griechen beschäftigten, uns noch beschäftigen. Die das aber sagen, verstehen nicht den Grund, warum es so ist // sein muss//. Der ist aber, dass unsere Sprache sich gleich geblieben ist und uns immer wieder zu denselben Fragen verführt. Solange es ein Verbum 'sein' geben wird, das zu funktionieren scheint wie 'essen' und 'trinken', solange es Adjektive 'identisch', 'wahr', 'falsch', 'möglich' geben wird, solange von einem Fluss der Zeit und von einer Ausdehnung des Raumes die Rede sein wird, u.s.w., u.s.w., solange werden die Menschen immer wieder an die gleichen rätselhaften Schwierigkeiten stossen, und auf etwas starren, was keine Erklärung scheint wegheben zu können. Cf. Acima, pág. 35, texto equivalente que faz parte de *Culture and Value*.

'The picture forces itself on us....' It is very interesting that pictures do force themselves on us. And if it were not so, how could such a sentence as "What's done cannot be undone" mean anything to us?²⁸

Wittgenstein indica nesses textos que a *necessidade* de certos procedimentos e respostas situa-se unicamente no interior da *imagem* em que esta se estabelece. As *Investigações* iniciam os comentários em torno dessa relação entre *imagem* da linguagem e *necessidade*, em particular no trecho que se segue ao parágrafo 89, retomando um tema central do *Tractatus*, o qual também aparece nos textos finais de Wittgenstein, como veremos.

Propõe-se, assim, um novo olhar sobre o que seria a filosofia. “A filosofia não se apresenta em proposições, mas sim numa linguagem”²⁹. As escolhas filosóficas mais fundamentais encontram-se *inscritas* na linguagem, na gramática, determinando nossa maneira de formular problemas e respondê-los. Aqui se compreende melhor o sentido da apresentação da filosofia como “terapia”. Não se trata de entrar em um conflito entre *teorias* filosóficas, mas de identificar na linguagem, inscritos na gramática, os *ältesten Denkgewohnheiten*, a imagem de linguagem, que nos levam a repetir indefinidamente as mesmas perguntas e respostas. Não se trata, portanto, de mostrar o erro [PU, 103], a falta de validade [PU, 423] ou de correção [PU, 424] dessa imagem. Não se pode tratá-la como uma teoria a ser testada ou contraposta à experiência, pois ela se situa na própria constituição dessa experiência.

But in philosophy the extended use [de palavras] does not rest on true or false beliefs about natural processes. No fact justifies it. None can give it any support.³⁰

Trata-se de desfazer uma ilusão, eliminar uma superstição, tirar os óculos por meio dos quais olhávamos para tudo, sem que nos ocorresse tirá-los [PU, 103]³¹, pois, como afirma G. Baker, “[A picture] can be misleading, damaging, constraining”.³²

²⁸ Wittgenstein, *Bemerkungen über die Grundlagen der Mathematik*, 42.

²⁹ „Philosophie wird nicht in Sätzen, sondern in einer Sprache niedergelegt“, BT, 90.

³⁰ Wittgenstein, *Culture and Value*, pág. 44.

³¹ *Investigações*, 103: “The ideal, as we think of it, is unshakable. You can never get outside it; you must always turn back. There is no outside; outside you cannot breathe.--Where does this idea come from? It is like a pair of glasses on our nose through which we see whatever we look at. It never occurs to us to take them off.”

Assim se deve entender a afirmação, apresentada nas *Investigações* [PU, 110], de que seu embate é com algo que “se revela como uma superstição (não erro!) produzida mesmo por ilusões gramaticais”. O texto se coloca em um terreno de contraposição de linguagens, ou imagens da linguagem, e, portanto, de *imagens de mundo* e *formas de vida*, não de teses filosóficas.

Sobre a caracterização da *imagem* como “forma de ver” ou, mais adiante, como “imagem de mundo” (*Weltbild*), G. Baker comenta que

*Only pictures have the power to transform the aspects of things. Hence, according to Wittgenstein, what Darwin, Freud, and Einstein discovered are primarily new and fruitful ways of looking at things; paradigms of *Übersichten*. Accepting a picture is changing ways of seeing things.*³³

Nesse contexto, a filosofia (“the scrutiny of the grammar of a word”) pretenderá enfraquecer

the position of certain fixed standards of our expression which had prevented us from seeing facts with unbiased eyes. Our investigation tried to remove this bias, which forces us to think that the facts must conform to certain pictures embedded in our language. [BB, 43]

Outra forma de descrever esse movimento é apresentada nas *Investigações* como sendo o projeto de *reconduzir* “as palavras de seu emprego metafísico para seu emprego cotidiano” [PU, 116].

A referência a Agostinho constrói-se nesse contexto: sua citação apresenta-se como expressão de certos hábitos de pensamento, não como sentenças a serem refutadas, mas como linguagem, como uma imagem que nos mantém presos. Aliás, o texto do *Blue Book* citado acima se faz seguir justamente da referência ao conceito de “significado” (*meaning*), núcleo da imagem agostiniana da linguagem (“Nessa imagem da linguagem encontramos as raízes da idéia: cada palavra tem uma significação” [PU, 1]), como “uma dessas palavras” que nos impedem de ver claramente:

³² G. Baker, “Wittgenstein: Concepts or Conceptions?”, pág. 8.

³³ G. Baker, “Wittgenstein: Concepts or Conceptions?”, pág. 14.

"Meaning" is one of the words of which one may say that they have odd jobs in our language. It is these words which cause most philosophical troubles. [BB, págs. 43-44]

Também o argumento de Wittgenstein no *Blue Book* anuncia parte da argumentação das *Investigações*: as palavras desempenham funções diferentes e isto é ocultado pelo conceito de significação.

Imagine some institution: most of its members have certain regular functions, functions which can easily be described, say, in the statutes of the institution. There are, on the other hand, some members who are employed for odd jobs, which nevertheless may be extremely important.--What causes most trouble in philosophy is that we are tempted to describe the use of important 'odd-job' words as though they were words with regular functions. [BB, págs. 43-44]

Todo o longo diálogo que se segue à citação de Agostinho propõe-se a traçar os contornos de uma certa imagem da linguagem, de identificar suas armadilhas, colocar sinais de aviso e, ao desfazer a ilusão (de apresentar como necessárias ou incontornáveis – insuperáveis – certas formulações, problemas, concepções cuja única origem é a gramática da linguagem em que ocorrem), possibilitando-nos não mais recolocar as mesmas perguntas que se apresentam ao exercício da filosofia desde os gregos.

Assim se situa a leitura da citação de Lichtenberg, de que a filosofia mais radical é correção do uso da linguagem e de que essa filosofia mais geral se identifica à linguagem – a uma *imagem* da linguagem. A concepção de uma imagem da linguagem, com a qual se iniciam as *Investigações*, apresenta-se como determinante da forma de investigação de Wittgenstein e do estatuto que pretende atribuir a seu discurso filosófico, e sua compreensão é fundamental para que se evitem erros quanto à forma segundo a qual se pode relacionar a posição de Wittgenstein àquelas a que ele contrapõe, como veremos.

A relevância da concepção de *imagem* (*Bild*) para que se compreenda em particular a parte inicial das *Investigações* (§§1 a 142), é apresentada por Baker³⁴ a partir da aproximação de três distinções que, segundo ele, seriam muito próximas: entre conceitos

³⁴ G. Baker, "Wittgenstein: Concepts or Conceptions?", pág. 11.

(*Begriffe*) e concepções (*Auffassungen*), entre descrições (*Bezeichnungen*) e imagens (*Bilder*) e entre análise conceitual e visão geral (*Übersichter* ou *Überblicken*)³⁵. Após alguns exemplos de jogos de linguagem com esses conceitos, por meio dos quais se demarca um terreno de debates distinto daquele que se refere a *conceitos*, característico do debate filosófico, Baker conclui que a concepção de imagem (*pictures*) “are of the utmost importance for Wittgenstein’s philosophy”.³⁶

Sua abordagem é particularmente interessante por evidenciar, na investigação dos usos feitos por Wittgenstein dos termos assinalados, como uma compreensão equivocada do “conceito” de *imagem* nos impediria de compreender todo o projeto das *Investigações*, na medida em que

A picture cannot be contradicted by observations or discoveries. It lies outside the range of refutation by facts.³⁷

Portanto, o terreno de debate no qual se situa o texto difere daquele em que se provam ou refutam teses³⁸. O procedimento de Wittgenstein difere daquele que caracteriza, em geral, o debate de teses filosóficas.

Entretanto, isso é dito apenas para identificar, logo em seguida, que o texto de Wittgenstein, mesmo não se situando no terreno tradicional da argumentação filosófica, pretende se contrapor à imagem agostiniana e, mais do que isso, defender de forma “negociada” uma outra imagem, alternativa a ela:

there may be reasoning or argument that does not conform with the “ideal” philosophical argument. / (...) to a considerable extent, Wittgenstein’s philosophy involves *negotiations* with others (his readers and interlocutors, real or imaginary) about pictures, *Auffassungen*, conceptions.³⁹

³⁵ G. Baker, “Wittgenstein: Concepts or Conceptions?”, pág. 7.

³⁶ G. Baker, “Wittgenstein: Concepts or Conceptions?”, pág. 11.

³⁷ G. Baker, “Wittgenstein: Concepts or Conceptions?”, pág. 12.

³⁸ “There is no conclusive proofs or refutations of pictures”, G. Baker, “Wittgenstein: Concepts or Conceptions?”, pág. 13.

³⁹ G. Baker, “Wittgenstein: Concepts or Conceptions?”, pág. 13-14.

A opção de Wittgenstein por abrir as *Investigações* com a referência a uma *imagem da linguagem*, a partir da citação de Agostinho, indica sua intenção de dar ao seu texto um estatuto distinto do que costuma caracterizar os textos filosóficos ou as “teorias” sobre a significação. O esclarecimento dessa concepção de imagem e de sua distância em relação ao discurso teórico se faz de maneira mais apropriada a partir da caracterização do papel desempenhado pela referência a Agostinho no texto.

Resta-nos, então, caracterizar a *imagem agostiniana da linguagem*, essa matriz de uma concepção da linguagem que não é ela própria, entretanto, uma teoria. É necessário compreender também o que G. Baker chama de “negociar” imagens da linguagem ou visões de mundo, e qual a imagem apresentada por Wittgenstein em seus textos a partir das *Investigações*.⁴⁰

⁴⁰ Cf. e.g. *Investigações*, 144: “I wanted to put that picture before him, and his *acceptance* of the picture consists in his now being inclined to regard a given case differently: that is, to compare it with *this* rather than *that* set of pictures. I have changed his *way of looking at things*. (Indian mathematicians: “Look at this.”)”

A imagem “agostiniana” da linguagem

O nome é instrumento para informar a respeito das coisas e para separá-las, tal como a lançadeira separa os fios da teia.¹

What a frightful waste of time! What’s the point of these arguments that prove nothing and clarify nothing?²

Agostinho e o conceito de significado

Qual é, então, a imagem agostiniana da linguagem? Em que sentido Wittgenstein a apresentaria como uma *ilusão*? Quais as conseqüências desse empreendimento a que se propõe desde a abertura das *Investigações* e qual sua relação com o restante do texto? Acompanhemos o longo trecho das *Confissões* que abre as *Investigações*, bem como a sua leitura por Wittgenstein:

Se os adultos nomeassem algum objeto e, ao fazê-lo, se voltassem para ele, eu percebia isso e compreendia que o objeto fora designado pelos sons que eles pronunciavam, pois eles queriam indicá-lo. Mas deduzi isto dos seus gestos, a linguagem natural de todos os povos, e da linguagem que, por meio da mímica e dos jogos com os olhos, por meio dos movimentos dos membros e do som da voz, indica as sensações da alma, quando esta deseja algo, ou se detém, ou recusa, ou foge. Assim, aprendi pouco a pouco a compreender quais coisas eram designadas

¹ Platão, Crátilo, 388b-c.

² Wittgenstein, CV, 14; Wittgenstein refere-se aqui aos “sentimentos” de quem lê os diálogos socráticos.

pelas palavras que eu ouvia pronunciar repetidamente nos seus lugares determinados em frases diferentes. E quando habituara minha boca a esses signos, dava expressão aos meus desejos. (Agostinho, *Confissões*, I. 8).³

A que problema Agostinho responde com essa imagem do aprendizado da linguagem? Eis o ponto central da questão: o texto das *Confissões* não nos apresenta uma resposta a qualquer pergunta que o anteceda, mas uma *imagem* a partir da qual se colocam as perguntas: a separação e correspondência entre linguagem e mundo. As concepções presentes em Agostinho são a própria *posição* dos termos em que ele debaterá sobre a linguagem: como se estabelecem os vínculos entre nome e objeto? Como se aprende essa linguagem? O que há em comum entre linguagem e mundo para que se possa estabelecer uma relação desse tipo? Em suma: Agostinho não apresenta a imagem da linguagem das *Confissões* como resposta à pergunta pela relação entre linguagem e mundo: a imagem agostiniana é a própria suposição dessa distinção e relação, e o problema de compreender a relação entre linguagem e mundo só se põe *a partir dela*. A compreensão dessa condição de *imagem* (não de “teoria”) da linguagem é condição para que se possa reconstruir o percurso das *Investigações* e assinalar o papel da imagem agostiniana nele⁴.

³ Na tradução de Maria Luiza J. Amarante (Agostinho, *Confissões*, pág. 26), feita a partir do original em latim e não da tradução feita por Wittgenstein para o alemão: “E vendo que as pessoas, conforme esta ou aquela palavra, se dirigiam para este ou aquele objeto, eu observava e lembrava que a esse objeto correspondia o som que produzia quando queriam mostrar esse objeto. Então eu compreendia o que os outros queriam pelos movimentos do corpo, linguagem por assim dizer natural, comum a todos os povos, e que se manifesta pela expressão do rosto, pelos movimentos dos olhos, pelos gestos dos demais membros e pela entonação da voz, indicadores dos estados de espírito, quando alguém pede determinada coisa ou quer possuí-la, quando a rejeita ou quer evitá-la. Desse modo, à força de ouvir as mesmas palavras, pelo lugar que ocupavam nas frases, pouco a pouco eu chegava a compreender de que coisas elas eram os sinais, e ia acostumando a boca a pronunciá-las, servia-me delas para exprimir meus desejos”.

⁴ Há uma quantidade significativa de comentadores que, como Robert L. Arrington (“*Mechanism and Calculus*”: Wittgenstein on Augustine’s Theory of Ostension”, in C. G. Luckhardt, *Wittgenstein: Sources and Perspectives*, págs. 303 a 338), interpreta a referência a Agostinho como a exposição de uma “teoria sobre a linguagem”. Arrington, por exemplo, fala de “teoria agostiniana da ostensão”, afirma que Agostinho expressa uma “teoria da linguagem aceita por vários filósofos” e descreve a “teoria agostiniana” como “a certain theoretical account of ostensive definition” (pág. 305).

Trata-se, nas *Investigações*, de considerar os pressupostos que *põem* os problemas de Agostinho e do *Tractatus*⁵ e que, se mantidos, nos “seduzirão” a “perguntar sempre as mesmas questões” e a repeti-las inexoravelmente. Assim, segundo Hacker,

from this unselfconscious description, Wittgenstein precipitates a number of theses that, he thought, with sophisticated qualifications and refinements, inform numerous accounts of the nature of language.⁶

Qual é, então, a relação entre a imagem agostiniana e as diferentes teorias sobre o significado? A imagem é anterior a qualquer teoria e, por assim dizer, coloca o problema do significado e impõe a necessidade de constituir uma teoria. As diversas variações da concepção de significado apresentadas nas *Investigações* respondem à imagem agostiniana, são articulações ou tentativas estabelecidas a partir dessa estrutura geral: toda palavra tem um significado, que é algo no mundo que corresponde à palavra na linguagem. A imagem (agostiniana) da linguagem *põe* os fatos e a necessidade: em certo sentido, e à maneira kantiana, “necessidade” e “objetividade” são internos ou derivados dessa imagem, como Wittgenstein esclarecerá em *Da certeza*, onde tratará de modo mais amplo dos “mecanismos” da necessidade.

in fact, Augustine’s picture of language is not a theory, but an *Urbild* that moulds the form of different theories – with endless possible refinements and qualifications.⁷

Algumas questões permanecem, entretanto, em aberto: como se dá a contraposição a uma imagem da linguagem? Wittgenstein apresenta-nos uma outra alternativa? Como escolher entre elas? Como, nesse contexto, tratar do conceito de necessidade?

⁵ Nas *Investigações*, §23, por exemplo, Wittgenstein aproxima a passagem das *Confissões* do *Tractatus*, em seu equívoco de desconsiderar a multiplicidade de tipos de palavras e sentenças; Wittgenstein, “in expounding Augustine’s picture of language, had Frege, Russell, and the *Tractatus* in his target área”, P. M. S. Hacker, *Wittgenstein: connections and controversies*, pág. 239.

⁶ P. M. S. Hacker, *Wittgenstein: connections and controversies*, pág. 238.

⁷ P. M. S. Hacker, *Wittgenstein: connections and controversies*, pág. 240.

Consideremos a apresentação da imagem agostiniana da linguagem e a posição adotada por Wittgenstein, já no primeiro parágrafo das *Investigações*. O texto de Agostinho apresenta uma “imagem particular” da “essência da linguagem humana”, a saber: as palavras nomeiam objetos, sentenças são combinações desses nomes⁸. Na formulação de Wittgenstein, não se encontra nas *Confissões*, propriamente, uma concepção sobre o significado das palavras, que supõe que o significado é o objeto a que a palavra refere, corresponde ou nomeia, pois a idéia de que “toda palavra tem um significado” deriva da imagem agostiniana⁹, encontra nela “suas raízes”:

Nesta imagem da linguagem encontramos as *raízes* da seguinte idéia: cada palavra tem uma significação [*Bedeutung*]. Esta significação é agregada [*zugeordnet*] à palavra. É o objeto que a palavra substitui [*steht*]. [*PU*, 1]

Assim, cada nome corresponderia a um objeto (relação de que será chama da de *significação*), e, de modo derivado, um conjunto de objetos constitui uma sentença.

⁸ Cf. G. Baker & P. M. S. Hacker, *Wittgenstein – Understanding and meaning*, Vol 1, Part II – *Exegesis* §§ 1-184, pág. 8.

⁹ Pelo que foi dito até aqui, fica claro que chamá-la de “agostiniana” é, em certo sentido, exagerado, e apenas indica que essa concepção é apresentada por Wittgenstein por meio da referência à passagem das *Confissões* que abre o texto das *Investigações*. Entretanto, Agostinho é apenas uma instância, não um adversário a refutar, citado por partilhar e explicitar essa imagem, não por defendê-la de modo sólido. Agostinho, mantém, no que se refere à sua concepção de linguagem, elaborada de modo explícito no *De Magistro*, uma concepção platônica não muito distante daquela exposta no *Crátilo*, inclusive na estrutura e no encadeamento de sua argumentação. Segundo o *De Magistro*, não se aprende pelas palavras, e então o conhecimento das coisas é preferido ao das palavras. Como todas as palavras são nomes e estes são exteriores às coisas nomeadas (convenções – seguindo *Crátilo*), não se aprende. Nas *Confissões* (VII, 9 e 10) Agostinho diz que “Instigado por esses escritos [*alguns livros dos platônicos*] a retornar a mim mesmo, entrei no íntimo do meu coração sob tua guia, e o conquisei, porque tu te fizeste meu auxílio”. Quanto à proximidade entre o *Crátilo* e o *De Magistro*, encontramos em ambos a redução da análise da linguagem à análise do nome, sendo o nome próprio o modelo paradigmático, a afirmação do conhecimento direto das coisas como superior e anterior ao conhecimento pelas palavras, a recusa do fluxo. N. Malcolm (*Nothing is hidden*), por exemplo, acompanha a referência ao *Teeteto*, feita pelo próprio Wittgenstein [*Investigações*, 46 e segs], e aproxima a crítica ao *Tractatus* desenvolvida no início das *Investigações* a uma crítica mais geral à longa tradição da qual o *Tractatus* é apenas um episódio, a tradição platônica de análise e comentário da relação entre linguagem e mundo. A crítica ao platonismo não se limitaria, como afirma D. Pears ao “segundo principal episódio das *Investigações*” (*The false prison*); pelo contrário, o interlocutor de Wittgenstein seria, no mais das vezes, alguém que se situa na longa tradição platônica de análise da linguagem.

Essa passagem das *Confissões* apresenta uma imagem da linguagem que se pode dizer constituída a partir do modelo da *nomeação*. Segundo ela, o nome (talvez seja mais próprio falar do nome próprio) constitui-se, na relação de batismo, de correspondência unívoca que estabelece entre cada elemento no domínio da linguagem e os elementos do mundo, como o modelo a partir do qual toda a linguagem será compreendida. O modelo agostiniano desconsidera qualquer diferença entre tipos de palavras, apesar de parecer estar pensando principalmente em nomes como “mesa”, “cadeira”, “pão” e nos nomes próprios,

e nas restantes espécies de palavras como algo que se terminará por encontrar¹⁰

Esse texto nos apresenta uma certa relação entre palavras e objetos como sendo a essência da linguagem (“o objeto fora designado pelo som”). Mais do que isso, apresenta-nos uma imagem da linguagem segundo a qual ela é concebida a partir de uma dicotomia básica, entre linguagem e mundo, da qual decorre a pergunta pela relação entre palavras (linguagem) e objetos (mundo) e a afirmação de que os nomes corresponderiam a objetos. A relação de significação estabelecer-se-ia como uma correspondência entre essas duas ordens que se abrem e que serão, então, concebidas não só como separadas, a linguagem de um lado, o mundo do outro, mas como correspondentes, cada elemento da linguagem correspondendo a um elemento no mundo, e, portanto, apresentando-se a linguagem como uma *imagem* do mundo. É só a partir dessa suposição fundamental, colocada pela imagem agostiniana, que se pode formular problemas sobre como estabelecer a relação entre imagem e mundo (teorias do significado, da verdade, o debate sobre a definição ostensiva como mecanismo básico de vínculo entre essas duas ordens de coisas¹¹). Em uma linguagem “completa”, a cada objeto do mundo corresponderia uma palavra na linguagem. Aprender uma linguagem seria, então, aprender essas relações de correspondência. Dessa perspectiva é que seriam explicados todos os usos da linguagem: a concepção de Agostinho estabelecer-se-ia como núcleo de qualquer linguagem, já desde

¹⁰ Wittgenstein, *Investigações*, 1: “und an die übrigen Wortarten als etwas, was sich finden wird”.

¹¹ Cf. e.g. Wittgenstein, *Tractatus*, 3.26 e seus comentários.

a própria “linguagem natural” dos gestos, que nos apresenta o vínculo entre nome e nomeado por meio de definições ostensivas¹².

A dificuldade dessa abordagem, sua inadequação com nossa experiência, apresenta-se já indicada no próprio parágrafo 1. Wittgenstein imagina uma linguagem usada por alguém que vai a uma loja, composta pelas palavras “cinco maçãs vermelhas”:

Ele leva o papel ao negociante; este abre o caixote sobre o qual encontra-se o signo “maçãs”; depois, procura numa tabela a palavra “vermelho” e encontra frente a esta um modelo da cor; a seguir, enuncia a série dos numerais – suponho que a saiba de cor – até a palavra “cinco” e a cada numeral tira do caixote uma maçã da cor do modelo. [PU, 1]

Já nesse simples exemplo o modelo da nomeação, formulado por Agostinho, se mostra insuficiente, na medida em que não é capaz de dar conta na enorme diferença de uso entre essas três palavras. A imagem agostiniana refere-se apenas ao nome “maça”. A utilização da seqüência de números, a cada um deles pegando uma maçã, bem como da cor vermelha, identificada em um quadro de cores e depois procurada nas maçãs a serem pegadas, não pode ser descrita, sem grandes dificuldades, como nomes que correspondem a objetos. A linguagem que corresponde à imagem agostiniana teria que ser ainda mais simples do que essa. O texto se desdobra na afirmação de que o conceito de significado situado no fundamento da imagem agostiniana teria lugar apenas em uma idéia primitiva de como a linguagem funciona [PU, 2-3], em que não se considera a enorme diferença entre diversos tipos de palavras [PU, 10-12]. A imagem da linguagem contraposta por Wittgenstein parte da recusa dessa forma de se perguntar sobre a linguagem.

Essa recusa, e o caminho da argumentação a ser desenvolvida ao longo do texto, já está insinuada no primeiro parágrafo das *Investigações*. Wittgenstein apresenta a passagem das *Confissões* como uma certa imagem da *essência* da linguagem. A essa imagem de essência, contrapõe a descrição de um exemplo de uso de uma linguagem (“cinco maçãs vermelhas”), e conclui: “assim e de forma semelhante opera-se com palavras”.

¹² E que, portanto, pensa a linguagem a partir da idéia de representação do nome ou da proposição, e da verdade dessa representação (correspondência).

“Mas como ele sabe onde e como procurar a palavra ‘vermelho’ e o que vai fazer com a palavra ‘cinco’?” – Ora, suponho que ele *aja* como eu descrevi. As explicações têm em algum lugar um fim. – Mas qual é a significação da palavra “cinco”? De tal significação nada foi falado aqui; apenas, de como a palavra “cinco” é usada.

Essa resposta já nos apresenta a estrutura do procedimento das *Investigações*: Wittgenstein não contraporá uma outra imagem de essência àquela indicada pela passagem das *Confissões*, mesmo porque, a própria necessidade do conceito de essência é posta *no interior* dessa imagem (como será argumentado nas *Investigações* a partir do parágrafo 65).

Wittgenstein’s aim was to turn philosophers away from the unthinking temptation to succumb to the charm of the Augustinian picture, to abandon these misguided questions and to replace them with more fruitful questions that do not presuppose that the essential function of words is to stand for entities or sentences to describe something.¹³

No lugar de uma outra concepção sobre a essência da linguagem, encontramos a indicação de como se “opera” com palavras e a descrição de seus “usos”, bem como a frase “*assim, e de modo semelhante*” (*So, und ähnlich, operiert man mit Worten*), que nos remete, desde já, à concepção de *semelhança de família*, contraposta ao modelo de conceitos e essências derivado da imagem agostiniana.

De passagem, também já se anuncia a necessidade de que as explicações tenham “em algum lugar um fim”, a saber, em uma descrição, concepção fundamental na contraposição à imagem agostiniana (e que se relaciona de modo direto com o debate sobre a *Weltbild* e a distinção entre linguagem ordinária e lógica, tal qual apresentado em *Da certeza*).

Outras características presentes nessa imagem da linguagem, evidenciada por Agostinho, são a indicação dos gestos como “linguagem natural” a partir da qual qualquer outra linguagem se constitui e é ensinada, assim como da linguagem como mediação entre a

¹³ P. M. S. Hacker, *Wittgenstein: connections and controversies*, pág. 239.

interioridade, de acesso privativo, e a exterioridade, na medida em que é por meio da linguagem que, segundo Agostinho, podemos expressar nossos desejos, ou saber dos estados mentais. O recurso à concepção de uma “linguagem natural” é uma necessidade do modelo dicotômico descrito, pois o estabelecimento da correspondência (em parte convencional, em parte natural, como a concepção defendida por Sócrates no *Crátilo*¹⁴) pressupõe um início não convencional (ou então um relativismo “radical” seria inevitável).

O modelo de crítica de Wittgenstein à imagem agostiniana é, por assim dizer, interno: ela não corresponderia ao uso, é desencaminhadora, cria problemas, é insuficiente. Não se trata de dizer que, em algum sentido, o texto de Wittgenstein indica que há um uso correto da linguagem, que elimina todos os erros (e a filosofia). Não se trata de uma refutação, mas de uma “negociação”, como diz G. Baker, em que se apresenta tanto as dificuldades colocadas pela imagem agostiniana quanto a existência de uma alternativa, outra forma de ver a linguagem, que é apresentada nas *Investigações*. Wittgenstein pretende *mostrar* ao leitor e a seu interlocutor que essa outra forma de ver as coisas dissolve os problemas insolúveis da tradição platônica, ao devolver-nos, à *fricção*, ao “solo áspero”¹⁵.

Para além de todos esses pontos, porém, o comentário à imagem agostiniana parte da concepção de *significado* por ela formulada, a que Wittgenstein se contrapõe afirmando que a pergunta pelo *significado* não tem lugar na descrição da ação com palavras. Essa leitura do texto de Wittgenstein nos induziria a supor que *fora* da perspectiva instaurada pela concepção agostiniana a pergunta pelo significado de uma palavra não se coloca. De fato, o próprio parágrafo inicial das *Investigações* já parece apresentar as perspectivas dos caminhos a serem trilhados na contraposição a essa imagem de linguagem, e elas apontariam para a recusa da pergunta pelo significado, que se colocaria apenas a partir da imagem apresentada por Agostinho. A postura das *Investigações* será, de imediato, recusar essa idéia posta pela imagem agostiniana:

¹⁴ Cf. Platão, *Crátilo*, 432d-e e 435a-c.

¹⁵ “Wir wollen gehen; dann brauchen wir die *Reibung*. Zurück auf den rauhen Boden!” [*PU*, 107].

Aquele conceito filosófico da significação cabe bem numa representação primitiva da maneira pela qual a linguagem funciona. Mas, pode-se também dizer, é a representação de uma linguagem mais primitiva do que a nossa. [PU, 2]

O que seria, entretanto, pensar a linguagem *sem* o conceito de significado? O que seria “livrar-se” da imagem agostiniana da linguagem? Em que consiste essa recusa de Wittgenstein e quais os seus desdobramentos? Já desde seu início as *Investigações* armam sua pauta de problemas a serem enfrentados.

A uma imagem da essência da linguagem, Wittgenstein contrapõe, já nesse primeiro parágrafo das *Investigações*, não uma outra *narrativa de essência*, mas um exemplo particular, acompanhado pela proposição, que se revelará provocadora ao longo do texto (e objeto de sua explícita contraposição ao modelo de diálogo socrático): “assim e de forma semelhante opera-se com palavras”¹⁶. Esta resposta guarda, entretanto, uma outra discordância: à resposta de Agostinho a uma pergunta não colocada anteriormente, não colocada senão por ele mesmo, sobre a essência da linguagem, Wittgenstein contrapõe uma descrição sobre como se *opera* com a linguagem, apresenta seu *uso*. A reação é imediata: um interlocutor aparece pela primeira vez no texto e aponta para a falta que há nessa outra imagem que Wittgenstein principia a apresentar – e que a imagem anterior parecia suprir: mas como *saber* como usar “vermelho” e “cinco”? Esta pergunta, exaustivamente reformulada ao longo do texto, apresenta-se como contraparte da imagem agostiniana de uma linguagem que é espelho do mundo: a afirmação da necessidade de uma mediação na relação entre a linguagem e seu uso, expressa aqui como exigência de um *saber*, de um pressuposto ao uso da linguagem, à sua relação com o mundo, que se situa fora dele (e que será concebida como imagem, mental ou não, ou regra, ou outra forma de anteparo, anterior e exterior à ação), como se ao recorrer à mediação a “estranha” relação entre a palavra e seu uso fosse *explicada*.

Wittgenstein responde de uma forma que boa parte das *Investigações* tentará explicar:

¹⁶ Cf. também Wittgenstein, *Bemerkungen über die Grundlagen der Mathematik*, I, 74.

Ora, suponho que ele aja como eu descrevi. As explicações têm em algum lugar um fim. – Mas qual é a significação da palavra “cinco”? – De tal significação nada foi falado aqui; apenas, de como a palavra “cinco” é usada. [PU, 1]

Por hora, pontuemos os fios a serem puxados em nossa leitura desse texto que se arma inteiro, sem rodeios, desde seu início. De alguma forma, Wittgenstein parece dizer que a ação não pressupõe o conhecimento de que falava Agostinho (da relação de significação entre nome e objeto), e qual seja o conhecimento pressuposto será uma questão em aberto (considerado, por exemplo, nos parágrafos 30 e 31 das *Investigações*); o uso não pressupõe o significado¹⁷, como a questão do interlocutor parecia indicar.

A conclusão parece ser a recusa quase completa do modelo agostiniano de linguagem e da pergunta pelo significado, a ele associado:

Quando se considera o exemplo do § 1, talvez se pressinta em que medida o conceito geral da significação das palavras [*Begriff der Bedeutung der Worte*] envolve o funcionamento da linguagem com uma bruma que torna impossível a visão clara. – Dissipa-se a névoa quando estudamos os fenômenos da linguagem em espécies primitivas do seu emprego, nos quais pode-se abranger claramente a finalidade e o funcionamento das palavras. [PU, 5]

A posição inicial de Wittgenstein parece ser a recusa dos pressupostos a partir dos quais o problema do significado é colocado na imagem agostiniana da linguagem. A recusa se dirige não a uma resposta particular, a uma concepção sobre o significado, mas a todo o jogo de perguntas e respostas em que se situava¹⁸, a essa imagem que apresenta a linguagem como um duplo do mundo, situada fora dele, com o qual manteria uma relação de correspondência.

¹⁷ Note-se, de passagem, que *significado* e *uso* estão contrapostos, diferente do que acontece na fórmula “significado é uso”, como algumas vezes se tenta apresentar a concepção de Wittgenstein nas *Investigações*; a pergunta pelo significado indicaria um pressuposto ao uso; afirmar que significado é uso implica em recusar a mediação do “conhecimento do significado”.

¹⁸ Como faz Teodoro, tentando recusar o jogo de Sócrates no *Teeteto*, ou Hípias, que não cede a ele e sustenta em todo o diálogo a resposta por enumeração de casos exemplares – motivo pelo qual é violentamente ofendido por Sócrates.

Assim, o texto das *Investigações* se estrutura não apenas por oposição e crítica à imagem agostiniana, mas pela contraposição a ela de uma outra imagem da linguagem e de uma outra concepção sobre a filosofia e seus procedimentos.

The *Investigation* advances a different conception of philosophy, a new way of understanding philosophical problems, and novel methods for tackling them. It is therefore unsurprising that the first quarter of the *Investigations* is contrapuntal. On the one hand, Wittgenstein criticizes, implicitly or explicitly, the fundamental commitments that underlay his first philosophy; on the other hand, he replaces them with a quite different way of tackling the problems.¹⁹

Como se argumentará adiante, essa contraposição à imagem agostiniana e a suas reformulações (as quais o próprio Wittgenstein parece ter elaborado e sustentado em algum momento²⁰) atravessa o conjunto do texto²¹, o que reforça a concepção da imagem agostiniana como uma espécie de raiz (*Wurzeln* [PU, 1]) da qual derivam os equívocos que as *Investigações* (e textos posteriores) tentam corrigir.

As *Investigações* se constroem não como uma resposta alternativa aos velhos problemas de uma teoria do significado, mas como desconfiança e recusa de qualquer teoria dessa natureza, e do próprio “conceito de significado”. Pelo contrário, se apresentará inserida no domínio da ação humana, como “parte da história natural” e não como derivação um modelo ideal, universal e independente do contexto da vida e da experiência.

¹⁹ G. Baker & P. M. S. Hacker, *Wittgenstein – Understanding and meaning*, Vol 1, Part II – *Exegesis* §§ 1-184, pág. 7

²⁰ Não apenas no *Tractatus*, mas também nas primeiras tentativas de reformulação e crítica a ele, consideradas entre 1929 e 1933, na medida em que os trabalhos desse período, ainda que elaborem críticas ao *Tractatus*, partilham alguns de seus principais pressupostos, presentes na imagem agostiniana da linguagem, como veremos adiante.

²¹ Talvez se possa dizer que o exercício contínuo de debate e crítica de concepções que o próprio Wittgenstein sustentou anteriormente é um elemento de unidade de sua obra a partir de 1929.

Uma outra *imagem*

A “razão” na linguagem: oh! mas que
velha matrona enganadora! Eu temo
que não venhamos a nos ver livres de
Deus porque ainda acreditamos na
gramática...

F. Nietzsche, *Crepúsculo dos Ídolos* (II, 5)

Recusa da imagem agostiniana

A passagem das *Confissões* de Agostinho citada por Wittgenstein no início das *Investigações* garante-lhe uma vantagem muito significativa já desde o início de sua argumentação: Agostinho descreve como supõe que a linguagem é aprendida. Assim, Wittgenstein pode colocar-se a mesma questão: como a linguagem é aprendida e usada? Isto permite que já no primeiro parágrafo do texto se recuse a pergunta “teórica” pelo conceito de significado (pergunta que induziria ao modelo de investigação socrática), situando o debate no terreno do uso da linguagem.

Poder-se-ia objetar a Wittgenstein, entretanto, que a descrição do aprendizado não deve ser confundida com a apreensão do significado, ou com o conhecimento que temos sobre a linguagem: aprender e usar não são, necessariamente, equivalentes a conhecer.

Mas é justamente contra essa alternativa, contra essa distinção, ao menos em sua forma tradicional, que Wittgenstein conduz o texto. O que em nosso uso da linguagem é a *compreensão* do significado? Em que sentido se poderia falar que a compreensão é um pressuposto ao uso? Qual o papel que ele desempenha? Os parágrafos iniciais das *Investigações* acompanham vários jogos de linguagem com a palavra “significado” reduzindo cada vez mais a distância entre *conhecimento* e *uso*. A cada pergunta pelo “significado”, que deveria ser *conhecido*, pressuposto ao uso como a teoria seria à ação, mais se aproxima significado e uso, “conhecimento” e ação.

Mas se isso efetiva o ensino ostensivo, - devo dizer que efetiva a compreensão da palavra? *Não compreende a ordem “lajota!” aquele que age de acordo com ela?* - Certamente o ensino ostensivo ajudou a produzir isto; mas na verdade apenas junto com uma lição determinada. Com uma outra lição, o mesmo ensino ostensivo dessas palavras teria efetivado uma compreensão completamente diferente. [PU, 6 – tradução revisada; itálicos acrescentados]

A questão delicada sobre a leitura dessa passagem é compreender se a ação é signo da existência do conhecimento, mas diferente dele, *determinado* por ele, ou se esses limites caminham na direção de se diluírem. O que se pretende nesse diálogo do parágrafo 6 é evidenciar a limitação da definição ostensiva na *determinação* do significado. Entretanto, efetua-se, de passagem, uma aproximação entre conhecimento e ação, entre significado e uso, que reaparecerá por diversas vezes ao longo do texto:

O que *designam* [*bezeichnen*], pois, as palavras dessa linguagem? – O que elas designam, como posso mostrar isso, a não ser na maneira do seu uso? E este uso já descrevemos. [PU, 10]

Uma alternativa por meio da qual se pode evidenciar a maneira como o problema se coloca é perguntar se abandonada a *determinação* do uso por um *significado* concebido como uma “entidade” diferente e anterior a ele, supostamente pressuposta para a estabilidade da significação, seria ainda concebível a *determinação* da ação pelo conhecimento (algo anterior, “teórico”, “puro”, pressuposto). O texto indica que o “significado” de uma palavra não é dado nem pela definição ostensiva, nem por qualquer objeto que a ela corresponderia: *é mostrado* por seu *uso*, ou de alguma forma se confunde com ele. O que se *conhece*, então, quando se conhece o significado de uma palavra? Qual o pressuposto, se há algum, ao uso, ao jogo com a palavra? A suposição de uma relação de correspondência entre palavra e objeto, ou de que o significado é o objeto que a ela corresponde, ou alguma outra entidade equivalente (concebida à imagem de um objeto), não passa de neblina a ser dissipada [PU, 5]. O jogo da definição ostensiva, assim como a idéia de correspondência, só podem se apresentar quando o restante já é sabido.

Poder-se-ia, pois, dizer: a definição ostensiva elucida o uso – a significação – da palavra quando já é claro qual papel a palavra deve desempenhar na linguagem. [PU, 30]¹

Esse debate inicial sobre a definição ostensiva é interessante por evidenciar o núcleo do que será, adiante no texto, a argumentação de Wittgenstein sobre semelhança de família, regras e linguagem privada. De fato, pode-se identificar um modelo básico de argumentação que sustenta partes significativas do texto: a objeção que nos contrapõe, dada a formulação tradicional do problema da significação, a uma aparente alternativa entre duas únicas possibilidades, de um lado uma viciosa regressão ao infinito, de outro uma interrupção dessa regressão por meio da identificação de um fundamento auto-evidente, que não pressuporia interpretação. Wittgenstein recusa reiteradamente esse dilema, e, como veremos, situa as duas alternativas no interior de uma mesma perspectiva do debate sobre o significado, um certo platonismo, por ele recusado.

Essa objeção de Wittgenstein consiste em evidenciar que a definição ostensiva caracteriza-se como um jogo que pressupõe regras compartilhadas entre os interlocutores, pois mesmo uma definição ostensiva pode ser interpretada de diversas maneiras. O caráter aparentemente necessário da significação da definição ostensiva é recusado frente a uma longa série de exemplos de possíveis imprecisões na interpretação. A significação dessas definições não é imediata, pressuporia uma “interpretação”, e, portanto, não interrompe a cadeia das interpretações, não pode desempenhar o papel de anteparo último da significação, que sustenta o edifício dos significados na linguagem. Não será a definição ostensiva que estabelecerá a ligação entre linguagem e mundo. Agostinho refere-se à “mímica, e jogos dos olhos”, “movimentos dos membros” e “som da voz” como uma “linguagem natural de todos os povos”. Para Wittgenstein, pelo contrário,

Chinese gestures are as unintelligible to us as Chinese sentences.²

O que se indica aqui é que, para além da aparente evidência e *necessidade* da significação do conjunto de sinais que caracterizariam esse suposto “grau zero” da linguagem, em que

¹ Cf. Wittgenstein, *Investigações*, 28-31.

² Wittgenstein, *MS110*, 121, *apud* C. Diamond, “Rules: looking in the right place”, *in*: D. Z. Phillips & P. Winch, *Wittgenstein: attention to particulars*, pág. 71

ela remeteria de modo direto aos objetos no mundo, e estabeleceria o que seria o fundamento de qualquer relação de significação, por meio da definição ostensiva, estes procedimentos só têm os efeitos que conhecemos, só ganham significação, dentro de um jogo de linguagem específico, no contexto de uma forma de vida, de tal maneira que, em um outro jogo (o “chinês” na citação do *MS110*), sua significação poderia ser absolutamente distinta, ou mesmo não existir significação.

Assim, é interessante observar as afirmações feitas por Wittgenstein no parágrafo 31 das *Investigações*. Entre os parágrafos 28 e 30 desdobra-se a argumentação sobre o caráter não necessário da significação de uma definição ostensiva, situando esta no contexto de uma forma de vida particular. Já no parágrafo 28 a formulação se faz explícita:

Isto é, a definição ostensiva pode ser interpretada diferentemente em *todo* caso.
[PU, 28 – tradução revisada]

Essa ausência de uma univocidade na definição ostensiva é apresentada pela similaridade entre apontar para a cor de um objeto ou sua forma, etc. A diferenciação entre esses vários procedimentos se faria por meio de “outras palavras” [PU, 29], dizendo-se “esta cor é chamada...”. Isso impediria que a definição ostensiva desempenhasse o papel que lhe cabe nessa concepção agostiniana de linguagem, de remeter a significação ao mundo e estabelecer a base de toda significação. Como seria estabelecida, então, em última instância, a relação entre linguagem e mundo, no caso de a ostensão pressupor o uso de outras palavras?

O núcleo da argumentação de Wittgenstein, que reaparecerá diversas vezes no texto (e também em textos posteriores), evidenciando sua relevância na argumentação das *Investigações*, é explicado a partir do parágrafo 30:

Deve-se já saber (ou ser capaz de) algo, para se perguntar sobre a denominação.
Mas o que se deve saber?

Quais são os pressupostos a que se pergunte o nome de algo? O parágrafo 31 nos apresenta três condições: deve-se *saber como usar* o nome (dizer que “rei” é o nome de uma peça de xadrez “não elucida seu uso”); deve-se *ter o lugar para o nome preparado* (quando, por exemplo, alguém sabe jogar xadrez – mas não necessariamente suas regras –

e lhe é dito que uma certa peça é o rei); deve-se conhecer *outras coisas similares* (outros jogos, por exemplo), de modo a situar a significação apresentada em um contexto mais amplo.

E apenas nessas circunstâncias se poderá perguntar de modo relevante, durante o aprendizado do jogo, “como se chama isso” – a saber, essa peça do jogo. [PU, 31 – tradução revisada]³

Em resumo, caso não se saiba o que fazer com o nome, não se o situe em meio a uma prática, a pergunta pela nomeação não pode ser colocada: nada se diria, nada significaria, não se poderia situar o nome indicado em meio à experiência da linguagem. É necessário saber *o que fazer* com o nome. O que se apresenta é a impossibilidade de considerar a linguagem fora do contexto de uma forma de vida específica, de se tratar de qualquer “significação” independentemente dos usos.

Nesse momento, a observação central é que a escolha de uma interpretação específica não é dada de imediato pela própria definição ostensiva, nem essa definição prescinde de interpretação, a qual se definirá dependendo das *circunstâncias* [PU, 33 e 35], do *uso* que se faz das palavras [PU, 34], recusando-se assim a possibilidade de falar de seu caráter natural, universal, ou mesmo de uma essência ou “experiência característica” ligada a ela⁴.

Esse percurso torna problemática a concepção de qual seria a relação entre linguagem e mundo [PU, 37-38], na medida em que a definição ostensiva teria justamente o papel de estabelecer a conexão entre essas duas ordens e possibilitar a caracterização da linguagem como “imagem do mundo”. Se o significado não é dado senão pelo uso, aquilo que apresentamos ao ensinar uma criança a usar uma palavra (exemplos, analogias e indicações gerais - e imprecisas⁵) é tudo o que há a ser dito e sabido.

³ "Wir können sagen: Nach der Benennung fragt nur der sinnvoll, der schon etwas mit ihr anzufangen weiß".

⁴ Cf. e.g. P. Bouveresse, *Le mythe de l'intériorité*, págs. 415 e segs.

⁵ Cf. a forma como Wittgenstein apresenta o “conceito” de jogo de linguagem em *Investigações*, 7.

Como explicaríamos a alguém o que é um jogo? Creio que lhe descreveríamos *jogos*, e poderíamos acrescentar à descrição: “Isto e outras coisas semelhantes chamamos de ‘jogos’”. E nós próprios sabemos mais? [PU, 69]

A aproximação entre o uso, a ação (que se pode *descrever*) e o conhecimento se acentua ainda mais, de tal forma que cabe insistir na questão inicialmente colocada: aprender equivaleria a conhecer? Não se trata de uma equivalência: os jogos de linguagens por meio dos quais se utilizam essas palavras (aprender e conhecer) são diferentes; mas Wittgenstein parece perguntar insistentemente: o que há além do uso que se faz das palavras? Parecia haver uma imagem mental, mas ela não é necessária; parecia haver alguma forma de objeto, mas isso se revela equivocado, mesmo porque essa descrição desconsidera a enorme diferença que há entre as palavras – para além de sua semelhança superficial (como são semelhantes as alavancas de uma locomotiva).

O problema central da imagem da linguagem apresentada por Agostinho parece ser essa indicação da necessidade de um conhecimento da relação de correspondência do nome a algum objeto ou coisa equivalente, possivelmente oculto na mente, como um pressuposto ao uso da linguagem, inclusive porque Agostinho diz que é como se a linguagem trouxesse ao exterior, ainda que de modo limitado e precário, “as sensações da alma, quando esta deseja algo, ou se detém, ou recusa ou foge” – de tal forma que o aprendizado de Agostinho caracterizar-se-ia sobretudo por

to understand what objects they signified; and after I trained my mouth to form these signs, I used them to express my own desires⁶

fazendo da linguagem um meio de relacionar esses domínios privados, mentais. Mesmo a referência a objetos exteriores seria mediada pelo conhecimento (mental) do significado; “o significado” seria, aparentemente, uma entidade mental.

Ao afirmar que não parece haver nada além do uso, as *Investigações* recusam a própria pergunta por o que é o significado, compreendida como uma pergunta por o que é anterior e pressuposto ao uso, por o que é esse conhecimento que torna possível o uso da linguagem por alguém. O que aprende quem se torna usuário de uma linguagem?

⁶ Agostinho, *Confissões*, apud *Investigações*, 1.

Aprende a agir de certa forma, a usar aquilo de que essa linguagem se compõe, a se comportar de formas específicas.

O termo “*jogo de linguagem*” deve aqui salientar que o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida. [PU, 23]

Nesse contexto em que se situa, essa famosa passagem está distante de apresentar-nos a natureza ou essência da linguagem. Na medida em que conhecer o significado da linguagem aproxima-se, como vimos, de aprender a usá-la, uma linguagem é parte de uma atividade, um conjunto de jogos de como agir e reagir a certos sinais, e, portanto, uma forma de vida – parte da “história natural”, tanto quanto “caminhar, comer, beber e jogar” [PU, 25]. O significado de uma palavra só se estabelece, como ocorre com qualquer outra ação, em meio a uma forma de vida – como Wittgenstein argumenta no caso da ostensão, que só pode ganhar o papel de uma “definição” no interior de um jogo com regras muito particulares.

Parece não haver nada, então, entre a linguagem e seu uso. Perguntar se alguém conhece o significado de uma palavra equivale a perguntar se ele sabe como usá-la. Aprender uma linguagem seria, nesse contexto, resultado de um *treinamento*, a contrapartida do *uso*, não de uma explicação, como no caso da concepção de que a linguagem pressupõe um conhecimento anterior à ação⁷. *Uma linguagem não é uma teoria*.

Interessa-nos, por ora, observar que Wittgenstein, já desde o início das *Investigações*, constrói seu percurso contrapondo-se à imagem agostiniana da linguagem e elaborando uma outra imagem da linguagem, de uma forma que tentaremos identificar, indica para uma relação “muito próxima” entre significação e uso, conhecimento e prática. Observe-se, entretanto, que diferentes linguagens não são diferentes imagens, olhares sobre o mundo (não se trata de uma argumentação relativista sobre a multiplicidade de interpretações que se pode sobrepor ao mundo) – pelo contrário: são diferentes formas de viver e agir (sem interpretação, sem relativismo possível) – a qual sempre depende das circunstâncias.

⁷ “A child uses such primitive forms of language when it learns to talk. Here the teaching of language is not explanation, but training.”, *Investigações*, 5.

Qual a relação que se apresenta aqui entre significado e conhecimento, de um lado, e uso, de outro? Não se disse ainda agora que conhecer o significado é “saber usar” a palavra? Não há, entretanto, para além disso, em algum sentido, um saber pressuposto ao uso? Afinal, eu diria que *sei* contar até 10.000, ainda que não o faça, ou que não o faça agora. A tentação de voltar a conceber a linguagem como um “cálculo com regras fixas”, como fazia o *Tractatus*, no contexto da imagem agostiniana, nos rodeia a cada passo.

Linguagem, cálculo e regras no Tractatus e nas Investigações

Consideremos preliminarmente o contraste entre essas duas *imagens* da linguagem, a do *Tractatus* e a das *Investigações*, a partir de uma aproximação entre as concepções de *cálculo* e *regras* apresentas em cada um desses textos, o que evidenciará o contraste entre os procedimentos e as concepções de filosofia e linguagem em cada um desses momentos da obra de Wittgenstein.

Após a publicação do *Tractatus*, um livro que encontra, de imediato, uma enorme repercussão no meio filosófico europeu, Wittgenstein “abandona” a filosofia. Retira-se para o interior da Áustria, onde se dedica a ser professor de crianças; depois, constrói uma casa para sua irmã⁸. Em seu retorno a Cambridge, em 1929, afasta-se da concepção de linguagem exposta no *Tractatus* e inicia um trabalho que resultará nas *Investigações filosóficas*, um livro que nos apresenta uma visão de mundo que seria em quase tudo diversa do anterior. Essa história, contada dessa maneira, é talvez de domínio comum no meio filosófico, e é a partir dela que se constituem as estranhas e curiosas expressões “Primeiro Wittgenstein” e “Segundo Wittgenstein”. De fato, é muito curioso que o próprio Wittgenstein tenha produzido uma crítica tão radical de seu trabalho anterior – algo raro de se encontrar na filosofia.

Entretanto, para além da forma anedótica de descrever essa transição, em seu retorno à filosofia Wittgenstein ainda mantém, de início, elementos importante do núcleo da

⁸ Sobre dados biográficos de Wittgenstein, cf. R. Monk, *Ludwig Wittgenstein - The duty of the genius*, e N. Malcolm, *Ludwig Wittgenstein – A Memoir*.

concepção do *Tractatus*⁹, dentre elas a suposição de que a linguagem seja um *cálculo com regras fixas e definidas*, pressupostas em nosso uso cotidiano, e que cabe à filosofia evidenciar e esclarecer.

[About the *Tractatus*] For the general form of logical operation is the general form of thinking: and thinking is calculating.¹⁰

Esta concepção sobre a linguagem que sustenta o *Tractatus* é partilhada por boa parte da tradição filosófica ocidental, na qual ocupa, de modo explícito ou não, um lugar central. De forma mais imediata, pode-se caracterizá-la como um certo *platonismo* partilhado por Frege e, como Wittgenstein indicará nas *Investigações*, por Agostinho. O *Tractatus* pode ser descrito, desse ponto de vista, como a culminância dessa longa e influente tradição.

Uma das grandes novidades e motivos de interesse das *Investigações* está em recusar a concepção de linguagem como um “cálculo com regras fixas” e tudo o que a ela está relacionado – certas maneiras de descrever o pensamento, o conhecimento, a necessidade e os processos por meio dos quais se determinam nossas ações. As *Investigações* marcam, assim, um rompimento não só com pressupostos centrais do *Tractatus*, mas com aquela longa tradição à qual ele se liga¹¹.

O resultado será a redefinição de grande parte das descrições de nossos procedimentos considerados pela filosofia (conhecimento, linguagem, “seguir uma regra”) a partir da recusa radical de qualquer *intelectualismo*, constituindo-se algo como uma *filosofia da práxis* (no sentido mais radical que essa expressão pode tomar): a apresentação de uma prática que “cuida de si própria” e que recusa a precedência ou relevância que a tradição ocidental insistentemente vincula ao olhar *teórico* (a um olhar que se lança para o mundo desde fora dele) e aos processos mentais (no sentido em que discutiremos esses termos

⁹ Cf. e.g. Bento Prado Neto, *Fenomenologia em Wittgenstein*, págs. 22 e segs., sobre os elementos da concepção tractariana presentes nas investigações de Wittgenstein em seu “retorno” à filosofia, em 1929-1930. Cf. também P. Bouveresse, *Le mythe de l'intériorité*, págs. 231 a 246.

¹⁰ R. Rhees, *The philosophy of Wittgenstein*, pág. 38, *apud* C. Diamond, “Rules: looking in the right place”, in: D. Z. Phillips & P. Winch, *Wittgenstein: attention to particulars*, pág. 13.

¹¹ Sobre a relação entre o *Tractatus* e as *Investigações*, cf. o debate proposto em A. Crary & R. Read, *The new Wittgenstein*, parte II, bem como a defesa de uma contraposição forte entre esses dois momentos da obra de Wittgenstein, apresentada nesse mesmo volume por P. M. S. Hacker (“Was he trying to whistle it?”, pág. 353 e segs.).

adiante). Por esse caminho, Wittgenstein constrói, sob a forma de uma reflexão sobre a linguagem, uma grande radiografia e crítica do núcleo da tradição filosófica ocidental. Mais ainda, dedica-se exaustivamente a desdobrar as conseqüências de seu abandono e a tentar resolver dificuldades e mal-entendidos que esse movimento provoca.

Nossa análise das *Investigações* parte da afirmação de que sua leitura pode organizar-se a partir desse projeto geral de substituir uma certa *imagem* da linguagem como “cálculo com regras definidas” por uma outra *imagem*, mais próxima da idéia de *jogo*. Consideremos, então, de início, o que Wittgenstein entende pelos termos *cálculo* e *regra* no contexto das *Investigações* e em que sentido seu trabalho anterior, bem como a tradição à qual este se liga, teria em seu fundamento a concepção da linguagem como um “cálculo com regras fixas”.

A recusa da concepção de linguagem como Cálculo

O debate sobre as regras e sua relação com a significação, o conhecimento e com nossas ações atravessa, de certa perspectiva, o conjunto das reflexões de Wittgenstein. Assim, ele mesmo, nas *Investigações*, descreve seu trabalho anterior a partir de uma certa concepção sobre a relação entre regras e a linguagem, criticada nas *Investigações*:

Tudo isto, porém, pode apenas aparecer em sua verdadeira luz quando se obtiver maior clareza sobre os conceitos de compreender, querer dizer [*meinen*] e pensar. Pois então se tornará também claro o que pode nos levar (*e que me levou*) a pensar que quem pronuncia uma frase lhe dá significação [*meint*] ou a compreende realiza com isto um cálculo segundo regras determinadas [*damit einen Kalkül betreibt, nach bestimmten Regeln*]. [*PU*, 81 – grifo meu]¹².

No mesmo sentido, Wittgenstein diz da posição à qual se contrapõe, que ela concebe que

¹² “Denn dann wird auch klar werden, was uns dazu verleiten kann (und mich verleitet hat) zu denken, daß, wer einen Satz ausspricht und ihn meint, oder versteht, damit einen Kalkül betreibt, nach bestimmten Regeln”.

que nós, notadamente em filosofia, comparamos freqüentemente o uso das palavras com jogos, com cálculos segundo regras fixas (*Kalkülen nach festen Regeln*) [PU, 81]¹³

Wittgenstein identifica de modo expresso a sua concepção anterior a respeito da linguagem a um cálculo com regras determinadas e, de modo derivado, sua suposição de que o significado de uma sentença seria dado por essas regras. A concepção de linguagem do *Tractatus* partiria da

conviction that in speaking a language, any language, one tacitly commits oneself to certain rules, and the philosophy clarifies those rules by finding a way of speaking that unambiguously displays their structure¹⁴

As *Investigações* afirmam explicitamente que a significação de uma sentença seria, segundo a concepção anterior de Wittgenstein, a operação de um cálculo de acordo com regras determinadas, fixas, e seu objetivo será contrapor-se a essa concepção. Ali Wittgenstein

criticizes this *Tractatus* conception [that every indeterminacy is analyzable into a disjunction of propositions each of which has a determinate sense]. A language is not a calculus with rigid rules that provide for all possible circumstances. There are many vague concepts in natural language.¹⁵

De modo mais detalhado, J. Katz situa a recusa da concepção da linguagem como um cálculo com regras fixas no contexto da recusa das concepções fregeanas presentes no *Tractatus*:

Wittgenstein abandoned Frege's theory of meaning with senses as objective presentations of reality and its truth-functional conception of the form of propositions, Frege's idea of logical form as something hidden beneath the

¹³ “Daß wir nämlich in der Philosophie den Gebrauch der Wörter oft mit Spielen, Kalkülen nach festen Regeln ”.

¹⁴ David. G. Stern, *Wittgenstein on Mind and Language*, pág. 101.

¹⁵ G. Baker & P. M. S. Hacker, *Wittgenstein – Understanding and meaning*, Vol 1, Part II – *Exegesis* §§ 1-184, pág. 11.

grammatical surface of sentences, together with its associated idea of analysis as revealing underlying logical form, and, finally, Frege's conception of *a logically perfect language as a calculus with fixed rules*, embodying the logician's ideal of complete precision.¹⁶ [itálico acrescentado]

De qualquer forma, o parágrafo 81 das *Investigações* nos apresenta um roteiro interessante para a compreensão do conjunto das reflexões de Wittgenstein e para a análise da relação entre seus trabalhos anteriores e as *Investigações*: a concepção da linguagem como cálculo, que dominaria o *Tractatus* e alguns outros trabalhos posteriores, está diretamente ligada aos conceitos de *compreender*, *significação* e *pensamento* (“*die Begriffe des Verstehens, Meinens und Denkens*”), que constituem-se como os principais temas das *Investigações* – na medida em que, veremos, o abandono da concepção da linguagem como cálculo não se fará sem enormes conseqüências para a análise desses temas a ela diretamente relacionados.

Cumpre-nos, portanto, compreender, em primeiro lugar, essa mudança radical na concepção da linguagem que transita da imagem do *cálculo* para a metáfora do *jogo*, e, a partir daí, as conseqüências que esta mudança implica para os temas citados – conhecimento, pensamento e outros.

No conjunto das *Investigações*, o debate sobre as regras aparece na sucessão de alternativas recusadas por Wittgenstein para a caracterização do *significado* de uma palavra ou sentença. Esta sucessão se inicia com o modelo agostiniano, que vai sendo depois elaborado (pelo interlocutor implícito do texto ou pelo próprio Wittgenstein) de modo que se preserve, ainda, o núcleo que o alimenta. O parágrafo 81, citado acima, ocorre justamente após o longo debate sobre a imagem agostiniana e, em contraposição a ela, da concepção de “semelhança de família”. Nesse contexto, Wittgenstein recorda a caracterização de F. P. Ramsey, de que a lógica seria uma “ciência normativa”, o que interpreta como referindo-se à compreensão do uso das palavras a partir do modelo do cálculo. Sob esse pretexto, inicia-se uma longa digressão, aparentemente um excursão,

¹⁶ Jerrold J. Katz, *The Metaphysics of Meaning*, pág. 3

sobre a compreensão da lógica como sublime, “como se nossa lógica fosse uma lógica, por assim dizer, para o vazio” [PU, 81], e sua recusa por Wittgenstein.

O núcleo do debate sobre as regras seria, porém, segundo o mapeamento tradicional das *Investigações*, o trecho seguinte, entre os parágrafos 143 e 242, em que Wittgenstein apresente sua famosa abordagem do que seria “seguir uma regra”, identificado por S. Kripke como fundamento do “argumento da linguagem privada”, exposto a partir do parágrafo 242. Essa leitura do texto pode, entretanto, nos induzir a uma abordagem equivocada do tema do cálculo e das regras. A concepção de que o significado dos nomes é dado por uma regra não se apresenta, como pode parecer a uma primeira abordagem, como uma alternativa isolada em uma sucessão de possibilidades consideradas nas *Investigações*. Na *Gramática Filosófica* Wittgenstein indica a aplicação dessa descrição da linguagem como cálculo já ao modelo agostiniano, apresentado no início das *Investigações*:

Augustine does describe a calculus of our language, only not everything that we call language is that calculus¹⁷.

De modo mais explícito, a definição ostensiva, tema dos primeiros parágrafos das *Investigações* e núcleo da concepção agostiniana¹⁸, é descrita como um caso particular da concepção de que o significado de uma palavra é dado por uma regra. A própria definição ostensiva é descrita como um caso particular de regra para o uso das palavras:

Can an ostensive definition come into collision *with the other rules* for the use of a word? – It might appear so; but rules can’t collide, unless they contradict each

¹⁷ PG, pág. 57. Este texto é reproduzido de modo quase literal nas *Investigações*, parágrafo 3, exceto pela substituição de “cálculo” (*Kalkul*) por “sistema de comunicação” (*System der Verständigung*).

¹⁸ “These two components of the Augustinian picture [a saber, a suposição de que toda palavra tem um significado e de que sentenças são combinações de palavras e sua função essencial é descrever] constitute a leitmotif of the *Philosophical Investigations*, and indeed of much of Wittgenstein’s philosophy of mathematic. P. M. S. Hacker, *Wittgenstein: connections and controversies*, pág. 239.

other. That aside, it is they that determine a meaning [*Bedeutung*]; there isn't a meaning that they are answerable to and could contradict¹⁹ [*itálico acrescentado*].

A suposição de que definições ostensivas são regras é parte da leitura do *Tractatus* feita pelo Círculo de Viena. Para Waissmann e Schlick,

Ostensive definitions obviously constituted rules for the correct use of signs.²⁰

O *Tractatus* já apresentava então uma concepção da linguagem como um “calculus of meaning-rules governing the uses of symbols”²¹. Em *Some Remarks on Logical Form*, texto de 1929, Wittgenstein evidenciaria a concepção apresentada no *Tractatus*:

By syntax in this general sense of the word I mean the rules which tell us in which connections only a word gives sense, thus excluding nonsensical structures. The syntax of ordinary language, as is well known, is not quite adequate for this purpose. It does not in all cases prevent the construction of nonsensical pseudo-propositions²².

As regras (ou a *sintaxe lógica*) determinam as relações que uma palavra pode estabelecer – o que, no contexto do *Tractatus*, em que a possibilidade de ocorrer em um fato atômico é a *forma* do objeto²³, identifica-se com a própria significação das palavras.

Se conheço o objeto, conheço também todas as possibilidades de seu aparecimento em estados de coisas. / (Cada uma dessas possibilidades deve estar na natureza do objeto.) / Não se pode encontrar depois uma nova possibilidade.²⁴

¹⁹ *PG*, 184. Cf. também e.g. *PG*, 61: “But when we learn the meaning of a word, we are very often given only the single rule, the ostensive definition”.

²⁰ P. M. S. Hacker, *Wittgenstein: connections and controversies*, pág. 253.

²¹ P. M. S. Hacker, *Wittgenstein: connections and controversies*, págs. 244 e 118; *Tractatus*, 5.473, 3.25, 3.344.

²² Wittgenstein, *SRLF*, pág. 29.

²³ Wittgenstein, *Tractatus*, 2.0141

²⁴ Wittgenstein, *Tractatus*, 2.0123.

Não é por acaso que a caracterização da concepção da linguagem do *Tractatus* como um cálculo com regras fixas se faz explicitamente por meio de referências de textos posteriores²⁵.

É nesse contexto, em sua releitura crítica dos trabalhos anteriores, que Wittgenstein formula explicitamente essa concepção, atribuindo-a já ao *Tractatus*²⁶ e ainda a sustentando e articulando por um longo tempo, o que talvez seja a característica mais relevante para marcar a distância entre esses trabalhos “intermediários” e as *Investigações*.²⁷

Linguagem e cálculo no Tractatus e nos trabalhos até 1932

No texto da *Gramática Filosófica*, que consideramos acima²⁸, por exemplo, as regras ocupam a posição de *resposta* à pergunta pela significação que não é recusada por Wittgenstein.

²⁵ Em “Remarks on logical form”, de 1929, *Philosophical Remarks*, de 1929-1930, *Gramática Filosófica*, de 1931-1933 e *Wittgenstein and the Wien Circle*. “The calculus model only really came to prominence in the early 1930’s, once Wittgenstein had given up logical atomism and began to insist on the variety of different ways that language can be used”, segundo David. G. Stern, *Wittgenstein on Mind and Language*, pág. 104. C. Penco (“Wittgenstein, Locality and Rules”, pág. 9) entende que ainda o *Blue Book* se situa no contexto da concepção da linguagem como cálculo: “The ‘holism’ of the *Blue Book* is still partially linked to the idea of language as calculus, so clearly expressed in the second paragraph of the *Philosophical Grammar*: ‘What we call ‘understanding a language’ is often like the understanding we get of a calculus when we learn its history or its practical application. And there too we meet an easily surveyable symbolism instead of one that is strange to us (...) In this case ‘to understand’ means something like ‘to take in as a whole’”.

²⁶ “If you ask me, ‘how do I know that?’ I shall simply answer, ‘because I understand the sense of the statement.’ It is impossible to understand the sense of such a statement without knowing the rule”, WWC, págs. 77-78 (jan. 1930).

²⁷ Sobre a relação entre esses trabalhos e o *Tractatus* D. Stern entende que Wittgenstein “retained the tractarian conviction that in speaking a language, any language, one tacitly commits oneself to certain rules, and the philosophy clarifies those rules by finding a way of speaking that unambiguously displays their structure, even as he rejected the specific conception of the proposition he had previously advocated” [*Itálico acrescentado*], David. G. Stern, *Wittgenstein on Mind and Language*, pág. 101 – concepção que, como veremos, é recusada nas *Investigações*.

²⁸ *PG*, §184, datado de junho de 1932.

Grammar is not accountable to any reality. It is grammatical rules that determine meaning (constitute it) and so they themselves are not answerable to any meaning and to that extent are arbitrary. [PG, 184]

Ao contrário do que se observa nas *Investigações*, o que encontramos aqui é uma defesa de que são as regras que “*determinam* a significação”, não se podendo sequer falar de um significado sem elas, ainda que a tônica dessa passagem seja a afirmação da autonomia das regras, que não respondem a um significado²⁹. A possibilidade dessa relação de determinação será recusada mais tarde por Wittgenstein, no parágrafo 201 das *Investigações*:

uma regra não poderia determinar um modo de agir, pois cada modo de agir pode ser colocado em conformidade com a regra [tradução revisada].

No contexto da *Gramática Filosófica*, texto de 1931-1933, o conceito de regra é apresentado como resposta para a pergunta pelo conceito de significação, a qual Wittgenstein se dedica a elaborar. A linguagem é descrita nesse contexto já crítico em relação ao *Tractatus*, como vimos, a partir da imagem de um cálculo ou jogo com regras definidas. Ainda que se remeta a regra ao contexto da prática e a significação deixe de ser concebida segundo o modelo da referência a objetos, essa prática é determinada e governada por regras que, em última instância, desempenham o papel de base não interpretada, *auto-sustentada* (*self standing*³⁰), a partir da qual a prática da linguagem pode estabelecer-se.

²⁹ „Kann eine hinweisende Erklärung mit den übrigen Regeln der Anwendung eines Wortes kollidieren? [- Denn Regeln können doch| Denn so könnte es scheinen; aber Regeln können doch] nicht kollidieren, außer sie widersprechen einander. Denn im Übrigen bestimmen sie ja eine Bedeutung, und sind keiner verantwortlich, so daß sie ihr widersprechen könnten. / Die Grammatik ist keiner Wirklichkeit Rechenschaft schuldig. Die grammatischen Regeln bestimmen erst die Bedeutung (konstituieren sie) und sind darum keiner Bedeutung verantwortlich und insofern willkürlich. / Es kann keine Diskussion darüber geben, ob diese Regeln oder andere die richtigen für das Wort ”nicht” sind (d.h. ob sie seiner Bedeutung gemäß sind). Denn das Wort hat ohne diese Regeln noch keine Bedeutung, und wenn wir die Regeln ändern, so hat es nun eine andere Bedeutung (oder keine) und wir können dann ebensogut auch das Wort ändern“; Wittgenstein, PG, 184.

³⁰ Cf. D. Finkelstein, “Wittgenstein on rules and platonism”, in: A. Crary & R Read, *The new Wittgenstein*, pág. 54 e segs. O autor usa essa expressão para caracterizar o modelo “platônico” de recurso a um anteparo não interpretado como forma de interromper o regresso ao infinito das interpretações.

Wittgenstein conceived our grasp of the rule in question [refere-se a regras para determinar a medida de um comprimento] *unproblematic*, just as he had taken our grasp of propositional logic for granted in the *Tractatus*: in both cases his answer is that the rules are presupposed by our language.³¹

De fato, é a partir dos anos 1930 que o trabalho filosófico de Wittgenstein passa a ter o conceito de *regra* como um de seus temas principais. Apesar do conceito não ocupar explicitamente um lugar central no *Tractatus*, a releitura que Wittgenstein faz desse texto em seu retorno à filosofia interpreta seu trabalho anterior como uma compreensão do significado ou compreensão de uma sentença

as though it were a matter of operating a calculus according to definite rules³².

A concepção do significado a partir do conceito de regra apresentado na *Gramática Filosófica* mantém-se³³, apesar de significativas mudanças em relação à posição encontrada no *Tractatus*, como uma possibilidade relevante³⁴ nas formulações de Wittgenstein até os *Blue and Brown Books*, quando a posição de ruptura mais radical com a concepção de linguagem como cálculo, apresentada nas *Investigações*, passa a ser elaborada e debatidas³⁵. A partir de então, suas análises passam a ser contrapostas às formulações presentes no *Tractatus*, bem como aos textos escritos até a *Gramática Filosófica*.

No contexto das reflexões de Wittgenstein desse período, em particular em suas considerações sobre a matemática, o recurso às regras desempenha um papel determinante, de tal modo que David Stern chega a caracterizar o projeto de reflexão

³¹ David. Stern, *Wittgenstein on Mind and Language*, pág. 101. Sobre a pressuposição de um aparato “self-standing”, cf. crítica a Frege em Wittgenstein, *PG*, 40.

³² David. Stern, *Wittgenstein on Mind and Language*, pág. 104; cf. também Wittgenstein, *Investigações*, 81; cf. também J.-P. Cometti, “La langage et l’ombre de la grammaire”, in A. Soulez, *Dictées de Wittgenstein à Waismann et pour Schlick*, vol. II.

³³ Cf. David. Stern, *Wittgenstein on Mind and Language*, págs. 104-105.

³⁴ Cf. David. Stern, *Wittgenstein on Mind and Language*, pág. 103.

³⁵ Não na leitura de C. Penco, “Wittgenstein, Locality and Rules”, pág. 9

filosófica sobre a matemática então empreendido por Wittgenstein como a compreensão da natureza das regras.

Wittgenstein's philosophy of mathematics becomes a matter of understanding the nature of the rules governing our use of numbers and other mathematical expressions, rules that have their own distinctive character.³⁶

De modo semelhante, a filosofia é concebida nesse contexto como a articulação das regras às quais apelamos inconscientemente

We can only do one thing – clearly articulate the rule we have been applying unawares³⁷

Essas regras, ainda que não evidentes, seriam um pressuposto ao uso da linguagem, como descrevem as *Investigações*, em tom crítico:

The strict and clear rules of the logical structure of propositions appear to us as something in the background – hidden in the medium of the understanding. I already see them (even though through a medium): for I understand the propositional sign, I use it to say something.³⁸

A filosofia as traria à claridade, em sua estrutura ordenada, rigorosa, necessária e completa

The edifice of rules must be *complete*, if we are to work with a concept at all – *we cannot make any discoveries in syntax*. – For, only the group of rules *defines* the sense of our sign, and any alteration (e.g. supplementation) of the rules means an alteration of the sense.³⁹

³⁶ David. Stern, *Wittgenstein on Mind and Language*, pág. 112.

³⁷ Ludwig Wittgenstein and the Vienna Circle, p. 77, 2 jan. 1930, *apud* D. Stern, p. 100.

³⁸ Wittgenstein, *Investigações*, 102.

³⁹ Wittgenstein, *Phil. Remarks*, 154.

A caracterização da filosofia como esclarecimento das regras implícitas aparece ainda no “capítulo” *Filosofia* do *Big Typescript*⁴⁰. Considere-se que a caracterização ampla da filosofia como esclarecimento ou terapia ganha diversas versões distintas, e mesmo contrapostas, ao longo da obra de Wittgenstein. (No caso aqui considerado, por exemplo, há a pressuposição da existência de regras implícitas que será recusada no contexto das *Investigações*).

Assim, a concepção da plena determinação do significado pelas regras seria desenvolvida mais longamente já no *Tractatus*⁴¹, em 3.334, por exemplo, quando se afirma a unidade entre as regras da sintaxe lógica da linguagem e o significado de cada sinal particular, de tal modo que as regras de sintaxe devem ser dadas, inteiramente, a partir da significação desses sinais.

As regras da sintaxe lógica devem evidenciar-se por si próprias, bastando apenas que se saiba como cada sinal designa.⁴²

Um *pressuposto* dessa unidade entre a significação do sinal particular e as regras da sintaxe lógica da linguagem é a existência de uma única análise da proposição⁴³.

Desse modo, a sintaxe de que fala o *Tractatus* consiste em regras gramaticais que governam a linguagem, cujas características fundamentais são a singularidade e fixidez.

⁴⁰ Cf. Wittgenstein, *BT*, 89; *PO*, pág. 173. O tema aparece também na resposta de Wittgenstein ao questionamento de M. Schlick em um debate sobre as regras, em 1930: “Schlick pressed Wittgenstein to explain how he knew “that precisely these rules are valid and no others?”. In reply, Wittgenstein tried to characterize knowledge of grammatical rules by contrasting it with empirical knowledge: it is not a matter of discovering new facts, but of finding a way of expressing what we have known all along. “We can only do one thing – clearly articulate the rule we have been applying unawares.” (David. G. Stern, *Wittgenstein on Mind and Language*, pág. 100).

⁴¹ “While the *Tractatus* certainly treats meaning or understanding a sentence as though it were a matter of operating a calculus according to definite rules, there is none of the emphasis on the diversity of different calculi, each with its own rules, that one finds in his writings in the early 1930s”, David. G. Stern, *Wittgenstein on Mind and Language*, pág. 104.

⁴² Wittgenstein, *Tractatus*, 3.334

⁴³ “Há uma e apenas uma análise completa da proposição”; Wittgenstein, *Tractatus*, 3.25

Segundo a interpretação de Hacker⁴⁴, a linguagem simbólica obedece as regras da sintaxe lógica

Para evitar esses equívocos, devemos empregar uma notação que os exclua, não empregando o mesmo sinal em símbolos diferentes e não empregando superficialmente da mesma maneira sinais que designem de maneiras diferentes. Uma notação, portanto, que obedeça à gramática *lógica* – à sintaxe lógica⁴⁵.

O *Tractatus* insiste (como o fará também o texto das *Investigações*) que a significação dos signos não pode ser concebida senão em seu conjunto, de modo que a significação de cada um deles se estabelece a partir das regras que determinam a sintaxe como um todo.

A filosofia, nesse contexto, apresentar-se-á como um projeto de eliminação dos erros da linguagem e do pensamento, por meio da elucidação de suas regras⁴⁶:

O fim da filosofia é o esclarecimento lógico dos pensamentos. / A filosofia não é uma teoria, mas uma atividade. Uma obra filosófica consiste essencialmente em

⁴⁴ “Syntax consists of the grammatical rules governing a sign-language. *Logical* syntax consists of *logical grammar*. A sign-language governed by logical grammar *obeys* (*gehört*) the rules of logical syntax”, P. M. S. Hacker, *Wittgenstein: connections and controversies*, pág. 118.

⁴⁵ Wittgenstein, *Tractatus*, 3.325.

⁴⁶ Em “Philosophie” (capítulo do *Big Typescript*, de 1933), Wittgenstein apresenta como projeto para a filosofia a formulação explícita dessas regras: “Uma pergunta filosófica é semelhante à pergunta pela constituição de uma determinada sociedade. – E seria assim mais ou menos como se uma sociedade sem regras claramente escritas, mas com uma necessidade das mesmas, se reunisse; ela teria também um instinto em virtude do qual fossem observadas // mantidas // determinadas regras nos seus encontros; só que estes seriam dificultados de nada haver claramente formulado *acerca do assunto* e de não se encontrar nenhuma instituição que tornasse as regras nítidas // permitisse a sua clarificação //. Desse modo, os seus membros considerariam realmente alguém de entre eles como o presidente, só que este não estaria sentado à cabeceira da mesa e nada o distinguiria dos outros, o que dificultaria as conversações. Por isso, nós chegamos e criamos uma ordem clara: sentamos o presidente em um lugar facilmente identificável e o seu secretário perto dele numa mesa própria e outros membros de igual estatuto em duas filas de ambos os lados da mesa, etc, etc.”; “Quando perguntamos à filosofia: ‘o que é – p. ex. – substância?’, estamos a pedir que nos seja dada uma regra. Uma regra geral que seja válida para a palavra substância, i. e., de acordo com a qual eu estou decidido a jogar.”; Wittgenstein, “Filosofia”, *Revista Manuscrito*, vol. XVIII, 2, pág. 14-15; *Philosophical Occasions 1912-1951*, pág. 173. É curioso observar que, ainda que boa parte dos textos do “Capítulo Philosophie” do *Big Typescript* seja mantido nas *Investigações*, o contexto em que aparecem lá dará a eles uma significação bastante distinta da identificada em seu primeiro registro. A proximidade dos textos pode induzir um erro de leitura, ao se supor que a identificação da linguagem como um jogo com regras fixas seria mantida nas *Investigações*.

elucidações. / O resultado da filosofia não são ‘proposições filosóficas’, mas é tornar proposições claras. / Cumpre à filosofia tornar claros e determinar precisamente os pensamentos, antes como que turvos e indistintos.⁴⁷

Nos termos mais simples em que esse projeto se expressa em “Some Remarks on Logical Form”⁴⁸, chegamos a uma clara indicação do lugar das regras nessa concepção do *Tractatus*, que determinam de modo rígido, delimitam precisamente (*scharf abgrenzen*), o significado dos termos e a estrutura da linguagem:

The idea is to express in an appropriate symbolism what in ordinary language leads to endless misunderstandings. [...] where it [a linguagem ordinária] uses one term in an infinity of different meanings, we must replace it by a symbolism which gives a clear picture of the logical structure, excludes pseudo-propositions, and uses its terms unambiguously.⁴⁹

Note-se, de passagem, que esse projeto de ordenação da linguagem, ou de trazer à luz as regras que se encontravam ocultas, opõe-se diretamente à concepção que será apresentada nas *Investigações*, para as quais nem há nada oculto a ser desvelado, nem há falta de ordem na linguagem usada em nosso cotidiano⁵⁰. Wittgenstein explicita, em um texto de 1937, a oposição entre a perspectiva das *Investigações* e a anterior:

At first the strict rules seemed as something /still/ in the background, hidden in the /nebulous/ medium of the understanding; and one may say, “There *must* be there” – or “I see them, so to speak, through a thick medium, but I see them.” They were thus *concrete*. I had used a metaphor (of the projection method, etc) but through

⁴⁷ Wittgenstein, *Tractatus*, 4.112

⁴⁸ Texto datado de 1929; Wittgenstein, *Philosophical Occasions*, pág. 28 e segs.

⁴⁹ Wittgenstein, *SRLF*, 29-30.

⁵⁰ “On the one hand it is clear that every sentence in our language is in order as it is. That is to say, we are not *striving after* an ideal, as if our ordinary vague sentences had not yet got a quite unexceptionable sense, and a perfect language awaited construction by us. -- On the other hand it seems clear that where there is sense there must be perfect order. So there must be perfect order even in the vaguest sentence” [*Investigações*, 98].

the grammatical illusion of a unitary concept it didn't seem to be a metaphor. The word "real".⁵¹

No contexto do *Tractatus* a definição ostensiva é apresentada como suposta mediação na relação entre linguagem e mundo. Ela estabeleceria o fundamento último da significação, na medida em que as definições verbais ou intralingüísticas necessitam de um fundamento extralingüístico – segundo a concepção agostiniana ali apresentada, que afirma haver uma “conexão entre linguagem e realidade”⁵² e se coloca como problema a natureza dessa relação.

We now know from Wittgenstein's *Notebooks 1914-1916* that he entertained the idea that names are correlated with their meanings – that is, with the simple object that are allegedly their meanings – by putative mental acts of meaning by the name *that* object.⁵³

As definições ostensivas se caracterizariam, portanto, como regras, tal qual as definições, diferentes delas apenas por serem mais fundamentais⁵⁴. Mas ainda assim,

They are precepts that can be followed or broken and that may be cited to justify or criticize uses of words⁵⁵

Assim, ainda que o debate explícito sobre as regras como o que determinaria o uso da palavra em cada situação, como o significado das sentenças, venha a iniciar-se, se apresente no parágrafo 80 das *Investigações*, e tenha seus elementos fundamentais rapidamente apresentados, entre os parágrafos 80 e 88, bem como o debate sobre “seguir

⁵¹ Wittgenstein, *MS157b* (1937), págs. 11-13. É interessante observar que essas concepções, apresentadas pelo interlocutor das *Investigações*, foram sustentadas pelo próprio Wittgenstein em algum momento do percurso que conduz ao rompimento radical com o universo de referências do *Tractatus*. Considere-se, por exemplo, como esse tema aparece no parágrafo 97 das *Investigações* sem explicitar todo o debate interno à filosofia de Wittgenstein em meio do qual se situa.

⁵² Cf. WWK, 210, e P. M. S. Hacker, *Wittgenstein: connections and controversies*, págs. 250 e 247.

⁵³ Hacker, P. M. S., *Wittgenstein: connections and controversies*, p. 247.

⁵⁴ Considere-se o debate Malcolm, Hacker e Winch sobre a recusa deste último à possibilidade de referências não lingüísticas (coisas); cf. Hacker 2001, p. 171.

⁵⁵ Hacker, P. M. S., *Wittgenstein: connections and controversies*, pág. 253.

uma regra” se situe em um momento ainda posterior, a concepção da linguagem como cálculo e o lugar central do conceito de significado como regra já se apresenta desde o início do texto. Wittgenstein vai elaborando e recusando sucessivas formulações desta imagem da linguagem, presente de modo embrionário na descrição agostiniana de seu aprendizado da linguagem, do qual o debate explícito sobre as regras e os objetos e processos mentais são, então, versões mais elaboradas. O núcleo da concepção agostiniana seria, assim, não simplesmente a suposição de que por meio da definição ostensiva, da “linguagem natural” comum a todos os povos, estabelecemos a ligação entre linguagem e mundo (e tudo o mais que se pressupõe para ser possível fazer essa afirmação), mas a caracterização da linguagem como um cálculo com regras fixas, de que a definição ostensiva seria apenas um caso particular.

Consideremos aqui a centralidade da imagem agostiniana da linguagem e sua relação com o debate sobre regras a partir de um breve olhar sobre o conjunto do percurso do texto das *Investigações* até seu parágrafo 143, onde se iniciaria esse debate. O texto parte da apreciação da concepção agostiniana de linguagem e da recusa da análise da linguagem a partir do modelo da nomeação (em cujo núcleo se encontra a definição ostensiva), do atomismo lógico e da exigência de determinabilidade do sentido. Recusado o modelo da nomeação, incapaz de dar conta da complexidade da linguagem, Wittgenstein volta-se para a recusa de seu desdobramento: a concepção do significado a partir do modelo do nome próprio. Temos aqui o primeiro grande passo do texto: a recusa da primeira alternativa que se apresenta para a compreensão do significado na linguagem: o modelo do significado como objeto.

Dessa recusa deriva a elaboração do “conceito” (no sentido redefinido por Wittgenstein [PU, 135]) de “semelhança de família” e seus desdobramentos para a caracterização da filosofia, impedida de conceber-se a partir dos conceitos de exatidão e de sublime, ou de pretender, como fazia o *Tractatus*, estabelecer a “forma geral da proposição” (recusados no movimento contínuo que conduz da recusa da ontologia associada à concepção do significado como objeto ao conceito de “semelhança de família”).

Dado este passo e considerados alguns de seus desdobramentos, Wittgenstein volta-se para uma outra alternativa de resposta à investigação do significado: o *uso* expressaria o significado mas não poderia ser identificado com ele, pois se estabelece no tempo, enquanto o significado apresenta-se para nós “em um golpe” (*mit einem Schlage erfassen*).

A alternativa de salvar, ainda, a raiz da concepção agostiniana (o modelo platônico de relação entre linguagem e mundo) seria a caracterização explícita do significado a partir do conceito de *regra*, que determinaria o uso e garantiria sua identidade e unidade ao longo do tempo. O texto detém-se, então, longamente, e em várias etapas, de 143 a 242 na recusa da concepção de regra (com limites claros e rígidos, como concebido anteriormente) como determinante do uso (e, portanto, como alternativa na compreensão da significação).

O conceito de “regra” apresenta-se, portanto, como mais uma das alternativas de caracterização do *significado* – como uma das variantes do platonismo que se expressa já desde o início do texto, na concepção da linguagem como nomeação e na concepção agostiniana⁵⁶, mas também como pano de fundo de toda a análise que se estende até o parágrafo 242, inclusive do início do texto, que trata da imagem agostiniana da linguagem. Restará como tarefa para as *Investigações* explicar como se poderia compreender “seguir uma regra” sem o recurso ao platonismo.

Sendo plausível esta leitura, o que costuma ser apresentado como o debate sobre regras e “seguir uma regra” apresentam-se como episódios do longo tratamento proposto por Wittgenstein da concepção de linguagem do *Tractatus*, expressa já em Agostinho e de raiz platônica, que tem no núcleo a concepção de que a linguagem é um cálculo com regras fixas. O que observamos ao longo do percurso das *Investigações*, até o debate explícito sobre as regras, é uma recusa de sucessivas reformulações da concepção de linguagem como um cálculo.

⁵⁶ Hacker, *Insight and Illusion*, págs. 233-235.

A perspectiva das *Investigações* é determinada por essa recusa. Seus termos começam a ser explicitados no parágrafo 65:

Aqui encontramos a grande questão que está por trás de todas essas considerações. [...] Em vez de indicar algo que é comum a tudo aquilo que chamamos de linguagem, digo que não há uma coisa comum a esses fenômenos, em virtude da qual empregamos para todos a mesma palavra, - mas sim que estão aparentados uns com os outros de muitos modos diferentes.

A explicação prossegue:

Vemos uma rede complicada de semelhanças, que se envolvem e se cruzam mutuamente. Semelhanças de conjunto e de pormenor. (...) Não posso caracterizar melhor essas semelhanças do que com a expressão “semelhanças de família”. [PU, 66-67]

Podemos observar, preliminarmente, que a posição de Wittgenstein, e que define o eixo de construção das *Investigações*, consiste em colocar a *semelhança de família* “no lugar”⁵⁷ daquilo que seria “comum a tudo aquilo que chamamos *linguagem*”, ou *jogo*, ou *número*, ou qualquer outro “conceito”. O modelo de *cálculo com regras fixas* é contraposto ao de *jogo com semelhanças de família*, às vezes com regras sem limites claros, às vezes sem regras. Wittgenstein apresenta a *semelhança de família*, por tudo o que consideramos anteriormente, como recusa da exigência por regras claramente delimitadas, que a concepção de linguagem como um “cálculo com regras fixas” exigiria, semelhanças que seriam, entretanto, *suficientes* para a significação dos termos e o funcionamento da linguagem.

⁵⁷ Ao se falar que Wittgenstein “substitui” do “conceito” com limites claramente definidos as “semelhanças de família” pode-se supor, equivocadamente, que são concepções que guardam uma certa equivalência, na medida em que desempenhariam papéis em algum sentido semelhantes. Para evitar essa leitura, uma maneira interessante de conceber a expressão “semelhança de família” é marcar o lugar da *ausência* daquilo que se apresentava como condição de sentido do conceito.

É a partir desse passo fundamental, empreendido entre os parágrafos 65 e 80 das *Investigações*, que o texto caminha em direção à recusa explícita da concepção da linguagem como cálculo [PU, 81] e, em seguida, da concepção da lógica como sublime⁵⁸.

Significado e Uso

A aproximação entre significado e uso no contexto da oposição à imagem agostiniana da linguagem, e a seus pressupostos, culmina, no parágrafo 43 das *Investigações*, segundo a leitura tradicional do texto, em sua famosa formulação do significado como *uso*:

Para uma *grande* classe de casos de utilização da palavra “significação” – mas não para todos – pode-se explicá-la assim: a significação de uma palavra é seu uso na linguagem (*sein Gebrauch in der Sprache*). / E a *significação* de um nome elucida-se muitas vezes apontando para o seu portador [*Träger*].⁵⁹

Este texto se situa em meio àquilo que parecia ser uma ampla recusa da pergunta pelo significado⁶⁰. Trata-se de uma passagem exaustivamente citada, talvez a que mais se adequaria a ser nomeada como “a teoria wittgensteiniana do significado”, em que Wittgenstein apresentaria uma “redefinição do conceito de significado”. Como compreender, entretanto, que Wittgenstein apresente um conceito alternativo de significado depois de parecer recusar toda a “imagem da linguagem” em que essa pergunta pelo significado se colocava? Depois de aparentemente recusar a própria pergunta pela significação? Já desde o início do texto o conceito de significação era apresentado como uma névoa a ser dissipada e o caminho indicado era, como descreve D. Stern, o do abandono da própria questão posta pela imagem agostiniana:

For the issue is precisely whether by the “meaning with which one uses a word” should be understood as a process that we experience while speaking or hearing

⁵⁸ “These considerations bring us up to the problem: In what sense is logic something sublime?”; cf. Wittgenstein, *Investigações*, 89 e segs.

⁵⁹ Tradução Revisada; “Man kann für eine *große* Klasse von Fällen der Benützung des Wortes “Bedeutung” - wenn auch nicht für alte Fälle seiner Benützung - dieses Wort so erklären: Die Bedeutung eines Wortes ist sein Gebrauch in der Sprache. / Und die *Bedeutung* eines Namens erklärt man manchmal dadurch, daß man auf seinen *Träger* zeigt.” [*Investigações*, 43].

⁶⁰ Cf. e.g. Wittgenstein, *Investigações*, 5.

the word. / In order to solve a philosophical problem, one must turn away from the way of putting the question which forces itself on us most strongly. This way of putting the question is what is problematic.⁶¹

Como compreender essa aparente contradição entre a recusa do problema e a tentativa de respondê-lo? Esta é, entretanto, apenas a primeira dificuldade colocada à compreensão da posição em que as *Investigações* situam sua concepção quanto à significação.

Segundo uma interpretação freqüente, as *Investigações* se organizariam, no modo errático que seria o seu, como uma investigação do significado (*Bedeutung*) das palavras⁶². Dessa perspectiva, e diante das dificuldades colocadas pelo texto de Wittgenstein, não espanta que se apresente como sedutora a possibilidade de encontrar na breve observação apresentada no parágrafo 43, que seria corroborada por outras passagens breves ao longo do texto, assim como por uma constante referência ao “uso”, de que “o significado de uma palavra é seu uso na linguagem”, algo como uma *tese* central, em geral escondida (apesar da afirmação de Wittgenstein de que nada está escondido⁶³), fundamento sobre o qual todo o edifício se eleva e se organiza, a partir do qual se derivariam todas as *demaís teses* de que o livro se comporia, desde a oposição à concepção agostiniana de linguagem até o “conceito de semelhança de família” e o “argumento da linguagem privada”. Mas essa interpretação não parece se ajustar de modo simples à postura inicialmente descrita, de recusa da imagem agostiniana de linguagem e, como veremos, da investigação da essência da linguagem.

⁶¹ David. G. Stern, *Wittgenstein on Mind and Language*, pág. 106.

⁶² As dificuldades de expor este exercício – que não é exatamente um percurso, e que não poderia ser propriamente chamado de reflexão, já que em muitos momentos nos convida justamente a “abandonar a reflexão” (como se propõe e.g. em *Investigações*, 66: “não pense, veja”) – são muitas, pois somos obrigados a rever nossos procedimentos habituais de leitura e debate filosóficos. Considere-se, por exemplo, a inadequação de se falar de um “conceito” de semelhança de família, da “oposição” à concepção agostiniana de linguagem, do “argumento” da linguagem privada, da “redefinição” da filosofia como terapia. Em todos esses casos, poder-se-ia indicar contradições entre o que se pretende mostrar no texto das *Investigações* e as “concepções” ali expressas. Assim, o recurso à identificação de uma *semelhança de família* entre tudo aquilo que é chamado de “jogo” indica justamente o abandono da necessidade da conceituação, da delimitação estrita: “semelhança de família” ocupa o lugar do conceito na filosofia tradicional, de modo que não se pode falar sem contradição de um “conceito de semelhança de família”.

⁶³ Wittgenstein, *Investigações*, 126 e 435.

Sem dúvida, há algo no parágrafo 43 que dialoga com todo o restante do texto. A relação entre significado e uso já aparece, de fato, indicada desde seu primeiro parágrafo. Entretanto, o parágrafo 43, ao enunciá-la como o faz, apresenta muitas dificuldades a uma interpretação direta, que o suponha a enunciar uma *tese de Wittgenstein* sobre o significado, dificuldades que se avolumam quando consideramos esta tese em confronto com o conjunto do texto.

Já desde o início o parágrafo 43 não apresenta o “uso” como *idêntico* ao “significado”: limita a aplicabilidade da fórmula a um “grande número de casos” (*große Klasse von Fällen*), explicitando a recusa de aplicá-lo a todos os usos de *Bedeutung*. Essa recusa explícita de que se apresente o *uso* (*Gebrauch*) como idêntico ao significado não o desqualifica para o posto de “conceito de significado”? Não se trata, evidentemente, de uma *definição*; menos ainda da explicitação da *essência* da significação. De que nos serviria uma característica “apenas” *quase sempre presente*? Segundo a concepção de Frege, criticada nas *Investigações*, a formulação do conceito exige limites claros; o conceito é como “um distrito” e

não se poderia absolutamente chamar de distrito [*Bezirk*] um distrito vagamente delimitado. Isto é, nada podemos fazer com ele. [*PU*, 71]

A compreensão desse texto pressupõe lembrarmos o movimento anterior das *Investigações*, em que se recusa o debate colocado nos termos da concepção agostiniana: não se trata aqui, talvez, de uma resposta à pergunta sobre o que faz a mediação entre a linguagem e seu uso, sobre “o que é o significado”, mas de sua *recusa*.

De passagem, a primeira coisa a se considerar é a limitação do alimento que as *Investigações* oferecem às leituras filosóficas mais tradicionais – entenda-se, àquelas que procuram ali uma recusa de “outras concepções de significação”, situando-se, entretanto, ainda no mesmo terreno de debate, e oferecendo uma alternativa de alguma forma equivalente àquela de que se propõe substituta, situada no mesmo terreno:

Meaning, on this approach, is not something to be sought beneath the surface grammar of signs – in, as it were, the logical microstructure of sentences – but is out in the open, in the public use of signs.⁶⁴

Leituras como essa de J. Katz apresentam o que se caracteriza aqui como *substituição* da resposta de modelo agostiniano, que apresentava o significado como algo “beneath the surface grammar of signs”, por algo (*something*) “in the public use of signs”. A resposta de Wittgenstein seria simétrica à de modelo agostiniano, e ainda indicaria, mesmo, para alguma coisa *no* uso, oferecendo uma alternativa que *substitui* a resposta agostiniana.

Techniques of applying words in everyday affairs, based on a mastery of their use in the community, *replace* the formal rules of a Fregean calculus as the determiners of meaning.⁶⁵

A idéia de substituição de uma resposta por outra parece levada a sério aqui. Entretanto, a recusa da imagem agostiniana não se apresenta como recusa das respostas de Agostinho ao problema do significado (lembramos que Agostinho nem sequer formula uma teoria da significação), mas da própria posição do problema da significação, dos temas em que se coloca uma investigação da linguagem que parta dessa *imagem*. A leitura do parágrafo 43 como resposta alternativa à pergunta pelo significado implica, portanto, em deixar de lado essa leitura que identifica em Wittgenstein uma recusa da imagem agostiniana e supor que as *Investigações* se colocam, ainda, ao menos em parte, os mesmos problemas de Agostinho.

O que seria, entretanto, a interpretação de que esse texto apresenta antes uma recusa do que uma alternativa de resposta do “problema da significação”? A observação apresentada no parágrafo 65, desdobramento do debate que consideramos aqui, esclarece o terreno no qual o texto transita:

Poderiam objetar-me: ‘Você simplifica tudo! Você fala de todas as espécies de jogos de linguagem possíveis, mas em nenhum momento disse o que é o essencial do jogo de linguagem, e portanto a própria linguagem (...)’

⁶⁴ Jerrold J. Katz, *The Metaphysics of Meaning*, pág. 3.

⁶⁵ Jerrold J. Katz, *The Metaphysics of Meaning*, pág. 3.

E isso é verdade. – Em vez de indicar algo que é comum a tudo aquilo que chamamos de linguagem, digo que não há uma coisa comum a esses fenômenos, em virtude da qual empregamos para todos a mesma palavra (...)

Encontramos aqui, em uma passagem central das *Investigações*, a recusa explícita da questão socrática e da exigência de delimitação conceitual. Esse abandono da pergunta pela significação nos moldes socráticos já está explícita em textos anteriores às *Investigações*:

The idea that in order to get clear about the meaning of a general term one had to find the common element in all its applications has shackled philosophical investigation; for it has not only led to no result, but also made the philosopher dismiss as irrelevant the concrete cases, which alone could have helped him to understand the usage of the general term. When Socrates asks the question, ‘what is knowledge’ he does not even regard it as a *preliminary* answer to enumerate cases of knowledge.⁶⁶

Nessa passagem do *Livro Azul* encontramos, além da referência explícita ao procedimento socrático, a indicação de que não se deve colocar o problema de identificar um elemento comum a todas as aplicações de um termo – e não há motivo para supor que quanto ao “significado” [*Bedeutung*] seria diferente: o procedimento de Wittgenstein se recusa a ir além de dar exemplos e “algumas analogias”:

Socrates pulls up the pupil who when asked what knowledge is enumerates cases of knowledge. And Socrates doesn’t regard that as even a preliminary step to answering the question.

But our answer consists in giving such an enumeration and a few analogies.⁶⁷

A recusa do platonismo por Wittgenstein, nas diversas perspectivas em que essa ocorre nas *Investigações*, tem como um de seus pontos mais importantes a oposição ao conceito de *essência*. Partindo-se dessa perspectiva, não podemos identificar conhecimento a

⁶⁶ L. Wittgenstein, *The blue and brown books*, págs. 19-20.

⁶⁷ Wittgenstein, *Philosophical grammar*, págs. 120-121.

conhecimento da essência, nem definição, como a que alguns pretendem encontrar no parágrafo 43, a “delimitação exata”, estrita, única, definitiva, como delimitação “do que é comum a todos”⁶⁸.

Dito de outra forma, ainda que Wittgenstein quisesse formular uma “teoria da significação”, não poderia pretender formular um “conceito” de significado (com a delimitação clara, como exige Frege), sob a pena de contradizer-se no interior das *Investigações*. Poderia apresentar-nos, como veremos, apenas semelhanças de família, sob a fórmula “o significado é isso e outras coisas semelhantes”, o que, em parte explica a “limitação” da aplicabilidade da “fórmula” do parágrafo 43. Entretanto, essa limitação nos aponta a impossibilidade de supor que Wittgenstein pretende identificar uma essência da significação alternativa à da imagem agostiniana, e impede a suposição de que o parágrafo 43 apresenta a alternativa de Wittgenstein ao problema posto por Agostinho. Trata-se, como começa a ficar mais claro, de um outro problema.

Assim, da aproximação desses dois textos (parágrafos 43 e 65), devemos concluir que o significado *pode não ser* o *uso*, ou melhor, que em sua argumentação contra a imagem agostiniana de linguagem, a Wittgenstein basta apresentar a *possibilidade* de uma alternativa⁶⁹, e que ele, de fato, não nos apresenta o *uso* como essência da linguagem. Não se trata de uma teoria; e não nos apresenta o uso como essência da significação.

Como compreender, então, o *uso* nas *Investigações*? Como se estrutura a contraposição de Wittgenstein à imagem agostiniana da linguagem? Como dar conta do parágrafo 43?

⁶⁸ Cf. Wittgenstein, *Investigações*, §§67 e segs.

⁶⁹ G. Baker, “The Private language Argument”, in: S. Shanker & D. Kilfoyle (ed.) *Ludwig Wittgenstein*.

We must do away with all
explanation, and description alone
must take its place⁷⁰

A recusa da leitura que encontra uma “teoria do significado como uso” enunciada no parágrafo 43 das *Investigações*, nos conduz a um tema bastante abordado nos comentários a Wittgenstein – o caráter supostamente *negativo* de seu texto, que se contraporía à identificação, nele, de uma teoria ou doutrina. Uma alternativa comum de abordagem das *Investigações* consiste em caracterizar a sua forma de proceder como, a princípio, predominantemente negativa. O objetivo primeiro de Wittgenstein seria esboçar e recusar as diversas concepções, todas da mesma “família” (certas variações de um platonismo originário), a respeito da linguagem e da significação. Nesse sentido, C. McGinn conclui que

“Wittgenstein is not out to give a ‘theory of meaning’ in the usual sense of the phrase”⁷¹.

Wittgenstein não parece, mesmo, oferecer uma “teoria do significado”, o que seria contraditório com boa parte de seu texto, mas talvez por motivos diferentes dos apontados por McGinn⁷²: não pelo caráter supostamente negativo do empreendimento de Wittgenstein, mas pela inadequação de seu resultado àquilo que em geral se pode chamar de “teoria”. McGinn descreve o tratamento dado por Wittgenstein ao debate sobre o significado enumerando três “teses negativas e uma tese positiva”⁷³:

(i) To mean something by a sign is not to be the subject of an inner state or process.

⁷⁰ Wittgenstein, *Investigações*, 109.

⁷¹ C. McGinn, *Wittgenstein on meaning*, pág. 1.

⁷² “Insofar as Wittgenstein has a positive account of meaning, it is an account whose chief purpose is to act as an antidote to mistaken or misleading conceptions of meaning”, C. McGinn, *Wittgenstein on meaning*, pág. 1.

⁷³ C. McGinn, *Wittgenstein on meaning*, pág. 3.

(ii) To understand a sign is not to interpret it in a particular way.

(iii) Using a sign in accordance with a rule is not founded upon reasons.

(iv) To understand a sign is to have mastery of a technique or custom of using it.

Consideremos o caminho do que seria o procedimento argumentativo de Wittgenstein segundo essa leitura. As *Investigações* percorrem as diferentes variações do “modelo platônico de significado”, a saber, as concepções de que a significação se apresenta a partir de um anteparo não interpretado que interrompe o regresso ao infinito e que se impõe como conteúdo de modo imediato. Essa recusa se apresentaria por redução ao absurdo, evidenciando a incapacidade de cada uma dessas possibilidades de realizar aquilo a que se destinaria: a determinação do significado dos nomes ou proposições. S. Kripke parece indicar na direção correta ao falar do caráter cético desse procedimento: ele nos conduz cada vez mais na direção da desconfortável posição de admitir a ausência de “explicação” para o “fato” da linguagem.

Fosse apenas isso e as *Investigações* guardariam, além de tudo, a irreconciliável contradição de criticar a filosofia que se constrói a partir de teorias que são incompatíveis com a prática e que a desqualifica, ao mesmo tempo em que reduz o uso da linguagem a uma impossibilidade (teórica)⁷⁴. Dito de outra forma, a apresentação de uma alternativa não contraditória, de uma saída da campânula para a mosca, é um pressuposto do projeto: sem ela, nós nos enredaríamos em “obscuridades” e seríamos levados a procurar por “verdades” cada vez mais ocultas. O projeto filosófico de Wittgenstein pressupõe devolver-nos à claridade do dia e ao ar puro – do lado de fora das concepções tradicionais da filosofia, sob a pena de nos condenar a um “ceticismo teórico” (semelhante ao cartesiano) ao qual explicitamente se opõe – o que será ainda mais claro em *Da Certeza*.

A particularidade da filosofia de Wittgenstein situa-se, entretanto, na alternativa que ele apresenta às aporias a que chega o modelo platônico-agostiniano da significação (em suas diferentes variações: significado como anteparo, definição ostensiva, objeto, objeto mental, regra): o uso comum, a vida comum, permanece em perfeita ordem (na melhor tradição pirrônica de distinguir o modo de falar filosófico do discurso comum dos

⁷⁴ Cf. e.g. *Investigações*, 128, 133.

homens!) – o problema situa-se, segundo esse vocabulário, no fato de o discurso filosófico pretender “compreendê-la”, dizer sua “verdade” ou “ordená-la” – dogmatizar sobre ela.

Wittgenstein não nos apresentará uma “teoria” do significado pois é justamente na suposição de que uma “teoria” é pressuposta (ao uso significativo da linguagem) que reside o erro: é no domínio do *uso* ou da *prática* (e da “crônica” dessa prática) que se estabelece a significação. A idéia de “substituição” da resposta agostiniana por outra é *desencaminhadora*: a referência ao uso indica a *ausência* de um significado concebido à maneira agostiniana.

Nada seria mais inadequado, então, do que se atribuir a ele uma “teoria da significação como uso” – ou uma “teoria da significação como prática” (quase uma contradição de termos): todas as tentativas de reduzir a prática a uma teoria caem no mesmo terreno de aporias e contradições. “Não pense” sobre o significado, “veja”, use! Seu texto recusa-se terminantemente a se situar no terreno tradicional das teorias.

Não se trata de recusar a possibilidade de que se elabore uma teoria sobre a linguagem, mas, sim, de que não se conceba a linguagem como uma teoria sobre o mundo (como no *Crátilo* e em uma longa tradição que lhe é herdeira): ela não se apresenta como um duplo ou um jogo de espelhos, mas como uma ferramenta, cuja relação com aquilo a que se refere só pode ser dada em seu uso; mais ainda, que não se conceba o conhecimento segundo o mesmo paradigma da imagem ou da representação. Não se trata de uma recusa da compreensão da linguagem, mas uma redefinição do que é essa compreensão, ou o conhecimento.

Para que se fale em verdade como correspondência, por exemplo, - e mesmo como coerência - um pressuposto parece ser pensar a linguagem, como uma representação ou imagem do mundo. A concepção de verdade é a contraparte da distinção entre ser e logos, entre o mundo e seu reflexo, no qual o *uso* perde o lugar. O que se poderia chamar de verdade em uma linguagem considerada da perspectiva de seu uso? Algo bem diferente: não seria a verdade de uma hipótese sobre o mundo – não seria uma “verdade fora do mundo” (uma relação com ele). Mas com isso Wittgenstein não parece pretender nos

levar nem ao pragmatismo nem ao relativismo, o que ainda precisa ser explicado (e só o será, de modo mais amplo, em *Da Certeza*).

O debate das *Investigações* transita da pergunta pela essência para uma concepção da linguagem no contexto da ação e da vida, em que aquela pergunta pela essência perde a plausibilidade em uma bela imagem:

Nossa linguagem pode ser considerada como uma velha cidade: uma rede de ruelas e praças, casas novas e velhas, e casas construídas em diferentes épocas; e isto tudo cercado por uma quantidade de novos subúrbios com ruas retas e regulares e com casas uniformes. [PU, 18]

Essa caracterização nos remete à constituição da linguagem a partir do contexto particular das diversas formas de vida, não sendo possível, então, falar-se de uma estrutura fixa.

Quantas espécies de frases existem? Afirmação, pergunta e comando, talvez? – Há inúmeras de tais espécies: inúmeras espécies diferentes de emprego daquilo que chamamos de “signo”, “palavras”, “frases”. *E essa pluralidade não é nada fixo*, um dado para sempre; mas novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem, como poderíamos dizer, nascem e outros envelhecem e são esquecidos. (Uma imagem aproximada disso pode nos dar as modificações da matemática). [PU, 23 – itálico acrescentado]

A linguagem não guarda, então, nem uma estrutura fixa, limites rígidos, essência, nem pode ser concebida fora do contexto das ações em que ganha significação e que determina sua constituição (como as formas de vida que determinam o desenho de uma cidade ao longo do tempo). Então,

Pode-se representar facilmente uma linguagem que consiste apenas de comandos e informações durante uma batalha. – Ou uma linguagem que consiste apenas de perguntas e de uma expressão de afirmação e de negação. E muitas outras. – E representar uma linguagem significa representar-se uma forma de vida (*Und eine Sprache vorstellen heißt, sich eine Lebensform vorstellen*). [PU, 19]

A linguagem só se apresenta como forma de vida, no contexto da experiência, diferente do que se concebia no projeto do *Tractatus*. Não se pode estudá-la ou concebê-la *a priori*, como não se pode conceber *a priori* uma ferramenta.

O termo “*jogo de linguagem*” deve aqui salientar que o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida (*Lebensform*) [...] É interessante comparar a multiplicidade das ferramentas da linguagem e seus modos de emprego, a multiplicidade das espécies de palavras e frases com aquilo que os lógicos disseram sobre a estrutura da linguagem. (E também o autor do *Tractatus Logico-Philosophicus*.) [PU, 23]

É apenas na medida em que se concebia a linguagem, no contexto do *Tractatus*, como um cálculo com regras fixas, como uma estrutura necessária, que se podia conceber prescindir da experiência e falar da linguagem independentemente das formas de vida a ela associadas.

Observe-se que a contraposição ao *Tractatus* aqui apontada é, ao mesmo tempo, a recusa da possibilidade de que uma concepção sobre a essência da linguagem dê conta da diversidade da experiência da linguagem e das formas de vida a ela associadas. Como veremos, o abandono do projeto que se ergue a partir da imagem agostiniana, e, com ele, a recusa da análise, implica em um caráter indissociável da relação da vida com a linguagem, na medida em que a “independência na determinação do sentido” pressuposta pelo *Tractatus* acha-se em cheque:

“Assim, pois, você diz que o acordo entre os homens decide o que é correto e o que é falso?” – Correto e falso é o que os homens *dizem*; e na *linguagem* os homens estão de acordo. Não é um acordo sobre opinião, mas sobre o modo de vida.⁷⁵ [PU, 241]

As formas de vida são o pressuposto que determinam a possibilidade da significação, são o “arcabouço” sobre o qual se ergue a linguagem. A exigência expressa aqui, de um

⁷⁵ “Richtig und falsch ist, was Menschen sagen; und in der Sprache stimmen die Menschen überein. Dies ist keine Übereinstimmung der Meinungen, sondern der Lebensform”.

acordo nas formas de vida, ocupa o lugar de condição à significação e, assim, exclui a possibilidade de se conceber a linguagem fora de qualquer contexto.

O fato de a regra ser ou não seguida adequadamente, não leva a nenhuma controvérsia (entre matemáticos, por exemplo). Não se chega por isso a atos de violência. Pertence ao arcabouço a partir do qual nossa linguagem atua [*Das gehört zu dem Gerüst, von welchem aus unsere Sprache wirkt*] (por exemplo, dá uma descrição). [PU, 240]

Situam-se, assim, juízos como pressuposto à significação de sentenças – característica recusada veementemente no *Tractatus*.

Para uma compreensão por meio da linguagem, é preciso não apenas um acordo sobre as definições, mas (por estranho que pareça) um acordo sobre os juízos⁷⁶. [PU, 242]

Uma linguagem é uma forma de vida pois são os acordos na forma de vida, nas ações, que possibilitam a comunicação e a linguagem. Mas, de novo: isso nos coloca como perspectiva um convencionalismo radical? Somos levado por esse procedimento de dissolução da imagem agostiniana e do sustentáculo do *Tractatus* à condição de ter que aceitar a “tese do homem medida” de Protágoras? Wittgenstein explicita de imediato a gravidade que sua afirmação parece ter: “Isto parece abolir a lógica”, e responde na sequência: “mas não o faz”⁷⁷ [PU, 242; tradução revisada]

A possibilidade de uma outra alternativa ainda não se apresenta, entretanto, como clara. Como impedir a demolição completa da lógica, a eliminação de qualquer possibilidade de que se fale em necessidade ou verdade? Esta resposta, que começa a ser elaborada nas *Investigações*, só será considerada de modo mais detalhado nos textos posteriores, em particular em *Da Certeza*.

⁷⁶ “Zur Verständigung durch die Sprache gehört nicht nur eine Übereinstimmung in den Definitionen, sondern (so seltsam dies klingen mag) eine Übereinstimmung in den Urteilen”.

⁷⁷ “Dies scheint die Logik aufzuheben; hebt sie aber nicht auf”.

Jogos, Intermediários e o Paradoxo das Regras

Jogos e Essências

*Language is a family.*¹

Um dos pontos centrais da contraposição em que Wittgenstein coloca sua filosofia e a imagem agostiniana da linguagem é apontada pela concepção de jogos de linguagem. A recusa do platonismo se explicita na contraposição apresentada por Wittgenstein entre a concepção de que os conceitos devem ser claramente delimitados, de que devem receber limites rígidos, e a concepção de *semelhanças de família*²,

uma rede complicada de semelhanças, que se envolvem e se cruzam mutuamente. Semelhanças de conjunto e de pormenor.³

No parágrafo 65 das *Investigações Filosóficas* Wittgenstein apresenta-nos o que seria um balanço – e uma crítica – do percurso do texto até ali:

Aqui encontramos a grande questão que está por trás de todas essas considerações. Pois poderiam objetar-me: “Você simplifica tudo! Você fala de todas as espécies de jogos de linguagem possíveis, mas em nenhum momento disse o que é o essencial do jogo de linguagem, e portanto da própria linguagem. O que é comum a todos esses processos e os torna linguagem ou partes da linguagem. Você se dispensa pois justamente da parte da investigação que outrora lhe proporcionara as maiores dores de cabeça, a saber, aquela concernente à *forma geral da proposição* e da linguagem”.

¹ Wittgenstein, *MS157b*, pág. 10

² Cf. Wittgenstein, *Investigações*, 65-88.

³ “Complicated network of similarities overlapping and crisscrossing: sometimes overall similarities, sometimes similarities of detail”, Wittgenstein, *Investigações*, 66.

Esta descrição do que seria a argumentação empreendida desde o início do texto, formulada como uma crítica do interlocutor das *Investigações* a Wittgenstein – a qual, de modo irônico, possibilitará a Wittgenstein indicar a distância a que as *Investigações* se colocam do projeto do *Tractatus* (de determinação da *forma geral da proposição* e da essência da linguagem) – desdobra-se na exigência de se proceda à delimitação dos conceitos com os quais o texto trabalha (*linguagem, jogos de linguagem, proposição*). A exigência do interlocutor apresenta-se ou como a exigência de delimitação da essência dos jogos de linguagem e da linguagem, ou como exigência de identificação do que é comum a todas essas atividades e que as faz linguagem (talvez no sentido de determinar sua natureza). Ao não fazê-lo Wittgenstein evitaria o núcleo do problema enfrentado pelo *Tractatus* e seguiria o caminho fácil de evitar o trabalho do conceito, o trabalho sério que se situaria no núcleo do exercício filosófico. Em nenhum outro momento a contraposição entre os dois textos é mais marcada.

A exigência do interlocutor de Wittgenstein é um lugar comum da tradição filosófica ocidental, que se formula, em grande medida, justamente como o trabalho do conceito, que abandona o registro particular e se formula como explicitação da essência ou do que é “comum a todos”. Wittgenstein, porém, apresenta uma recusa direta e explícita da questão pela essência ou pela delimitação estrita do conceito. Segundo ele não há nenhuma característica comum ou essência por detrás de nosso uso, nenhuma essência da linguagem nem nada que faça de cada um dos casos particulares considerados “linguagem”:

E isso é verdade. – Em vez de indicar [*Statt etwas anzugeben*] algo que é comum a tudo aquilo que chamamos de linguagem, digo que *não há uma coisa comum a todos esses fenômenos, em virtude da qual empregamos para todos a mesma palavra*, – mas sim que estão *aparentados* uns com os outros de muitos modos diferentes. E por causa desse parentesco ou desses parentescos, chamo-os todos de “linguagens”. Tentarei elucidar isso. [*PU*, 65; *itálicos acrescentados*]

A resposta é inequívoca e exigirá, sim, de Wittgenstein, explicações: segundo ele, não há essências ou limites claros em nosso uso a linguagem. Não nos apresenta conceitos claramente delimitados e essências a partir das quais os particulares constituem sua identidade: recusa-se a fazê-lo, Wittgenstein indica apenas a existência de relações de

diferentes tipos, parentescos, *semelhanças de família*: “se você os contempla, não verá na verdade algo que fosse comum a *todos*” [PU, 66].

De novo, a leitura dessa passagem [*Statt etwas anzugeben*] como “substituição” do conceito com limites rígidos pelas “semelhanças de família” que ocupariam esse lugar nos induz ao erro. Não se trata de uma *substituição*, e talvez se possa falar mesmo que a expressão “semelhança de família” é o “nome de uma ausência”: da ausência de essência ou de algo comum a tudo o que é chamado de “jogo” linguagem”, etc; da ausência de resposta à pergunta socrática. Fosse Wittgenstein o interlocutor de Sócrates, o diálogo nem sequer se iniciaria, talvez como ocorre no *Hípias Maior*⁴. Não se trata de uma alternativa à essência, mas de uma recusa, de parar, na seqüência do procedimento apresentado nos diálogos socráticos, um passo antes de formular um conceito⁵. À pergunta pela unidade daquilo que recebe, por exemplo, o nome de “jogo”, não se apresenta uma “unidade alternativa”, mas a ausência de qualquer unidade: só há ausência de essência e uma certa *semelhança de família*⁶, a qual, diga-se, é dada unicamente pelo *uso* que se faz dos diversos casos particulares.

Como é que explicaríamos então a uma pessoa o que é um *jogo*? Penso que lhe descreveremos jogos e poderemos acrescentar à descrição: “a isto *e a coisas parecidas* chama-se um ‘jogo’ [PU, 69]

⁴ Platão, *Hippias Maior*; “Socrates wants to know the one nature that the fine [*kalon*] is in every fine thing. Hippias does not want to know anything of the sort. (...) Neither man has any part in the other’s enterprise”, P. Woodruff, “Introduction to the Hippias Major” in Plato, *Two Comic Dialogues*, pág. 43.

⁵ Nos diálogos socráticos, antes de se iniciar a investigação sobre um conceito particular, em geral o interlocutor de Sócrates responde à pergunta pelo conceito com uma enumeração. Mênon, por exemplo, em sua resposta à pergunta de Sócrates sobre o que é a *virtude*, *enumera* casos em que se pode falar de virtude (Platão, *Mênon*, 71/72). Sócrates ironiza a resposta de Mênon e passa a mostrar-lhe que ele não entendeu sua pergunta: “quantas sejam, e por mais diferentes que possam ser, todas elas têm uma natureza comum que as faz virtudes; e é nisto que quem quiser responder à questão ‘o que é a virtude’ fará bem em fixar seu olhar” (Platão, *Mênon*, 72). Segue-se uma série de explicações e exemplos de Sócrates sobre como a enumeração não seria suficiente. É apenas após a compreensão da questão e a formulação da primeira tentativa de resposta que o trabalho do conceito propriamente se inicia

⁶ “It became clear of course that I didn’t have a general concept of a proposition and language. / I had to recognize this and that as signs (Sraffa) and yet couldn’t provide a grammar for them. Understanding and knowing the rules.”, Wittgenstein, *MS157b* (1937), págs. 11-13.

A argumentação contra a exigência da indicação da essência é bastante simples: não há nada de comum a tudo aquilo que chamamos “jogo”, por exemplo – nada que esteja presente em todos os jogos e somente neles:

O que é comum a todos eles? Não diga: “Algo deve ser comum a eles, senão não se chamariam ‘jogos’”, - mas *veja* se algo é comum a eles todos. – Pois, se você os contempla, não verá na verdade algo que fosse comum a *todos*, mas verá semelhanças, parentescos, e até toda uma série deles. Como disse, não pense, mas veja! [PU, 66]

A argumentação não poderia ser diferente, pois trata-se da afirmação de uma inexistência – a saber, a de algo comum – a qual não pode ser, estritamente, provada; mas o ônus da prova deve caber a quem afirma existir algo comum a tudo nomeado por um mesmo nome ou conceito: recusa-se a *pressuposição* da *necessidade* de que exista algo comum. Entretanto, mesmo a apresentação de uma delimitação estrita para um conceito, um exemplo como o das “raízes matemáticas” como o apresentado no *Teeteto*, não seria suficiente para se contrapor à afirmação de Wittgenstein. Ainda que se diga que posso traçar um limite para o conceito de *número*, por exemplo, esse limite será traçado com uma determinada finalidade e não será adequado a qualquer uso que se faça do conceito. De qualquer forma, o que se recusa não é a *possibilidade* de traçar um limite, mas a sua *necessidade* – bem como a possibilidade de fazê-lo *em qualquer situação*.⁷

A argumentação das *Investigações* se dirige contra a concepção pressuposta à pergunta pela essência ou pelo limite exato: a identidade entre “conhecimento” e “conhecimento da essência”, que afirma que o conhecimento do limite exato, do significado exato do conceito é um pressuposto ao seu uso. Será necessário mostrar, nas *Investigações*, que essa pressuposição não se sustenta, que o uso da linguagem não tem como condição o conhecimento, ou mesmo a existência, de essências⁸.

⁷ Cf. Wittgenstein, *Investigações*, 68-69.

⁸ A concepção de que semelhanças de família *substituem* a delimitação estrita do conceito e a explicação como uma narrativa que exporia a essência (uma *narrativa de essência*), após a identificação do *significado como uso*, é apresentada não exatamente como uma consequência desse percurso, mas como sua contraparte. De fato, não parece possível uma derivação simples nesta análise, pois assim como da aproximação entre uso e significação segue-se uma “dimensão prática e dinâmica” do significado, seu caráter aberto, anti-platônico, expresso pelo recurso às

A recusa dessa afirmação platônica da necessidade das essências se apresenta de modo amplo e radical no texto das *Investigações*. Ele se contrapõe a diferentes formulações da pressuposição de que é necessário um limite exato do significado, de que o conhecimento do limite exato, do significado exato do conceito, é um pressuposto ao seu *uso* – o qual, portanto, não pode ser pensado de forma *autônoma*, mas apenas enquanto *uso* (ou *ação*) *regulado por regras* (ou por uma *teoria*).

Apenas a partir dessa perspectiva o “interlocutor” de Wittgenstein pode afirmar (contra a concepção de “semelhança de família”), como Frege, que

compara o conceito com um distrito [*Bezirk*] e diz: não se poderia absolutamente chamar de distrito um distrito vagamente delimitado. Isto é, nada podemos fazer com ele. [*PU*, 71]

As *Investigações* partem da recusa dessa afirmação de Frege, de que se não há limite claro, não se pode chamar de conceito [*PU*, 71], bem como da afirmação de que se não há limite, não posso supor que conheço aquilo de que falo, e portanto não sei quando usá-lo [*PU*, 70], de que se não sabemos o limite exato não se tratará de um conceito e *não poderemos supor que conhecemos* aquilo de que se fala.

Duas outras alternativas, que minimizariam o impacto dessa recusa, são igualmente recusadas. Em primeiro lugar, a suposição de que os exemplos são uma forma indireta de apresentação do que é “comum a todos” [*PU*, 71], de que os exemplos mostram o que é comum aos elementos da enumeração, apresentando-se como uma explicação indireta do que é geral e garantindo que se chega indutivamente à delimitação do conceito, seja por explicitação, seja por indução.

Também é recusada a suposição de que sei mais do que mostro quando ensino [*PU*, 69], ou de que há uma definição latente ao uso, ainda não formulada [*PU*, 75], caracterizando o saber como essa definição ainda não formulada mas presente, a ser enunciado de modo explícito (o que *seria* tarefa da filosofia).

Wittgenstein recusa ainda o recurso a um “objeto mental” exterior à linguagem, referido pelo conceito (já discutido de modo mais amplo nos primeiros parágrafos das

semelhanças de família, também, da caracterização das semelhanças de família segue-se a recusa do uso como “conceito de significado” e a explícita limitação de sua aplicabilidade.

Investigações), cuja posse seria o que caracteriza a compreensão do conceito [PU, 73], supondo-se de que *entender* é ter uma *idéia geral* na mente que corresponde ao nome (ainda que esta seja uma idéia, não necessariamente formulada verbalmente).

Cada uma dessas possibilidades seria uma tentativa de restabelecer o limite claro do conceito como algo existente e talvez acessível (ainda que no limite), e mantê-lo como um pressuposto ao seu uso. A recusa de todas essas possibilidades contrapõe a elas uma afirmação irrestrita da ausência de uma delimitação clara dos conceitos, de limites exatos que se estendam para além de semelhanças de família, recusando-se de igual modo qualquer subterfúgio que pudesse nos conduzir, indiretamente, a restabelecer a indicação ou suposição da existência de um limite para o conceito. Nesse sentido, a “semelhança de família” é antes o nome de uma ausência do que um substituto do “conceito” fregeano ou da “essência”. Indica-nos a ausência de limites claros, a ausência de essência, a ausência de identidade.

A argumentação contra a necessidade dessa delimitação exata – parte central da concepção da linguagem como cálculo com regras fixas, que caracteriza o *Tractatus* e a tradição à qual ele se liga, remontando a Platão⁹ – recorre à observação de nosso uso da linguagem. Segundo Wittgenstein, quando queremos explicar a alguém qual o significado de uma palavra, descrevemos alguns exemplos e acrescentamos a expressão “estes e outras coisas semelhantes são o que chamamos” de *jogo*, por instância, ou de *amizade*, ou de *coragem*. Que esse seja o nosso procedimento comum, não filosófico, por assim dizer, não está em questão. O debate proposto tem como objeto o que supomos “ter em nós” e o que supomos “constituir-se nos outros” como “conhecimento” do significado que apresentamos. Assim, a primeira pergunta é: sabemos mais do que apresentamos na explicação dada aos outros: exemplos acompanhados da expressão “e outras coisas semelhantes”, a qual indica “apenas” para uma certa *semelhança de família*? Uma resposta freqüentemente encontrada é a que afirma que conhecemos mais do que somos capazes de dizer (ou, se não somos, deveríamos). Nesse caso, conheceríamos os limites

⁹ Wittgenstein, *PG*, I, 18, pág. 56: “Augustine does not speak of there being any difference between parts of speech and means by “names” apparently words like “tree”, “table”, “bread” and of course, the proper names of people; also no doubt “eat”, “go”, “here”, “there”--all words, in fact. Certainly he's thinking first and foremost of nouns, and of the remaining words as something that will take care of itself. (*Plato too says that a sentence consists of nouns and verbs.*)” (itálicos acrescentados).

exatos do conceito, apesar de apresentá-lo de forma nebulosa. Mas o que poderia nos levar a essa afirmação senão a suposta necessidade de que haja um limite claro? Daí o *proviso* inicial ao debate: “não pense, veja!”. A resposta de Wittgenstein é direta: não conhecemos os limites porque nenhum foi traçado.

Note-se que não se trata de recusar a *possibilidade* de um limite claro em alguns casos, com alguma finalidade – ele *pode* ser traçado, desde que haja um motivo especial para isso, mas o limite só será adequado àquele propósito e não há por que atender às necessidades de outras situações. O que as *Investigações* recusam é a *necessidade* de limites claros – como se não se pudesse falar de conceitos sem esses limites, ou se não se pudesse dizer que sei o significado se não sei as regras exatas que estabelecem seu uso.

De fato não traçamos limites senão excepcionalmente, a partir de objetivos específicos, e isso não nos impede ou dificulta o uso de qualquer conceito – pois o conhecimento do limite exato de um conceito *não é* um pressuposto ao seu uso. Da mesma forma, não conhecer o limite não é qualquer forma de ignorância, não quer dizer que “não sei o que significa” [PU, 70] – pois se não há limite, nada falta.

Quando eu faço a descrição: “O chão estava todo coberto de plantas” queres tu dizer que eu não sei de que falo, antes de poder dar uma definição das plantas? Uma explicação daquilo que eu quero dizer podia, talvez, ser um desenho, juntamente com as palavras “este era mais ou menos o aspecto do chão”. Eu talvez também diga: “o aspecto era *exatamente* este”. - Então, estavam exatamente *estas* ervas e *estas* folhas ali, nesta posição? Não, não é isso o que se quer dizer. E *neste* sentido eu não reconheceria nenhuma imagem como a imagem exata.

Nesse caso, a exatidão apresenta-se como uma exigência sem sentido que *não pode* ser atendida. Nesse exemplo, um limite exato não só não é necessário, mas também não é mais útil do que um limite nebuloso.

Poder-se-ia dizer que o conceito de jogo é um conceito com contornos imprecisos. – “Mas, um conceito impreciso é realmente um conceito?” – Uma fotografia pouco nítida é realmente a imagem de uma pessoa? Sim, pode-se substituir com vantagem uma imagem pouco nítida por uma nítida? Não é a imagem pouco nítida justamente aquela de que, com frequência, precisamos? [PU, 71]

Sendo assim, também não se deve esperar que a enumeração de exemplos utilizada como forma de explicação do significado seja usada por quem o ouve para que “veja o que tem em comum”, de tal forma que a explicação seria uma apresentação indireta de uma significação exata, apresentada sob a forma de um procedimento indutivo. No parágrafo 71 das *Investigações* esses dois passos encontram-se associados:

Dão-se exemplos e deseja-se que sejam compreendidos num certo sentido. Mas com esta expressão não quero eu dizer: tu debes ver o que é comum a estes exemplos, aquilo que eu – por um motivo qualquer – não consegui pôr em palavras, mas sim que tu debes *usar* estes exemplos de uma maneira determinada. A exemplificação não é aqui um meio *indireto* da explicação, à falta de melhor. Porque também qualquer explicação geral pode ser mal compreendida. E é *assim*, de fato, que jogamos o jogo. (Quero eu dizer, o jogo de linguagem com a palavra “jogo”).

Esse percurso contrapõe, de um lado, a exigência de uma “explicação geral”, da identificação de algo comum, e, de outro, a descrição de como procedemos, como jogamos o jogo. Toda essa descrição de Wittgenstein situa a “explicação” no terreno da ação: dá-se exemplos para serem usados de uma certa forma indicada pela concepção de semelhança de família, sem que disso deva resultar algo para além desse uso, um conceito ou idéia, ao qual se chegaria *por meio dos exemplos*. A exemplificação não é propedêutica ao conceito, não o prepara, insinua, indica ou mesmo substitui. Não se pretende, por meio dela, chegar a uma “explicação geral”, concepção sem qualquer papel na descrição de nossa prática, de nossa forma de jogar. A explicação se inicia e termina nesse uso dos exemplos que se desdobra *unicamente* em agir de uma certa forma.

O caminho indicado por Wittgenstein nessas investigações conduz à constatação da impossibilidade de se apresentar regras para todas as situações, e, portanto, a constância do caráter nebuloso e indeterminado das significações e dos usos da linguagem. Essa “inexatidão” não é uma condição transitória, a ser superada pela filosofia, ou que só se apresenta como tal na confusão do domínio da aparência. O mote do texto parece ser, muitas vezes, a reiteração de que não há nada além disso que se dá na superfície, dos exemplos e usos, de tal forma que mesmo a concepção de uma “exatidão absoluta” se torna um contra-senso.

Um ideal de exatidão não está previsto; não sabemos o que devemos nos representar por isso – a menos que você mesmo estabeleça o que deve ser assim chamado. Mas será difícil encontrar tal determinação; uma que o satisfaça. [PU, 88]

O que está em jogo nesse debate sobre a delimitação exata de conceitos vai além, entretanto, do debate explicitado por ora. Seu desdobramento, até aqui aparentemente inevitável, parece ser a dissolução da necessidade lógica e um relativismo radical.

The discussion of vagueness and determinacy of sense raised the Fregean and *Tractatus* fear that if there are any vague concept-words, the laws of logic will not apply to them.¹⁰

Como veremos, o debate que se segue a esse momento das *Investigações* tratará justamente do desdobramento “relativista” da concepção de *semelhança de família* para a lógica.

A recusa de Wittgenstein em apresentar o uso da linguagem como dependente de estruturas exteriores a ele – como um *uso* que se torna possível e que ganha significação a partir daquilo que o transcende contrapõe-se diretamente à distinção tradicional entre *teoria e prática*, assim como entre universal e particular, ou entre saber e fazer e entre ser e aparência. Do uso da linguagem passa-se a exigir que valha por si, que *cuide de si mesmo*, como dirá em *Da Certeza*. A linguagem (e, com ela, todo o domínio de nossas ações) deixa de ser concebida como adquirindo sentido a partir de qualquer transcendência ou se constituindo como imagem, figuração do mundo. Nessa medida, a linguagem é esta nossa linguagem – e não pode ser *medida* a partir de qualquer linguagem ideal que se a contraponha, nem concebida fora do contexto das formas de vida em meio às quais se constitui e desempenha seu papel.

A concepção da linguagem como um *duplo do mundo*, que parecia um pressuposto na compreensão da própria possibilidade da linguagem, deixaria de ser necessária. A significação deixa de poder ser concebida como uma entidade (imagem ou regra) de natureza mental, intelectual, abstrata, que dá alma ao discurso sobre o exterior.

¹⁰ G. Baker & P. M. S. Hacker, *Wittgenstein – Understanding and meaning*, Vol 1, Part II – *Exegesis* §§ 1-184, pág. 11.

Ação sem intermediário

Mas qual destas, é mesmo, a verdadeira fidalguia? Nenhuma. A verdadeira fidalguia é ação. Cada um é suas ações, e não é mais nem menos.¹¹

Wittgenstein contrapõe, entre os parágrafos 89 e 133 das *Investigações*, a concepção de lógica e linguagem que vem sendo descrita ao longo do texto à concepção tradicional, apresentada, por exemplo, no *Tractatus*. No núcleo de sua análise está a contraposição à suposição de que haveria a necessidade da existência de algo entre o sinal proposicional e a ação, o fato ou o objeto, um *puro intermediário* [PU, 94], por meio do qual se resolveria sua significação:

‘A proposição, uma coisa estranha!’: aqui já se encontra a *sublimação de toda concepção* [de lógica]. A tendência de supor um puro ser intermediário [*ein reines Mittelwesen*] entre o *signo* proposicional e os fatos. [PU, 94, *itálico acrescentado*]

O que seria esse recurso a um “puro intermediário” entre o signo e o sinal? O exemplo principal de *intermediário* considerado neste momento do debate é o pensamento:

O pensamento, a linguagem aparecem-nos como o único correlato, a única imagem do mundo (*Korrelat, Bild, der Welt*). Os conceitos: proposição, linguagem, pensamento, mundo estão uns após os outros numa série, cada um equivalendo ao outro. [PU, 96]

Segundo essa descrição da linguagem, que é compartilhada pelo *Tractatus*, entre o sinal proposicional e o fato a ele associado insere-se, necessariamente, como mediador, o pensamento, que constitui a linguagem como *imagem* do mundo, e essa mediação seria

¹¹ Pe. Antônio Vieira, *Sermão do III Domingo do Advento*.

uma condição suficiente e necessária à significação do sinal proposicional (a proposição seria essa “coisa estranha”).

It seems that there are *certain definite* mental processes bound up with the working of language, processes through which alone language can function. I mean the processes of understanding and meaning. The signs of our language seem dead without these mental processes; and it might seem that the only function of the signs is to induce such processes, and that these are the things we ought really to be interested in. [BB, pág. 3]

O recurso ao pensamento apresentar-se-ia como condição ao trânsito do sinal ao signo, da marca de tinta à linguagem, e o pensamento seria a *alma* sem a qual o sinal se resumiria à sua materialidade. De que outra forma o sinal e o fato se relacionariam?

We are tempted to think that the action of language consists of two parts; an inorganic part, the handling of signs, and an organic part, which we may call understanding these signs, meaning them, interpreting them, thinking. These latter activities seem to take place in a queer kind of medium, the mind; and the mechanism of the mind, the nature of which, it seems, we don't quite understand, can bring about effects which no material mechanism could. [BB, pág. 3]

A recusa do *pensamento* como intermediário, que já aparece, como se vê, em textos do início dos anos 1930, constitui-se em um dos primeiros núcleos do rompimento de Wittgenstein com a concepção do *Tractatus*, que vai se aprofundando entre 1931 e 1937.

The source of the mistake seems to be the notion of *thoughts which accompany the sentence*. Or which precede its ~~symbolic~~ expression...¹²

A suposição dessa “necessidade” e da efetividade do recurso ao intermediário na explicação da significação o coloca como sua “essência”, e resultaria na caracterização da

¹² Wittgenstein, *MS110*, págs. 233-234, *apud* D. Stern, *Wittgenstein on Mind and Language*, pág. 106; cf. também G. Baker, “‘Notre’ méthode de pensée sur la ‘pensée’”, in A. Soulez, *Dictées de Wittgenstein à Waismann et pour Schlick*, vol. II

natureza do pensamento como sublime, do cristal mais puro. Trata-se de uma inversão¹³ que remete a significação no contexto da experiência, da linguagem ordinária, variável, incompleta e instável, a uma estrutura de significação fixa e estável que a sustentaria, para além do terreno da aparência:

O pensamento está rodeado por um nimbo. – Sua essência, a lógica, representa uma ordem, e na verdade a ordem *a priori* do mundo, isto é, a ordem das *possibilidades* que devem ser comum ao mundo e ao pensamento. Esta ordem, porém, ao que parece, deve ser *altamente simples*. Está *antes* de toda experiência; deve se estender através da totalidade da experiência; nenhuma perturbação e nenhuma incerteza empíricas devem afetá-la. [PU, 97]

Esse modelo de caracterização da significação se desdobra, de modo imediato, na caracterização da lógica – essência estável da linguagem, para além de sua obscuridade e incerteza, como sublime, “do mais puro cristal”:

Deve ser do mais puro cristal. Este cristal, porém, não aparece como uma abstração, mas como alguma coisa concreta, e mesmo como a mais concreta, como que *a mais dura*. (*Tractatus Logico-philosophicus*, 5.5563)¹⁴ [PU, 97]

É bastante clara, aqui, a contraposição entre a concepção apresentada nas *Investigações*, de recusa do “puro intermediário”, e aquela desenvolvida pelo *Tractatus*, particularmente no abandono da suposição de um isomorfismo necessário entre linguagem e mundo¹⁵.

The atomistic picture theory is rejected, the Platonist conception of petrified, necessarily structure of thought, language, and reality is transmuted. The notion of pictorial form (*Form der Abbildung*) is greatly relaxed, becoming radically conventionalist. The conception of strict isomorphism and composition out of

¹³ Cf. e.g. C. McGinn, *Wittgenstein on meaning*, pág. 9, para uma caracterização dessa inversão.

¹⁴ A passagem do *Tractatus* referida por Wittgenstein diz: “(Nossos problemas não são abstratos, mas talvez os mais concretos que existam.)”.

¹⁵ Sobre essa contraposição, L. H. L. Santos (“A Essência da Proposição e A Essência do Mundo”, pág. 74) caracteriza o projeto do *Tractatus* como uma “desmaterialização do símbolo”, chamada pelas *Investigações* de “sublimação do sinal”, por meio da qual caberá à proposição, “sem os entraves materiais do sinal”, “reclamar para si o título de figuração lógica do mundo”.

simples are dropped, and the theory of the structure of language as the mirror of the structure of reality is turned on its head.¹⁶

Da concepção de um “intermediário” é que deriva, portanto, a imagem da lógica como sublime. O pensamento é concebido como essa coisa “estranha” e “única” que coloca o significado distante do fato; uma pura mediação que “explica”, simplesmente por estar no meio, a possibilidade de uma relação entre sinal o proposicional e os fatos¹⁷.

Recusada a possibilidade de “explicar” a relação entre signo e fato por meio do recurso a um intermediário que só oculta a impossibilidade de fazê-lo no modelo apresentado pela imagem agostiniana e pelo *Tractatus*, encontramos novamente uma concepção de *uso* que, de algum modo, deve *tomar conta de si* – sem a possibilidade de recorrer à mediação do pensamento.

Lógica como sublime

A suposição de um “intermediário” entre o signo proposicional e o fato, a que se refere o parágrafo 94, através do qual se tenta “purificar” ou “sublimar” o signo proposicional, nos remete a uma “ordem *a priori* do mundo” [PU, 97], que seria comum ao pensamento e ao mundo. A sublimação ou purificação a que se refere Wittgenstein se constitui por meio da suposição de que essa ordem *a priori* apresentada pela lógica, que nos dá a essência da linguagem, compõe-se do mais puro cristal, não tem caráter empírico (independe de qualquer experiência futura [PU, 97]), permanece no *background*, oculto, e garante a significação do signo proposicional [PU, 102]: o signo e o fato só constituiriam uma relação de significação por meio da mediação dessa ordem definida (“de uma vez por todas” [PU, 107]) e *a priori*, necessária e fixa.

O pressuposto sobre o qual se coloca essa concepção é, segundo as *Investigações*, de que a existência dessa ordem ideal é um *requerimento* [PU, 107], não resulta de uma

¹⁶ P. M. S. Hacker, *Insight and illusion*, pág. 147.

¹⁷ Wittgenstein, *Tractatus*, 4.01: “A proposição é uma figuração da realidade. A proposição é um modelo da realidade tal como pensamos que seja”.

investigação, na medida em que se supõe que o sentido deve ser *definido* (“um determinado sentido” [PU, 99]) e exato, o que não se conceberia como possível unicamente por meio do recurso a uma relação “instável”, definida unicamente no âmbito da experiência, que conceba unicamente a existência do fato e do signo proposicional no âmbito das ações ordinárias. Toda essa caracterização da linguagem ordinária, ao apontar para seu caráter instável e contingente, pretenderia mostrar a impossibilidade de que se conceba a significação sem o recurso ao intermediário. O que representaria a ausência desse “puro intermediário”? A indefinição do sentido e a impossibilidade de significação: como mais se poderia conceber o funcionamento da proposição senão por referência a uma ordem estável que ela sempre supõe e que garante sua significação, a estabilidade e objetividade da relação entre signo e fato? “Não há nenhum lá fora; lá fora falta o ar” [PU, 103]. Investigar essa ordem oculta seria o papel da lógica, tal qual a concebe o *Tractatus* e a tradição à qual ele se liga.

Qual a característica desse intermediário que o habilitaria a resolver de forma definitiva a relação signo-fato e que o caracteriza como sendo “do mais puro cristal”? O recurso ao intermediário apresenta-nos uma estratégia platônica de supor um elemento *auto-sustentado* (*self standing*¹⁸) que interrompe a cadeia de explicações, tal qual ocorre no debate sobre o nome, no início das *Investigações*, ou no debate sobre regras, a partir do parágrafo 143.

Em contraposição a esse recurso platonista, de recorrer a algo que não se dá na experiência e que a determinaria e explicaria, Wittgenstein indica no sentido de que se compreenda esse conjunto de experiências a partir daquilo que nele é dado de modo ordinário, sem a suposição da necessidade de qualquer mediação entre signo e ação; uma ação que se resolve em si, em sua “precariedade” (para quem a avalia sobre o pano de fundo do modelo de “exatidão absoluta” do “puro cristal”), sem que a “instabilidade” dessa relação constituída inteiramente no âmbito da experiência se apresente como um impedimento.

Segundo Wittgenstein,

¹⁸ D. Finkelstein, “Wittgenstein on rules and platonism”, in: A. Crary & R Read, *The new Wittgenstein*, pág. 54.

Quanto mais exatamente consideramos a linguagem de fato, tanto maior torna-se o conflito entre ela e nossas exigências. (A pureza cristalina da lógica não se *entregou* a mim, mas foi uma exigência.) O conflito torna-se insuportável; a exigência ameaça tornar-se algo vazio. [PU, 107]

O único motivo de aceitarmos esses requerimentos e conceber a significação por meio da referência a uma ordem estável e oculta que a garantiria é nunca temos considerado “tirar esses óculos” por meio dos quais olhamos o problema.

Caímos numa superfície escorregadia onde falta o atrito, onde as condições são, em certo sentido, ideais, mas onde por esta mesma razão não podemos mais caminhar; necessitamos então o *atrito*. Retornemos ao solo áspero! [PU, 107]¹⁹

O retorno ao solo áspero é conseqüência do *abandono* dessa concepção que se impunha sobre nossa experiência da linguagem, desses óculos através dos quais a experiência era considerada.

The moment this illusion becomes obvious, the moment it becomes clearer that language is a family, the more clear it becomes that was fictitious concreteness, an abstraction, a form, and that, if we pretend after all that they are present, our assertions become queer and senseless. Thus we no longer play logical tricks.²⁰

Entretanto, na medida em que se reconhece a impossibilidade de explicar a significação por meio do recurso a um intermediário *auto-sustentado* (*self standing*) e que se limita esta explicação àquilo que é dado de modo ordinário na experiência, o caminho indicado por Wittgenstein abre um flanco na explicação da estabilidade das relações de

¹⁹ Essa metáfora de Wittgenstein remete a uma passagem clássica de Kant: “A propensão a estender os conhecimentos, imbuída com esta prova do poder da razão, não vê limites para o seu desenvolvimento. A pomba ligeira agitando o ar com seu livre vôo, cuja resistência nota, poderia imaginar que o seu vôo seria mais fácil no vácuo./ Assim, Platão, abandonando o mundo sensível que encerra a inteligência em limites tão estreitos, lançou-se nas asas das idéias pelo espaço vazio do entendimento puro, sem advertir que com os seus esforços nada adiantava, faltando-lhe ponto de apoio onde manter-se e segurar-se para aplicar forças na esfera própria da inteligência.” (Kant, *Crítica da Razão Pura*, “Introdução”, iii).

²⁰ David. G. Stern, *Wittgenstein on Mind and Language*, pág. 107.

significação e da *necessidade* das inferências lógicas e matemáticas²¹, expondo-se, a princípio, aos argumentos que já Platão contrapunha às diferentes formulações da “tese do homem medida” de Protágoras, como veremos adiante.

Não é à toa, então, que essa análise, que na primeira versão das *Investigações* se desdobram em uma reflexão sobre necessidade e matemática publicada postumamente como a primeira parte das *Bemerkungen über die Grundlagen der Mathematik*, foi recebida com certo desprezo e crítica:

This book [*BGM*] was not well received, being met with a mixture of bafflement, incredulity and disdain.²²

Segundo Paul Bernard, comentando as *Bemerkungen über die Grundlagen der Mathematik*,

‘Wittgenstein writes as though mathematics existed almost solely for the purposes of housekeeping’, and that he restricts freedom of the mind ‘through a mental asceticism for the benefit of an irrationality whose goal is quite undetermined’²³

Assim, é a concepção da linguagem como uma pintura ou imagem do mundo [*PU*, 96] que nos leva às questões que se colocava o autor do *Tractatus* sobre o que haveria de comum entre a linguagem e o mundo [*PU*, 107], ou entre o mundo e sua figuração.

In the *Tractatus* the structure of language or thought provided the insight into the structure of reality. In the *Investigations* the structure of language is still the subject of investigation. Moreover, it is still isomorphic with the structure of

²¹ No contexto do *Tractatus* “uma marca característica das verdades lógicas é a necessidade” (L. H. L. Santos, “A Essência da Proposição e A Essência do Mundo”, pág. 57).

²² Hacker, *Wittgenstein’s place in twentieth-century analytic philosophy*, pág. 139.

²³ P. Bernard, “Comments on Ludwig Wittgenstein’s *Remarks on the Foundation of Mathematics*”, *Ratio*, 2 (1959), págs 14 e 16, *apud* P. M. S. Hacker, *Wittgenstein’s place in twentieth-century analytic philosophy*, pág. 140.

reality, not because language must mirror the logical form of the universe, but because the apparent ‘structure of reality’ is merely the shadow of grammar”²⁴

A referência a uma mediação já havia sido discutida e recusada no debate sobre a “concepção agostiniana de linguagem”²⁵ e no debate sobre a delimitação conceitual e as semelhanças de família²⁶.

A recusa de que o recurso a um intermediário possa ser colocado no centro de uma explicação da significação, e, portanto, a crítica à concepção tradicional de *interpretação* (já enunciada no primeiro parágrafo das *Investigações*²⁷), ocupa lugar central também no debate posteriormente encaminhado pelas *Investigações*, sobre seguir uma regra e a linguagem privada. Na verdade, a recusa do *intermediário* é uma perspectiva que atravessa o texto e tem lugar central em uma concepção do *uso* ou da *prática* que os apresenta como “autônomos” em relação à teoria, como veremos adiante. A mesma estrutura de argumentação se repetirá em diversas outras oportunidades ao longo da análise apresentada nas *Investigações*: na recusa de intermediário na nomeação, no uso do conceito, na relação entre a regra e sua aplicação, no uso da linguagem que trata da “experiência privada”, na oposição à necessidade de uma interpretação ou de um anteparo não interpretado, de uma imagem mental²⁸, de tal modo que podemos identificar

²⁴ P. M. S. Hacker, *Insight and illusion*, pág. 145.

²⁵ Cf. e.g. Wittgenstein, *Investigações*, 37-39.

²⁶ Encontramos nos parágrafos 37 e 38 das *Investigações* não só a referência à suposta necessidade de uma mediação, mas também a crítica à concepção da lógica como sublime, a consideração da significação da palavra fora do contexto de seu uso, “quando a linguagem sai de férias”, e mesmo a indicação de que a mediação vem tentar explicar a “estranha” conexão entre palavra e objeto, temas retomados entre os parágrafos 89 e 133. (“Naming appears as a *queer* connection of a word with an object. – And you really get such a queer connection when the philosopher tries to bring out *the* relation between name and thing by staring at an object in front of him and repeating a name or even the word “this” innumerable times. For philosophical problems arise when language *goes on holiday*” [PU, 38]).

²⁷ Wittgenstein, *Investigações*, 1: “Well, I assume that he acts as I have described. Explanations come to an end somewhere”.

²⁸ Apesar de sua complexidade e da dificuldade que nos apresenta, ao recusar-se a descrever resultados e conduzir-nos pelo exercício de análise juntos com Wittgenstein, as *Investigações* não são montadas a partir de uma estrutura fragmentada; sobre este procedimento no tratamento das as semelhanças de família, cf. e.g. Wittgenstein, *Investigações*, 73 e segs.

certain unnoticed patterns in Wittgenstein's great trek back and forth across vast tracts of the grammar of our language.²⁹

A saber: a recusa da mediação, da exigência de um *puro intermediário* entre o sinal e seu uso (entre a regra e sua aplicação), a que se contrapõe a afirmação de que *nada extraordinário está envolvido*, com todas as implicações que disso resultam.

Consideremos brevemente a relação entre alguns desses diversos temas tratados por Wittgenstein durante sua recusa da lógica como sublime³⁰. Em seu comentário sobre a concepção de “semelhança de família”, a qual contrapõe ao “conceito”, segundo a definição fregeana, de que “nada podemos fazer” com um conceito “vagamente delimitado” [PU, 71], Wittgenstein apresenta sua recusa da pergunta pela essência, de sua necessidade e de sua possibilidade:

Mas é absurdo dizer: “Pare mais ou menos aqui!”? Imagine que eu esteja com alguém numa praça e diga isso. Dizendo isso, não irei traçar um limite qualquer, mas farei com a mão um movimento indicativo – como se lhe mostrasse um determinado *ponto*. E exatamente assim explica-se o que é um jogo. Dão-se exemplos e quer-se que eles sejam compreendidos num certo sentido.

O desdobramento dessa recusa da delimitação conceitual é uma contraposição à concepção da lógica como *sublime*, como diz o texto das *Investigações*, segundo a qual nossa investigação se dirigiria a “to understand the basis, or essence, of everything empirical” [PU, 89], afinal, recusada a possibilidade de delimitação do conceito e da identificação de essências, recusa-se também o caso particular de investigar a “essência da linguagem” (como já se antecipava no parágrafo 65). Como adequar a “lógica” à concepção de semelhança de família e à recusa do modelo fregeano de conceito?

‘A *essência nos é oculta*’: esta é a forma que toma agora nosso problema. Perguntamos: “*o que é a linguagem?*”, “*o que é a proposição?*”. E a resposta a

²⁹ G. Baker, “The private language argument”, in S. Shanker & D. Kilfoyle (eds.), pág. 106

³⁰ Cf. e.g. P. Bouveresse, *Le mythe de l'intériorité*, págs. 219-220.

estas questões deve ser dada de uma vez por todas; e independente de toda experiência futura. [PU, 92]

A caracterização da contraposição de Wittgenstein a essa concepção é direta: não se trata de, de maneira equivocada, definir a investigação filosófica, ou a lógica, a partir de um *ideal* etéreo situado fora da experiência, que permaneceria oculto e pressuporia ser revelado.

For in his view logic was not as ideal towards which natural languages strives and with respect to which they fall short. On the contrary, logic was a transcendental condition of the possibility of expressing any sense at all.³¹

O recurso ao *ideal* é recusado; de nada valeria. A linguagem está perfeitamente em ordem, não tendo sentido o projeto de construção de uma linguagem exata, perfeita, da qual fosse eliminada tudo de vago. Essa concepção é uma ilusão que se estabelece a partir dos pressupostos equivocados sobre os quais se sustenta o projeto da filosofia analítica:

Por um lado, é claro que cada frase de nossa linguagem ‘está em ordem, tal como está’. Isto é, que nós não *aspiramos* a um ideal: como se nossas frases habituais e vagas não tivessem ainda um sentido totalmente irrepreensível e como se tivéssemos primeiramente de construir uma linguagem perfeita. – Por outro lado, parece claro que onde há sentido, deve existir ordem perfeita. [PU, 98]

Esta afirmação das *Investigações* ecoa, curiosamente, uma outra, feita no *Tractatus* (5.5563), de que

as proposições de nossa linguagem corrente estão logicamente, assim como estão, em perfeita ordem.

Entretanto, essa caracterização faz-se, naquele contexto, para desdobrar-se em uma concepção frontalmente recusada nas *Investigações*. Se, de fato, a linguagem ordinária está em perfeita ordem, pois é figuração e, como tal, deve-se, nela, poder distinguir tantos

³¹ G. Baker & P. M. S. Hacker, *Wittgenstein – Understanding and meaning*, Vol 1, Part II – *Exegesis* §§ 1-184, pág. 11

elementos quantos são aqueles da situação afigurada³², por outro, sua *aparência* é de desordem, o que se deve ao fato

de que nelas esta ordem não chega a transparecer à flor da pele, em sua superfície material e sensível, no plano dos sinais em que encontram expressão visível ou audível. Ela deve ser buscada aquém dessa superfície, num fundo oculto que escapa à inspeção imediata dos sentidos e cabe a uma análise lógica atenta e paciente revolver.³³

Aqui se evidencia em que sentido Wittgenstein afirma que o projeto de uma análise final e completa da linguagem encontra expressão

na questão relativa à *essência* da linguagem, da proposição, do pensamento. [PU, 92]

A pergunta pela essência da linguagem e da proposição parte do pressuposto de que há uma estrutura oculta, a ser revelada pela análise, que a explicitaria de modo cristalino, necessário e definitivo, eliminando toda ambigüidade e possibilidade de erro ou engano.

Ora, isto pode adquirir uma aparência tal, como se existisse algo semelhante a uma última análise das nossas formas de linguagem, portanto *uma* forma de expressão totalmente descomposta. Isto é, como se nossas formas de expressão habituais fossem, essencialmente, ainda não analisadas, como se nelas estivesse algo oculto que se devesse trazer à luz. Se isto acontece, a expressão torna-se completamente clarificada e nossa tarefa resolvida. [PU, 91]

A suposição da possibilidade de uma análise final de nossas formas de linguagem (ou, mais ainda, a afirmação de sua necessidade, à maneira do *Tractatus*³⁴) tem como contraparte a pergunta pela essência da linguagem, da proposição e do pensamento. O que

³² L. H. L. Santos, “A Essência da Proposição e A Essência do Mundo”, pág. 68.

³³ L. H. L. Santos, “A Essência da Proposição e A Essência do Mundo”, pág. 69.

³⁴ Wittgenstein, *Tractatus*, 3.25: “Há uma e apenas uma análise completa da proposição”; entretanto, “a análise completa, que assume a forma de uma proposição completamente analisada, é uma tarefa filosófica prescrita e não realizada pelo *Tractatus*” (Bento Prado Neto, *Fenomenologia em Wittgenstein*, págs. 18-19); cf. também L. H. L. Santos, “A Essência da Proposição e A Essência do Mundo”, pág. 73.

se revelaria ao final dessa análise é justamente a estrutura oculta e necessária da linguagem, em termos da qual ela se define, perspectiva que nos impede de ver que “nothing out of the ordinary is involved, by sending us in pursuit of chimeras” [PU, 94]. A contraposição à concepção do *Tractatus* parece radical:

The conception of analysis that underpinned logical atomism is chimerical. Such analytic paraphrase may, for some purposes, be of elucidatory use, but the idea that it penetrates to the ultimate logical structure of the world is an illusion. The world has no *logical* structure.³⁵

Essa concepção da linguagem a partir de um modelo ideal, como se a linguagem ordinária só ganhasse sentido e se colocasse em pé por referência a esse modelo, desdobra-se, ainda, segundo Wittgenstein, na ilusão de supor que se pode, então, pensar a linguagem como estrutura fixa, por referência a uma idealidade, e, portanto, independente do contexto de seu uso, no qual se estabelece como significação. Essa é a descrição da linguagem que a apresenta como imagem do mundo, e que supõe que linguagem e mundo são dois pólos distintos de uma relação de correspondência (a relação de significação):

À ilusão particular de que se fala aqui, vêm-se juntar outras, de diferentes lados. O pensamento, a linguagem aparecem-nos como o único correlato, a única imagem do mundo. Os conceitos: proposição, linguagem, pensamento, mundo estão uns após os outros numa série, cada um equivalente ao outro. [PU, 96]

Assim, a análise, a concepção da lógica como sublime, a pergunta pela essência e a exigência de limites exatos para o conceito e a suposição de que a linguagem se configura como uma imagem do mundo³⁶, com o qual manteria relações de correspondência, apresentam-se como um conjunto de “ilusões” associadas, a partir das quais se estabelece

³⁵ G. Baker & P. M. S. Hacker, *Wittgenstein – Understanding and meaning*, Vol 1, Part II – *Exegesis* §§ 1-184, pág. 9.

³⁶ “This is typically definition by specification of characteristic marks the possession of which is necessary and sufficient for an object to fall under the concept. Analytic definitions specify the *essence* of the definiendum, and the philosophical quest for analytical definitions that originates with Socrates and Plato is a quest for the *essence of things*. Accordingly to this conception, philosophy is a sublime, supra-scientific, investigation into the nature of the world.”, G. Baker & P. M. S. Hacker, *Wittgenstein – Understanding and meaning*, Vol 1, Part II – *Exegesis* §§ 1-184, pág. 10.

um modelo *ideal* que “deve ser encontrado na realidade”, que determina nossa forma de compreender a experiência, como óculos que nunca nos ocorreu retirar.

A recusa da concepção de lógica como sublime provocará, portanto, a revisão de todo o projeto anterior, da *imagem* da linguagem a partir da qual se constitui, e levará Wittgenstein a reconsiderar o conjunto de temas cujo tratamento tinha por base aquela concepção.

It was a misconception to suppose that logic is sublime – the mirror of the logical structure of the world. Philosophical investigation is grammatical, and its task is not to penetrate the objective, language-independent nature of all things, but to clear away certain kinds of misunderstandings caused by misleading analogies between different kinds of expression.³⁷

De modo mais específico, a recusa da mediação, recusa da distância entre o significado e o uso (da situação do significado no domínio do pensamento e da caracterização da linguagem como uma imagem ou duplo do mundo), torna sem sentido a questão que se situa no fundamento do projeto do *Tractatus* (a saber, qual a forma geral da proposição e, também, do mundo) e implica em uma enorme reformulação de nossa concepção da linguagem. “Brauchen wir die *Reibung*. Zurück auf den rauhen Boden!” [PU, 107]³⁸, retornemos ao atrito, ao “solo áspero”, diz Wittgenstein, abandonando tanto a suposição de que há algo estranho na relação entre palavra e objeto quanto a necessidade que daí decorreria, de realizar a mediação por meio de algo que se conceberia como, de alguma forma, sublime ou único [PU, 95], da ordem do pensamento.

³⁷ G. Baker & P. M. S. Hacker, *Wittgenstein – Understanding and meaning*, Vol 1, Part II – *Exegesis* §§ 1-184, pág. 11-12.

³⁸ “Die Tendenz, ein reines Mittelwissen anzunehmen zwischen den Satzzeichen und den Tatsachen. Oder auch, das Satzzeichen selber reinigen, sublimieren, zu wollen“ [*Investigações*, 94].

He [Protágoras] says that man is the standard of judgment of all things (...). And for this reason he posits only what appears to the individual, thus introducing relativity...³⁹

No parágrafo 138 das *Investigações* Wittgenstein apresenta a apreensão instantânea do significado de uma sentença como objeção à concepção do significado a partir do uso, que vinha sendo suposta e trabalhada desde o início do texto (enunciada, como vimos no parágrafo 43): como o significado poderia ser dado pelo uso se o uso se estende, necessariamente, no tempo e eu entendo o significado em um *golpe*?

Mas pode a significação de uma palavra que eu compreendo não se ajustar ao sentido da frase que eu compreendo? Ou a significação de uma palavra ao sentido de outra? – Com efeito, se a significação é o *uso* que fazemos das palavras, então não tem sentido falar de um tal ajustamento. Ora, *compreendemos* a significação de uma palavra quando a ouvimos ou a pronunciamos; nós a apreendemos de golpe (*wir erfassen sie mit einem Schlage*); e o que apreendemos assim é algo realmente diferente do ‘uso’ que se estende no tempo! [PU, 138]

Se alguém me diz, por exemplo, a palavra “cubo”, sei o que significa. O que é realmente que paira no nosso espírito quando *compreendemos* uma palavra? [PU, 139]

Este parágrafo marca a transição do texto das *Investigações* do debate sobre o caráter sublime da lógica e a recusa da necessidade de um “puro intermediário” para o debate sobre as regras, ou melhor, para a recusa de que regras sejam concebidas como mediação necessária, anterior à ação e que a determina. Wittgenstein precisará, na longa análise que se segue, reconfigurar a concepção de “prática” (“saber fazer”, “habilidade”), para que se

³⁹ Sextus Empiricus, *Outlines of Pyrrhonism*, I, 216.

possa conceber um *uso* que não se apresente como aplicação da teoria, uma prática que não seja interpretação da regra: a própria regra se revelará ação, não teoria.

O argumento aqui apresentado remete de modo direto à recusa do intermediário, segundo o modelo do argumento do terceiro homem, do *Parmênides*⁴⁰.

Ora, suponha que, ao ouvir a palavra “cubo”, uma imagem paire no seu espírito (*Nun nimm an, beim Hören des Wortes ”Würfel” schwebt dir ein Bild vor*). Por exemplo, o desenho de um cubo. Em que medida essa imagem pode se ajustar ou não ao emprego da palavra “cubo”? – Talvez você diga: “É simples; - se essa imagem me aparece e aponto, por exemplo, para um prisma triangular e digo que isto é um cubo, então esse emprego não se ajusta à imagem”. Mas não se ajusta? Escolhi o exemplo intencionalmente de tal modo que seja muito fácil representar-se um *método de projeção* segundo o qual a imagem enfim se ajuste.

A imagem do cubo *sugeriu-nos*, na verdade, um certo emprego, mas eu poderia empregá-la também de modo diferente (*aber ich konnte es auch anders verwenden*). [PU, 139]

Wittgenstein coloca em questão a suposição de que a imagem “pode se ajustar ou não” ao uso da palavra. Entre a imagem e o uso apareceria, necessariamente, um certo “método de projeção”, uma certa interpretação, a qual, entretanto, não poderá ser concebida como única ou necessária. Essa estrutura de argumentação já havia sido apresentada tanto no debate sobre a definição ostensiva quanto na defesa da concepção de semelhança de família. A contraparte da exposição apresentada nas *Investigações* é a concepção do *Tractatus*, da necessidade de um “método de interpretação” para que se institua ‘um fato, entre outros, como figuração’:

⁴⁰ Platão, *Parmênides*, 132e-133a: “[Parm.] E não é da maior necessidade que o semelhante participe com seu semelhante da mesma e única idéia? / [Soc.] Sem dúvida nenhuma. / Não é, portanto, absolutamente possível, assemelhar-se alguma coisa à idéia, nem a idéia a seja o que for. De outra maneira, surgiria sempre uma nova idéia, diferente da primeira, e, no caso de parecer-se ela com alguma coisa, mais uma ainda, sem nunca parar essa formação de novas idéias, dado que a idéia venha a parecer-se com o que dela participa. / É muito certo o que dizes. / Não é, pois, pela semelhança que as coisa participam das idéias; será preciso procurar outra modalidade de participação”.

Ser uma figuração não é uma característica intrínseca do fato figurativo, mas uma de que ele se reveste quando entra em *relação figurativa* com a realidade – no momento em que um método de interpretação seleciona alguns de seus constituintes, define-os como os elementos da figuração.⁴¹

A interpretação aparece, portanto, no contexto do *Tractatus*, como essa mediação necessária ao estabelecimento da figuração, da significação e, portanto, da bipolaridade da proposição. Por intermédio dessa mediação se apresenta o “bom e velho habitante do reino filosófico: o conceito de pensamento”, que consiste no “método de projeção” por meio do qual uma proposição se institui.

O sinal proposicional é a face sensível da proposição, o pensamento que ela exprime é seu fundo oculto.⁴²

A referência ao *Tractatus*, implícita no parágrafo 139 das *Investigações*, é evidente, assim como a oposição entre as duas perspectivas. Trata-se agora de mostrar a existência de uma ambigüidade incontornável na concepção de interpretação e na construção de um método de projeção, a qual nos conduz a uma regressão ao infinito (das interpretações) e estabelece um hiato, aparentemente intransponível, entre uma proposição e seu significado, entre uma ordem e a ação que ela comanda, entre a proposição e a ação.

E o essencial, pois, é ver que, ao ouvir a palavra, o mesmo [mesma imagem ou analogia] pode pairar em nosso espírito e que sua aplicação, no entanto, pode ser outra. E tem, então, a *mesma* significação em ambas as vezes? Creio que o negaríamos. [*PU*, 140]

O paradoxo envolvido na concepção de regra é exposto por Wittgenstein de modo mais explícito nas *Investigações* entre os parágrafos 198 e 201. Trata-se aqui ainda de um desdobramento da recusa do “puro intermediário” no parágrafo 94. Em uma aproximação preliminar do tema, pode-se descrevê-lo como um paradoxo ao qual somos levados pela

⁴¹ L. H. L. Santos, “A Essência da Proposição e A Essência do Mundo”, pág. 63; cf. também págs 65-66.

⁴² L. H. L. Santos, “A Essência da Proposição e A Essência do Mundo”, pág. 69-70.

suposição de que *interpretamos* as regras para aplicá-las, ou, inversamente, que podemos perguntar se a aplicação é adequada à regra.

the rule is not a magical device from which the correct applications unfold. Any rule, given by a rule-formation, can be misunderstood, interpreted wrongly, and hence misapplied.⁴³

O recurso à interpretação da regra inicia a formulação do paradoxo:

Como pode uma regra ensinar-me o que fazer *neste* momento? Seja o que for que faça, deverá estar em conformidade com a regra por meio de uma interpretação qualquer. [PU, 198]

O argumento que sustenta a recusa de que a interpretação determinaria o significado [PU, 198] é apresentada no parágrafo 201:

Nosso paradoxo era: uma regra não poderia determinar um modo de agir, pois cada modo de agir pode ser colocado em conformidade com a regra. A resposta era: se cada modo de agir pode estar em conformidade com a regra, pode também contradizê-la. Disto resultaria não haver aqui nem conformidade nem contradições. [tradução revisada]⁴⁴

A possibilidade de que qualquer ação seja colocada de acordo com a regra é dada pelo recurso à interpretação, que tem, ela própria, um estatuto de regra⁴⁵. Considere-se o exemplo do sinal de trânsito, apresentado por Wittgenstein:

Uma regra se apresenta como um indicador de direção. – Não deixaria nenhuma dúvida sobre o caminho que eu tenho que seguir? Mostra em que direção devo seguir quando passo por ele; se pela rua, pelo trabalho ou pelos campos? Mas

⁴³ G. Baker & P. M. S. Hacker, *Wittgenstein – Understanding and meaning*, Vol 1, Part II – *Exegesis* §§ 1-184, pág. 14

⁴⁴ „Unser Paradox war dies: eine Regel könnte keine Handlungsweise bestimmen, da jede Handlungsweise mit der Regel in Übereinstimmung zu bringen sei. Die Antwort war: Ist jede mit der Regel in Übereinstimmung zu bringen, dann auch zum Widerspruch. Daher gäbe es hier weder Übereinstimmung noch Widerspruch“.

⁴⁵ Cf. e.g. C. McGinn, *Wittgenstein on meaning*, pág. 6-8.

como saber em que sentido devo segui-lo: se na direção da mão ou (por exemplo) na oposta? E se em lugar de um indicador de direção houvesse uma cadeia ininterrupta de indicadores, ou traços de giz no chão, – haveria para eles apenas *uma* interpretação? [PU, 85]

O recurso à interpretação revela-se, então, um problema, pela impossibilidade de deter um regresso ao infinito da cadeia de interpretações, exceto no caso de se supor o recurso a uma base não interpretada a partir da qual se estabeleceriam todas as demais interpretações (um modelo de “platonismo” que consideraremos adiante, no debate sobre a leitura de S. Kripke a respeito dos parágrafos 138 a 242 das *Investigações*).

Vê-se que isto é um mal-entendido já no fato de que nessa argumentação colocamos uma interpretação após a outra; como se cada uma delas nos acalmasse, pelo menos por um momento, até pensarmos em uma interpretação novamente posterior a ela. Com isto mostramos que existe uma concepção de uma regra que *não* é uma interpretação e que se manifesta em cada caso de seu emprego, na quilo que chamamos “seguir uma regra” e “ir contra ela”.

O paradoxo, uma regressão ao infinito, mostra que a interpretação (uma regra para ler a regra) não determina o sentido: se a regra só se relaciona com a ação mediada por uma interpretação, a interpretação só se relacionará com a ação mediada por uma segunda interpretação, e assim ao infinito. A interpretação “juntamente com o interpretado, paira no ar” (*Jede Deutung hängt, mitsamt dem Gedeuteten, in der Luft*) [PU, 198]. O recurso a um terceiro termo não resolve o problema (como no argumento do terceiro homem, de Platão)

A interpretação, na medida em que consiste em substituir uma expressão da regra por outra, mantém-nos ainda em um terreno separado de sua aplicação. O paradoxo consiste em que minha ação *não pode ser determinada* por uma regra (frente à exigência de interpretação, não se pode falar de conflito entre regra e ação), de modo que estabelece-se um hiato, uma distância intransponível, entre regra e ação.

O paradoxo pode ser expresso nos seguintes termos: se uma regra não determina, por si só, uma ação, sendo necessário supor um elemento intermediário, derivado da regra, que determina a ação, uma “interpretação”, não há porque supor que essa interpretação determine, ela própria, um certo curso de ação em particular, sem a necessidade de que se recorra a uma segunda interpretação, e assim ao infinito.

A resposta de Wittgenstein será uma recusa de que a pergunta sobre a adequação da ação à regra seja respondida através do recurso a uma interpretação:

cada interpretação, juntamente com o interpretado, paira no ar. As interpretações não determinam por si próprias a significação [*Die Deutungen allein bestimmen die Bedeutung nicht*]. [PU, 198 – tradução revisada]

A *conexão* entre uma regra e um curso de ação, exemplificada pelo sinal de trânsito, seria “talvez esta: fui treinado para reagir de uma determinada maneira a este signo e agora reajo assim”; e complementa:

Eu também indiquei que alguém somente se orienta por um indicador de direção na medida em que haja um uso constante, um hábito. [PU, 198 – tradução revista]

A resposta de Wittgenstein retorna ao mote do parágrafo 43, que vai procurar no *uso* a significação, não só do nome, mas, vemos aqui, também da regra. De fato, o caso das regras aparecera, num primeiro momento, como uma objeção à concepção do significado como uso, na medida em que o uso se estende no tempo e a regra é compreendida “em um instante” [PU, 138]⁴⁶. Não se resolve, entretanto, a explicitação da relação entre uma regra e *uma* aplicação (“correta”) da regra.

⁴⁶ Assim D. Stern descreve o paradoxo das regras e sua relação com o percurso das concepções de Wittgenstein, concluindo com uma formulação que será questionada adiante: “Wittgenstein had first thought that inference must be justified by a self-interpreting given lying behind the rule that would fully determine the rule’s application, and then realized that such a given was both unnecessary and impossible. It was unnecessary because we do not need an unmoved mover in order to follow a rule; it was impossible because nothing could perform that task. Instead, we have to look at how the rule is actually used. The problem that had motivated the search for something that would unambiguously determine the application of the rule had been that any formulation of a rule is always, in principle, capable of being interpreted in a variety of ways. At first sight, it seems as if a rule determines the result of its application in each of the infinite number of circumstances where it might be applied. But the rule must be expressed in words or actions.

But what makes a given application of a rule correct? Not intuition; not, save trivially, accord with what the teacher meant; not, save by begging the question, doing the same as one was shown in a previous example; and not, save at the cost of a futile regress, an interpretation. In one sense, nothing *makes* it correct.⁴⁷

Essa enumeração negativa indica no sentido de afastar qualquer *critério exterior* como alternativa à determinação da ação que “segue uma regra”. A todos critérios dessa natureza se objetaria do mesmo modo: nada faz de uma dada aplicação da regra a correta.

Na medida em que a expressão da regra – ou suas interpretações, que se equivalem – não determina a ação, a regra (concebida como o que determina um certo curso para a ação) é diferente da expressão da regra. O paradoxo mostra, entretanto, que há um meio de apreender (*Auffassung*) a regra “que não é uma interpretação, mas que é exibido por aquilo a que chamamos ‘seguir uma regra’”⁴⁸, o que ainda resta para ser explicado.

Hence there is an inclination to say: every action according to the rule is an interpretation. But we ought to restrict the term “interpretation” to the substitution of one expression of the rule for another.

Como diz Wittgenstein, concluindo seu comentário do sinal de trânsito, no parágrafo 85 das *Investigações*,

[o sinal de trânsito] algumas vezes deixa dúvidas, outras não. E isto não é mais nenhuma proposição filosófica, mas uma proposição empírica.

The words can always be misunderstood, and any series of actions one performs while following that rule also conforms to any number of other rules. If we begin by worrying that the words I use to express a rule do not guarantee that they will be interpreted correctly, then any interpretation of those words will be open to the same objection. As a result, it can seem as if the regress of interpretations can only come to an end with something which is not open to interpretation, something which cannot be misinterpreted. That is the task of the act of insight.”; David. G. Stern, *Wittgenstein on Mind and Language*, pág. 116

⁴⁷ G. Baker & P. M. S. Hacker, *Wittgenstein – Understanding and meaning*, Vol 1, Part II – *Exegesis* §§ 1-184, pág. 14.

⁴⁸ “Dadurch zeigen wir nämlich, daß es eine Auffassung einer Regel gibt, die nicht eine Deutung ist; sondern sich, von Fall zu Fall der Anwendung, in dem äußert, was wir ”der Regel folgen”, und was wir ”ihr entgegenhandeln” nennen”, Wittgenstein, *Investigações*, 201.

Sua resposta indica na direção de conceber as regras segundo o mesmo modelo de recusa de intermediários, identificando no uso ordinário da regra seu processo de significação, sem o recurso a nada de oculto ou estranho ou “espiritual”⁴⁹. Nos termos de R. Rhees, trata-se de

[to] show how rules of grammar are rules of the lives in which there is language; and show at the same time that rules have not the role of empirical statements.⁵⁰

Rhees evidencia aqui tanto a impossibilidade de se considerar as regras fora dos contextos, das vidas, em meio às quais se constituem como significação, quanto o desdobramento dessa perspectiva, a identificação de que uma parcela das proposições que consideramos empírica de fato têm outro caráter (serão chamadas de “proposições gramaticais”, como veremos).

Como Wittgenstein já havia dito desde o primeiro parágrafo das *Investigações*, “as explicações têm em algum lugar um fim” (*Die Erklärungen haben irgendwo ein Ende*)⁵¹.

A language is a normative, rule-governed practice. The rules of grammar are not right or wrong, correct or incorrect, in so far as they accord with reality. The rules of grammar are, in this sense, “arbitrary”, and are not answerable to reality for truth or correctness.⁵²

Resta-nos, entretanto, compreender como se pode deter ou evitar o regresso infinito das interpretações. Elas devem parar em algum lugar, mas *onde?* e o que significa dizer que as explicações são substituídas por descrições? (“Toda *elucidação* deve desaparecer e ser substituída apenas por descrição (*Alle Erklärung muß fort, und nur Beschreibung an ihre Stelle treten*)” [PU, 109]).

⁴⁹ “Lá onde nossa linguagem autoriza a presumir um corpo, e não existe corpo algum, lá desejaríamos dizer, existe um *espírito*.”, Wittgenstein, *Investigações*, 36.

⁵⁰ R. Rhees, *The philosophy of Wittgenstein*, pág. 45, *apud* C. Diamond, “Rules: looking in the right place”, *in*: D. Z. Phillips & P. Winch, *Wittgenstein: attention to particulars*, pág. 12.

⁵¹ Wittgenstein, *Investigações*, 1.

⁵² G. Baker & P. M. S. Hacker, *Wittgenstein – Understanding and meaning*, Vol 1, Part II – *Exegesis* §§ 1-184, pág. 20.

A dificuldade que se vislumbra é a de nos encontrarmos frente a uma recusa do “dogmatismo” ou do “platonismo” que ignora as dificuldades envolvidas na compreensão da significação e substituí-lo por um “convencionalismo” à maneira de Protágoras em sua tese do “homem medida”⁵³. Afinal, se nada faz de uma dada aplicação da regra a aplicação correta, estaríamos livres para *interpretá-la* cada um à sua maneira – e não se poderia falar de falsidade ou erro. Essa não é, entretanto, a perspectiva de Wittgenstein.

In the *Philosophical Investigations* that [a pressuposição de um acordo preliminar entre os usuários da linguagem sobre como usá-la⁵⁴] leads his interlocutor to suggest that Wittgenstein has reduced truth and falsity to something that can be decided by human agreement. In response, Wittgenstein distinguishes between what is said in language, and the agreement that language presupposes, and explicitly appeals to the case of measurement as an example of what he has in mind.⁵⁵

O esclarecimento da estrutura da argumentação das *Investigações*, que recusa tanto o platonismo quanto o convencionalismo, se fará através do recurso a um procedimento “kantiano”, redefinindo-se o conceito de *objetividade*

It is a misconception of objectivity that makes these observations about human agreement seem so threatening. / But with what was he to replace? If the logic of our language is not simply truth-functional logic, what is it? (...) / Because an inherited background involves skills, habits, and customs, it cannot be spelled out in a theory. This emphasis on both the social and natural context of rule-following is characteristic of Wittgenstein’s later conception of language as a practice.⁵⁶

Antes de considerarmos esse conjunto de temas, vejamos como o debate sobre linguagem privada se relaciona às questões aqui consideradas e possibilita a elaboração da distinção entre proposições empíricas e gramaticais.

⁵³ Cf. e.g. P. Bouveresse (*Le mythe de l’intériorité*, págs. 276-277), que evidencia a dificuldade colocada à interpretação do estatuto da necessidade no contexto das *Investigações*.

⁵⁴ Cf. Wittgenstein, *Investigações*, 240.

⁵⁵ David. G. Stern, *Wittgenstein on Mind and Language*, pág. 102.

⁵⁶ David. G. Stern, *Wittgenstein on Mind and Language*, pág. 103.

A recusa do platonismo e do convencionalismo

Não desças, não subas, fique
O mistério está é na tua vida!
E é um sonho louco esse nosso mundo...⁵⁷

Consideremos o debate a respeito do paradoxo das regras e de duas posições que se atribui a Wittgenstein sobre o tema: o ceticismo atribuído por S. Kripke e o recurso à “decisão” indicada por C. Wright⁵⁸. O contraponto dessas duas leituras é a identificação da “tentação” platônica de interromper o regresso ao infinito das interpretações recorrendo a um anteparo não interpretado. Nas palavras de Finkelstein:

The platonist posits special items which – unlike noises, marks and gestures – are, as it were, intrinsically significant: they neither need nor brook interpretation. According to the platonist, what saves our words from emptiness is that such items stand behind them. The regress of interpretations doesn’t arise as a problem because these intrinsically significant items neither need be, nor can be, interpreted.⁵⁹

A recusa do platonismo parece nos colocar diante do problema de interromper de alguma outra forma o regresso infinito das interpretações. Em certo sentido, tanto a leitura de Kripke para o problema, quanto a leitura de C. Wright, consideradas aqui como exemplo, tentando fugir ao platonismo, oferecem alternativas “análogas” à resposta platônica.

A leitura de Kripke tornou-se amplamente conhecida por sua polêmica atribuição de uma caráter cético ao argumento das *Investigações*, e afirma que (Wittgenstein o diria) não há

⁵⁷ Mário Quintana. “Os degraus”.

⁵⁸ Segundo a apresentação formulada por D. Finkelstein, “Wittgenstein on rules and platonism”, in: A. Crary & R. Read, *The new Wittgenstein*; cf. S. Kripke, *Wittgenstein on rules and private language*, e C. Wright, “Wittgenstein’s rule-following considerations”.

⁵⁹ D. Finkelstein, “Wittgenstein on rules and platonism”, pág. 55

nenhum *fato* em minha experiência passada ou presente que se refira ou possa indicar qual o significado de uma palavra⁶⁰. Assim, não poderíamos afirmar sobre nosso próprio uso das palavras que ele teria um certo significado ou se referiria a um dado conteúdo mental.

Para essa objeção cética Kripke afirma ainda que Wittgenstein ofereceria uma “solução cética” (à maneira humeana), que estabelece que a afirmação de que determinado significado é atribuído a um termo poderia ser *correto* (ainda que não *verdadeiro*), ou seja, indicaria que esse uso se justifica no interior de um jogo de linguagem da comunidade (indicaria que se trata de um uso aceito e, assim, que quem assim o faz é aceito como membro da comunidade). O regresso das interpretações seria interrompido por um convencionalismo cético que se estabelece sobre o acordo e a aceitação da comunidade de certos procedimentos e afirmações.

C. Wright conceberia o platonismo ao qual Wittgenstein se contrapõe em seu comentário da idéia de “seguir uma regra” consiste em supor que a correção na interpretação da regra é definida por um padrão *auto-sustentado*, independente de nossa opinião, “como em um céu platônico”. A leitura proposta por Kripke, entretanto, se sustentaria sobre um reducionismo inaceitável, que supõe necessária a existência de um *fato* passado que constitua o significado do termo que se considera. Wright, como boa parte dos comentadores, recusa a suposição da necessidade de que se identifique um fato como significação e, assim, interrompe a argumentação cética de Kripke. A resposta apresentada à pergunta cética, sobre como saber que o significado de um termo utilizado era esse que se aponta agora, é o que Wright chama de uma resposta “flat-floated”: “eu simplesmente significava da forma como digo”.

Como sustentar, entretanto, essa resposta direta? Como saber que ela é a correta? A alternativa apresentada por Wright caracteriza essa afirmação sobre o que eu significava com meu uso passado de um termo (e, portanto, sobre o que é demandado por uma regra) não como uma percepção ou conhecimento, mas como uma *decisão*. Para que essa forma de caracterizar o problema não resulte, ela também, em um relativismo radical (em que

⁶⁰ Que possa indicar que eu construía a série “2, 4, 6, 8, ...” e que ela não teria o segmento “1000, 1004, 1008, ...” em lugar do segmento “1000, 1002, 1004, 1006, ...”; cf. S. Kripke, *Wittgenstein on rules and private language*, págs. 21 e segs.

poderíamos decidir aleatoriamente sobre cada significação), Wright é obrigado a estabelecer uma *regra*, segundo a qual apenas nossos julgamentos em condições adequadas determinam o significado: estipulamos o significado de uma regra a partir de nosso melhor julgamento (*under c-conditions*)⁶¹. Se eu formo, por exemplo, uma opinião sobre o que eu significava, então eu significava isso que afirmo. O significado de usos passados pode ser estabelecido por juízos no presente⁶². O regresso das interpretações seria, então, interrompido por uma *decisão*, nas condições estipuladas.

Assim, pareceria que a única alternativa deixada pela recusa na determinação completa, absoluta, a partir de um padrão auto-determinado, nos imporia o relativismo da tese do *homem medida* de Protágoras, de que a leitura de Kripke é a versão mais explícita, mas que também se faz presente no recurso de C. Wright à decisão ou estipulação. Ainda que a resposta de Wright seja aceita como a defesa de um anteparo alternativo à resposta platônica (como ele pretende), e não de uma resposta relativista, tratar-se-á ainda da própria demarcação platônica do debate nos *diálogos*, em que as alternativas abertas são o relativismo sofístico ou a suposição de um anteparo não interpretado que interrompe o regresso ao infinito. Teríamos um debate entre a suposição de um *fundamento auto-sustentado* e a postura de *deixar tudo “suspenso no ar”*, entre platonismo e relativismo⁶³. De qualquer forma, temos uma formulação platonista das alternativas e a aceitação delas, por exemplo, por parte tanto de Kripke quanto de Wright.

Talvez o dilema não seja, entretanto, necessário e a crítica de Wittgenstein dirija-se justamente a ele. A análise feita por D. Finkelstein do debate entre leituras como a de S. Kripke e a de C. Wright é bastante interessante. Ao comentar a leitura proposta por Kripke para o paradoxo das regras e o argumento da linguagem privada, Finkelstein propõe-se a caracterizar a extensão do anti-platonismo de Wittgenstein, recusando tanto a interpretação de Kripke quanto a crítica a esta proposta por C. Wright. A princípio, a

⁶¹ C. Wright, “Wittgenstein’s rule-following considerations”, *apud*, D. Finkelstein, “Wittgenstein on rules and platonism”.

⁶² D. Finkelstein, “Wittgenstein on rules and platonism”, págs. 58-59.

⁶³ Cf. e.g. S. Kripke, *Wittgenstein on rules and private language*, pág. 54.

caracterização apresentada por Finkelstein do platonismo recusado por Wittgenstein no debate sobre as regras se assemelha à de David Pears: o projeto genérico de interromper o *regresso ao infinito* das interpretações estabelecendo uma *fonte auto-sustentada* (a *self standing source*)⁶⁴.

A especificidade da leitura de Finkelstein se apresentará a partir do comentário que faz da recusa por Wright da interpretação proposta por Kripke para os parágrafos 138-242 das *Investigações*. Segundo Wright, o platonismo surge para responder ao *regresso ao infinito* estabelecido a partir da exigência de interpretação das regras ou sinais, de tal modo que seríamos colocados frente ao dilema entre platonismo e relativismo. Finkelstein recusa a interpretação de Wright e propõe uma leitura mais ampla ou radical do platonismo recusado por Wittgenstein nas *Investigações*. Segundo ele, Wittgenstein recusaria o dilema como parte do próprio platonismo ao qual as *Investigações* se contrapõem: o platonismo consistiria não só em uma das alternativas de resposta ao paradoxo do *regresso ao infinito* das interpretações (a única “não cética”, para usar o vocabulário de Kripke⁶⁵), mas na própria posição do problema e na exigência de interpretação. Para evidenciá-lo, recorre aos parágrafos das *Investigações* em que o interlocutor de Wittgenstein afirma haver sempre um *golfo* [*Kluft*] entre uma ordem e sua execução⁶⁶, de tal forma que uma *ponte* seria necessária. Esta mesma afirmação – de que sempre há um *golfo* entre uma *regra* e sua *interpretação* – seria a base do paradoxo exposto no parágrafo 201 das *Investigações*.

Wittgenstein questionaria a pressuposição da existência deste *golfo* e, com ela, a exigência de interpretação e de que se interrompa o regresso (ao colocar-se como intermediário). O platonismo recusado por Wittgenstein consistiria, assim, antes na afirmação de que há algo a ser explicado, interpretado, compreendido na regra, na marca de tinta, no nome; algo por detrás, oculto, um poder mágico e misterioso que determina o que a regra obriga e o que o sinal significa (sua “alma, que o torna algo mais do que uma

⁶⁴ D. Pears, *The False Prison*, II.

⁶⁵ S. Kripke, *Wittgenstein on rules and private language*, pág. 4.

⁶⁶ “Há um golfo entre uma ordem e sua execução. Este deve ser preenchido por um ato de entendimento” [“Zwischen dem Befehl und der Ausführung ist ein Kluft. Sie muß durch das Verstehen geschlossen werden“], *Investigações*, 431 (e também 88, 431, 432 e 454).

marca morta”). Esta resposta consistiria na *recusa* do recurso a algo oculto que dá vida à marca e estipula o significado da regra, seja uma convenção, um juízo ou uma regra.

Crispin Wright, ao recorrer à *decisão* ou *estipulação*, manteria o platonismo: aceita a posição do problema (a afirmação de que há um golfo a ser superado) e responde à maneira platônica, supondo que a decisão é *auto-sustentada* e interrompe o regresso das interpretações (um “poder misterioso” para “*to bridge the gulf*”⁶⁷).

Também Kripke derivaria sua conclusão cética, segundo Finkelstein, da aceitação do argumento da regressão ao infinito das interpretações, que deveria, de algum modo, ser interrompido. A recusa de Wittgenstein dirigir-se-ia, segundo Kripke, à possibilidade de interromper o regresso e não à própria posição do problema, de modo que também a leitura feita por Kripke partilharia do “platonismo”, tal qual definido por Finkelstein. Abandonado o dilema “platônico”, não haveria lugar para o dogmatismo, mas também não haveria lugar para a leitura convencionalista que Kripke faz da posição de Wittgenstein no debate sobre a linguagem privada.

A resposta apresenta-se interessante, por adequar-se à recusa wittgensteiniana de constituir uma “teoria do significado” em lugar de oferecer uma resposta alternativa. Ela também nos remete ao uso e “às vidas em meio às quais as regras se situariam”⁶⁸, mas ainda é necessário esclarecer de que maneira essa concepção se apresentaria como uma alternativa radical ao platonismo – recusando inclusive o questionamento platônico.

Como se recusar, portanto, o paradoxo da interpretação? O que nos situaria dentro de *um* certo jogo de linguagem, quando se parece supor que só há limite difuso, e então qualquer limite parece ser igualmente válido? Como impedir, se é que esse será o caso, que essa recusa de um anteparo estável resulte na conclusão de que só o homem (os homens ou cada homem) é medida do certo e do verdadeiro? Nosso percurso até aqui nos indica que não se trata de aceitar uma alternativa à maneira de Protágoras – e que Wittgenstein remete às ações e ao uso, mas é necessário explicar como o faz.

⁶⁷ Wittgenstein, *Investigações*, 431-433.

⁶⁸ D. Finkelstein, “Wittgenstein on rules and platonism”, pág. 69.

Algumas considerações sobre o argumento da linguagem privada

O debate sobre as regras tem sido tratado, desde a leitura de Kripke, como uma preparação do *argumento da linguagem privada* (ou o seu fundamento). Este último, por sua vez, talvez a passagem mais conhecida das *Investigações*, situado em geral entre os parágrafos 243 e 315, concentra possivelmente a maior quantidade de dificuldades e equívocos na leitura de Wittgenstein.

Consideremos o argumento de Wittgenstein sobre linguagem privada a partir da identificação de seu lugar na estrutura do percurso das *Investigações*. A dificuldade colocada pela concepção do significado como *uso*, formulada no parágrafo 43 das *Investigações*, e por seu desdobramento na análise das regras, em que a forma tradicional de conceber a relação entre *teoria* e *prática* é colocada em xeque, é explicar como seria concebido, a partir disso, o *pensamento*. Uma grande parte do texto das *Investigações*, em particular a partir do parágrafo 316, será dedicada a esse tema (pensamento, imaginação, consciência, estados mentais, vontade, intenções). A estratégia de abordagem desse problema será dada pelo tratamento proposto por Wittgenstein para a pergunta sobre a possibilidade de uma linguagem privada e para a forma de abordar a “experiência privada”.

O parágrafo 243 das *Investigações* apresenta a questão da possibilidade do que ali se chama uma “linguagem privada”:

Mas seria pensável uma linguagem na qual alguém pudesse, para uso próprio, anotar ou exprimir suas vivências interiores – seus sentimentos, seus estados de espírito?

As palavras dessa linguagem devem referir-se àquilo que apenas o falante pode saber; às suas sensações imediatas, privadas. Um outro, pois, não pode compreender esta linguagem. [PU, 243]

O problema colocado pela consideração de uma linguagem privada está diretamente ligado aos debates que precedem seu surgimento no livro: o debate sobre o significado, desde seu início, e em particular o tratamento dado ao “conceito” de regra. De fato, do mesmo modo que a concepção do significado como *uso*, explicitada no parágrafo 43,

obriga a investigação a considerar o significado como *regra* (que se apreende “de golpe” (*mit einem Schlage erfassen*), e não no tempo, como o conceito de *uso* parece exigir), obriga também à consideração da *experiência privada* e das reformulações na forma de concebê-la que se impõem a partir da reformulação do conceito de significado. Ou melhor, pergunta-se pela possibilidade de se falar de um *uso privado*, ou da significação para além do domínio em que habitualmente situamos o que se poderia chamar de *uso*, e que se indicava no debate precedente. Como tratar da linguagem sobre a experiência privada se a significação é dada pelo uso (na linguagem, e, portanto, não privado)? A consideração da “experiência privada” parece restabelecer a significação como referência a objetos (objetos ou processos *mentais*, no caso).

A resposta de Wittgenstein inicia-se, de imediato, transpondo para o novo problema a resposta já anteriormente construída:

Como as palavras se *referem* a sensações? (...) A questão é a mesma que: como um homem aprende o significado dos nomes das sensações? Por exemplo, da palavra “dor”. Esta é uma possibilidade: palavras são ligadas à expressão originária e natural da sensação, e colocadas no lugar dela. Uma criança se machucou e grita; então os adultos falam com ela e lhe ensinam exclamações e, posteriormente, frases. Ensinam à criança um novo comportamento perante a dor. [PU, 244]

A estratégia de resposta parte dessa distinção entre expressão e descrição. O conceito de significação é interrompido e não poderá ser aplicado aos termos que tratam da experiência *subjetiva*, como a dor no exemplo citado. Segundo esse vocabulário, as palavras não referem a objetos privados, mentais ou internos, mas expressam sensações:

“Assim, pois, você diz que a palavra ‘dor’ significa, na verdade, o gritar?” – Ao contrário; a expressão verbal da dor substitui o gritar e não o descreve. [PU, 244]

A palavra substitui, não descreve: a resposta à pergunta pelo significado dos nomes que se referem às sensações indica seu *uso* (chamado aqui de “expressão”), da mesma forma que no caso do significado da regra. Os parágrafos que se seguem à formulação do problema aplicam à linguagem que trata das “experiências privadas” as conclusões a que se chegara

anteriormente: a significação das palavras que significam sensações não poderá ser concebida como uma referência a *objetos internos*, perdendo mesmo qualquer sentido a suposição de que existam tais “objetos”. O uso dessas palavras é descrito aqui como expressão. Mais ainda, não se mostra possível falar de um *espaço interno* que equivale ou é semelhante ao espaço externo, no qual as experiências interiores se nos dão, como no espaço externo se dão as experiências de objetos exteriores. Não haverá sentido em falar de *olhar para dentro*, ou de uma *definição ostensiva interna*, ou de apontar para os objetos dentro de si.

A substituição da concepção da nomeação como descrição de objetos ou processos internos pela simples expressão já se faz nos parágrafos 245 e 246. Mesmo que algumas das conseqüências dessa mudança só sejam explicitadas adiante, nada mais faltará à argumentação. O breve parágrafo 246, com seu pasmo, evidencia que não há lugar para dúvidas quanto à substituição que se operou:

Como posso, pois, querer colocar ainda a linguagem *entre* a manifestação da dor e a dor? [itálicos acrescentados]⁶⁹

Estabelecido esse fundamento da análise, a extensão da concepção da “significação” como uso” à linguagem que trata de experiências privadas, Wittgenstein inicia uma série de ajustes (que se estendem do parágrafo 253 ao 255): em que sentido posso chamar essas experiências expressas pelos nomes das sensações de *privadas*? Se o nome é expressão e sua significação é dada pelo uso, e não pela descrição de objetos internos, se ele não traz ao exterior algo que existia no interior, a idéia de privacidade parece ser colocada em questão [PU, 246].

Ainda em meio a esse procedimento, no parágrafo 253 se pergunta em que sentido se poderia dizer que essas experiências, como a dor, são *minhas*. A recusa do espaço e dos objetos internos exigem uma reconsideração do conceito de “propriedade” das sensações tal qual este vinha sendo utilizado até então.

Por fim, no parágrafo 256 coloca-se em questão o limite da resposta inicial, perguntando pela linguagem que fala das sensações que não podem ser *expressadas*. Nesse caso, a

⁶⁹ Considere-se aqui a recusa de intermediários; cf. Wittgenstein, *Investigações*, 94.

substituição proposta no parágrafo 244 parecerá não ser suficiente, fazendo necessário um novo desdobramento da análise (que se estende de do parágrafo 256 ao 271), que considere o que seria, aqui, o “significado” dos nomes.

Essa descrição do percurso e dos argumentos de Wittgenstein entre os parágrafos 243 e 271 não é, entretanto, em nenhuma hipótese, adequada e completa. Uma outra linha de argumentação, fundada não no conceito de *significado como uso*, mas no de *proposições gramaticais*, transcorre em paralelo a partir do parágrafo 246 e constitui-se como parte central tanto do debate sobre a linguagem privada quanto da arquitetura das *Investigações*. Nele Wittgenstein considera a gramática da palavra *conhecer* – como essa seria *normalmente* usada.

De mim ninguém pode dizer (a não ser por brincadeira) que *sei* que tenho dores. O que isto pode significar, a não ser que tenho dores?

Não se pode dizer que os outros aprendem minha sensação *apenas* por meu comportamento, – pois não se pode dizer de mim que as aprendi. Eu as *tenho*.

Isto é correto: tem sentido dizer que os outros duvidam que eu tenha dores; mas não tem sentido dizer isto de mim mesmo. [PU, 246]

Esta argumentação recusa que a *impossibilidade da dúvida* implique *conhecimento*, como ocorre, por exemplo, na formulação cartesiana⁷⁰. Pelo contrário, para que se possa falar de *conhecimento* pressupõe-se a possibilidade da dúvida. O argumento recorre ao que seria o uso comum da palavra: em que sentido poderia falar que conheço algo quando não faria sentido dizer que não conheço? Em uma outra formulação: qual a diferença entre dizer que sinto dor e que *sei* que sinto dor? E em que circunstâncias esta última expressão poderia ser usada?

⁷⁰ Descartes, *Méditations*, I, pág. 268: “d’autant que la raison me persuade déjà que je ne dois pas soigneusement m’empêcher de donner créance aux choses qui ne sont pas entièrement *certaines* et *indubitables*”, procedimento que estabelecerá que a proposição “Je suis, j’existe, est nécessairement *vraie*, toutes les fois que je la prononce” (pág. 275).

No que se refere à gramática de *conhecimento*, os parágrafos que se seguem partem do pressuposto apresentado no parágrafo 246. O que se poderia chamar propriamente de uma defesa da tese de que a impossibilidade da dúvida nos impede de falar de conhecimento só é apresentado no parágrafo 251: trata-se, no caso, da impossibilidade da negação não de uma verdade necessária, mas de uma característica do que Wittgenstein chama de *proposição gramatical*.

Nós nos defendemos com estas palavras contra aquilo que, por sua forma, simula uma proposição empírica, mas que é, na verdade, gramatical. [PU, 251; tradução revisada]

O critério para a distinção entre proposições empíricas e gramaticais parece ser oferecido na sucessão de exemplos que se seguem: toda linha tem comprimento, eu sei que tenho dor. Em todos os casos, a característica para a qual Wittgenstein chama nossa atenção é a impossibilidade de dúvida quanto à proposição ser verdadeira ou falsa: ela é necessariamente verdadeira ou necessariamente falsa.

E “saber” significa aqui que a expressão da incerteza não tem sentido. [PU, 247]

No caso das proposições gramaticais não há lugar para a dúvida. Não se pode supô-la uma proposição empírica, pois essas são bipolares. Wittgenstein remete ao vocabulário do *Tractatus* ao caracterizar a bipolaridade essencial da proposição:

Pois aqui [*refere-se à proposição empírica "esta mesa tem o mesmo comprimento daquela"*] compreendo o que significa fazer-se uma imagem do contrário (e não é necessário que seja nenhuma imagem representada (*Vorstellungsbild*)).

Mas esta imagem, em relação à frase gramatical, pode apenas mostrar aquilo que chamamos de “comprimento de uma barra”. E o que deveria ser a imagem contrária? [PU, 251]

A *necessidade* atribuída a proposições como “eu sei que eu tenho dor” deriva da impossibilidade de figuração de sua negação. Seu caráter necessário indica-nos que elas tratam da própria linguagem, de nossos usos e dos jogos de linguagem, e não da

experiência. Assim, em todos os exemplos de situações em que se poderia usar uma proposição desse tipo, o que encontramos é um esclarecimento da gramática.

A necessidade indica, portanto, não o conhecimento mais sólido, ou o paradigma de conhecimento verdadeiro, mas a ausência de conhecimento⁷¹, a exclusão da proposição do domínio das proposições empíricas, e sua situação no interior das proposições gramaticais.

Wittgenstein refere-se, em um parênteses solto, ao final do parágrafo 251⁷², à negação de uma proposição *a priori*, aproximando o que se chama nas *Investigações* de proposições gramaticais das verdades *a priori* kantianas: como no caso de Kant, a “verdade necessária” (ou a necessidade, simplesmente) não se encontra nas proposições empíricas, mas naquelas que se apresentam como sua condição de possibilidade. Parece haver aqui uma indicação da posição que essas proposições gramaticais poderiam ocupar, fazendo da gramática filosófica de Wittgenstein um substituto, ou uma alternativa, à filosofia transcendental de Kant.

Teríamos algo como uma filosofia transcendental em que a necessidade não deriva da “estética transcendental” ou dos “conceitos do entendimento”, mas das formas (variáveis) de vida⁷³. Mas a relação entre Kant e Wittgenstein é muito mais complexa e a consideraremos de outras perspectivas adiante.

Como, entretanto, Wittgenstein defende sua distinção entre proposições empíricas e gramaticais? Seu fundamento não poderá ser “o uso comum”, como alegado a princípio. Mais ainda, esse procedimento parece contrariar o projeto não dogmático proposto pelas

⁷¹ A argumentação contra o cartesianismo poderia ser encaminhada da seguinte forma: o equívoco de Descartes seria estabelecer como paradigma de conhecimento (verdadeiro) algo que não pode ser chamado, em sentido estrito, de conhecimento.

⁷² “(Bemerkung über die Verneinung eines Satzes *a priori*.).”

⁷³ “Descartes and others had tried to start with one proposition such as “Cogito, ergo sum” and work from it to others. Kant disagreed and started with what we know to be so and so, and went on to examine the validity of what we suppose we know”; David. G. Stern, *Wittgenstein on Mind and Language*, pág. 115. Cf. também Wittgenstein, *Da Certeza*, 130.

Investigações. Por fim, como defender o uso comum se ele se funda em uma certa imagem (platônica) da linguagem, que nos mantém presos?

Coloca-se, ainda, como questão se a argumentação a respeito da linguagem privada não seria suficiente sem esse recurso ao conceito de *gramática*. Qual sua relação com a defesa da “tese” de que o significado é dado pelo uso? Qual sua origem na argumentação e seu papel nas conclusões a que chegam as *Investigações*?

Wittgenstein está estabelecendo, no contexto das *Investigações*, um novo estatuto para a *necessidade*, que não é abolida, à maneira convencionalista ou cética, mas passa a estar diretamente ligada a esse conceito de *gramática* aqui considerado. A suposta verdade indubitável das proposições sobre “experiências privadas” oferece a oportunidade de evidenciar esse debate.

Será, entretanto, necessário compreender mais cuidadosamente essa concepção, que será o núcleo principal dos textos finais de Wittgenstein, em particular das *Anotações sobre as Cores* de *Da Certeza*⁷⁴. Trata-se aqui da necessidade associada às proposições gramaticais, sem maiores esclarecimentos, mas essa abordagem não é capaz, por exemplo, de dar conta de nosso sentimento de convicção.

The depth the essentialist sees in not simply due to the nature of mathematics, but is also due to our nature: we have a deep need to see things that way, and that is itself an important fact that deserves our attention.⁷⁵

A gramática de *conhecimento e dúvida* será retomada de modo muito mais elaborado nesses textos finais e vale a pena considerar as diferenças no tratamento dado ali ao pressuposto de Wittgenstein em sua resposta ao tema da linguagem privada. *Da Certeza* apresentará, em certo sentido, uma elaboração e flexibilização do argumento das *Investigações*, relacionando o conceito de *gramática* ao de *Weltbild*.

⁷⁴ “In fact what we have in the *Investigations*, in these passages on rule-following and elsewhere, is the germinal form of the sort of epistemology most fully set out in *On Certainty*; and this latter work is manifestly anti-sceptical”; C. McGinn, *Wittgenstein on meaning*, pág. 25.

⁷⁵ C. McGinn, *Wittgenstein on meaning*, pág. 116.

Conclusão: temas e desdobramentos das *Investigações*

As *Investigações* nos apresentam algo completamente distinto do trabalho negativo que se costuma apontar: formula uma hipótese de trabalho, remete o significado ao *terreno* da *prática*, do *uso*, a partir da insuficiência do recurso a “intermediários” na compreensão da relação entre uma regra e sua aplicação, entre um signo e sua significação. O suposto caráter “negativo” do texto resulta de apresentar suas concepções como contraparte de uma outra *imagem* da linguagem, a imagem platônico-agostiniana.

Nesse sentido, os principais “episódios” das *Investigações* seriam não uma sucessão de temas distintos, relacionados de modo fluido, mas sucessivas dificuldades colocadas frente à hipótese que aproxima significado e uso. Estas dificuldades se devem à radicalidade da hipótese formulada por Wittgenstein: a referência ao *uso*, ou sua contraparte, a recusa de intermediários, ou a recusa de que eles de alguma forma resolvam o problema (pelo contrário, deixariam ainda tudo “suspense no ar”) obriga as *Investigações* a rever boa parte das concepções tradicionais da filosofia sobre o conhecimento, a subjetividade, a verdade, a lógica. Tentar reduzir o *uso* ou *prática* à *teoria*, como o fazem as concepções tradicionais sobre o significado, revela-se um equívoco (considere-se, nesse sentido, o problema com a formulação de regras). Mas para Wittgenstein o significado não é um objeto, uma regra não é um esquema, de modo que nada *corresponde* ao significado (a “significação” não se dá como uma relação de correspondência). No modelo platônico-agostiniano o conceito de significado (e em sua base o “pensamento”) vem cobrir a distância a que linguagem e mundo se colocam: apenas por meio do conceito de significação estas duas ordens se relacionam (pensar a significação é pensar essa relação, ou onde as ordens se tocam), estabelecendo-se a linguagem (esse sinal dotado de alma, cuja relação nos caberia pensar) como imagem do mundo, e, portanto, verdadeira ou falsa. Este não pode ser o papel desempenhado pelo *uso* na concepção de Wittgenstein: as *Investigações* partem da recusa da imagem da linguagem a partir de sua contraposição e correspondência ao mundo: não há *distância* a ser *coberta*. Como compreender, então, o recurso ao *uso*?

Mas se, por um lado, a partir dessa perspectiva, parece encontrarmos um texto mais estruturado, em que os temas se articulam mais claramente, por outro a concepção alternativa de linguagem esboçada por Wittgenstein ainda não parece suficientemente clara. O texto apresenta-nos uma nova concepção de *uso*, de *ação* e de *regra* que não recorreria a “intermediários”, apresenta-nos, como desdobramento disso, uma nova concepção sobre o conhecimento e recusa boa parte das questões tradicionais da filosofia, substituindo-as por outras. Entretanto, a compreensão da articulação dessa concepção alternativa de linguagem ainda não se apresenta de forma elaborada, clara e completa nas *Investigações*.

É necessário caracterizar o conceito de uso e sua relação com a significação, a recusa do relativismo e o novo sentido em que se fala em necessidade e verdade, dando conta ainda de nosso “sentimento” de necessidade. As *Investigações* distinguem proposições gramaticais e empíricas mas não explicam o mecanismo através do qual essa distinção se estabelece. Recusa-se o intermediário mas deixa ainda pouco clara a concepção do que é uma prática sem teoria. Como se poderia aceitar um simples exemplo, ou uma enumeração, como resposta? E como conceber essa prática sem um conhecimento que a sustente, anterior a ela? A interação entre esses dois percursos – entre a desmontagem dessa imagem da linguagem que nos mantém presos e a apresentação (descrição) de uma alternativa que recusa a pressuposição de algo necessário, anterior ao uso, à ação – estabelece o conjunto do que se apresenta na *Investigações*.

É necessário articular o conceito de *imagem da linguagem* de modo a deixar claro o que é a alternativa apresentada por Wittgenstein, qual o seu estatuto, a que se propõe. Interessamos, assim, a constituição por parte de Wittgenstein da concepção de imagem (*Bild*) e sua relação com o conceito de *Weltbild*, central na “reelaboração” dos temas das *Investigações* apresentada em *Da certeza* e na articulação entre a caracterização das proposições gramaticais e a da necessidade (lógica). Será em meio aos trabalhos finais de Wittgenstein, cujo núcleo, para o debate aqui proposto é o texto de *Da Certeza*, que uma parte relevante dos temas aqui apresentados será elaborada e esclarecida.

Nosso objetivo até aqui foi, através de uma revisão do que seria o núcleo do debate apresentado nas *Investigações Filosóficas*, situar os temas e identificar os problemas em

meio aos quais Wittgenstein situa o trabalho de seus últimos anos de vida, tratado a seguir.

II. A CERTEZA E O ERRO

Os últimos textos escritos por Wittgenstein, entre 1949 e 1951, que se estendem a até dois dias antes de sua morte, apresentam-se como uma surpreendente elaboração de temas e desdobramentos de seu trabalho, muitos deles ausentes ou não elaboradas nas *Investigações*. Esses textos foram publicados ao longo das últimas décadas e têm motivado as mais diversas leituras e interpretações de sua relação com o restante da obra de Wittgenstein. Fala-se mesmo de um “Terceiro Wittgenstein”, que se apresentaria em *Da Certeza*¹. Esse não parece ser o caso, mas evidencia-se a novidade de algumas das abordagens apresentadas nesses últimos textos, motivadas principalmente pela mudança de perspectiva (ou de interlocutor) em relação às *Investigações*.

Nas páginas que se seguem, pretende-se antes de mais nada apresentar uma leitura desses textos, cujo núcleo seriam os manuscritos publicados como as duas primeiras partes de *Da Certeza*, indicando a possibilidade de sua relação com os outros textos do mesmo período e investigando a maneira como se recolocam temas das *Investigações*, em particular referentes aos conceitos de lógica e jogos de linguagem. Pretende-se que com isso se evidencie de uma outra perspectiva a base sobre a qual se constroem os argumentos e críticas da imagem agostiniana da linguagem, nas *Investigações*. A leitura conjunta desses textos possibilita, segundo a hipótese aqui defendida, que se compreenda de forma mais clara a posição de Wittgenstein sobre o convencionalismo e o relativismo, sobre o ceticismo e o solipcismo, sobre as regras e a prática. Essas indicações possibilitariam uma releitura futura das *Investigações* que escapariam de muitas das armadilhas deixadas no caminho de quem as trabalha depois de uma já longa e consolidada tradição de interpretação.

¹ Por exemplo em D. Moyal-Sharrock & W. Brenner (eds.), *Reading Wittgenstein's On Certainty*.

Para tanto, iniciaremos com uma apresentação do perfil e das relações entre os textos escritos por Wittgenstein entre 1949 e 1951, a partir da qual se estabelecem indicações sobre como proceder na sua leitura simultânea e como utilizá-los para um mútuo esclarecimento de seus argumentos. Em seguida abordaremos de forma mais direta as duas primeiras partes de *Da Certeza*, que se apresentam, juntamente com a primeira parte de *Anotações sobre as Cores*, como os textos mais estruturados desse período, nos quais os problemas e estratégias são expostas por Wittgenstein. Os demais textos, em particular os dois outros fragmentos de que se compõe *Da Certeza*, apresentam revisões de desenvolvimentos pontuais de temas relevantes e serão referidos em meio à análise dessas primeiras duas partes do texto.

Através desse percurso será indicado o lugar central dos conceitos de “imagem de mundo” (*Weltbild*) e “sistema” nessa reelaboração da concepção de jogos de linguagem por Wittgenstein. Ao introduzir esses novos conceitos, explicita-se de maneira mais clara o sentido de uma afirmação muito citada das *Investigações*, de que

representar uma linguagem [*eine Sprache vorstellen*] significa representar uma forma de vida [*eine Lebensform vorstellen*]. [*PU*, 19]

As referências à “vida” e às “formas de vida” passam a ocupar um lugar central na exposição do conceito de jogos de linguagem e revelam um lugar mais relevante do que se suspeitaria a partir da leitura das *Investigações*, atribuído por Wittgenstein à ação e à prática, a uma prática que “tem de falar por si mesma” [*UG*, 139], e que, no sentido em que se puder ainda falar de “fundamento”, é apresentada como “fundamento último” dos jogos de linguagem e das regras.

Ao final da análise e comentário desses textos finais de Wittgenstein, como conclusão, serão apresentadas algumas indicações preliminares sobre como se poderia retornar à leitura das *Investigações*, ou defender algumas das leituras apresentadas anteriormente, a partir das observações aqui apresentadas.

Entre o trabalho de Wittgenstein considerado na Parte I e o que será tratado aqui situam-se os longos textos sobre a “filosofia da psicologia” – seja os que concluem a primeira parte das *Investigações*, seja sua segunda parte, ou ainda alguns manuscritos posteriores.

Esse material, em particular a segunda parte das *Investigações*, certamente apresenta contribuição fundamental para o debate que se propõe aqui, entretanto, dado que o objetivo do presente trabalho é relacionar *Da Certeza* aos demais textos do mesmo período e ao núcleo das *Investigações*, ele não será objeto de análise mais detida e somente será referido de passagem.

Os últimos manuscritos de Wittgenstein

Trabalhos de Wittgenstein após as Investigações

Wittgenstein trabalha nas *Investigações Filosóficas* até por volta de 1949, quando chega à conclusão de que não produzirá uma versão final satisfatória de seu livro e que este será editado postumamente². O conjunto de textos que escreve a partir de então passa a ter menos revisão e sistematização – ou melhor, não será, em geral, reescrito, recortado e sistematizado como ocorria com textos anteriores. Ainda assim, esses trabalhos guardam enorme interesse e, alguns deles, uma estrutura argumentativa longa e clara.

Os debates que Wittgenstein trava com N. Malcolm nos EUA em 1949 quando esteve em sua casa por alguns meses, em particular a reflexão sobre a refutação do idealismo proposta por Moore³, levam Wittgenstein a retomar e elaborar de modo extremamente instigante e surpreendente alguns temas apenas esboçados nas *Investigações* e se constituem como o marco do início de uma nova série de trabalhos. A consideração de temas ligados à “psicologia”⁴ cede, então, o lugar a notas sobre o conhecimento, a possibilidade da dúvida e do erro, diferenças e mudanças de visão de mundo e as cores. Esses textos se acham nos últimos manuscritos de Wittgenstein, numerados de 172 a 177, e apresentam uma grande proximidade de abordagem entre si. Sua publicação, entretanto, recortada e sem uma indicação clara da relação entre suas diferentes partes, dos critérios utilizados para a edição e dos temas que os unem, assim como indicações precipitadas ou

² Cf. N. Malcolm, *Wittgenstein: a memoir*, págs. 64 e 70 e R. Monk, *Wittgenstein: o dever do gênio*, págs. 487-8.

³ “Soon after his arrival Wittgenstein proposed that he and I should read his book together. This we did for a few meetings, but again I found that activity too confining and not a satisfactory way of doing philosophy together; and I believe that Wittgenstein came to feel the same”; “the discussions that were of most value to me that summer were a series that took place between Wittgenstein and me, our topic being Moore’s ‘Proof of an external world’ and also his ‘Defense of common sense’”, N. Malcolm, *Wittgenstein: a memoir*, pág. 70.

⁴ Publicados como *Últimos escritos sobre filosofia da psicologia I e II* – só o volume II, que consta de poucas notas, data de depois de 1949.

exageradas dos editores, talvez tenha dificultado muito a compreensão das preocupações de Wittgenstein nesses seus últimos anos e da forma como retoma e elabora temas das *Investigações*.

Os manuscritos 172 a 177 foram publicados quase integralmente, distribuídos por diversos livros: *Da Certeza, Anotações sobre as Cores, Cultura e Valor* e *Últimos Escritos sobre Filosofia da Psicologia II*. As informações sobre as origens dessas compilações nos manuscritos, fornecida por G. H. von Wright, oferece alternativas interessantes à leitura do material⁵:

170. Pocket notebook. Probably 1949. 10 pp.

MS170 was published as the second section of *LW2*⁶.

171. Pocket notebook. 1949 or 1950. 14 pp.

MS171 was published as the third section on *LW2*.

172. Manuscript on loose sheets. Probably 1950. 24 pp.

Part of *MS172* (i.e., pp. 1-4) was published as Part II of the bilingual volume *Remarks on Colour*; the rest (i.e., pp. 5-24) was published as sections 1-65 of the bilingual volume *On Certainty*.

173. Notebook. 24 March – 12 April 1950; undated part. 200 pp.

Most of *MS173* (i.e., pp. 1-63 and 95-200) was published as Part III of *Remarks on Colour* (Sections 1-130 and 131-350 respectively); the rest (as well as some material already published as section 296-350 of *Remarks on Colour*) was published as the fourth section of *LW2*.

174. Notebook. 1950. 79 pp.

⁵ O quadro apresentado resulta da agregação de informações apresentadas nas páginas 488-489 de “The Wittgenstein Papers” e da pág. 509 de “Addendum to ‘The Wittgenstein Papers’”, in, L. Wittgenstein, *Philosophical Occasions, 1912-1951*. Não se considera no quadro os fragmentos de *Culture and Value*. Consideramos aqui também os MS 170 e 171 de modo a situar no debate a segunda parte dos *Últimos Escritos sobre a Filosofia da Psicologia II* e o momento de início do novo trabalho.

⁶ Wittgenstein, *Last Writings in the Philosophy of Psychology II*.

Part of *MS174* (i.e., pp. 1-14) was published as the fifth section of *LW2*; the rest (p. 15 to the end) was published as sections 66-192 of *On Certainty*.

175. Pocket notebook. 1950; 10-11 March 1951. 157 pp.

MS175 was published as sections 193-425 of *On Certainty* (pp. 1-35 of *MS175* constitute sections 193-299, and p. 35 to the end constitutes sections 300-425).

176. Notebook. 1950; 21 March – 24 April 1951. 161 pp.

Part of *MS176* (pp. 1-22) was published as Part I of *Remarks on Colour*, part (pp. 22-81) was published as sections 426-637 of *On Certainty*, and the rest (pp. 82-160) was published as the final section of *LW2*.

177. Notebook. 25-27 April 1951. 22 pp.

MS177 was published as sections 638-76 of *On Certainty*.

Biggs e Pilchler⁷ são mais detalhados na delimitação dos recortes dos textos:

<i>Über Gewißheit / On Certainty</i>	
§§ 1-65	MS 172, 1949: pp. 5-24
§§ 66-192	MS 174, 1950: pp. 14v-40
§§ 193-299	MS 175, 1950: pp. 1r-34v
§§ 300-425	MS 175, 1951: pp. 35r-79
§§ 426-523	MS 176, 1951: pp. 22r-46v
§§ 524-637	MS 176, 1951: pp. 51v-81
§§ 638-676	MS 177, 1951:

⁷ Biggs, Michael & Pichler, Alois. "Wittgenstein: Two Source Catalogues and a Bibliography". Working Papers from the Wittgenstein Archives at the University of Bergen No.7, 1993.

	pp. 1r-11
<i>Bemerkungen über die Farben / Remarks on Colour</i>	
I	MS 176, 1951: pp. 1r-22r
II	MS 172, probably 1950: pp. 1-4
III: §§ 1-130	MS 173, 1950: pp. Inside cover-31v
III: §§ 131-350	MS 173, 1950: pp. 47v-100r

<i>Letzte Schriften über die Philosophie der Psychologie II / Last Writings on the Philosophy of Psychology II</i>	
pp. 1-49	MS 169, probably 1949: pp. 2r-81r, Inside front cover, 1r
pp. 50-53	MS 170, probably 1949: pp. 1r-5v
pp. 54-59	MS 171, 1949 or 1950: pp. 1-14
pp. 60-79	MS 173, 1950: pp. 31v-35r, 36r-47v, 87r- 91v, 93r-100r
pp. 80-90	MS 174, 1950: pp. 1r, 2r-14
pp 91-95	MS 176, 1951: pp. 46v-51v

O que se depreende desses quadros é a possibilidade, que, argumentar-se-á a seguir, revela-se bastante interessante, de restabelecer a unidade de trabalhos que foram apresentados pelos editores como separados e, inversamente, de separar unidades que são

apresentadas como texto contínuo. Assim, a elaboração dos dois principais blocos de textos desse período, *Anotações sobre as Cores* e *Da Certeza*, ocorre paralelamente, sendo que a leitura que Wittgenstein faz do *Farbenlehre* de Goethe⁸ durante sua estadia em Viena (que se situa na base de suas *Anotações sobre as Cores*) é imediatamente posterior ao início da reflexão sobre o problema colocado por proposições como as de Moore em sua “prova do mundo exterior”, e simultânea à “sistematização” desta no texto que resulta na primeira parte de *Da Certeza* (parágrafos 1 a 65).

A sistematização de notas anteriores que resulta na primeira parte de *Anotações sobre as Cores*, por sua vez, é posterior à segunda parte de *Da Certeza* (parágrafos 66 a 192) e se misturam com as últimas anotações que compõem este livro. Indicações semelhantes se aplicam a textos publicados em *Cultura e Valor* e *Últimos Escritos sobre Filosofia da Psicologia II* e são relevantes para que se delimite os sucessivos passos desses textos e a identidade de problemas que se situam em sua base.

Uma das conseqüências dessa leitura é a diminuição da força de duas teses paralelas que costumam se situar no início da leitura desses textos. A primeira, de que Wittgenstein se debruça, em *Anotações sobre as Cores*, sobre uma reflexão sobre as cores e sobre o *Farbenlehre* de Goethe, assim como em *Da Certeza* se debruçaria sobre os argumentos de Moore ou sobre o conceito de certeza. A respeito dessa “aplicação” de seu “método” de análise dos problemas da filosofia a diversos temas é interessante lembrar um relato de O. K. Bouwsma de uma de suas diversas conversas com Wittgenstein, entre 1949 e 1951, em que, referindo-se a seus alunos, Wittgenstein declara que

The teachings, like wine had made people drunk. They did not know how to use the teaching soberly. Did I understand? Oh, yes, they had found a formula. Exactly.⁹

Essa história é uma boa indicação do que não devemos procurar nos textos de Wittgenstein. Eles não são “aplicações” de um mesmo procedimento, de uma “fórmula”, a diferentes áreas (psicologia, epistemologia, cores, como antes se teria feito com a

⁸ J. W. Goethe, *Doutrina das Cores*.

⁹ O. K. Bouwsma, *Wittgenstein: Conversations 1949-1951*, págs. 11-12.

matemática). Pelo contrário, tanto as proposições de Moore quanto a análise das cores colocam problemas semelhantes e delicados à concepção apresentada nas *Investigações*¹⁰. A defesa dessa concepção (das *Investigações*) pressupõe respostas claras a ambos os problemas. Wittgenstein é um filósofo “obsessivo”, que, em certo sentido, dedica-se sempre aos mesmos problemas, e altera constantemente sua abordagem deles por meio de um vigoroso exercício de auto-crítica. A ocorrência, em seus últimos manuscritos, de referências a temas e afirmações que aparecem nos *Notebooks 1914-1916* é testemunha disso. A identificação da relação entre esses textos finais nos indica, portanto, o interesse de observá-los de uma outra perspectiva: de sua unidade e da sua compreensão como reflexões sobre a *lógica* (na direção traçada pelas *Investigações*), como o próprio Wittgenstein freqüentemente assinala, e como confrontações de Wittgenstein com objeções relevantes aos conceitos de “jogos de linguagem” e “lógica” situados na base das *Investigações* (e que alguns textos da segunda parte do livro, como o cap. XI, já abordavam).

A edição dos *Últimos Escritos sobre Filosofia da Psicologia II*, de 1992, assimila, em parte, críticas à edição de *Da Certeza* e apresenta os fragmentos distribuídos em “capítulos” que correspondem aos diversos manuscritos de onde vêm, além de não introduzir uma numeração ausente no original (como faz *Da Certeza*), o que induziria a suposição de uma continuidade nem sempre presente. No prefácio o editor (G. H. Von Wright), depois de relacionar os textos selecionados para publicação com os outros escritos de Wittgenstein entre 1949 e 1951¹¹, indica a dificuldade de se traçar uma linha clara entre os diferentes “temas” tratados durante esses anos:

¹⁰ A crítica à caracterização de *Da Certeza* como um conjunto de reflexões sobre Moore é freqüente; cf. e.g. L. Ashdown, “Reading *On Certainty*”, págs 314-5: “It may be misleading even to think of it as a book. For example, the posthumous title *On Certainty* (...) chosen by the editors is itself questionable”. Quanto à identificação de Moore como sendo o “tópico” do texto, diz: “it is difficult to see the collection of remarks in its entirety as a sustained treatment of Moore’s arguments, nor is he constrained to consider those propositions with which Moore is concerned”. Considere-se também M. Kober, “Certainties of a world-picture”, in: H. Sluga & D. G. Stern, *Cambridge Companion to Wittgenstein*, pág.411: “due to an unhappily written preface by the editors of that text, many readers have come to believe that Wittgenstein admired G. E. Moore’s *Defense of Common Sense* and *Proof of an External World* and that he was commenting in his notes on these two papers”.

¹¹ Segundo a descrição de von Wright, “thematically, Wittgenstein’s philosophical writings from the last two years of his life (1949-51) can be divided into three parts. The largest of these three

Most of the writings of the first group have appeared in print under the title *On Certainty*, those of the second under the title *Remarks on Colour*. The remarks on the "inner-outer" problem are closely connected with the body of ideas of the second part of the *Philosophical Investigations* and with the preliminary studies for it in the manuscripts and typescripts from the years 1946-49. But they also connect with the remarks on epistemology and colour concepts and sometimes cannot be sharply separated from them. (A longer part from MS 173, which is printed here, was already published in the *Remarks on Colour* (III, sect. 296-350).)¹²

Essas observações se aplicam inclusive a fragmentos publicados em *Cultura e Valor*, que se revelam desdobramentos ou exercícios cuja origem é o conjunto de temas trabalhados principalmente em *Da Certeza*.

As duas primeiras partes de *Da Certeza* se configuram como o núcleo a partir do qual a leitura desse conjunto mais amplo parece organizar-se. Ali Wittgenstein expõe o problema central em meio ao qual se situam tanto as proposições de Moore quanto a análise das cores (ou os comentários sobre Shakespeare e Schubert de *Cultura e Valor*) e, de forma bastante ordenada, Wittgenstein constrói uma estrutura de conceitos por meio do qual pretende enfrentar os problemas e que, em grande medida, é pressuposta nos demais textos do período. A última parte de *Da Certeza* apresenta problematizações e comentários (vigorosos e interessantes) desse núcleo inicial, eventualmente reduzindo a aceitabilidade de soluções apresentadas anteriormente. Em *Anotações sobre as Cores* o texto mais relevante para nossa análise é a parte I, sistematização do conjunto de notas que compõem a parte III de modo a confrontá-lo com o tipo de concepção apresentada em *Da Certeza* 1-192.

parts deals with the concepts of certainty, knowing, doubting, and other topics in epistemology. A second part deals with the philosophy of colour concepts; a third, with psychological concepts and in particular with the problem of the relationship between "the inner" and "the outer", between the so-called mental states and bodily behaviour".

¹² G. H. Von Wright, *Last Writings in the Philosophy of Psychology II*, "Editor's Preface", págs. x-xii.

As proposições de Moore e a lógica das cores

De uma perspectiva geral, talvez não seja excessivo afirmar que em *Da Certeza* Wittgenstein elabora e debate as dificuldades da concepção da linguagem como um duplo do ser, como imagem do mundo, e responde a essas dificuldades, novamente, no mesmo sentido das *Investigações*, transitando para o terreno da prática e do uso, de modo a esclarecer tanto duas concepções de lógica e necessidade quanto os conceitos de forma de vida e jogo de linguagem.

O texto de *Da certeza* (*Über Gewissheit*) tem origem, como vimos, nos manuscritos MS172-177, a maior parte dele (3ª e 4ª partes) sem qualquer sistematização. O resultado é evidente ao leitor: o texto alterna momentos de grande vigor e uma grande redundância. Trata-se de um percurso ao sabor da reflexão de um grande filósofo, no fim de sua vida. Surpreende como, nessas circunstâncias, o texto guarde tanto poder de polêmica. Considere-se, por exemplo, a história contada por Lance Ashdown¹³, confrontado com a afirmação de que, “se há uma resposta ao ceticismo, ela está aqui *em algum lugar*” (referindo-se a *Da Certeza*).

As *Investigações* apresentam, como vimos, um conjunto articulado de concepções – jogos de linguagem, semelhança de família, uso, regras – que se contrapõem não apenas ao núcleo da concepção agostiniana da linguagem¹⁴, mas a seus desdobramentos, muitos deles situados no núcleo das principais tradições filosóficas ocidentais: as concepções de “necessidade”, conceito-com-limites-claros, interioridade e privacidade epistêmica, regra-que-determina-a-ação.

No texto das *Investigações*, entretanto, não seria possível fazer mais do que armar esse enorme *tour de force* com uma tradição tão solidamente estabelecida e delinear o perfil de uma imagem alternativa da linguagem (a ponto de, como vimos, alguns até duvidarem de que Wittgenstein apresenta tal alternativa em seu livro). Muitos problemas restam para serem esclarecidos, muitas dúvidas e muitos temas a serem abordados. Nesse contexto, não causa surpresas o interesse de Wittgenstein pelas proposições de Moore ou a perspectiva tão particular a partir da qual discute a *Farbenlehre* de Goethe. Em ambos os

¹³ L. Ashdown, “Reading *On Certainty*”, *Phil. Inv.* 24:4 (2001), pág. 314.

¹⁴ O. K. Bouwsma, *Wittgenstein: Conversations 1949-1951*, pág. 19.

casos, temos potenciais contra-exemplos ou a base para objeções sérias às *Investigações*, que exigem esclarecimentos e reelaboração de alguns temas.

Dois problemas são centrais nesses textos. As *Investigações*, ao elaborar a concepção de jogos de linguagem, recusam a concepção essencialista que situaria a necessidade para além do próprio jogo de linguagem. Essa é a concepção que possibilita as leituras relativistas ou céticas das *Investigações*. Há, entretanto, diversas dificuldades a serem considerados. Em primeiro lugar, essa concepção, tal qual exposta nas *Investigações*, não parece capaz de “dar conta de nosso sentimento” de necessidade, na medida em que se atribui à necessidade uma força que independeria de nossa interferência ou vontade. Também não se debate de modo mais claro *como* se estabelece um jogo específico e *porque* jogamos *esse* jogo e não *outro*. A ênfase das *Investigações* é “negativa”, na recusa da imagem agostiniana, e seu adversário não é o relativismo, de modo que o texto deixa aberto seu flanco para uma leitura ou crítica que as vincula ao relativismo.

As proposições de Moore recolocam o debate das *Investigações* em um novo contexto. As proposições apresentadas em “Proof of the External World” e “Defence of Common Sense”¹⁵ (textos debatidos entre Malcolm e Wittgenstein durante sua visita aos EUA) seriam *necessariamente* verdadeiras, não se podendo apresentar proposições mais certas do que elas em sua defesa. Mas a necessidade não se situaria apenas “no interior do jogo de linguagem”? Não se poderia, então, imaginar ou supor um jogo no qual proposições como essas não seriam verdadeiras? Mas como isso se daria? Somos levados ao problema de considerar a diversidade de jogos de linguagem e nossa relação com um deles em particular – de onde se origina nossa certeza associada às proposições de Moore.

Entretanto, a recusa dessas proposições não representaria eliminar a certeza que impede o ceticismo, em particular o ceticismo idealista, quanto ao mundo exterior? Não seríamos, então, “obrigados” a aceitar uma concepção relativista que estende a dúvida ou a falta de “objetividade” até mesmo a proposições como “eu sei que sou um ser humano” e “ $2 \times 2 = 4$ ”? A confrontação com as proposições de Moore exige de Wittgenstein que elabore temas tratados de maneira rápida nas *Investigações* (a distinção entre proposições empíricas e gramaticais, a dinâmica dos jogos de linguagem, o conceito de uso) de modo

¹⁵ Cf. G. E. Moore, *Some Main Problems of Philosophy* e *Philosophical Papers*.

a lidar com desdobramentos de sua concepção, tanto quanto tendo como perspectiva o ceticismo (e sua “refutação”), quanto da perspectiva de “dar conta” de explicar o “erro” de Moore¹⁶.

O conjunto de textos que compõe *Da Certeza* guarda, então, essa relação com Moore: não são sobre ele, ou sobre suas proposições, mas pretendem formular uma concepção de linguagem que explique a natureza dessas proposições (em meio à qual elas se apresentam como “casos particulares”).

As *Anotações Sobre as Cores* se situam em meio ao mesmo debate. Já desde o *Tractatus* a idéia de uma “lógica das cores” (ou da “necessidade” fora da lógica) apresentava-se como um tema e problema para a reflexão de Wittgenstein¹⁷. O texto de Goethe oferece a oportunidade de que Wittgenstein debata a necessidade e a dinâmica dos jogos de linguagem a partir da investigação da complexidade dos conceitos de cores. O exemplo é particularmente interessante pela suposta objetividade que a caracterização de uma “lógica das cores” guardaria. Wittgenstein se proporá a compreender essa “necessidade” e a relação entre lógica das cores e jogos de linguagem. O tema aparece, então, como o desenvolvimento de um caso particular e interessante, do mesmo tipo dos problemas tratados nos textos que compõem *Da Certeza*. De fato, em meio a esses textos o próprio exemplo das cores aparecem em diversas oportunidades. Outros exemplos também são recorrentes nos textos desse período, ligados à cultura, à “gramática musical” ou à matemática, apesar de não receberem um tratamento de maior fôlego, como ocorre com as proposições de Moore e com as cores.

Identifica-se, assim, uma certa unidade desses três temas, a necessidade matemática, a “lógica das cores” e a “necessidade” das proposições de Moore (sendo os dois primeiros temas recorrentes na obra de Wittgenstein), na medida em que se apresentam como núcleos das principais objeções à concepção das *Investigações* (como já era o caso, aliás,

¹⁶ Cf. e.g. *Da Certeza*, §§ 53, 151 e 178.

¹⁷ Sobre o tema, cf. e.g. J. C. Salles, *A gramática das cores em Wittgenstein* (“Apresentação”).

dos conceitos da psicologia), e, portanto, como temas cujo comentário possibilita seu esclarecimento e elaboração¹⁸.

É dessa perspectiva que se propõe aqui a leitura desses textos de Wittgenstein, escritos entre 1949 e 1951: uma reelaboração de temas da *Investigações* de modo a responder a objeções que se colocam a partir do núcleo formado, de um lado, pelo conceito de “necessidade”, de outro, por nossa relação com os jogos de linguagem e pela dinâmica que caracteriza esses jogos.

¹⁸ Cf. Bouveresse, *La Force de la Règle*, págs 80-82; esse já era o caso no *Tractatus*, o que indica, de uma forma curiosa, a proximidade entre problemas desses diferentes momentos, em particular da investigação do conceito de “necessidade” e da investigação dos limites de sua aplicação.

Da Certeza e as proposições da lógica

Moore, Malcolm e a 1ª parte de Da Certeza

Uma breve consideração de alguns elementos que evidenciam a gênese dos textos de *Da Certeza* talvez sejam relevantes para a caracterização do debate proposto por Wittgenstein. É bastante conhecida a história da relação entre esses textos e os debates de Wittgenstein com Norman Malcolm em Cornell, durante sua estada nos EUA, em 1949. Malcolm teria proposto o debate sobre dois textos de Moore, “Proof of an external world” e “Defense of common sense”, que naquele momento o interessavam de modo particular.

the discussions that were of most value to me that Summer where a series that took place between Wittgenstein and me, our topic being Moore’s “Proof of an external world” and also his “Defense of common sense”. In particular we talked about Moore’s insistence that it is a correct use of language for him to say, when holding one of his hands before him, “I *know* that this is a hand”.¹⁹

Esses debates substituem a alternativa inicialmente proposta por Wittgenstein, de lerem conjuntamente “seu livro” (as *Investigações*). Os debates se estenderam por um longo período (a estadia de Wittgenstein nos EUA dura três meses) e o manuscrito transcrito na primeira parte de *Da Certeza*²⁰ data, com grande probabilidade, de um momento imediatamente posterior ao retorno de Wittgenstein à Europa²¹. Malcolm fez anotações das conversas que manteve com Wittgenstein e as transcreveu em *Wittgenstein: a memoir*. A comparação entre as anotações de Malcolm e a parte do *MS172* publicada como a primeira parte de *Da Certeza* (parágrafos 1 a 65) é interessante por oferecer um

¹⁹ N. Malcolm. *Wittgenstein: A memoir*, pág. 70.

²⁰ *MS172*, que corresponde aos parágrafos 1 a 65 do livro

²¹ G. E. M. Anscombe indica que as folhas manuscritas foram deixadas em sua casa após Wittgenstein retornar de Viena, onde estivera desde o natal, quando retornou de sua visita a N. Malcolm nos EUA, até março.

quadro das reflexões de Wittgenstein e do percurso da elaboração de sua concepção sobre os problemas colocados pelas proposições de Moore.

No relato de Malcolm encontramos quase todo o conjunto de proposições que compõe a 1ª parte de *Da Certeza*, algumas delas em transcrições quase literais²². Está ali a investigação sobre a gramática de “conhecimento” (*wessen*), com a recusa da referência a uma “entidade mental”, bem como da diferença entre conhecimento e certeza como sendo uma diferença de grau. Está também a recusa de que as proposições de Moore mantenham o uso ordinário do termo “conhecimento”, o reconhecimento da semelhança entre a investigação das proposições de Moore e proposições matemáticas, e a caracterização de seu problema como uma investigação sobre o “estatuto lógico” dessas “proposições experienciais”²³ – ou melhor, a caracterização da investigação sobre as proposições de Moore como uma investigação lógica, sobre proposições lógicas²⁴. Encontramos no relato de Malcolm também um tema central em todo o texto de *Da Certeza*: a afirmação de que a dúvida pressupõe “não duvidar”²⁵. As proposições de Moore pertenceriam a nosso “sistema de referências” (*Bezugssystem*) e desfazer-se delas, recusá-las, resultaria em impossibilitar qualquer julgamento²⁶.

Pode-se identificar, de substancial, a ausência do confronto de diversos jogos com “conhecimento” e outros conceitos próximos, além da investigação da “natureza lógica” de usos de sentenças empíricas como os apresentados por Moore: seu caráter de instrução sobre o uso das palavras (e, portanto, de constituinte da lógica dos jogos de linguagem) [UG, 36]. Ao associar essas proposições explicitamente ao debate sobre jogos de linguagem, Wittgenstein apresenta, no *MS172*, dois desdobramentos importantes, completamente ausentes da descrição de seus diálogos com Malcolm: o caráter pragmático da fixação dessas sentenças além da possibilidade de qualquer dúvida [UG, 49] e, portanto, a ausência de um limite claro entre proposições gramaticais e empíricas,

²² Malcolm só toma conhecimento do *MS172* depois da publicação de *Wittgenstein, a Memoir*, como relata nas págs. 83-84.

²³ Malcolm, *A memoir*, págs 71-72.

²⁴ Malcolm, *A memoir*, págs. 71-72.

²⁵ Malcolm, *A memoir*, pág. 74.

²⁶ Malcolm, *A memoir*, pág. 75.

limite esse que, inclusive, varia ao longo do tempo, o que se apresentaria como uma mudança dos conceitos e significados [UG, 58-65]. Outro elemento ausente na narrativa de Malcolm é a referência a exemplos que tratam das cores.

O primeiro passo de Wittgenstein, confrontado com proposições como (eu sei que) “aqui está uma mão, e aqui outra” ou “a Terra existia já muito tempo antes de meu nascimento” é investigar a gramática de “conhecimento” de modo a evidenciar a diversidade de usos que o conceito apresenta e a distância a que Moore se situa dos usos ordinários do conceito. Dado esse passo “negativo” (concluir que as proposições de Moore *não* fazem um uso de “conhecer” semelhante aos de nosso cotidiano), o problema será compreender o que pode significar “conhecer” nesse contexto e o tipo particular de proposições que Moore evidencia com seus exemplos.

O problema ganha relevância quando Wittgenstein aponta que no caso dessas proposições não haveria a possibilidade de dúvida ou erro.

Então não sei, assim, que um homem doente está aqui deitado? Nem a pergunta nem a afirmação fazem sentido [UG, 10]

Abrem-se, então, dois grandes caminhos a serem percorridos: a recusa de que a impossibilidade da dúvida seja uma indicação de conhecimento (necessariamente verdadeiro), que se fará, como evidenciam os comentadores, em oposição ao procedimento cartesiano, recorrendo-se a um modelo de argumentação já utilizado nas *Investigações*, segundo o qual a impossibilidade da negação evidencia que o conceito utilizado é de uma natureza diferente da usual. Nas *Investigações* Wittgenstein considera que “eu sei que tenho dor” não seria uma afirmação com conteúdo cognitivo, não descreveria um saber, na medida em que não haveria sentido dizer que eu tenho dor e não sei²⁷. A caracterização dos diversos jogos de linguagem com “conhecer” visa justamente diferenciar os vários casos e mostrar que

não vemos como é especializado o uso de “eu sei” [UG, 11]

²⁷ Cf. Wittgenstein, *Investigações*, II, xi, págs. 190-191; P. M. S. Hacker, *Wittgenstein on human nature*, pág. 24 e segs.

O problema se formula como uma investigação *lógica* sobre a gramática de “conhecer” e as diferenças entre seus diversos usos.

A diferença entre o debate sobre interno/externo nas *Investigações* e as proposições de Moore está na natureza da proposição que se considera. No caso tratado pelas *Investigações*, nos parágrafos citados, teríamos exemplos de “expressões”, não de descrições do domínio da “interioridade”, as quais seriam equivalentes a um grito de dor e o substituem²⁸. Já as proposições de Moore seriam proposições lógicas, parte de nosso “sistema de referências”.

A distância entre os dois casos é evidenciada pelo outro caminho aberto pelas investigações preliminares de *Da Certeza* a respeito do uso de “conhecer” feito por Moore: o debate coloca em seu núcleo a compreensão do que seria a “impossibilidade do erro” que caracterizaria a afirmação “eu sei que esta é minha mão”. O que seriam essas proposições que se excluem do terreno em que é admissível a dúvida e concebível o erro?

As idéias de Moore levam realmente ao seguinte: o conceito “saber” é análogo aos conceitos “crer”, “supor”, “duvidar”, “estar convencido”, pelo fato de a declaração “Eu sei...” não poder ser um erro. E se isto é assim, então pode inferir-se dessa expressão a verdade de uma afirmação. Neste ponto, a forma “Eu pensava que sabia” não está a ser considerada. – *Mas se esta última é inadmissível, um erro na afirmação tem de ser logicamente impossível também.* A qualquer pessoa que conheça o jogo de linguagem tem de compreender isso; a declaração, proferida por alguém fidedigno, de que *sabe*, não acrescenta nada. [UG, 21; itálicos acrescentados]

A resposta de Moore não é aceitável. A estratégia de Wittgenstein será transitar das proposições de Moore para o debate sobre a “impossibilidade” do erro²⁹ que as caracterizaria, diferenciando-as, apesar de sua “aparência” de proposições empíricas. Dessa forma Wittgenstein coloca em pauta a *necessidade* da atribuição de verdade a essas

²⁸ Cf. P. M. S. Hacker, *Wittgenstein on human nature*, págs. 31 e segs.

²⁹ Tema mais relevante e central no texto do que a “certeza” que se lhe atribuiu por título.

proposições – o que possibilitará aproximá-las de proposições da matemática como “ $2 \times 2 = 4$ ”.

Esse contexto dos debates com Malcolm e de sua elaboração no *MS172* são o pano de fundo sob o qual se dá a leitura do *Farbenlehre* de Goethe, durante a estadia de Wittgenstein em Viena, no natal de 1949. Seu interesse pela doutrina das cores, a julgar pelos comentários reunidos em *Anotações sobre as Cores*, parte I, deve-se justamente a encontrar nas cores³⁰ um outro exemplo de proposições como as de Moore, que seriam semelhantes a proposições empíricas mas que se apresentariam como “necessariamente verdadeiras”, apontando para uma realidade que se situaria para além dos jogos de linguagem.

Na *Gramática Filosófica*, em uma passagem central ao debate sobre a “autonomia da gramática” [*PG*, I, 133-134], em que afirma que a

Grammar is not accountable to any reality. It is grammatical rules that determine meaning (constitute it) and so they themselves are not answerable to any meaning and to that extent are arbitrary [*PG*, I, 133],

apresentando as proposições gramaticais como “arbitrárias”,

The rules of grammar are arbitrary in the same sense as the choice of a unit of measurement [*PG*, I, 133],

na medida em que são os determinantes últimos do significado:

There cannot be a question whether these or other rules are the correct ones for the use of "not" (that is, whether they accord with its meaning). For without these rules the word has as yet no meaning; and if we change the rules, it now has another meaning (or none), and in that case we may just as well change the word too [*PG*, I, 133].

³⁰ Sobre a recorrência desse tema na obra de Wittgenstein, cf. J. C. Salles, *A gramática das cores em Wittgenstein*, “Apresentação”; cf. também págs. 321 e segs.

Wittgenstein indica a relação entre os debates sobre cores e necessidade, utilizando inclusive exemplos que reaparecem em *Anotações sobre as cores*.

One is tempted to justify rules of grammar by sentences like "But there are really four primary colours". And if we say that the rules of grammar are arbitrary, that is directed against the possibility of this justification. Yet can't it after all be said that the grammar of colour words characterizes the world as it actually is? [PG, I, 134].

O exemplo das cores se contraporia à caracterização da necessidade como estando circunscrita aos jogos de linguagem. A “lógica das cores” apontaria para regras que não dependeriam dos jogos, ou às quais os jogos deveriam adequar-se, reintroduzindo a idéia de “acordo com a realidade” (o inverso do que se afirmaria nas *Investigações* e em *Da Certeza*).

I do not call rules of representation conventions if they can be justified by the fact that a representation made in accordance with them will agree with reality. For instance the rule "paint the sky brighter than anything that receives its light from it" is not a convention. [PG, I, 134].

Em que sentido as cores apresentariam um caso em que a regra não apresenta uma convenção? A quê ela se referiria, na medida em que a idéia de uma justificação a partir do acordo com a realidade conduziria a um regresso ao infinito³¹?

A semelhança entre o problema colocado por proposições como as de Moore e as que tratam da lógica das cores se aproxima na medida em que em ambos os casos encontramos uma linha tênue e móvel que ora as situa em meio a proposições empíricas, ora em meio às descrições dos jogos de linguagem e às proposições lógicas. Compreender a “impossibilidade do erro” no caso das proposições de Moore é um problema equivalente a explicar o carácter aparentemente “não convencional” das proposições sobre cores.

³¹ "The rules of grammar cannot be justified by shewing that their application makes a representation agree with reality. For this justification would itself have to describe what is represented. And if something can be said in the justification and is permitted by its grammar - why shouldn't it also be permitted by the grammar that I am trying to justify? Why shouldn't both forms of expression have the same freedom? And how could what the one says restrict what the other can say?", Wittgenstein, PG, I, 134.

Sobre a impossibilidade do erro

Talvez se possa propor a seguinte leitura da primeira parte de *Da Certeza*, cuja origem é o *MS172*. A investigação inicial da gramática de conhecimento conduz à identificação do caso relevante a ser tratado, na medida em que ofereceria o caminho para a compreensão de proposições como as de Moore: aqueles em que “não se pode estar errado” [*UG*, 7]. Esta impossibilidade (que nos remete à estratégia cartesiana do início da “Segunda Meditação”) resolveria o problema de transitar do sentido subjetivo da certeza para a afirmação objetiva do conhecimento (que remete à verdade). Como se poderia, então, caracterizar a impossibilidade do erro? Wittgenstein considera três possibilidades e recusa todas elas, antes de retomar uma alternativa já formulada nas *Investigações*, em um outro contexto.

Em primeiro lugar estaria a perspectiva proposta por Moore, que trata o conceito de “conhecimento” como se trata, por exemplo, da “crença”. Retomemos a citação do parágrafo 21 de *Da Certeza*:

Moore's view really comes down to this: the concept 'know' is analogous to the concepts 'believe', 'surmise', 'doubt', 'be convinced' in that the statement "I know..." can't be a mistake. And if that is so, then there can be an inference from such an utterance to the truth of an assertion.

As idéias de Moore levam realmente ao seguinte: o conceito “saber” é análogo aos conceitos “crer”, “supor”, “duvidar”, “estar convencido”, pelo fato de a declaração “Eu sei...” não poder ser um erro. E se isto é assim, então pode inferir-se dessa expressão a verdade de uma afirmação.

O núcleo da objeção a essa perspectiva é apresentada de imediato. Quem está habituado com os jogos de linguagem de “conhecer” sabe que não se pode excluir a possibilidade de engano quanto à suposição de que se conhece alguma coisa, por mais confiável que seja a pessoa:

Neste ponto, a forma “Eu pensava que sabia” não está a ser considerada. – Mas se esta última é inadmissível, um erro na *afirmação* tem de ser logicamente impossível também. A qualquer pessoa que conheça o jogo de linguagem tem de compreender isso; a declaração, proferida por alguém fidedigno, de que *sabe*, não acrescenta nada. [UG, 21]

Wittgenstein utiliza, no desdobramento da recusa da alternativa proposta por Moore para explicar a impossibilidade do erro em certas proposições, um termo interessante que reaparecerá em outros pontos do livro. Segundo ele, poder-se-ia duvidar de qualquer coisa, “mesmo sobre ‘haver uma mão aqui’”. Não é portanto, naquilo que se exclui à dúvida que se encontra a explicação para o problema, a compreensão da natureza das proposições de Moore, entre outras, pois não é na “natureza” dessas proposições que estaria a impossibilidade de duvidar e de errar, mas nas *circunstâncias* em que ela é colocada.

Uma pessoa pode estar enganada sobre “existir aqui uma mão”. Só em circunstâncias especiais isso é impossível [*Nur unter bestimmten Umständen nicht*]. “Mesmo num cálculo, uma pessoa pode errar – só em certas circunstâncias é que não [*nur unter gewissen Umständen nicht*].” [UG, 25]

O exemplo da possibilidade do erro na matemática, assim como a indicação de uma investigação das “circunstâncias” em que se apresenta a proposição, conduzem à segunda alternativa recusada por Wittgenstein.

Mas pode-se ver, a partir de uma *regra*, quais são as circunstâncias que excluem logicamente um erro no emprego das regras de cálculo? [UG, 26]

Retoma-se o debate sobre regras longamente elaborado nas *Investigações*, frente à pergunta pela possibilidade de que se recorra a uma regra de verificação. A argumentação de *Da Certeza* será interessante não apenas para o desdobramento do debate sobre o erro, mas também por, de maneira breve, explicitar as conclusões de Wittgenstein sobre esse tema, que recebe tratamentos tão ambíguos no contexto das leituras das *Investigações*.

O primeiro passo da recusa consiste em indicar a vacuidade do recurso a uma regra nesse contexto:

De que nos serve uma regra para esse efeito? Não poderíamos nós errar ao aplicá-la? [UG, 26]

A identificação da possibilidade de erro na aplicação da regra de verificação, cuja função seria identificar a ausência de erros, evidencia sua vacuidade, na medida em que somos conduzidos a uma regressão ao infinito. Os parágrafos 28 a 30 retomam o tema dos parágrafos 198 e 201 das *Investigações*, que conduzem a uma reformulação da compreensão da relação entre uma regra e sua aplicação, a partir da identificação do “golfo” (*Kluft*) que as separa, exemplificado aqui pela regressão considerada no parágrafo 26.

Wittgenstein afirma, em primeiro lugar, a impossibilidade de delimitar com clareza as “circunstâncias normais” (*normalen Umstände*) em que se aplicaria uma regra nesse caso de verificação da possibilidade do erro. Essa impossibilidade resulta em uma descrição direta do uso das regras, apresentada no parágrafo 28:

O que é “aprender uma regra”? – *Isto*.

O que é “fazer um erro ao aplicá-la?” – *Isto*. E aquilo para que se aponte aqui é algo indeterminado [*ist etwas Unbestimmtes*]. [UG, 28]

O diálogo trata da relação entre a prática e a regra. Sua aplicação, ou seu significado, não é dada senão no contexto da prática, em seu uso, o qual não pode ser apreendido, determinado, no contexto “teórico” da regra:

A prática do uso da regra também mostra o que é um erro na sua aplicação. [UG, 29]

A abordagem das *Investigações* é aqui brevemente retomada (o que talvez justifique o breve “aposto” apresentado como parágrafo 31³²) de modo a se afirmar que o uso adequado da regra não é uma inferência a partir de condições de certeza [UG, 30], concepção que conduziria à regressão ao infinito considerada acima. Retornaremos a esse

³² “The propositions which one comes back to again and again as if bewitched – these I should like to expunge from philosophical language”.

tema adiante, a partir da análise da resposta de Wittgenstein ao problema colocado pelas proposições de Moore.

A terceira alternativa também retoma um debate das *Investigações*, identificando o conhecimento a um processo mental.

Nesta área temos de continuar a lembrar-nos da não importância do “processo interior” ou “estado”. [UG, 38]

Nesse caso, trata-se de recusar a caracterização do conhecimento como um certo tipo de estado mental, como seria o caso da crença. Não se pode caracterizar o conhecimento pelos processos mentais de que certa proposição se faria acompanhar.

Pode dizer-se “Ele acredita nisso, mas não é assim”, mas não “Ele sabe isso, mas não é assim”. Será isso o resultado da diferença entre os estados mentais de crença e de conhecimento? Não. [UG, 42]

Wittgenstein é explícito em retomar o tema tal qual tratado nas *Investigações* (com a referência ao “conhecimento da dor” e à recusa da “privacidade epistêmica” que a caracterizaria [UG, 41]). Os argumentos não são retomados senão de forma abreviada, eliminando a possibilidade de por esse meio caracterizar as “circunstâncias” que impossibilitariam o erro no caso das proposições como as de Moore.

Pensar que às palavras “crer” e “saber” têm de corresponder estados diferentes seria como se uma pessoa acreditasse que pessoas diferentes têm de corresponder à palavra “eu” e ao nome “Ludwig” porque os conceitos são diferentes. [UG, 42]

Recusadas essas sucessivas tentativas de explicar a necessidade (impossibilidade do erro), a conclusão de Wittgenstein retoma, ao menos em parte, a conclusão das *Investigações*: o erro sempre é possível³³. As proposições de Moore não são necessariamente verdadeiras por causa de quaisquer dos sentidos apontados. Aqui se arma a tensão situada na base de todo o texto – e talvez de todos os textos desse período que consideramos: ainda que o erro seja sempre possível, essa possibilidade é excluída por nós em certos casos, como

³³ Cf. Wittgenstein, *UG*, 25.

naqueles exemplificados por Moore (ou em algumas proposições matemáticas ou sobre a matemática). Como compreender essa tensão entre o reconhecimento da “possibilidade” do erro e sua exclusão? O que seriam essas proposições cuja possibilidade da falsidade é por nós descartada?

No caso de proposições como as de Moore, a impossibilidade da falsidade (ou do erro) indicam, segundo um modelo de análise já usado nas *Investigações* e que remete, talvez, ao próprio *Tractatus*, que não se trata de proposições empíricas, mas de “proposições lógicas”. A primeira indicação nesse sentido aparece no parágrafo 36, caracterizando-as como “instruções sobre o uso das palavras”.

“A é um objeto físico” é uma indicação que damos a alguém que não percebe ainda o que significa “A” ou o que significa “objeto físico”. Assim, é uma indicação sobre o uso da palavra, e “objeto físico” é um conceito lógico (tal qual cor, quantidade...). [UG, 36]

É mais adiante, entretanto, a partir do parágrafo 43, que Wittgenstein passa a aproximar essas proposições lógicas de proposições da matemática, como “ $3 + 2 = 5$ ”, exercício que não se encontra nas *Investigações*, e a explicitar o que entende por essa caracterização.

Proposições da lógica

A caracterização oferecida por Wittgenstein para as proposições em que a possibilidade do erro está excluída está nas entrelinhas de *Da Certeza* desde o seu início, e é explicitada no parágrafo 43:

Que espécie de proposição é esta: “Nós *não podemos* ter efetuado mal a operação $12 \times 12 = 144$ ”? Tem seguramente de ser uma proposição da lógica.

O que se explica logo em seguida, relacionando o debate sobre proposições da lógica com o debate sobre a prática:

Se você pretender uma regra segundo a qual não pode ter havido aqui incorreções no cálculo, a resposta é que não aprendemos isso através de uma regra, mas aprendendo a calcular. [UG, 44]

A impossibilidade do erro é uma indicação de que, para além da “aparência” de se tratarem de proposições empíricas, proposições como as de Moore estão em *circunstâncias* que fazem delas proposições lógicas. A investigação dessa distinção, do limite entre lógico e empírico, e dos desdobramentos dessa “resposta” serão o tema de quase todo o restante do texto.

O debate sobre as proposições da lógica parte da aproximação feita por Wittgenstein entre as proposições de Moore e proposições da matemática [UG, 38-43]. Sua descrição se estabelece a partir de duas características fundamentais, que definem e evidenciam seu caráter não-empírico. De um lado, elas descrevem o jogo de linguagem, ou a “situação conceitual”, ou “o uso das palavras”. São proposições lógicas na medida em que

tudo o que descreve um jogo de linguagem é do domínio da lógica (*Und zur Logik gehört alles, was ein Sprachspiel beschreibt*) [UG, 56; tradução revisada]

Assim, a partir do conceito de jogos de linguagem se estrutura uma análise da necessidade identificada nas proposições de Moore ou da matemática: as proposições que estabelecem as regras dos jogos de linguagem, que o descrevem, que são como instruções do jogo, ainda que tenham a forma de proposições empíricas, são parte da lógica.

De outro lado, as proposições da lógica apresentam-se como “confiáveis de uma vez por todas”, por oposição às proposições que não foram ainda “fixadas” [UG, 48]. Esta segunda característica coloca um dos problemas mais interessantes e delicados da abordagem de Wittgenstein em *Da Certeza*.

Esta situação não é, pois, igual no caso duma proposição como “A esta distância do sol há um planeta” e “Aqui está uma mão” (nomeadamente a minha própria mão). Não pode chamar-se uma hipótese à segunda. *Mas não há uma demarcação precisa entre elas (Aber es gibt keine scharfe Grenze zwischen ihnen)*. [UG, 52; itálicos acrescentados]

A delimitação entre esses dois tipos de proposição não se apresenta por um critério claro. Como veremos, essa delimitação nem sequer é fixa. A semelhança entre essas proposições, na medida em que ambas aparentam ser descrições da experiência, oculta o diferente papel que cada uma desempenha nos jogos de linguagem. Esta confusão seria, aliás, a origem da suposição por Moore de que proposições como “há objetos físicos” teriam o mesmo status lógico de outras, como “aqui há uma mancha vermelha” [UG, 53]. A diferença está nas “circunstâncias” (*Umstände*) em que essas proposições são apresentadas, não nelas próprias. Elas desempenham funções completamente distintas nos jogos de que fazem parte³⁴.

A caracterização dessa distinção como sendo de natureza lógica resulta também na recusa da suposição de que trata-se de diferentes graduações de certeza, ou de que proposições como “aqui está minha mão” teriam um grau de certeza mais elevado do que outras, como “aquele é o planeta Saturno”.

Porque não é verdade que um erro apenas se torna cada vez menos provável quando passamos do planeta à minha própria mão. Pelo contrário, a determinado ponto não é mais concebível. [UG, 54]

No caso das proposições lógicas, não há sentido em se falar de dúvida ou certeza, e portanto essas proposições não podem representar o grau mais elevado da certeza³⁵. Ao invés de diminuir gradualmente o grau de dúvida das proposições, a dúvida perde o seu sentido [UG, 56].

O argumento de Wittgenstein em defesa dessa descrição da distinção entre proposições lógicas e empíricas recorre a um argumento que atravessa todo o texto, retomado sucessivas vezes: caso a dúvida não deixe, em certo momento, de ser concebível,

³⁴ Cf. Wittgenstein, *Anotações sobre as Cores*, I, 32.

³⁵ Esse é o sentido em que Descartes teria assumido como grau máximo de conhecimento e certeza uma proposição, o *cogito*, sobre a qual não se poderia sequer falar de conhecimento e certeza, na medida em que seria uma proposição da lógica.

poderíamos estar errados em todas as nossas afirmações sobre objetos físicos (a delimitação refere-se a proposições empíricas).

Será então possível a *hipótese* de que todas as coisas que nos cercam não existam?
Não seria isso como a hipótese de termos errado em todos os nossos cálculos?
[UG, 55]

A dúvida é parte de um jogo de linguagem, pressupõe o jogo, como pressupõe a significação das palavras em que se apresenta, de modo que não se pode conceber a possibilidade de uma dúvida irrestrita.

Mas alguém que faz essa pergunta [*“Que direito tenho eu de não duvidar da existência das minhas mãos?”*] não está a considerar o fato de que uma dúvida acerca da existência apenas tem cabimento num jogo de linguagem. Daí que tenhamos, primeiro, de perguntar: o que seria uma dúvida dessas? E não o compreendamos imediatamente. [UG, 24]

Retornaremos a esse tema adiante, em particular por ser ele considerado o núcleo de uma “resposta de Wittgenstein” ao ceticismo, eliminando a possibilidade de uma dúvida universal. Sua formulação mais próxima do tema que nos interessa aqui apresenta-se de forma provocativa, em direta oposição ao *Tractatus*, e se situa em meio ao debate sobre o fundacionalismo, durante a segunda parte de *Da certeza*: “usamos juízos como princípios para a formulação de juízo”³⁶ [UG, 124]. Será necessário compreender como Wittgenstein defende essa posição, mas por agora limitemo-nos à argumentação em defesa da distinção entre proposições lógicas e empíricas (em meio àquelas que parecem ser descrições da experiência), de modo a evidenciar como nessa Primeira Parte de *Da Certeza* são colocadas as alternativas e problemas tratados nos textos que compõem o restante do livro.

Duas outras questões são colocadas por Wittgenstein a respeito dessa distinção, ambas relacionadas à mudança e ao tempo. Na medida em que as proposições lógicas tratadas aqui caracterizam os jogos de linguagem e esses jogos não têm uma essência fixa, como se argumentou nas *Investigações*, tanto os jogos quanto as proposições da lógica podem

³⁶ “Wir verwenden Urteile als Prinzip(ien) des Urteilens”.

se alterar com o tempo. Se os jogos de linguagem estabelecem o significado das palavras, mudanças nesses jogos, ou jogos diferentes, relacionados a outras formas de ver o mundo, resultam em diferentes conceitos³⁷.

Quando os jogos de linguagem mudam, há uma modificação nos conceitos e, com a mudança nos conceitos, os significados das palavras mudam também (*Wenn sich die Sprachspiele ändern, ändern sich die Begriffe, und mit den Begriffen die Bedeutungen der Wörter*). [UG, 65]

O que significaria a mudança dos jogos de linguagem descritos por proposições como as de Moore? Muda o significado das palavras e o que parecia importante deixa de ser, e o que parecia certo pode deixar de sê-lo. Proposições sobre as quais era impossível duvidar podem, nesse caso, elas próprias mudarem? Em jogos de linguagem diferentes, em chinês, por exemplo, proposições como as de Moore seriam também necessárias? A possibilidade de mudança dos jogos, ou de que se conceba jogos alternativos, quando se refere a jogos que estabelecem os significados básicos das palavras, a proposições lógicas, apresenta-nos uma perspectiva muito mais radical das conseqüências de não haver um limite claro entre proposições lógicas e empíricas.

A Primeira Parte de *Da Certeza* (MS172) apresenta ainda diversas considerações interessantes a respeito das regras e outros temas que serão desenvolvidos mais adiante. Interessa-nos aqui apenas mostrar como Wittgenstein elabora uma alternativa de abordagem das proposições de Moore, em oposição a outras que recusa, que retoma o debate sobre jogos de linguagem e que coloca uma série de dificuldades que serão tratadas por ele nos manuscritos seguintes.

Os problemas a serem enfrentados se referem à explicitação do conceito de jogos de linguagem. De um lado, resta explicitar a forma como se estabelecem certas proposições como lógicas e a forma como essas proposições se relacionam com as demais. De outro, é necessário esclarecer o que significa a possibilidade de diferentes jogos, ou de sua mudança ao longo do tempo, e a mudança nos conceitos e significados das palavras que disso resulta. Ambos os problemas parecem colocar em cheque a possibilidade de se falar

³⁷ Cf. Wittgenstein, *PG*, I, 133.

em conhecimento e objetividade, estabelecendo-se os pressupostos de uma concepção convencionalista e relativista, senão pragmática – as quais, entretanto, Wittgenstein recusa explicitamente.

A análise dos problemas colocados por essa abordagem inicial das proposições de Moore resultam no que há de mais inovador nesse conjunto de textos finais de Wittgenstein, os conceitos de “imagem de mundo” (*Weltbild*) e “sistema” e a caracterização da ação e da prática como fundamento último, que tem que *cuidar de si próprio*.

Da Certeza e os pressupostos da epistemologia tradicional

Antes de seguirmos adiante na análise das concepções de Wittgenstein em *Da Certeza*, consideremos, de forma breve, a relação entre a leitura apresentada até aqui e a “epistemologia tradicional”. *Da Certeza* se inicia com um longo conjunto de referências à forma como a epistemologia habitualmente trata os conceitos de erro, certeza, conhecimento, dúvida, fato. Este é o pano de fundo diante do qual Moore apresenta sua refutação do idealismo, mas também aquele no qual Malcolm, cujos debates com Wittgenstein dão início à série de investigações que domina os manuscritos dos últimos anos de Wittgenstein, situa sua abordagem do debate sobre a certeza e a dúvida. Muitas das leituras de *Da Certeza* partem da suposição de que Wittgenstein aceita essa demarcação conceitual e constrói sua análise a partir dela. Esse não parece ser, entretanto, o caso.

O texto se desdobra como um cuidadoso trabalho desses “conceitos”, através do qual distinções e concepções centrais da epistemologia tradicional (seja a epistemologia moderna, seja o positivismo lógico) são desmontadas e revistas. A própria consideração da relação entre esses diferentes jogos de linguagem, “conhecimento” e “certeza”, é colocada em questão e se situa no núcleo da imagem alternativa da lógica e do conhecimento que o texto elabora.

Segundo Michael Kober³⁸, por exemplo, Wittgenstein estabeleceria em *Da Certeza* a distinção entre os conceitos de conhecimento (*Ich weiß*) e certeza (*Ich bin sicher*) – entre *Wissen* e *Gewißheit* – e, a partir dela, elaboraria sua abordagem do debate sobre o conhecimento e a refutação do ceticismo. Esse caminho estabelece a distinção entre *conhecimento* e *certeza* a partir da distinção entre *objetivo* e *subjetivo*, colocando-se como problema a superação da perspectiva subjetiva (psicologista) e o estabelecimento da objetividade de suas pretensões de conhecimento (e, assim, da ciência empírica), modelo de investigação que desde sua origem (em Descartes e Locke, por exemplo), evidencia a dificuldade de afastar-se do ceticismo em sua formulação moderna (expresso por exemplo no “ceticismo” de Hume). A essa demarcação conceitual básica se associam outras também consideradas no texto de Wittgenstein: realismo, idealismo e ceticismo, o debate sobre fundacionalismo e a própria distinção entre conhecimento objetivo e certeza, subjetiva, bem como entre lógica e psicologia. A compreensão da posição de Wittgenstein e de sua maneira de lidar com essa rede de conceitos da epistemologia tradicional e a maneira como recusa tanto a distinção tradicional, quanto o psicologismo associado à análise da certeza, pressupõe, entretanto, que se identifique:

1. sua conclusão pela insustentabilidade da distinção tradicional entre conhecimento e certeza e, junto com ela, da oposição entre objetivo e subjetivo;
2. a crítica geral ao *fundacionalismo*, presente já nas *Investigações*, retomado em *Da Certeza*, e a solução indicada por Wittgenstein (sua exposição da relação entre regra, linguagem e prática);
3. a identidade particular reservada às proposições citadas por Moore como exemplo de “conhecimento” que não se submete à dúvida;
4. a maneira como essa solução afeta o debate entre realismo e idealismo (tornando o idealismo inconcebível, mas não o impedindo)³⁹.

³⁸ M. Kober, “Certainties of a world-picture”, in *Cambridge Companion to Wittgenstein*, pág. 411 e segs.

³⁹ Como veremos, Wittgenstein cala o ceticismo, mas não o elimina. É sempre interessante apontar o quanto Wittgenstein ainda retorna aos temas e problemas do *Tractatus*, apesar da

Wittgenstein inicia sua investigação considerando o que seriam as diferenças entre *conhecimento* e *certeza*. Tradicionalmente a *certeza* é situada no domínio da subjetividade e, portanto, da psicologia, contrapondo-se a alguma forma de necessidade ou objetividade de que se faria acompanhar o *conhecimento*. A distinção entre conhecimento e certeza ocupa um lugar central no debate epistemológico e se apresenta também em nossos usos cotidianos. De um lado, o conceito de *certeza* se associa ao assentimento psicológico e ao sentimento de convicção do indivíduo, em contraposição ao conceito de *conhecimento*, que, havendo uma distinção em relação ao anterior, se caracterizaria pela independência do assentimento individual e por sua objetividade. A contraposição entre certeza e conhecimento se fundaria, assim, naquela outra, entre *certeza subjetiva* e *verdade objetiva*, ou ainda entre *assentimento psicológico* e *ciência*.

Seria, talvez, a impossibilidade de duvidar de proposições como “esta é minha mão” que fariam Moore situá-las no domínio do conhecimento, como paradigmas do conhecimento certo, na medida em que são indubitáveis, situadas para além da certeza psicológica ou do terreno da subjetividade. Trata-se de um procedimento semelhante, talvez, ao de Descartes, que aparece como um dos interlocutores de *Da Certeza*⁴⁰, que *retira* da *impossibilidade* da dúvida a verdade objetiva do *cogito*, cruzando a linha que separa a afirmação da certeza subjetiva do conhecimento da verdade objetiva

Mais il y a un je ne sais quel trompeur très puissant et très rusé, qui emploie toute son industrie à me tromper toujours. *Il n’y a donc point de doute* que je suis, s’il me trompe ; et qu’il me trompe tant qu’il voudra il ne saurait jamais faire que je ne sois rien, tant que je penserai être quelque chose. De sorte qu’après y avoir bien pensé, et avoir soigneusement examiné toutes choses, enfin il faut conclure, et tenir pour constant que cette proposition : Je suis, j’existe, est *nécessairement vraie*, toutes les fois que je la prononce, ou que je la conçois en mon esprit.
[itálicos acrescentados]

distância que separa a abordagem ali apresentada da nova imagem da linguagem, apresentada no projeto das *Investigações*.

⁴⁰ Cf. e.g. Bento Prado Júnior, *Erro, Ilusão, Loucura*, cap. 1 e 2.

Descartes estabelece como verdadeiro aquilo de que não pode duvidar – que é indubitável. Ele parte da constatação de que nossas pretensões de conhecimento situam-se, a princípio, no terreno subjetivo da certeza. Mas a certeza subjetiva não poderia servir de fundamento adequado a uma pretensão de conhecimento. A transição do terreno subjetivo para o objetivo se fará não por uma análise da intensidade do sentimento de certeza, mas por um critério formal: será considerado certo e verdadeiro aquilo que se apresentar à razão como indubitável (não seria possível, formalmente, conceber-se o mundo de outra forma). A verdade do *cogito* se situaria, assim, para além da certeza por sua indubitabilidade (ou pela aparente contradição inevitavelmente envolvida em duvidar dele).

A fórmula cartesiana possibilitaria-nos o trânsito do terreno subjetivo da certeza para o conhecimento do mundo objetivo – apenas nesse caso a inferência da certeza para a verdade seria autorizada; em todos os outros pairaria a sombra da dúvida sobre os processos e confusões da subjetividade que se debruça sobre o mundo. Moore, entretanto, talvez situe esse terreno da indubitabilidade muito mais próximo do cotidiano do que seria tolerável para o procedimento cartesiano: como se poderia duvidar de que tenho mãos e de que escrevo agora?

Wittgenstein contrapõe-se a esse procedimento. Podemos conhecer como verdadeiro algo que não poderia ser concebido como falso? Trata-se de conhecimento? O que significaria a caracterização de uma “proposição” como indubitável? Quando seria ela indubitável? Quando não se imaginasse uma condição na qual a questão fosse razoável (Moore)? Ou quando não se pudesse conceber uma possibilidade, mesmo que formal, de que seja falsa (Descartes)?

As proposições de Moore segundo Da Certeza

Consideremos, entretanto, as dificuldades apontadas por Wittgenstein na explicação da “indubitabilidade” das proposições de Moore. Em primeiro lugar, não se pode supor que ao falar que o conhecimento é provado (ao contrário da certeza) entenda-se unicamente que este seja derivado de outras proposições, afinal qualquer proposição pode ser

derivada de outras proposições. Não se pode ainda supor que o conhecimento derive da certeza [UG, 13], no sentido tradicional que se atribui a estes conceitos, ou que uma afirmação sobre as próprias coisas derive de uma consideração sobre como elas nos aparecem [UG, 2] – e esse tipo de inferência, da aparência ao ser, é a base do “erro” de Moore, que desconsidera a complexidade da gramática de “conhecimento” [UG, 21].

Resta, porém, o problema de explicar a particularidade das proposições apresentadas por Moore, sua indubitabilidade. A epistemologia tradicional indica-nos suspeitar de que a diferença situe-se na *objetividade* do conhecimento, a saber, em que ele tem um fundamento adequado, e não pode ser falso.

Por que alguém diria “eu sei (*Ich weiß*) que esta é a minha mão”, e, em contraparte, o que estaria fazendo alguém que duvidasse dessa afirmação? Estamos distantes do uso ordinário de “conhecimento” e “dúvida”, como Wittgenstein insiste em lembrar. Interessa-nos, entretanto, não a investigação de qual o “jogo” que se joga aqui – uma das tarefas empreendidas por Wittgenstein, por meio de uma longa análise e “quase-topologia” de exemplos. Interessa-nos a consideração do tipo de problema (ou de resposta) exigido pela análise epistemológica tradicional, ao apresentar-nos, por exemplo, uma dúvida sobre estarmos agora acordados, ou sobre eu saber que sou humano, ou que tenho duas mãos.

Ao contrário do que se esperaria de uma defesa desses conceitos de conhecimento e certeza ou de uma “refutação do ceticismo”, Wittgenstein argumenta no sentido de mostrar que se pode estender a dúvida, em certas circunstâncias, a qualquer proposição particular:

Então “ $2 \times 2 = 4$ ” será igualmente absurdo e não uma proposição da aritmética, exceto em ocasiões especiais? “ $2 \times 2 = 4$ ” é uma proposição verdadeira da aritmética – não “em ocasiões especiais” nem “sempre” – mas a frase dita ou escrita “ $2 \times 2 = 4$ ” em chinês poderia ter um significado diferente ou ser sem sentido e daí se vê que é apenas em seu uso que a proposição faz sentido (*eine andere Bedeutung haben oder aufgelegter Unsinn sein, woraus man sieht: nur im Gebrauch hat der Satz Sinn*). [UG, 10; tradução revista]

Mesmo nesse exemplo da matemática abre-se um espaço para a dúvida. A referência ao chinês indica a relação entre a verdade atribuída a uma proposição e os jogos de linguagem em meio aos quais essa se insere – “relativização” que se estenderia até mesmo a “ $2 \times 2 = 4$ ”. Mais ainda, recusa-se a possibilidade de se falar propriamente de “conhecimento” no caso de proposições que se excluem à possibilidade do erro e da dúvida.

“Sei que um doente está aqui deitado”, usada numa situação *inadequada*, não parece sem sentido (*Unsinn*) mas antes natural, já que é fácil imaginar uma situação que se lhe aplica e pensa-se que as palavras “sei que...” se usam sempre que não existe dúvida (portanto, também nos casos em que a expressão da dúvida fosse incompreensível (*unverständlich*)). [UG, 10]

Essa exclusão é uma indicação de que ela não desempenha o papel de hipótese sobre a experiência [UG, 52]. Ao contrário do procedimento cartesiano, a impossibilidade da dúvida não é uma indicação de conhecimento certo e verdadeiro, mas de que não se pode sequer falar de conhecimento. Nesses casos, a certeza “perde o sentido” [UG, 56].

Se “Eu sei, etc.” é concebida como uma proposição da gramática, evidentemente que o “Eu” não é importante. E significa corretamente “Não há qualquer dúvida nesse caso” ou “A expressão ‘Eu não sei’ não faz sentido neste caso (*hat in diesem Falle keinen Sinn*)”. E, evidentemente, daqui se segue que “Eu sei” também não faz sentido (*Und daraus folgt freilich auch, daß »Ich weiß« keinen hat*). [UG, 58].

O caminho indicado por Wittgenstein nem parte da distinção entre objetivo e subjetivo nem a mantém. “Esta é minha mão” não é uma afirmação objetivamente verdadeira, para além da certeza subjetiva. A respeito dela nem se pode utilizar esses conceitos. Trata-se, como veremos, de uma instrução (lógica) sobre o uso das palavras⁴¹.

Não se poderá, portanto, fundar a “objetividade do conhecimento” sobre a indubitabilidade das proposições de Moore. Ainda resta muito a ser debatido sobre essas proposições e sobre sua relação com o realismo e o ceticismo, mas já parece claro que Wittgenstein se distancia do terreno em que a epistemologia moderna costuma fundar

⁴¹ Também no *Tractatus* as proposições lógicas têm esse caráter.

suas conclusões. O problema consiste em esclarecer como se estabelece a indubitabilidade – o que, ao final, como vimos, não é possível. A dúvida sempre tem seu lugar, exceto nos casos em que não cabe falar de conhecimento e verdade – as proposições lógicas⁴².

No caso do procedimento de Descartes, pode-se transpor à análise do *cogito* as observações sobre as proposições de Moore: ao estabelecer que o que se apresenta como indubitável é necessariamente verdadeiro, o *cogito*, Descartes toma como modelo de verdade objetiva uma proposição sobre a qual não caberia sequer falar de verdade, na medida em que não se concebe sobre ela a possibilidade da dúvida ou da falsidade. Trata-se, pelo contrário, de uma proposição gramatical.⁴³

Fica claro, portanto, que Wittgenstein situa sua investigação em um terreno distinto daquele no qual transita o debate epistemológico e, a partir dali, constrói uma ampla crítica aos pressupostos a partir dos quais o debate sobre conhecimento, verdade e objetividade costuma ser estabelecido. Recusa a forma tradicional de se contrapor objetividade e subjetividade, conhecimento e certeza, e, como veremos, estabelece um limite fluido e não claramente delineado entre proposições lógicas e empíricas, recusa o modelo tradicional de justificação e não se enquadra nem no convencionalismo, nem em uma postura realista. No *Crátilo* Platão apresenta a posição de Sócrates a respeito da linguagem como uma posição em certo sentido intermediária entre as duas alternativas que se apresentam, o convencionalismo de raiz sofística sustentado por Hermógenes e o realismo heracliteano de Crátilo. Dessa forma, estabelece-se uma demarcação de terreno para o debate filosófico que teria uma enorme longevidade. Talvez se possa dizer que Wittgenstein pretende situar sua concepção em uma posição não definida por esse espectro a partir do qual se costuma classificar as posturas filosóficas⁴⁴.

⁴² Assim, Wittgenstein parece manter a concepção do *Tractatus*, de que só há necessidade na lógica.

⁴³ Cf. sobre o tema Bento Prado Júnior, *Erro, Ilusão, Loucura*, cap. 2 (“Descartes e o último Wittgenstein”).

⁴⁴ O que não quer dizer que ele seja absolutamente inovador em suas concepções, como a relação com certo modelo kantiano de resposta ao debate sobre a objetividade, considerado adiante, revela.

As cores e sua relação com I-65

A parte I das *Anotações sobre as Cores*, que correspondem à sistematização de anotações anteriores de Wittgenstein iniciadas com a leitura do *Farbenlehre* de Goethe, começa justamente com uma referência à relação entre estruturas conceituais e o tempo.

A language-game: Report whether a certain body is lighter or darker than another.
– But now there's a related one: State the relationship between the lightness of certain shades of colour. (Compare with this: Determining the relationship between the lengths of two sticks--and the relationship between two numbers.)--
The form of the propositions in both language-games is the same: "X is lighter than Y". But in the first it is an external relation and the proposition is temporal, in the second it is an internal relation and the proposition is timeless. [BF, I, 1]

O problema colocado por essa contraposição entre relações externas, temporais, e internas, atemporais, situa-se em um terreno que Wittgenstein chama de lógica dos conceitos de cores, e que diferencia insistentemente tanto de uma teoria das cores (contrapondo-se a Goethe na interpretação do que representa seu *Farbenlehre*), quanto de uma análise psicológica (das sensações)⁴⁵. O conceito de lógica aqui utilizado é o mesmo encontrado em *Da Certeza*.

We do not want to establish a theory of colour (neither a physiological one nor a psychological one), but rather the logic of colour concepts. And this accomplishes what people have often unjustly expected of a theory. [BF, 22]

O foco do interesse de Wittgenstein no debate sobre a lógica dos conceitos de cores apresentado nesse texto concentra-se, já desde o início, na investigação da possibilidade de outros jogos de linguagem, de outros conceitos de cores, diferentes dos nossos e, assim, em contrapartida, dos limites da *necessidade* associada aos conceitos que usamos. A referência a relações temporais e atemporais, já no primeiro parágrafo, evidencia o problema: o que significa caracterizar a “necessidade” encontrada na lógica dos conceitos

⁴⁵ Cf. e.g. *Anotações sobre as Cores*, I, 71.

de cores como atemporal? O que significa afirmar a impossibilidade de um “branco transparente”, ou apresentar o verde como cor primária, ou recusar sentido à expressão “verde avermelhado”⁴⁶? Também já de início Wittgenstein recusa, a partir de uma referência a Lichtenberg, o conceito de “puro branco”, caracterizando-o (em um tipo de procedimento também usado nas *Investigações*) como “um uso ideal [construído] a partir de um uso ordinário” [BF, I, 3], cuja utilidade se limita a certas situações às quais o conceito se faz adequado.

Goethe estaria apresentando, em seu *Farbenlehre*, uma outra estrutura conceitual, alternativa à newtoniana, cuja origem não está na experiência.

It would, however, also be wrong to say, "Just look at the colours in nature and you will see that it is so". For looking does not teach us anything about the concepts of colours. [BF, 72]

Boa parte do texto de Wittgenstein procura construir jogos de linguagem alternativos ou imaginar outras estruturas conceituais, que se situariam na base de “outras experiências” de cores. O resultado é o que talvez se possa chamar, não sem evitar contradições, de atemporalidade, universalidade e necessidade *limitadas* da lógica dos conceitos de cores: essa necessidade se estabelece apenas no interior dos jogos de linguagem que caracterizam o conceito, ou seja, no interior da lógica particular dos conceitos em questão, e ainda que não imaginemos⁴⁷ como seriam jogos alternativos em que se pudesse falar de “verde avermelhado” ou “branco transparente”, podemos compreender que a necessidade não se estende para além do uso “indeterminado” de nossos conceitos de cores e que outros usos ou jogos de linguagem são “possíveis”⁴⁸.

Em meio a seu vasto exercício de descrição de diferentes jogos de linguagem com conceitos de cores e de tatear possibilidades desviantes de uso dos conceitos, Wittgenstein evidencia a complexidade e a diversidade dos conceitos que usamos. Sua análise dessa

⁴⁶ Wittgenstein, *Anotações sobre as Cores*, I, 9-12.

⁴⁷ “When dealing with logic, ‘One cannot imagine that’ means: one doesn't know what one should imagine here”, *Anotações sobre as Cores*, I, 27.

⁴⁸ Os casos exemplares são a incapacidade de ver cores e a suposição de uma tribo isolada que constrói outra estrutura de nomes.

“lógica dos conceitos de cores”, que guarda ambigüidades [BF, 56], contradições e irregularidades [BF, 31], explica as necessidades ou impossibilidades nela encontradas a partir do mesmo procedimento de análise utilizado no tratamento das proposições de Moore:

Sentences are often used on the borderline between logic and the empirical, so that their meaning changes back and forth and they count now as expressions of norms, now as expressions of experience. [BF, 32]

Esse comentário refere-se à impossibilidade de um “branco transparente” e retoma a caracterização do papel particular desempenhado por certas proposições de aparência empírica, que estabelecem os usos dos conceitos e as regras dos jogos de linguagem.

Há uma estrutura de análise da lógica dos conceitos de cores pressuposta ao texto publicado como *Anotações sobre as Cores* (parte I), que talvez não se explicita a uma leitura que não se refira aos demais trabalhos de Wittgenstein nesse período. O texto percorre a linha que separa as proposições da lógica das proposições empíricas em nosso vocabulário sobre as cores, e, mais do que isso, evidencia como quando contrastado com outros jogos, proposições que desempenhavam papel de proposições empíricas passam a ser proposições da lógica. A linha divisória parece instável, pois não são as próprias proposições, mas o uso que se faz delas (as *circunstâncias* em que ela se encontra), que as define como proposições lógicas ou empíricas.

not an accompanying mental phenomenon – this is how we imagine 'thoughts' – but the use, which distinguishes the logical proposition from the empirical one. [BF, 32]

A descrição dos diversos jogos de linguagem, de concepções diferentes sobre os conceitos de cores, recorre, nesse texto, com frequência, ao conceito de “ver como”, apresentado nas *Investigações*⁴⁹.

⁴⁹ Wittgenstein, *Investigações*, Parte II, xi. Cf. J. C. Salles, *A gramática das cores em Wittgenstein*, págs. 281 e segs.

Mais do que a enorme quantidade de relações que esse texto mantém com outros, seja do mesmo período, seja do início do trabalho de Wittgenstein, é importante ressaltar que o tratamento da lógica dos conceitos de cores, se de um lado deriva das análises iniciais de *Da Certeza*, de outro explicita as principais dificuldades a serem resolvidas por essa perspectiva: como lidar com a delimitação entre lógica e empiria e quais os critérios dessa distinção? Como pensar outra estrutura conceitual diferente da nossa? Quais as consequências dessa análise para o conceito de necessidade? Como essas delimitações se alteram ao longo do tempo e de que forma essa alteração introduz um complicador relevante na análise das proposições lógicas?

Imagem de Mundo e Formas de Vida

Weltbild – A segunda parte de Da Certeza

A apresentação dos últimos manuscritos de Wittgenstein até aqui tem procurado evitar alongar o debate e comentário de suas posições, no sentido de evidenciar as escolhas iniciais de encaminhamento de sua análise e as dificuldades que se colocam a ela. A segunda parte de *Da Certeza* (MS174)⁵⁰, entretanto, apresenta o núcleo de todo o debate e as posições mais articuladas e arrojadas de Wittgenstein a respeito desses temas. Ela parte da consideração das dificuldades envolvidas na delimitação das proposições lógicas, segundo a caracterização do MS172, e, como já indicava o último parágrafo desse texto, das mudanças nesses limites ao longo do tempo, que se caracterizam como mudanças dos conceitos e, assim, como mudanças de visão de mundo (*Weltbild*). Esses temas, ausentes no contexto das *Investigações*, conduzirão a uma importante reformulação de alguns conceitos e a uma caracterização mais ampla e relevante do conceito de jogos de linguagem e da relação entre linguagem e formas de vida.

O MS174 constitui, talvez, o núcleo mais vigoroso dos textos do período final de trabalho de Wittgenstein, colocando a estrutura geral de concepções e de tratamento dos temas que é retomado e detalhado em outras partes dos manuscritos, em particular na quarta parte de *Da Certeza*⁵¹. Consideremos como se apresenta esse núcleo e de que forma essa concepção se relaciona com *Anotações sobre as Cores* e *Últimos Escritos sobre Filosofia da Psicologia II*.

Wittgenstein apresenta nesse trecho uma concepção claramente estruturada da relação entre os jogos de linguagem e proposições como as de Moore, esclarecendo a relação entre os caminhos indicados no MS172. Essas proposições sobre as quais não poderia

⁵⁰ *Da Certeza*, parágrafos 66 a 192, originários do MS174; conforme indicado acima, esse manuscrito compõe-se, ainda, em suas páginas 1-14, de um texto publicado em *Últimos Escritos sobre Filosofia da Psicologia II*.

⁵¹ Wittgenstein, MS177.

haver erro são descrições dos usos das palavras e dos jogos de linguagem, desempenhando não o papel de hipóteses empíricas, que podem ser verdadeiras ou falsas, mas de proposições lógicas. Nesse sentido, constituem-se como o “fundamento” (*Grund*⁵²) a partir do qual os jogos se estabelecem e que os torna possíveis. São como as regras do jogo [UG, 95] sem as quais o jogo não é possível – e que, quando mudam, muda também o jogo. Ou seja, a partir dessas proposições lógicas, sobre as quais não cabe falar de verdade ou falsidade -

A *verdade* das minhas afirmações é a prova da minha *compreensão* dessas afirmações. Isto é: se fizer certas afirmações falsas, torna-se incerto que eu as tenha compreendido. [UG, 80-81]

- estabelece-se o terreno no qual podem ser formuladas hipóteses empíricas e em meio às quais a dúvida se apresenta como possibilidade.

Não se trata, portanto, de compreender a característica de proposições isoladas. A caracterização das proposições da lógica como fundamento a partir do qual se estabelecem os jogos se desdobra na caracterização de um *sistema* (*System*) no qual essas relações se estabelecem. Esse sistema compõe-se de proposições lógicas que descrevem os jogos e são anteriores à possibilidade da dúvida e as proposições empíricas, estabelecidas *a partir* das proposições lógicas, que lhes garantem a significação. Nesse contexto se recoloca a afirmação da certeza como pressuposto à dúvida, pois é apenas *dentro* do sistema, e portanto dadas as proposições lógicas, que se estabelece a rede de significações a partir do qual dúvidas e respostas podem ser formuladas [UG, 103]. Sem esse “fundamento”, como se poderia sequer duvidar de algo?

Se não se tiver certeza de nenhum fato, também não se pode ter certeza do significado das suas palavras. Caso se tentasse duvidar de tudo, não se iria tão longe quanto se duvidasse de qualquer coisa. O próprio jogo da dúvida pressupõe a certeza. [UG, 114-115, *tradução revisada*]

⁵² Utilizado e.g. em UG, 253: "Am Grunde des begründeten Glaubens liegt der unbegründete Glaube".

A dúvida pressupõe a certeza, na medida em que pressupõe o significado das palavras e os usos e procedimentos em meio aos quais ganha sua significação e se apresenta como possibilidade. Esse fundamento é excluído do campo em que é possível duvidar, na medida em que é pressuposto a qualquer juízo ou significação. Wittgenstein se refere a esse sistema em que as proposições lógicas (como as de Moore) estabelecem as regras dos jogos e tornam possível o conhecimento e a dúvida, e estabelecem aquilo que será a experiência – pois não pode haver descrição da experiência antes de instauradas as regras dos jogos de linguagem – como uma *imagem de mundo* (*Weltbild*).

Quer-se dizer “*Todas as minhas experiências mostram que é assim*”. Mas como é que elas fazem isso? Pois a proposição para a qual elas apontam pertence, ela própria, a uma interpretação especial dessas experiências. “O fato de eu encarar esta proposição como certamente verdadeira também caracteriza a minha interpretação da experiência” [UG, 145, *tradução revisada*]⁵³

A um conjunto de proposições lógicas que formam um sistema corresponde uma imagem de mundo e mudanças nos jogos de linguagem, indicadas no final da primeira parte de *Da Certeza*, se desdobram em mudanças de imagem de mundo. Diferentes linguagens estruturam-se como diferentes sistemas, nos quais diferentes proposições são situadas para além da possibilidade da dúvida (e por isso os casos em que não nos parece possível o erro podem revelar-se, em outras “circunstâncias”, proposições falsas [UG, 10]) e nos apresentam diferentes imagens de mundo. As proposições que descrevem o significado das palavras, que apresentam a forma de usá-las, a base de um “sistema” [UG, 102], são aquilo sobre o qual se ergue nossa imagem do mundo (*Weltbild*).

Em meio a uma ampla investigação de vocabulário para apresentar essa descrição dos jogos de linguagem Wittgenstein compara essas proposições a uma mitologia, como um *background* herdado (*überkommene Hintergrund*⁵⁴) contra o qual se poderá distinguir verdade e falsidade. Sem esse *background* não se pode nem duvidar nem afirmar a verdade ou a falsidade do que quer que seja. Se essas proposições são um pressuposto a

⁵³ Cf. também Wittgenstein, UG, 130-131.

⁵⁴ Wittgenstein, UG, 94.

qualquer afirmação de verdade ou falsidade, não poderão ser, elas próprias, verdadeiras ou falsas, não têm um fundamento.

O conceito de verdade não se aplica às proposições básicas e só tem uso “dentro” de um sistema de referências.

Se o verdadeiro é o que é fundamentado, então o fundamento não é *verdadeiro* nem falso. (*Wenn das Wahre das Begründete ist, dann ist der Grund nicht wahr, noch falsch*). [UG, 205]

Ou ainda,

Se estamos a pensar *dentro do nosso sistema* (*Wenn wir in unserm System denken*), então é certo que nunca ninguém esteve na Lua. [UG, 108; *itálicos acrescentados*]

A possibilidade de uma outra *Weltbild* [UG, 85], da adoção de um outro conjunto de proposições básicas, de outra mitologia, outra imagem de mundo, outra significação para as palavras, resulta na afirmação de que a substituição de uma imagem do mundo por outra se apresenta como uma “conversão” (*Bekehrung*) [UG, 92], através da qual se passa a olhar para o mundo de um modo diferente [UG, 92]. O recurso a essa caracterização resulta da circunscrição da possibilidade de argumento e justificação ao “interior” do sistema.

Novas experiências não podem *contradizer* as anteriores, quando muito podem alterar toda a nossa visão das coisas (*Weitere Versuche können die früheren nicht Lügen strafen, höchstens unsere ganze Betrachtung ändern*). [UG, 292]

Se em defesa da aceitação de proposições lógicas não há argumento possível e não cabe falar de verdade, nenhuma justificação para além de afirmar que nada indica em sentido contrário a elas e tudo fala em favor delas⁵⁵ [UG, 4 e 93], o que é apenas indicar seu lugar em meio ao sistema, então não se pode também falar de verdade, argumento ou justificação no caso das imagens de mundo. Wittgenstein refere-se apenas à possibilidade

⁵⁵ Cf. Wittgenstien, UG, 4 e 93.

de persuasão [UG, 262], o que reforça esse perfil de exclusão em relação ao terreno onde se pode oferecer argumentos. Para falar no vocabulário utilizado por Baker e Hacker ao tratarem da “autonomia da gramática”, a *Weltbild* não responde a nada.

Os termos *mitologia* e *imagem* de mundo retomam o vocabulário por meio do qual as *Investigações* se referiam à imagem agostiniana da linguagem, e assim *Da Certeza* delinea o terreno no qual se poderia estabelecer uma “contraposição” entre diferentes imagens da linguagem, ou diferentes imagens de mundo, o que, em certo sentido, se pretende fazer no contexto das *Investigações*.

Entretanto, a constatação da “possibilidade”⁵⁶ de diferentes jogos de linguagem e imagens de mundo, ainda que estas sejam anteriores a qualquer argumentação ou justificação, nos conduz a questionar o que determina qual é essa mitologia, quais os jogos de linguagem, que jogamos, quais proposições são parte da lógica, apesar de ter a “forma” de uma proposição empírica? Nos termos de Wittgenstein, “quem decide” quais as proposições que serão situadas fora do caminho da dúvida?

Qual a razão para não testar meus *olhos* olhando para verificar se vêem as minhas duas mãos? *O que* tem de ser testado e *por quê?* (Quem decide *o que* é firme? [Wer entscheidet darüber, was feststeht?]). [UG, 125, tradução revisada]⁵⁷

Como (ou quem) se julgam as mudanças nos jogos de linguagem, a partir dos quais se “regula” o que se apresenta como verdadeiro ou falso? Qual o “mecanismo” através do qual esse processo ocorre?

O debate sobre jogos de linguagem nas *Investigações* se contrapõe ao conceito de essência, e, portanto, o próprio jogo não tem uma essência ou corresponde a uma. Ele não se relaciona a nada além da forma de vida em meio à qual se constitui, e pode variar, na medida em que variam essas formas de vida, seja ao longo do tempo, seja entre diferentes culturas, ligadas a diferentes *backgrounds* herdados –

⁵⁶ As aspas aparecem aqui pois passa a se estabelecer uma distinção entre a suposição de uma possibilidade “dentro” de um sistema de referências e “fora” dele.

⁵⁷ “But who says what it is reasonable to believe in this situation?”, UG, 326.

a frase dita ou escrita “ $2 \times 2 = 4$ ” em chinês poderia ter um significado diferente ou ser sem sentido e daí se vê que é apenas em seu uso que a proposição faz sentido (*eine andere Bedeutung haben oder aufgelegter Unsinn sein, woraus man sieht: nur im Gebrauch hat der Satz Sinn*). [UG, 10; tradução revista]

Como, então, se estabelece um certo jogo? E como se poderia defender que um deles, que nos diz, por exemplo, que as chuvas são o resultado de processos naturais, como o movimento de massas de ar, é “melhor” do que outro, que afirma que o rei de uma tribo pode fazer chover? Como Moore poderia argumentar com o rei de uma tribo em defesa de sua afirmação de que a Terra já existia muito tempo antes de nós?

Há homens que têm acreditado que podem fazer chover: por que razão um rei não seria educado na crença de que o mundo começou com ele? E se Moore e este rei se encontrassem e discutissem será que Moore conseguiria provar que a sua convicção é que estava certa? Não digo que Moore não pudesse converter o rei à sua opinião, mas seria uma conversão (*Bekehrung*) de um gênero especial; o rei seria levado a encarar o mundo de modo diferente (*der König würde dazu gebracht, die Welt anders zu betrachten*). [UG, 92]

Ao caracterizar a mudança dos conceitos ao longo do tempo, e que, portanto, a distinção entre as proposições lógicas e as proposições empíricas, hipóteses que podem ser verdadeiras ou falsas, não é clara, Wittgenstein se utiliza como metáfora do fluxo de um rio, e da alteração entre o que é rígido e o que é fluido.

Poderia imaginar-se que alguma proposição, com a forma de proposições empíricas, se tornavam rígidas e funcionavam como canais para as proposições empíricas que não endureciam e eram fluidas, e que esta relação se alterava com o tempo, de modo que as proposições fluidas se tornavam rígidas e as rígidas se tornavam fluidas (*indem flüssige Sätze erstarrten und feste flüssig würden*). [UG, 96, tradução revisada].

Dessa forma, o sistema, ou a mitologia, se altera, e o que parecia contingente pode passar a ser visto como necessário, para além da dúvida, “enrigecido” e “isolado” como regra do

jogo de linguagem, como proposição lógica, assim como o inverso: aquilo que era rígido ser devolvido ao terreno das proposições empíricas.

A mitologia pode regressar a um estado de fluidez, o leito do rio dos pensamentos pode desviar-se. Mas eu distingo entre o movimento das águas no leito do rio e o desvio do próprio leito; ainda que não haja uma nítida separação (*Trennung*) entre eles. [UG, 97, tradução revisada]

Nesse sentido, nada se exclui à possibilidade de mudança. A mitologia não é fixa, ou situada fora do tempo, ainda que se apresente a nós, “dentro” do sistema, como atemporal

Veja-se agora: não seria possível conceber “Eu sei, não estou apenas a supor, que está aqui a minha mão” como uma proposição da gramática? Portanto *não temporalmente*. [UG, 57; último itálico acrescentado]⁵⁸

“Dentro” do sistema, essa mitologia apresenta-se também como imune à possibilidade de duvidar, como algo absolutamente rígido e fixo. Sobre ela, sentimo-nos na condição de apenas dizer:

As pessoas dizem então, simplesmente, qualquer coisa do gênero: “É *assim* que deve ser”. [UG, 92]⁵⁹

Mas, então, retomemos a questão, o que determina que sejam essas as proposições “fixas” e não outras? Wittgenstein fala de “propósito prático” (*einem praktischen Zweck*) [UG, 49], de seu caráter herdado (*überkommene*), de simplicidade e simetria (o que, entretanto, seria um argumento circular) [UG, 92]. A caracterização da *Weltbild* como herança é aquela à qual Wittgenstein mais se refere. A descrição é ampla e envolve a consideração do processo de aprendizado da linguagem.

⁵⁸ Cf. também *Anotações sobre as Cores*, I, 1

⁵⁹ Considere-se a proximidade com a posição de K. Popper sobre o conceito de “base empírica”.

Aprendizado, autoridade e comunidade

A caracterização da constituição de um conjunto de usos e práticas que constitui a base da significação por meio de jogos de linguagem recorre à caracterização do processo de aprendizado da linguagem. A afirmação de que a dúvida pressupõe certezas se desdobra na constatação de que a possibilidade de crítica e discordância pressupõe que já tenha se estabelecido um aprendizado. A criança, no início de seu processo de formação, não pode ainda discordar daquilo que lhe é apresentado, de forma que as afirmações como “ $2 + 2 = 4$ ” se revelam proposições da lógica, definições dos termos utilizados. A não utilização desses termos em conformidade com o “professor” evidencia a falta de compreensão sobre qual deve ser seu uso.

Com efeito, como é que uma criança pode duvidar imediatamente daquilo que lhe ensinam? Isso só pode significar que ela era incapaz de aprender certos tipos de jogos de linguagem. [UG, 283]⁶⁰

O processo de aprendizagem apresenta-se, então, como a constituição, ou transmissão (daí a referência à herança) de uma imagem de mundo (“Ao responder à pergunta teria de estar a transmitir uma imagem do mundo à pessoa que perguntou” [UG, 233]). É nesse contexto que se afirma que a certeza precede a dúvida, ou que a crença pressupõe a certeza.

A criança aprende, acreditando no adulto. A dúvida vem *depois* da crença. (*Der Zweifel kommt nach dem Glauben*). [UG, 160]

Nossos juízos, e com eles a concepção sobre o que se exclui à possibilidade de duvidar e sobre o que pode ser apresentado como evidência ou fundamento, o que é uma prova e o que exige justificação [UG, 472], são constituídos por meio desse aprendizado, como uma prática (“Desde criança que aprendi a julgar assim. *Isto é julgar (Urteilen)*” [UG, 128, *tradução revisada*]), e portanto pode-se também dizer que a prática precede o julgamento [UG, 374].

⁶⁰ Também 315 e 522. O tema já aparece nas *Investigações*, por exemplo na arte XI, pág. 200: “The primitive language-game which children are taught needs no justification; attempts at justification need to be rejected”.

A criança, em minha opinião, aprende a reagir de determinada maneira; e, ao reagir assim, ainda não sabe nada. O conhecimento só começa posteriormente. [UG, 538]

Da mesma forma que os juízos só se apresentam em conjunto, a criança também, pedaço por pedaço, constitui um conjunto de crenças sob a forma de sistema, em que as afirmações se sustentam mutuamente, e que será o quadro de referências a partir do qual poderá posteriormente discordar, criticar, rever suas posições.

A criança aprende a acreditar num grande número de coisas. Isto é, aprende a agir de acordo com essas convicções. Pouco a pouco forma-se um sistema daquilo em que acredito e, nesse sistema, algumas coisas permanecem inabalavelmente firmes, enquanto algumas outras são mais ou menos suscetíveis de alteração. Aquilo que permanece firme não o é assim por ser intrinsecamente óbvio ou convincente; antes aquilo que o rodeia é que lhe dá consistência (*Was feststeht, tut dies nicht, weil es an sich offenbar oder einleuchtend ist, sondern es wird von dem, was darum herumliegt, festgehalten*). [UG, 144, tradução revisada]

Essa descrição revela-nos que na base da constituição de uma imagem de mundo ou da sua recepção como “herança”, situa-se uma relação de autoridade. A impossibilidade de crítica ou discordância em relação àquilo que se ensina e a pressuposição de um conjunto de usos, juízos e significações que tornem possível a dúvida e o questionamento, indicam a pressuposição não simplesmente de que se exclua da possibilidade dúvida um conjunto de juízos, mas que se exclua a dúvida em relação a quem nos ensina os jogos de linguagem a partir dos quais se poderá dizer de algo que é verdadeiro ou falso. “O aluno *acredita* nos professores e nos livros escolares” [UG, 263]⁶¹.

Um exemplo oferecido por Wittgenstein, a respeito da pesquisa de Lavoisier, ilustra a relação entre conhecimento, crença e autoridade:

⁶¹ Wittgenstein, UG, 310: “A pupil and a teacher. The pupil will not let anything be explained to him, for he continually interrupts with doubts, for instance as to the existence of things, the meaning of words, etc. The teacher says ‘Stop interrupting me and do as I tell you. So far your doubts don't make sense at all’”; cf. também Wittgenstein, UG, 34.

Pense-se na investigação química. Lavoisier faz experiências com substâncias no seu laboratório e conclui que acontece determinado fenômeno quando há combustão. Não diz que poderia acontecer de outro modo, noutra ocasião. Adquiriu uma imagem do mundo definida – *não, evidentemente, uma que ele tivesse inventado: aprendeu-a em criança*. Digo imagem do mundo e não hipótese, porque é a fundação natural de sua pesquisa e assim também não é sequer mencionada. [UG, 167; , *tradução revisada e itálicos acrescentados*]

Qual nossa relação com essa herança estabelecida com base na autoridade? Posso submetê-la a crítica e a testes –

Aprendi uma enorme quantidade de coisas e aceitei-as na base da autoridade de homens; depois achei que algumas dessas coisas se confirmavam e outras não, de acordo com a minha própria experiência. [UG, 161]

Mas esses testes chegam a um fim [UG, 163-165], e eles próprios se estabelecem a partir dos pressupostos herdados. A dúvida, a crítica e a contraposição à autoridade serão jogos que se estabelecem no interior da imagem de mundo recebida com base na autoridade. Para que fosse diferente, ter-se-ia que supor possível uma dúvida sem pressupostos, o que se recusa já desde o início do texto. A arbitrariedade da gramática, ou da prática, não significa, portanto, possibilidade irrestrita de escolha ou decisão (individual). Ainda que os jogos de linguagem não respondam a nada mais, eles se estabelecem e mudam a partir dos próprios jogos já dados.

Um exemplo que evidencia tanto nosso comprometimento com os jogos de linguagem que constituem nossa imagem de mundo quanto a atribuição a eles de uma validade objetiva, não convencional, é a caracterização de “distúrbio mental” utilizada por Wittgenstein para descrever nossa reação a uma recusa de certas proposições lógicas em nossa imagem de mundo. Por meio desse exemplo fica claro também de que forma a referência à autoridade na formação da imagem de mundo herdada se desdobra em uma forma específica de relação com a *comunidade* e em seu estabelecimento como “critério” de objetividade. Segundo Wittgenstein, proposições como as de Moore se situam para além de nossa possibilidade de duvidar [UG, 173], e são de tal forma vinculadas a nossa

imagem de mundo que sua recusa, ou mesmo a dúvida a respeito delas, só poderia indicar um distúrbio mental de quem não reconhece nelas a impossibilidade de erro.

Se meu amigo imaginasse algum dia que vivia há muito tempo num certo local, etc. etc., não chamaria a isso um erro (*Irrtum*), mas antes uma perturbação mental (*Geistesstörung*), talvez passageira. [UG, 71]

O erro é uma possibilidade no terreno das proposições empíricas, mas proposições como as consideradas aqui, que definem a significação das palavras, não são passíveis de erro. Caso a dúvida a seu respeito não resulte de uma incompreensão do jogo de linguagem, a única alternativa a ser apontada é a loucura [UG, 572]. Trata-se de uma outra maneira de apontar a relação entre essas proposições e a imagem de mundo em meio à qual nos situamos: para que se considere a possibilidade de erro nesses casos, seria necessário estender essa possibilidade a todos os outros, teria que se conceber a possibilidade de que estivéssemos errados em todos os nossos cálculos – e nesse caso “talvez disséssemos que era louco” [UG, 217, *tradução revisada*]. A referência à loucura indica essa contraposição direta entre a dúvida e *toda* a imagem de mundo em que nos situamos: sua possibilidade revoga qualquer certeza.

Há, contudo, certos tipos de casos em que digo com razão que não posso enganar-me, e Moore deu vários exemplos desses casos. Posso enumerar vários exemplos típicos, mas não indicar uma característica comum. (N. N. não pode enganar-se acerca de ter vindo de avião da América para a Inglaterra há alguns dias. Só se for louco é que pode julgar que foi possível uma coisa diferente). [UG, 674]

Uma “pessoa razoável” não tem certas dúvidas [UG, 220]. Qual é a linha divisória, aqui, entre o erro e a loucura⁶²?

A fim de fazer um erro, um homem já tem que julgar de acordo com a humanidade. [UG, 156]

⁶² Cf. Bento Prado Júnior, *Erro, Ilusão, Loucura*, cap. 1, pág. 51 e segs.

O critério para essa distinção está na delimitação entre as proposições lógicas e empíricas. É a dúvida sobre proposições lógicas que só pode ser entendida como falta de compreensão ou loucura.

A referência por Wittgenstein à conformidade que esse julgamento deve ter com o gênero humano introduz um complicador. Qual a relação entre os dois problemas? A caracterização do aprendizado dos jogos de linguagem e do caráter herdado da imagem de mundo, em meio á qual proposições como as de Moore são isoladas e sobre as quais não pode haver dúvida – ou a dúvida seria uma indicação de loucura – mostra que não se trata de um sentimento individual de que a possibilidade da dúvida está excluída, e que a imagem de mundo não é uma imagem construída por cada pessoa. A certeza no caso de proposições lógicas não é um sentimento pessoal

“Estamos muito certos disso” não significa que toda e qualquer pessoa esteja certa disso, mas que pertencemos a uma comunidade que está ligada pela ciência e pela educação (*daß wir zu einer Gemeinschaft gehören, die durch die Wissenschaft und Erziehung verbunden ist*). [UG, 298]⁶³

O sistema em meio ao qual essas proposições são isoladas e que impede a dúvida a seu respeito dá-se sob a forma de uma linguagem, a linguagem de uma comunidade, certamente não uma linguagem privada, e na mesma medida em que não seria possível uma linguagem privada, não é possível uma imagem de mundo privada⁶⁴.

Uma certeza e todo o resto

A concepção de um sistema em meio ao qual se estabelece a possibilidade de verdade e objetividade já se apresenta no texto desde o começo. *Da Certeza* se inicia com uma afirmação curiosa, aparentemente desligada do restante do primeiro parágrafo:

⁶³ Cf. também Wittgenstein, *UG*, 138.

⁶⁴ Observações interessantes sobre o tema aparecem nas notas de Wittgenstein a respeito de Frazer (“Bemerkungen über Frazers *Golden Bough*”, in: Wittgenstein, *Philosophical Occasions*, pág. 115 e segs.).

Se você, de fato, sabe que *aqui está uma mão*, admitiremos tudo o mais. [UG, 1].⁶⁵

O restante do parágrafo 1 e os parágrafos seguintes iniciam o levantamento da gramática dos conceitos relacionados às proposições de Moore, apontadas nessa afirmação de abertura, sem referir-se a ele. O manuscrito original não traz a numeração dos parágrafos, acrescentada pelos editores do livro, e registra essa frase inicial como uma afirmação isolada, em um parágrafo próprio (diferentemente do que ocorre na edição inglesa). A releitura dessa afirmação após termos percorrido o restante do texto apresenta-nos uma ambigüidade muito interessante e curiosa – não necessariamente pretendida por Wittgenstein, mas, de qualquer forma, criada pelas tensões do texto e reveladora de sua forma de olhar para nossa experiência e para nossos usos da linguagem.

Essa afirmação inicial se constrói a partir do reconhecimento de um certo “conhecimento” (*wessen*), que seria suficiente para que, a partir dele, se “conceda” (*zugeben*) “todo o restante”. As dificuldades da leitura desse fragmento se iniciam com o sentido do termo “conhecer”. *Da Certeza* apresenta uma quantidade grande de diferentes jogos com esse conceito e outros correlatos e é explícito em discriminar um único deles, como mais importante, “descartando” os demais⁶⁶.

A diferença entre o conceito de “saber” e o de “estar certo” não é de grande importância, *exceto quando “eu sei” pretende significar: não posso estar errado (Ich kann mich nicht irren)*. [UG, 8; itálicos acrescentados]

Supondo-se que a frase de abertura utiliza “conhecimento” nesse sentido particular, o que parece razoável – caso contrário, se não utilizasse o conceito no sentido em que reconhece como interessante logo adiante, por que se faria uma afirmação da “dramaticidade” dessa que inicia o manuscrito? – o problema passa a ser compreender o que seria “todo o resto” concedido a partir desse conhecimento.

⁶⁵ “Wenn du weißt, daß hier eine Hand ist, so geben wir dir alles übrige zu”.

⁶⁶ Mais adiante, entretanto, em outros manuscritos, Wittgenstein constrói, em contextos mais específicos de debate, outros usos para o conceito.

A relação entre esse conhecimento (de que aqui está minha mão) e “todo o resto”, a que se refere o texto, não parece ser de derivação. Wittgenstein utiliza o termo “conceder” (*zugeben*) e logo em seguida recusa relevância à relação de derivação:

qualquer proposição pode ser derivada de outras. Mas estas podem não ser mais certas do que a já mencionada. [*UG*, 1]

Como interpretar, então, essa relação? O que se poderia depreender de uma afirmação aparentemente corriqueira como a de que essa é a minha mão? Não se pode também supor que dessa afirmação se siga a recusa do idealismo, como pretende Moore, interpretação recusada de modo explícito ao longo do texto. O recurso aos conceitos de “imagem do mundo” (*Weltbild*) e “sistema” (*System*) – e, portanto, uma leitura dessa primeira afirmação a partir das partes posteriores do texto – talvez nos apresente boas respostas a essas questões.

Os conceitos nos são apresentados, nesse debate de que se constitui *Da Certeza*, como parte inerente e indissociável das formas de vida e dos usos em meio aos quais se constitui sua significação. A significação só pode ser considerada nessas *circunstâncias* (*Umstände*), e diferentes formas de vida se associam a diferentes estruturas conceituais e imagens do mundo. A afirmação de que “eu sei que aqui há uma mão”, da qual se exclui a possibilidade do erro por se tratar, nesse contexto, de uma proposição lógica, uma “instrução” (*Belehrung*) sobre os usos das palavras e a significação dos conceitos, pressupõe, portanto, justamente o “contexto” em meio ao qual se situa: as formas de vida às quais se associa, a imagem do mundo da qual é parte, de tal forma que ela só pode se apresentar com essas características na medida em que “todo o resto” já é, também, dado.

Contudo, as minhas convicções formam de fato um sistema, uma estrutura. / O sistema não é tanto o ponto de partida, como o elemento onde vivem os argumentos. [*UG*, 102 & 105]

A indubitabilidade de uma proposição como as de Moore se apresenta em meio a um *sistema*, de tal forma que se ela se exclui ao erro, toda uma imagem de mundo se apresenta a nós simultaneamente – *todo o resto*.

Não se trata, como parece claro, de uma derivação, mas de uma espécie de relação *transcendental*, exatamente à maneira da estética ou das categorias kantianas, que se apresentam como condições de possibilidade dos jogos, expressão de uma forma de vida e que se dá simultaneamente a ela, tendo sua “necessidade” ancorada nesse papel de “condição de possibilidade” dos jogos de linguagem.

Talvez encontremos na concepção de Wittgenstein sobre os pressupostos da experiência e na distinção entre lógica e empiria um paralelo que se estende até muito longe com a distinção entre empírico e transcendental concebida por Kant – e a filosofia contemporânea deva mais ao kantismo do que habitualmente costuma reconhecer. Ainda que este seja um kantismo que abre mão dos conceitos de sujeito transcendental, estética transcendental e categorias do entendimento, universalmente válidas e pressupostas à experiência enquanto tal, colocando em seu lugar jogos de linguagem que variam no tempo ou que são diferentes na medida em que são diferentes as formas de vida às quais se relacionam.

A caracterização por Kant do espaço e do tempo com *condições de possibilidade* a toda experiência, formalmente anterior a ela, e não como parte dela, algo que se dê em seu interior, segue também um procedimento semelhante ao que Wittgenstein utiliza para delimitar as proposições lógicas e empíricas. Para Kant, a impossibilidade de pensar a experiência sem referência a eles os aponta como condição de possibilidade e não como parte da experiência.

We can never represent to ourselves the absence of space, though we can quite well think it as empty of objects. It must therefore be regarded as the condition of the possibility of appearances, and not as a determination dependent upon them. It is an *a priori* representation, which necessarily underlies outer appearances.⁶⁷

A diferença entre espaço e tempo e os conceitos empíricos “derivados da experiência” de que seriam condição é evidenciada pela impossibilidade de sua ausência, a impossibilidade de “removê-los”, sem que com isso se impossibilite qualquer outra representação. Talvez se possa dizer que a negação do espaço ou do tempo não se

⁶⁷ Kant, *Crítica da Razão Pura*, A24; para exposição similar a respeito do tempo, cf. B46.

apresenta como uma falsidade no interior da experiência, mas como uma impossibilidade formal, dada a experiência.

Wittgenstein identifica nas proposições de Moore justamente esse caráter de “pressuposto” aos jogos de linguagem, sem as quais os jogos não se estabelecem e nada mais se poderia conceber. Seu estatuto se assemelharia ao atribuído por Kant ao espaço e ao tempo em sua “estética transcendental”.

Autonomia e Gramática

A concepção de “autonomia da gramática”, apresentada por P. M. S. Hacker e G. Baker⁶⁸ comporta, segundo P. Bouveresse, dois aspectos distintos: a afirmação de que a gramática não é responsável em relação à realidade e de que uma regra não determina uma outra⁶⁹. A impossibilidade de se falar em correspondência ou adequação das regras à realidade resultaria da impossibilidade de qualquer descrição da experiência, e mesmo de se conceber a experiência, sem a pressuposição de regras, de modo que o estabelecimento das regras deve ser anterior a essa experiência, não podendo nem serem justificadas, nem entrar em conflito com ela⁷⁰.

Mas as regras não apenas não se remeteriam a uma realidade que lhes seria anterior, também não remeteriam umas às outras. Essa segunda perspectiva da autonomia da gramática de que falam P. Hacker e G. Baker é, segundo Bouveresse, mais surpreendente e contestável. Disso resultaria a atribuição a Wittgenstein de um convencionalismo extremado, “full-blooded”, como o caracteriza Dummett, segundo o qual a necessidade lógica de um enunciado é sempre a expressão direta de uma convenção lingüística.

⁶⁸ Hacker, *Insight and Illusion*, pág. 156 e segs., G. Baker & P. M. S. Hacker, “Critical notice on Wittgenstein’s *Philosophical Grammar*”, *Mind*, 85 (1979), pág. 279.

⁶⁹ P Bouveresse, *La force de la règle*, pág. 21. Os textos de Wittgenstein referidos no debate são *PB*, 4 e 7; *PG*, 55; *PU*, 496-500 e *Z*, 320 e segs.

⁷⁰ Em *Insight and Illusion* Hacker diferencia entre a autonomia da linguagem e a autonomia da gramática.

O debate é interessante, e se revelará esclarecedor para a leitura de *Da Certeza*, pois quando contrastado com a concepção de uma *Weltbild* que parece autônoma, e com o caráter em certo sentido convencional das proposições lógicas, caracterizadas como regras ou descrições dos jogos de linguagem, nos indica no sentido de investigar o que se apresenta como ponto final, base, a partir do qual se estabelece o sistema de valores e significações que se caracteriza como uma imagem de mundo. O que é autônomo nesse modelo e o que pode significar essa autonomia? Por meio dessa investigação se apresentará de forma clara o limite da possibilidade de uma leitura convencionalista de Wittgenstein, na medida em que esse debate sobre a autonomia da gramática se encontra por detrás de diferentes leituras do “paradoxo das regras”, por ser o tipo de concepção que parece estabelecer a possibilidade de uma leitura convencionalista dos textos de Wittgenstein, como a de Kripke.

Formulemos o problema nos seguintes termos: de quê se afirma a autonomia quando se declara a *autonomia da gramática*? A leitura de *Da certeza* ajuda a compreender o que está por detrás da afirmação da “autonomia da gramática”, ou melhor, indica o caminho para sua leitura. Iniciemos por identificar a apresentação, em meio ao debate sobre as proposições lógicas e a imagem de mundo, de um debate relacionado à autonomia e à concepção de formas de vida.

A vida mostra

Já no início da investigação do que representam as proposições apresentadas por Moore, Wittgenstein recusa a possibilidade de enumerar o que sabe, à maneira pretendida por Moore [UG, 6], mas o faz para contrapor, de imediato, uma outra perspectiva:

A minha vida mostra [*Mein Leben zeigt*] que sei ou estou certo de que há uma cadeira ali, ou uma porta, etc. [UG, 7]

Wittgenstein apresenta o limite da possibilidade da dúvida a partir de um procedimento heterodoxo, que, ao utilizar o conceito de “mostrar” (*zeigt*), parece retomar o vocabulário

do *Tractatus*⁷¹. O que se afirma aqui? Em que sentido a vida *mostra* o que conheço? O vocabulário parece indicar que de alguma forma chegamos ao grau mais básico das cadeias de justificações, em que não há sequer inferência ou argumento, em que o “conhecimento” não é enunciado, mas mostrado. De fato, Wittgenstein afirma que não se deduz aquilo que se mostra ao agir de qualquer condição de certeza.

Quando alguém se convenceu, diz: “Sim, o cálculo está certo”, mas *não infere isso do seu estado de certeza (aber er hat das nicht aus dem Zustand seiner Gewißheit gefolgert)*. As pessoas não inferem como são as coisas a partir da sua certeza individual. [UG, 30; itálicos acrescentados]

Ao recusar tanto a possibilidade de enumerar o que se conhece “com certeza” quanto a existência de inferência a partir de condições de certeza que estabeleçam isso que se mostra saber, Wittgenstein parece afirmar uma certa “autonomia” da vida, da ação, que talvez esclareça de modo surpreendente a concepção de “autonomia da gramática”.

Para compreender essa afirmação de que a vida “mostra que sei”, bastante freqüente em *Da Certeza*, consideremos a forma semelhante como Wittgenstein recorre à “vida” em sua argumentação a respeito da *necessidade* de um limite para a dúvida, o que costuma ser lido como uma “refutação do ceticismo” apresentada em *Da Certeza*.

Por que eu não poderia, por exemplo, duvidar de que eu nunca tenha estado na lua [UG, 116-117], ainda que isso seja, de alguma forma possível (na medida em que se trataria de uma proposição empírica)? Por que se apresenta para mim como necessária a descrição de um fato contingente? Wittgenstein responde que

Antes de tudo, porque a suposição de que talvez lá tenha estado parecer-me-ia *inútil*. Nada resultaria disso, nada seria explicado por isso. Não se relacionaria

⁷¹ Cf. Wittgenstein, *Tractatus*, 6.522: “Es gibt allerdings Unaussprechliches. Dies zeigt sich, es ist das Mystische”. A semelhança parece ir mais longe, pois se no *Tractatus* o inefável, que se mostra, é chamado de “místico”, em *Da Certeza* aquilo que se sabe sem a possibilidade de dúvida e que é mostrado pela vida é apresentado como uma “mitologia”. As referências ao *Tractatus* em *Da Certeza* são muito freqüentes e parecem colocar em questão leituras das *Investigações* que não consideram que, para além da recusa do projeto do *Tractatus*, Wittgenstein mantém muitos dos elementos de que ele se constituía.

com fosse o que fosse da minha vida (*Sie hänge mit nichts in meinem Leben zusammen*). [UG, 117; itálicos acrescentados]

A dúvida, para se apresentar como uma possibilidade, deve ajustar-se à vida, inserir-se como uma possibilidade em meio a ela, relacionar-se com outras ações e afirmações. A argumentação, como vimos, nos remete à concepção de que conhecimento e dúvida formam um sistema e se pressupõem e sustentam mutuamente. Ao dizer que “nada fala em favor” dessa dúvida, Wittgenstein esclarece a que se refere quando declara que a vida mostra que sei, por exemplo, que nunca estive na lua. Para que essa dúvida fosse possível, seria necessário recusar todas as minhas afirmações, todas as minhas certezas, mais do que isso, toda minha *forma de vida*.

Será então possível a *hipótese* de que todas as coisas que nos cercam não existam? Não seria isso como a hipótese de termos errado todos os nossos cálculos? [UG, 55]⁷²

O exemplo evidencia a relação da dúvida com um sistema de evidências, certezas, crenças, com uma imagem de mundo (*Weltbild*), em meio à qual se constitui como uma possibilidade.

Se alguém duvidasse de que a Terra existia há uma centena de anos, eu não compreenderia, por *este* motivo: não saberia o que essa pessoa ainda aceitaria como evidência ou não. [UG, 231, *tradução revisada*].

No interior desse sistema a possibilidade de certas dúvidas é excluída. Não se poderia sequer imaginar o que ela representa. A afirmação da dúvida sobre proposições desse tipo pressuporia que se duvidasse da totalidade do sistema, de toda a imagem do mundo, de tal forma que não se saberia mais sequer o que poderia servir de base a uma argumentação.

Como seria duvidar agora de que tenho duas mãos? Porque será que não o posso imaginar de modo algum? Em que acreditaria, se não acreditasse nisso? Até agora não tenho sistema algum que pudesse incluir essa dúvida. / Cheguei ao fundo de minhas convicções. E poderia praticamente dizer-lhe que estes alicerces são

⁷² Cf. Wittgenstein, UG, 217.

suportados pelo conjunto da casa (*Ich bin auf dem Boden meiner Überzeugungen angelangt. Und von dieser Grundmauer könnte man beinahe sagen, sie werde vom ganzen Haus getragen*). [UG, 247-8]

A dúvida situa-se no *interior* do sistema. Na medida em que a própria dúvida, para formular-se, sempre pressupõe o sistema, e portanto pressupõe certezas, nunca se pode duvidar de tudo ao mesmo tempo – ainda que se possa duvidar de cada uma das afirmações a respeito da experiência.

“Poderíamos duvidar desses fatos isoladamente mas não duvidar de *todos* eles”. Não seria mais correto dizer: “não duvidamos de *todos* eles”? [UG, 232]⁷³

Wittgenstein insiste, ao longo de *Da Certeza*, que a crença, ou certeza, precede, necessariamente, a dúvida e que, como vimos, ela tem pressupostos.

A criança aprende, acreditando no adulto. A dúvida vem *depois* da crença (*Der Zweifel kommt nach dem Glauben*). [UG, 160; itálicos acrescentados]

Duvidar é um jogo e tem as suas regras, e haver aquilo de que não se pode duvidar, ainda que sem justificativa, é parte desse jogo, não um defeito ou problema.

Como é que alguém decide qual é a sua mão direita e a sua mão esquerda? Com é que sei que o meu juízo estará de acordo com o de outra pessoa? Como sei que esta cor é azul? Se não confio *em mim próprio* nisto, por que confiaria na capacidade de julgar de outra pessoa? Há um porque? Não deverei eu começar a não confiar nalgum ponto? Isto é: num certo ponto tenho de começar a não duvidar; e isso não é, por assim dizer, apressado ainda que desculpável: faz parte do ato de julgar (*gehört zum Urteilen*) [UG, 150; itálicos acrescentados]

Essa argumentação parte de uma certa abordagem proposta por Wittgenstein para o debate sobre fundamentação do conhecimento e da ação, ou dos pressupostos do uso da linguagem, que é relevante explicitar.

⁷³ A relutância em afirmar a impossibilidade dessa dúvida “universal” parece esbarrar na dificuldade de se identificar o *estatuto* dessas afirmações sobre *necessidade e impossibilidade* que se situariam para além de qualquer imagem de mundo em particular – um tema pouco considerado ao longo desses últimos textos de Wittgenstein.

Autonomia e Fundamento

Em *Da Certeza* aceita-se que um fundamento ou justificação seja pressuposto a um conjunto de afirmações, de que a dúvida, por exemplo, pressupõe os usos da linguagem e algumas certezas, mas, ao mesmo tempo, afirma a impossibilidade de justificar esse fundamento. Como se poderia, afinal, fundar aquilo que se apresenta como fundamento último? Aquilo que se apresenta como fundamento será ele próprio sem fundamento e a exigência de que se justifique o que se afirma deve chegar a um fim⁷⁴.

Mas a fundamentação, a justificação da evidência, chega a um fim (*kommt zu einem Ende*) [UG, 204, tradução revisada]

O próprio uso da linguagem, os jogos de linguagem, pressupõem que a dúvida seja excluída em certos casos.

O fato de eu usar a palavra “mão” e todas as outras palavras na frase, sem pensar duas vezes, de na verdade ficar à beira do abismo se tentasse sequer duvidar dos seus significados, mostra que a ausência de dúvida pertence à essência do jogo de linguagem (*die Zweifellosigkeit zum Wesen des Sprachspiels gehört*), que a pergunta “Como é que eu sei...” empaca o jogo de linguagem ou mesmo acaba com ele [UG, 370].⁷⁵

O jogo de linguagem tem como pressuposto o impedimento dessas dúvidas. Uma dúvida que se estendesse ilimitadamente, inclusive para os usos dos conceitos e as regras dos jogos de linguagem, eliminaria a própria possibilidade de se dizer qualquer coisa e,

⁷⁴ Considere-se o comentário de Aristóteles (*Met.* IV, 1006a5) sobre a exigência de demonstração do princípio de contradição: “we have now posited that it is impossible for anything at the same time to be and not to be, and by this means have shown that this is the most indisputable of all principles. – Some indeed demand that even this shall be demonstrated, but this they do through want of education, for not to know of what things one should demand demonstration, and of what one should not, argues for education. For it is impossible that there should be demonstration of absolutely everything (there would be an infinite regress, so that there would still be no demonstration)”; [...] “We can, however, demonstrate negatively even that this view is impossible, if our opponent will only say something”.

⁷⁵ Cf. Wittgenstein, UG, 342.

mesmo, de se conceber qualquer dúvida. A dúvida é parte de um jogo que tem a ausência de dúvida como contraparte necessária. Quanto ao fundamento, sobre ele nem sequer cabe aplicar o conceito de verdade:

Se o verdadeiro é o que tem fundamento, então o fundamento não é *verdadeiro* nem falso. [UG, 205, *tradução revisada*]

A justificação se revela *interna* a um jogo e, assim, tem pressupostos e chega a um fim.

Há naturalmente justificação; mas a justificação tem um fim. (*die Rechtfertigung hat ein Ende*) [UG, 192]

Em meio ao debate sobre as proposições de Moore, isso se apresenta como a constatação de que qualquer justificação que se apresente delas será, na melhor das hipóteses, apenas tão certa quanto aquilo que se quer justificar.

Quero dizer: o eu não ter estado na Lua é, para mim, uma coisa *tão* segura como quaisquer fundamentos que apresentasse acerca disso. [UG, 111, *tradução revisada*]

Essas proposições são a base a partir da qual as demais justificações se estabelecem.

Já nas *Investigações* encontramos a afirmação de um limite para a cadeia de justificações e de que a ação – a vida – constitui-se nesse limite. *Da Certeza* explicita essa concepção e a situa em meio a uma análise mais ampla da relação entre formas de vida e lógica.

O que se apresenta, entretanto, como fim do processo de justificação? Onde ela se interrompe? O que deve ser aceito como um fundamento último? Não se pode dizer que a cadeia de justificação se interrompe em qualquer ponto, pois então seríamos lançados em um relativismo absoluto. Faz-se necessário um critério para a delimitação desse fundamento. Não seremos, entretanto, levados de novo a um regresso ao infinito? Wittgenstein responde a partir de uma referência direta ao contexto do *Tractatus*, porém dessa vez para recusar a concepção anterior, em certo sentido virando-a de ponta-cabeça, ao afirmar que

Quero dizer: *usamos juízos como princípios para a formulação de juízos* (Wir verwenden Urteile als Prinzip(ien) des Urteilens) [UG, 124; itálicos acrescentados].

No *Tractatus* encontramos a recusa de que a verdade de uma proposição seja condição de sentido a outra, sob a pena de que seja impossível a lógica⁷⁶. Nesse novo contexto, essa dependência é afirmada explicitamente – e revela, o que veremos adiante, a forma como o conceito de *Weltbild* estabelece um tipo particular de relativismo, que se estende mesmo à necessidade lógica.

A concepção de sistema implica que não se estabeleça um modelo dedutivo simples, mas que a relação entre um conjunto de julgamentos que é parte de uma *Weltbild* é mais complexa, pois nele as premissas são sustentadas pelo conjunto de conseqüências que dela se deriva.

Não são axiomas isolados que me parecem óbvios, é um sistema em que as *conclusões e as premissas se apóiam mutuamente*. [UG, 142; itálicos acrescentados]⁷⁷

As premissas não se estabelecem devido a uma auto-evidência de que seriam dotadas, mas essa “evidência” deriva, ela própria, do sistema, da imagem de mundo em meio à qual se insere, pois a dúvida a respeito dessas “premissas” implicaria a revogação de toda a imagem de mundo à qual ela se refere, colocaria em questão todo o sistema.

E agora, se eu dissesse “é minha convicção inabalável que etc.”, isso significaria, no presente caso também, que *eu não cheguei conscientemente à convicção seguindo uma linha de raciocínio especial, mas que ela está ancorada em todas as minhas perguntas e repostas e de tal maneira que não posso tocar-lhe* [UG, 103; itálicos acrescentados].

No lugar de “argumento” ou “evidência”, encontramos essa ancoragem, que situa as proposições da lógica, que descrevem os jogos de linguagem, destacadas entre as

⁷⁶ Cf. L. H. L. Santos, “A Essência da Proposição e A Essência do Mundo” págs. 55-56.

⁷⁷ Cf. Wittgenstein, *Da Certeza*, 248: “these foundation-walls are carried by the whole house”.

proposições empíricas e aparentemente semelhantes a elas (a diferença está no uso que se faz delas), em uma posição em que *não se pode tocá-las*. Quem assim o faz *é meu* sistema de perguntas e respostas, *minha* imagem de mundo.

A concepção de sistema de julgamentos resulta em uma nova caracterização da concepção fundacionalista. Mais do que caracterizar um fundamento que não pode, ele próprio, ser justificado, entretanto, Wittgenstein caracteriza um sistema de julgamentos, todos entrelaçados [UG, 225], como imagem de mundo, de tal forma que não apenas o fundamento sustenta um conjunto de conhecimentos, mas é sustentado por eles, na medida em que para se duvidar dessas proposições fundamentais, seria necessário duvidar de todo o conjunto – e da forma de vida a que ele se liga.

Não aprendemos a prática de formular juízos empíricos através da aprendizagem de regras: ensinam-nos *juízos* e a sua ligação a outros juízos. *Torna-se plausível para nós uma totalidade de juízos*. (*Ein Ganzes von Urteilen wird uns plausibel gemacht*) [UG, 140; itálicos acrescentados].

Por outro lado, Wittgenstein situa nesse “fundamento” uma suposição ou decisão (*einer Annahme oder Entscheidung*)

Formamos uma *imagem* da Terra como sendo uma bola flutuando livre no espaço e não se alterando essencialmente numa centena de anos. Eu disse “*formamos* a imagem, etc.” e esta imagem ajuda-nos agora no juízo que formamos de várias situações. Posso, de fato, calcular as dimensões de uma ponte, às vezes calcular que aqui as condições favorecem mais uma ponte do que um “ferry”, etc., etc., - mas *em qualquer ponto é necessário começar com uma hipótese ou uma decisão* (*aber irgendwo muß ich mit einer Annahme oder Entscheidung anfangen*). [UG, 146; itálicos acrescentados]

Como se inicia essa cadeia de mútuas justificações? Onde se ancora o sistema como um todo? Por que ele é dessa forma e não de outra, já que outros seriam “possíveis”⁷⁸?

⁷⁸ Esses termos passam a ganhar significado distinto “dentro” e “fora” da *Weltbild*.

O que significa, entretanto, situar na base do processo de justificação uma decisão? Antes de avançar em análises sobre a pertinência de uma leitura convencionalista da concepção de Wittgenstein, entretanto, consideremos algumas perspectivas centrais de sua caracterização da interrupção da regressão ao infinito por meio de um julgamento ele próprio anterior à possibilidade de qualquer justificação

Fundamento e formas de vida

Consideremos, então, com mais cuidado essa descrição dada por Wittgenstein do fundamento, sobre o qual não se pode duvidar, pois a dúvida tem pressupostos, e da *decisão* que o determina e dá início à cadeia de justificações, pois só se poderá compreender que Wittgenstein não está apresentando uma concepção convencionalista caso se evidencie a relação desse sistema com o conceito de forma de vida – do qual, aliás, nunca se apresenta separado.

Eu encararia esta *certeza*, não como aparentada com a precipitação ou superficialidade, mas como uma *forma de viver (Lebensform)*. (Isto está muito mal expresso e, provavelmente, também mal raciocinado). Mas isto significa que a pretendo conceber como algo situado além de ser justificado ou injustificado; portanto, *como uma coisa animal*. [UG, 358-9; itálicos acrescentados]

Temos aqui dois passos extremamente relevantes. Em primeiro lugar, a apresentação da certeza, essa certeza intocável, situada para além da possibilidade de duvidar, como uma *forma de vida*. Vimos que nas *Investigações* Wittgenstein indicava explicitamente que o que interrompe o regresso infinito da cadeia de justificações é uma ação, inserida no contexto de uma forma de vida. Essa é sua resposta tanto ao debate sobre regras quanto à investigação da necessidade na lógica ou na matemática.

Em *Da Certeza* Wittgenstein afirma que a justificação chega a um fim apenas para, de imediato, dizer que o que interrompe a cadeia de justificações é uma ação -

o fim não é o fato de certas proposições se nos apresentarem como sendo verdadeiras, isto é, não se trata de uma espécie de *ver* da nossa parte; é o nosso *atuar* (*unser Handeln*) que está no fundo do jogo da linguagem. [UG, 204].

Tal qual no debate sobre regras, nas *Investigações*, o que se recusa aqui é que a certeza se estabeleça no contexto das proposições. Seu “fundamento” não é verdadeiro ou falso, mas anterior à possibilidade de falar de verdade. Não é também convenção, sob a forma de uma proposição, ou uma verdade auto-evidente, pois também a evidência e a proposição a têm como pressuposto. A isso que se apresenta na base, que instaura os jogos de linguagem e estabelece os terrenos da certeza e da dúvida, Wittgenstein chama de “vida”, formas de vida, ação, prática⁷⁹. Não se trata, é claro, de uma ação isolada, mas de uma que se insere em meio a um “emaranhado de proposições” [UG, 225]

O fato de não duvidarmos de todos é simplesmente o nosso modo de julgar e, portanto, de agir. [UG, 232, *tradução revisada*]

Ao final, encontramos a afirmação de que

o fim não é um pressuposto não fundamentado: é uma *via de ação não fundamentada* (*sondern die unbegründete Handlungsweise*) [UG, 110; *itálicos acrescentados*]

Assim que se deve ler, então, a afirmação, já presente desde as *Investigações*, de que

Por que é que não verifico se tenho dois pés quando quero levantar-me da cadeira? Não há porque. Não o faço, simplesmente. *É assim que ajo* (*So handle ich*). [UG, 148; *itálicos acrescentados*]

A ação – “essa ação” – interrompe o regresso ao infinito e se apresenta, ela, como fundamento de toda regra e de todo juízo. A exigência de interpretação, justificação, de uma regra que determine a interpretação de outra, conduzem a um regresso interrompido apenas pela ação que instaura o que será, a partir dela, uma cadeia de interpretações ou um conjunto de regras. Ainda que se caracterize os jogos a partir de regras, essas regras

⁷⁹ Cf. as interessantes observações a esse respeito de C. Geertz (*Available Light*, “Preface”).

podem ser aprendidas de forma puramente prática, sem a necessidade de explicitação [UG, 95].

São necessárias, para estabelecer uma prática, não só regras, mas também exemplos. As nossas regras têm lacunas e *a prática tem de falar por si* (*Praxis muß für sich selbst sprechen*). [UG, 139; itálicos acrescentados]

A prática deve falar por si própria. O que se entende por isso? Que a prática, ao invés de ser determinada por qualquer regra ou teoria, é ela própria o fundamento último e, assim, anterior a qualquer justificação – e anterior a qualquer necessidade. Já nos *Notebooks 1914-1916* Wittgenstein utilizava uma expressão parecida, mas referindo-se à lógica⁸⁰. Essa alteração evidencia a relevância da afirmação de uma prática que se revela estruturante, fundamento último – ou o mais próximo possível de ser fundamento – e, nesse sentido, *autônoma*. O procedimento caminha em uma direção interessante, aproximando os usos feitos por Wittgenstein dos conceitos de *prática*, e *juízo* e *regra*.

A autonomia da gramática, dos jogos de linguagem, revela-se autonomia da prática. Wittgenstein situa essa ação que não responde a nada, as “formas de vida”, e que não podem ser reguladas por regras, já que qualquer regra se adequaria a elas (serão elas que darão significação às regras), na base de sua investigação da lógica e da linguagem. Na medida em que se trata de uma prática que deve falar por si, ela não é regulada por nada que lhe seja exterior, e então encontramos uma concepção da prática e da ação que não se regula pela teoria e nem pode contradizê-la. Pensar uma linguagem será pensar uma forma de vida na medida em que é apenas nesse contexto da vida, em meio a um conjunto de ações, que se pode conceber a linguagem, a significação, a verdade, a necessidade, e diferentes formas de vida são diferentes usos de conceitos e diferentes significações.

Protágoras, ainda: dentro e fora

Não se abre o flanco, com a concepção de que o conhecimento se estabelece a partir de algo injustificado, de uma escolha ou decisão, para uma leitura cética tanto do texto de *Da*

⁸⁰ A anotação “Die Logik muß für sich selber sorgen.”, de 22.08.1914, inicia os *Notebooks*. A anotação reaparece no *Tractatus*, 5.473.

Certeza quanto das *Investigações*? Não se oferece, nesse percurso, todos os elementos para um relativismo à maneira de Protágoras, que estabelece a escolha como critério (o “homem medida”), ou mesmo para um “ceticismo” ao menos próximo daquele indicado por Kripke, que nos remete à *comunidade* como critério de adequação à regra? Não se abriu mão de qualquer possibilidade de falar de objetividade e verdade, substituindo-os por algum tipo de convencionalismo sociológico mal delineado? Se diferentes imagens de mundo se relacionam entre si com absoluta impossibilidade de mútua justificação, a ponto de se recorrer a caracterizações como “doença mental” e “conversão”⁸¹ para tratar de sua relação, não se abandonou a possibilidade de diferenciar verdade de opinião? Wittgenstein se coloca essa questão:

“Mas então não há nenhuma verdade objetiva (*Aber gibt es denn da keine objektive Wahrheit*)? Não é verdadeiro nem falso que alguém tenha estado na Lua?”. [UG, 108]

Sua resposta, que talvez seja interessante aproximar da distinção kantiana entre realismo empírico e idealismo transcendental⁸², distingue entre dois contextos:

Se estamos a pensar *dentro do nosso sistema* (*Wenn wir in unserm System denken*), então é certo que nunca ninguém esteve na Lua. Não só nunca semelhante coisa foi comunicada seriamente por gente sensata, mas todo o nosso sistema da física nos proíbe de acreditar nisso. Porque isso exige resposta às perguntas “Como venceu ele a força da gravidade?” “Como conseguiu ele viver sem atmosfera?” e mil outras perguntas para as quais não há respostas. [UG, 108; *itálicos acrescentados*]

Nesse primeiro caso, fala-se de *dentro* de um sistema ou imagem de mundo, e assim, como vimos, a possibilidade da dúvida é regulada pelas proposições lógicas. Dessa forma funciona o sistema: estabelece a ausência de dúvida e, portanto, em certo sentido, a “objetividade” e a “verdade”.

⁸¹ Um vocabulário próximo a esse, apesar de algumas diferenças bastante importantes em relação à concepção de Wittgenstein, reaparecerá, mais tarde, em 1962, da *Estrutura das Revoluções Científicas*, de Thomas Kuhn.

⁸² Kant, *Crítica da Razão Pura*, A367-373.

Toda a verificação, confirmação e invalidação de uma hipótese ocorrem já *no interior de um sistema*. E este sistema *não é um ponto de partida mais ou menos arbitrário e duvidoso* para todos os nossos argumentos: não, pertence à essência daquilo a que chamamos um argumento. O sistema não é tanto o ponto de partida, como o elemento onde vivem os argumentos. [UG, 105; itálicos acrescentados]

Ou seja, estabelece-se “dentro” da *Weltbild* um domínio de *objetividade*. Só se pode falar de argumento, arbitrariedade, verdade e dúvida no interior de um sistema. Mas há uma outra forma de se colocar o problema – ou pode-se ao menos tentar fazê-lo de outra forma:

Mas suponha-se que, em vez de todas estas respostas, deparemos com esta: “Não sabemos *como* se chega à Lua mas todos os que lá chegaram, sabem imediatamente que lá estão; e mesmo você não pode explicar tudo”. Sentir-nos-íamos intelectualmente muito distantes de quem dissesse isso (*Von Einem, der dies sagte, würden wir uns geistig sehr entfernt fühlen*). [UG, 108]

A perspectiva aqui seria a de alguém situado “fora” do sistema, ainda que não se possa conceber alguém “fora” de *qualquer* sistema. O exercício consiste, em certa medida, em nos jogarmos contra os limites da linguagem, na metáfora usada por Wittgenstein no contexto do *Tractatus*. A dificuldade de se conceber outra imagem de mundo é considerada nas *Anotações sobre as cores*:

There may be mental defectives who cannot be taught the concept 'tomorrow', or the concept 'I', nor to tell time. Such people would not learn the use of the word 'tomorrow' etc. Now to whom can I describe what these people cannot learn? Just to one who has learnt it? Can't I tell A that B cannot learn higher mathematics, even though A hasn't mastered it? Doesn't the person who has learned the game understand the word "chess" differently from someone who hasn't learnt it? There are differences between the use of the word which the former can make, and the use which the latter has learnt. [BF, I, 75]

O papel lógico desempenhado por essas proposições desdobram-se em uma limitação na possibilidade de conceber a diferença ou falar dela a alguém. O que se pode dizer nesses

casos? Há *diferença*⁸³, uma diferença tão fundamental que não se pode concebê-la (senão como um distúrbio mental), e em relação á qual só resta silenciar

Poderia, pois, interrogar alguém que disse que a Terra não existia antes do seu nascimento para descobrir com quais das minhas convicções ele estava em desacordo. E então poderia ser que ele contradissesse as minhas idéias fundamentais e, sendo assim, *teria de me resignar* (*Und wäre es so, so müßte ich 's dabei bewenden lassen*). O mesmo aconteceria se ele dissesse que tinha já estado na Lua. [UG, 238; itálicos acrescentados]

A experiência não é um critério para essa contraposição, pois vem “depois” dos jogos de linguagem, situa-se no interior de uma imagem de mundo [UG, 130] (e também aqui reencontramos Kant).

A dificuldade é compreender a falta de fundamento das nossas convicções (*Die Schwierigkeit ist, die Grundlosigkeit unseres Glaubens einzusehen*). [UG, 166]

Entretanto, ainda que não se possa falar em justificação de uma imagem de mundo, nem de sua verdade ou falsidade, nossa experiência não é a de um convencionalismo, ou a de tomar decisões ou fazer escolhas que estabelecem a imagem do mundo.

Não aprendo explicitamente as proposições que são ponto assente para mim. *Descubro-as* subsequêntemente como o eixo em torno do qual roda um corpo. Este eixo não está fixo no sentido de haver alguma coisa a segurá-lo, mas o movimento em torno dele determina sua imobilidade. [UG, 152]

de tal forma que

Atuo com *inteira* certeza. Mas essa certeza é minha. [UG, 174]

e não está em meu poder *escolher* acreditar ou não nisso que se apresenta como necessário – não está em meu poder escolher uma imagem do mundo, nem alterá-la. Essa mudança é comparada por Wittgenstein com a de um rio

⁸³ Cf. Wittgenstein, UG, 217, 332, 325 e 375.

E a margem daquele rio consiste, em parte, em rocha dura não sujeita a alteração ou apenas a uma alteração imperceptível e, noutra aparte, em areia que ora é arrastada, ora se deposita. [UG, 99]⁸⁴

Alterações que redefinem a imagem do mundo, e sobre as quais não se pode julgar (já que não há um fundamento para julgá-la) – e que talvez não se possa sequer conceber. O que seria, nesse caso, *ver* o mundo *como* outra imagem?

Bem, se tudo fala a favor de uma hipótese e nada contra – será ela, com certeza, verdadeira? Pode-se designá-la dessa maneira. Mas estará ela, com certeza, de acordo com a realidade, com os fatos? – Com essa pergunta, você já está a andar à roda num círculo. [UG, 191, *tradução revisada*]

⁸⁴ Também Wittgenstein, UG, 134.

CONCLUSÃO

Da Certeza revela-se uma retomada, de uma perspectiva diversa, do núcleo da concepção das *Investigações*, que é revisada e elaborada de modo a possibilitar uma compreensão do papel lógico desempenhado pelas proposições de Moore. O fato de parecerem proposições empíricas leva Wittgenstein a estender-se no debate sobre a delimitação entre proposições lógicas e empíricas e a elaborar a concepção de *sistema e imagem de mundo*. A grande novidade de *Da Certeza* consiste justamente na elaboração dos conceitos de jogos de linguagem da perspectiva desses conceitos (*sistema e imagem de mundo*), caracterizando de modo mais explícito e firme sua concepção da ausência de fundamentação de nossas crenças e juízos (*die Grundlosigkeit unseres Glaubens einzusehen*).

Esse procedimento possibilita, entretanto, uma resposta que, se por um lado parece aproximar-se do convencionalismo, por outro se propõe como caminho para “limitar” o ceticismo e o idealismo (apesar de talvez não ser apropriado falar de uma resposta ou refutação): ceticismo e idealismo não têm lugar no interior de uma imagem de mundo – “onde”, afinal, sempre estamos, sendo mesmo impossível conceber uma condição diferente. Ceticismo e idealismo só seriam possíveis de uma perspectiva “transcendental”, fora de nossa *Weltbild* e de qualquer sistema de crenças. A dúvida cética não tem sentido em meio à vida – uma forma de vida estabelece certezas, significados e verdade e essa é sua essência [UG, 370].

A exposição desses conceitos em *Da Certeza* parece possibilitar também a diferenciação entre a posição de Wittgenstein e o pragmatismo. Ainda que na base dos jogos de linguagem se situe uma decisão, essa não se apresenta como uma escolha individual ou consciente a respeito do que será considerado verdadeiro ou sobre como descrever a experiência. Wittgenstein situa os jogos de linguagem no tempo e é em meio a ele, e aos

procedimentos herdados, que as mudanças e escolhas têm lugar. Talvez se possa dizer com Marx, que o homem faz a sua história, mas a partir da *condição* em que se encontra.

A verdade é estabelecida independentemente de nossa vontade, como um dado objetivo, e nem sequer é possível pensá-la de uma outra forma, ainda que mude junto com os jogos de linguagem.

Mais importante do que tudo talvez seja a explicação por Wittgenstein de sua concepção de uma prática que “cuidar de si própria”, que não é determinada pela teoria, e que, talvez, nem se contraponha à teoria. A prática não é concebida como desdobramento ou aplicação da teoria, mas é o ato inaugural e instaurador, anterior ao conhecimento e estruturador da imagem de mundo. Wittgenstein cita Goethe: “No princípio era o ato”⁸⁵.

Reencontramos Kant no seio da filosofia do séc. XX, e não qualquer Kant, mas aquele que concebe a constituição da experiência a partir da estética transcendental e das categorias do entendimento, sob a forma de uma experiência que tem pressupostos, que se situam antes da instauração da possibilidade de duvidar, e que serão “universalmente” válidos – *dentro* de uma imagem de mundo. A referência é clara, ainda que esses pressupostos nem estejam inseridos em uma subjetividade transcendental nem sejam categorias do entendimento, ainda que possam variar de uma cultura para outra ou ao longo do tempo.

A novidade é justamente conceber essa estrutura transcendental que constitui a experiência não como um arcabouço fixo, que estabelece de maneira universal, necessária e atemporal, o sujeito transcendental e o entendimento, mas como estruturas *móveis* (segundo a imagem heracliteana do rio, usada por Wittgenstein), ligadas a diferentes formas de vida – sem que com isso se retorne às armadilhas do relativismo sofístico ou ao ceticismo idealista da filosofia moderna.

De que se trata? De um enorme embate com o enfeitiçamento em que nos achamos imersos, pela filosofia moderna, em sua descrição do conhecimento a partir da psicologia que se constitui como epistemologia, e por um certo platonismo, que se instaura em nossa

⁸⁵ “Im Anfang war die Tat”, Goethe, *Faust*, I (*Werke*, Bd. 3, S. 44); cf. Wittgenstein, *Da Certeza*, 402.

maneira de falar, na linguagem, e nos conduz invariavelmente ao mesmo jogo de perguntas e respostas.

A obra de Wittgenstein certamente não conclui esse percurso, não resolve todas as dificuldades das alternativas que constrói e não elimina, por si só, esse enfeitiçamento. Entretanto, a partir de um (surpreendente) debate com Kant, com a epistemologia, com o platonismo, com o relativismo, abre um terreno novo para se pensar a linguagem, os conceitos, a lógica, os julgamentos, a partir das incertezas e da mutabilidade da vida – e não o inverso.

Brauchen wir dir *Reibung*. Zurück auf den rauhen Boden!

BIBLIOGRAFIA

Textos de Wittgenstein

A referência a ítems dos *Nachlass* de Wittgenstein seguem o catálogo de Georg Henrik von Wright, publicado em edição revisada em *Ludwig Wittgenstein: Philosophical Occasions*, ed. James C. Klagge and Alfred Nordmann, pp. 480–506. As citações se referem à edição eletrônica publicada pelos Arquivos Wittgenstein da Universidade de Berger (*Wittgenstein's Nachlass: The Bergen Electronic Edition*, ed. Wittgenstein Archives at the University of Bergen, Oxford: OUP, 2000).

Utilizou-se também para citações e traduções inglesas dos textos de Wittgenstein a edição eletrônica *The Collected Works of Ludwig Wittgenstein*, Blackwell Publishers - Past Masters Databases. Charlottesville: IntelLex Corporation, 1992, composta dos seguintes textos e edições:

- Ludwig Wittgenstein, *Philosophical Investigations*. Translated by G. E. M. Anscombe. Oxford: Blackwell, 1958.
- Ludwig Wittgenstein, *Philosophical Grammar*. Edited by Rush Rhees. Translated by Anthony Kenny. Oxford: Blackwell, 1974.
- Ludwig Wittgenstein, *Remarks on the Foundations of Mathematics*. Third Edition. Edited by G. H. von Wright, R. Rhees and G. E. M. Anscombe. Translated by G. E. M. Anscombe. Oxford: Blackwell, 1978.
- Ludwig Wittgenstein, *Philosophical Remarks*. Edited from his posthumous writings by Rush Rhees and translated into English by Raymond Hargreaves and Roger White. Oxford: Blackwell, 1975.
- Ludwig Wittgenstein, *Remarks on the Philosophy of Psychology*. Volume I. Edited by G. E. M. Anscombe and G. H. von Wright. Translated by G. E. M. Anscombe. Oxford: Blackwell, 1980.

- Ludwig Wittgenstein, *Remarks on the Philosophy of Psychology*. Volume II. Edited by G. H. von Wright and Heikki Nyman. Translated by C. G. Luckhardt and M. A. E. Aue. Oxford: Blackwell, 1980.
- Ludwig Wittgenstein, *Last Writings on the Philosophy of Psychology*. Volume I. Edited by G. H. von Wright and Heikki Nyman. Translated by C. G. Luckhardt and Maximilian A. E. Aue. Oxford: Blackwell, 1982.
- Ludwig Wittgenstein, *Last Writings on the Philosophy of Psychology*. Volume II. Edited by G. H. von Wright and Heikki Nyman. Translated by C. G. Luckhardt and Maximilian A. E. Aue. Oxford: Blackwell, 1992.
- Ludwig Wittgenstein, *The Blue and Brown Books*. Oxford: Blackwell, 1969.
- Ludwig Wittgenstein, *Notebooks: 1914-1916*. Edited by G. H. von Wright and G. E. M. Anscombe with an English translation by G. E. M. Anscombe. Index prepared by E. D. Klemke. Oxford: Blackwell, 1979.
- Ludwig Wittgenstein, *Zettel*. Edited by G. E. M. Anscombe and G. H. von Wright. Translated by G. E. M. Anscombe. 2nd edition. Oxford: Blackwell, 1981.
- Ludwig Wittgenstein, *Culture and Value*. Edited by Georg Henrik von Wright in collaboration with Heikki Nyman. Revised Edition of the Text by Alois Pichler. Translated by Peter Winch. Oxford: Blackwell, 1998.
- Ludwig Wittgenstein, *On Certainty*. Edited by G. E. M. Anscombe and G. H. von Wright. Translated by Danis Paul and G. E. M. Anscombe. Reprinted with corrections and indices. Oxford: Blackwell, 1974.
- Ludwig Wittgenstein, *Remarks on Colour*. Edited by G. E. M. Anscombe, Translated by Linda L. McAlister and Margarete Schättle. Oxford: Blackwell, 1978.

Outras edições de textos de Wittgenstein utilizadas:

WITTGENSTEIN, L. “Filosofia”. Trad. António Zilhão, *Revista Manuscrito* Vol. XVIII no. 2, Campinas, outubro de 1995.

WITTGENSTEIN, L. *Bemerkungen über die Grundlagen der Mathematik, Remarks on the Foundation of Mathematics*. Eds. G. E. M. Anscombe, Rush Rhees and G. H. von Wright, Oxford: Blackwell, 1956; 3rd. ed. 1978.

- WITTGENSTEIN, L. *Bemerkungen über die Philosophie der Psychologie I, Remarks on the Foundations of Psychology, I*, G.H. von Wright and Heikki Nyman, eds. Oxford: Basil Blackwell, 1980.
- WITTGENSTEIN, L. *Bemerkungen über die Philosophie der Psychologie II, Remarks on the Foundations of Psychology, II*, G.H. von Wright and Heikki Nyman, eds. Oxford: Basil Blackwell, 1980.
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1994.
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Ed. Abril, 1978.
- WITTGENSTEIN, L. *Notebooks 1914-1916*, G.H. von Wright and G.E.M. Anscombe, eds. 2nd ed. Oxford: Basil Blackwell, 1979.
- WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Grammar*. Los Angeles: Univ. of California Press, 1978.
- WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Occasions: 1912-1951*. USA: Hackett, 1999.
- WITTGENSTEIN, L. *Philosophische Bemerkungen*, Oxford: Basil Blackwell, 1964.
- WITTGENSTEIN, L. *Philosophische Untersuchungen, Philosophical Investigations*. 2nd ed., Oxford: Blackwell, 1997.
- WITTGENSTEIN, L. *Remarks on Colour*, G.E.M. Anscombe, ed. Oxford: Basil Blackwell, 1977.
- WITTGENSTEIN, L. *The Blue and Brown Books*. Oxford: Basil Blackwell, 1958.
- WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logico-philosophicus*. trad. Luiz H. L dos Santos. São Paulo: Edusp, 1995.
- WITTGENSTEIN, L. *Über Gewissheit, On Certainty*. G.E.M. Anscombe and G.H. von Wright, eds. Oxford: Basil Blackwell, 1969.
- WITTGENSTEIN, L. *Vermischte Bemerkungen, Culture and Value*. G.H. von Wright, ed. Oxford: Basil Blackwell, 1980.
- WITTGENSTEIN, L. *Wittgenstein's Nachlass: The Bergen Electronic Edition*, ed. Wittgenstein Archives at the University of Bergen (Oxford: OUP, 2000)

WITTGENSTEIN, L. *Zettel*. G.E.M. Anscombe and G.H. von Wright, eds. Oxford: Basil Blackwell, 1967.

Outros Textos Citados:

AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Paulus, 1984.

AMBROSE, A. & LAZEROWITZ, M. *Ludwig Wittgenstein: philosophy and language*. England: Thoemmes Press, 1972.

ANSCOMBE, G. E. M. *An Introduction to Wittgenstein's Tractatus*. London: Hutchinson, 1959.

ARISTOTELES. *Metaphysics*. Cambridge: Harvard University Press (Loeb Classical Library), 1996.

ASHDOWN, L. Reading *On Certainty*. In: *Philosophical Investigations*, 24:4 October 2001.

AUBENQUE, P. *Le problème de l'être chez Aristote*. 3^a ed. Paris : PUF, 1997.

BAKER, G. & HACKER, P. M. S. *Wittgenstein: Understanding and Meaning – Part II: Exegesis §§1-184*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

BAKER, G. P. & HACKER, P. M. S. *Wittgenstein: Rules, Grammar and Necessity, Volume 2 of an Analytical Commentary on the Philosophical Investigations*. Oxford: Blackwell, 1985.

BAKER, G. P. & HACKER, P. M. S. *Wittgenstein: Understanding and Meaning, Volume 1 of an Analytical Commentary on the Philosophical Investigations*. Oxford: Blackwell, 1980.

BAKER, G. P. and HACKER, P.M.S. *Scepticism, Rules and Language*. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

BAKER, G. P. Wittgenstein: concepts or conceptions. *Harvard Review os philosophy*, IX, 2001.

- BAKER, G. P. *Wittgenstein' Method: Neglected Aspects*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.
- BIGGS, Michael & PICHLER, Alois. "Wittgenstein: Two Source Catalogues and a Bibliography". Working Papers from the Wittgenstein Archives at the University of Bergen No.7, 1993.
- BLOCK, I. (ed.). *Perspectives on the philosophy of Wittgenstein*. Oxford: Blackwell, 1981.
- BOUVERESSE, J. *La force de la règle*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1987.
- BOUVERESSE, J. *Le mythe de l'intériorité*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1987.
- BOUWSMA, O. K. *Wittgenstein: Conversations 1949-1951*. Indianapolis : Hackett, 1986.
- CASSIN, B. "Le doigt de Cratyle". in *Revue de philosophie ancienne*, V, n. 2, 1987.
- CHAPPELL, Timothy. *Reading Plato's Theaetetus*. Cambridge: Hackett Publishing Company, 2004.
- CHARLES, D. & CHILD, W. (eds.) *Wittgensteinian Themes*. Oxford University Press, 2001.
- COFFA, J. A. *The semantic tradition*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1991.
- CRARY, Alice & READ, Rupert. *The New Wittgenstein*. London: Routledge, 2000.
- DESCARTES, R. *Oeuvres philosophiques*. Textes établis, présentés et annotés par Ferdinand Alquié. Paris: Classiques Garnier, 1963-1973.
- DIAMOND, C. *Realism and the Realistic Spirit*. Cambridge, MA.: The M.I.T. Press, 1991.
- DRURY, M. O'C. "Recollections of Wittgenstein". In R. Rhees, *Recollections of Wittgenstein*. New York: Oxford University Press, 1984.
- EBBS, Gary. *Rule-Following and Realism*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.
- FAUSTINO, S. *Wittgenstein e o fim da epistemologia*. Tese de Doutorado: FFLCH-USP, 2003.

- FAUSTINO, S. *Wittgenstein: o eu e sua gramática*. São Paulo: Ed. Ática, 1996
- FOGELIN, R. J. *Wittgenstein*. London: Routledge & Kegan Paul, 1976, 2nd edition 1987.
- GEERTZ, C. *Available Light*. Princeton: Princeton Univ. Press, 2001.
- GIANNOTI, J. A. *Apresentação do mundo*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- GLOCK, Hans-Johann. *A Wittgenstein Dictionary*. Oxford: Blackwell, 1996.
- GOETHE, J . W. *A Doutrina das Cores*. São Paulo: Nova Alexandria, 1996.
- GOETHE, J . W. *A Metamorfose das Plantas*. Lisboa: Casa da Moeda, 1993.
- GOETHE, J . W. *Werke*. Berlin: Verlag, 1998.
- GOLDSCHMIDT, V. *Essai sur le "Cratyle"*. Paris : Vrin, 1957.
- GOLDSCHMIDT, V. *Les Dialogues de Platon*. 5^e édition, Paris: PUF, 1993.
- GRIFFITHS, A. P. (ed.). *Wittgenstein: Centenary Essays*. Cambridge University Press 1991.
- HACKER, P. M. S. *Wittgenstein on human nature*. London: Phoenix Paperback, 1997.
- HACKER, P. M. S. *Wittgenstein: connections and controversies*. New York: Oxford University Press, 2001.
- HACKER, P., *Insight and Illusion*, Revised Edition. Oxford: Clarendon Press, 1986.
- HACKER, P.M.S. *Wittgenstein: Meaning and Mind, Volume 3 of an Analytical Commentary on the Philosophical Investigations – Part I - Essays*. Oxford: Blackwell, 1990.
- HACKER, P.M.S. *Wittgenstein: Meaning and Mind, Volume 3 of an Analytical Commentary on the Philosophical Investigations*. Oxford: Blackwell, 1990.
- HACKER, P.M.S. *Wittgenstein: Mind and Will, Volume 4 of an Analytical Commentary on the Philosophical Investigations*. Oxford: Blackwell, 1996.
- HACKER. *Wittgenstein's place in twentieth-century analytic philosophy*. Oxford: Blackwell, 1996.
- HALE, Bob and WRIGHT, Crispin, (eds.), *A Companion to the Philosophy of Language*. Oxford: Blackwell, 1997.

- HINTIKKA, M. B. & HINTIKKA, J. *Investigating Wittgenstein*. Oxford: Blackwell, 1986.
- HOTTOIS, Gilbert. *La philosophie du langage de Ludwig Wittgenstein*. Bruxelles: Editions de L'Universite de Bruxelles, 1976.
- IMBERT, Claude. *Pour une histoire de la logique: un héritage platonicien*. Paris: PUF, 1999.
- JOHNSTON, Paul. *Wittgenstein: rethinking the inner*. London: Routledge, 1993.
- KANT, I. - *Crítica da Razão Pura*, Abril Cultural (Col. *Os Pensadores*), São Paulo, 1980.
- KANT, I. - *Critique of Pure Reason*, translated by N. K. Smith, Macmillan, London, 1929.
- KANT, I. - *Kritik der reinen Vernunft*, Meiner, Hamburg, 1990.
- KATZ, Jerrold J., *The Metaphysics of Meaning*. Cambridge, MA.: The M.I.T. Press, 1990.
- KIELKOPF, Charles F. *Strict finitism*. Netherlands: Mouton & Co., 1970.
- KRIPKE, S. *Wittgenstein on Rules and Private Language*. Oxford: Blackwell, 1982.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo, ed. Perspectiva, 1975.
- LAUGIER, S. *Wittgenstein, Méthaphysique et Jeux de Langage*. Paris: PUF, 2001.
- LUCKHARDT, C. G. (ed.). *Wittgenstein: Sources and Perspectives*. New York: Cornell University Press, 1979.
- MALCOLM, N. *Ludwig Wittgenstein: A Memoir*. Oxford: Oxford University Press, 1984.
- MALCOLM, N. *Nothing is Hidden*. Oxford: Blackwell, 1986.
- McGINN, Colin. *Wittgenstein on Meaning*. Oxford: Blackwell, 1984.
- McGINN, Marie. *Wittgenstein and the Philosophical Investigations*. London: Routledge, 1997.
- MERLEAU-PONTY, M *La prose du monde*. Paris: Gallimard, 1969.
- MERLEAU-PONTY, M. *Signos*. São Paulo : Martins Fontes, 1991.

- MILLER, A. & WRIGHT, C. (eds.). *Rule-Following and Meaning*. Chesham: Acumen, 2002.
- MONK, Ray. *Ludwig Wittgenstein: The Duty of Genius*. New York: Macmillan, 1990.
- MOORE, G. E. *G. E. Moore: Selected Writings*. London: Routledge, 1993.
- MOORE, G. E. *Philosophical Papers*. London: George, Allen and Unwin, 1959.
- MOORE, G. E. *Some Main Problems of Philosophy*. London: George, Allen and Unwin, 1953.
- MOYAL-SHARROCK, D. & BRENNER, W (eds.), *Reading Wittgenstein's On Certainty*. Palgrave Macmillan, 2005
- NIETZSCHE, F. "Sobre a verdade e a mentira em sentido extra-moral". in *Nietzsche*, São Paulo: Ed. Abril, 1976.
- NIETZSCHE, F. *Crepúsculo dos ídolos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- NIETZSCHE, F. *Werke in drei Bänden*. Herausgegeben von Karl Schlechta. München: Hanser Verlag, 1954.
- PEARS, David. *The False Prison, Vol. 1*. Oxford: Clarendon Press, 1986.
- PEARS, David. *The False Prison, Vol. 2*. Oxford: Clarendon Press, 1986.
- PENCO, C. Wittgenstein, Locality and Rules. In E. Picardi & A. Coliva, *Wittgenstein Today*. Il Poligrafo, Padova, 2004.
- PHILLIPS, D. Z. & WINCH, P. (ed.) *Wittgenstein: attention to particulars*. London: Macmillan Press, 1989.
- PIRES DA SILVA, João C. S. "O paradoxo de Goethe".
- PITCHER, G. (ed.) *Wittgenstein, The Philosophical Investigations: A Collection of Critical Essays*. London: Macmillan, 1968.
- PLATÃO. *Parmênides*. Rio de Janeiro: Loyola, 2003.
- PLATÃO. *Sofista*. São Paulo: Ed. Abril (Col. *Os Pensadores*), 1975.
- PLATÃO. *Teeteto-Crátilo*. Belém, Universidade Federal do Pará, 1988.

- PLATÃO. *Theartetus – Sophist*. Cambridge: Harvard University Press (Loeb Classical Library), 1996.
- PLATÃO. *Two Comic Dialogues: Íon and Hippias Major*. Indianápolis: Hackett, 1983.
- PRADO JÚNIOR, Bento. *Erro, ilusão, loucura*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- PRADO NETO, Bento. *Fenomenologia em Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.
- RHEES, R. (ed.). *Recollections of Wittgenstein*. New York: Oxford University Press, 1984.
- RORTY, R. *Essays on Heidegger and Others: Philosophical Paper Volume 2*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- SALLES, João C. *A gramática das cores em Wittgenstein*. Campinas: Unicamp, Coleção CLE, 2002.
- SANTOS, Luiz H. L. “A Essência da Proposição e A Essência do Mundo”. *Tractatus logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1993.
- SCHWARZ, R. *A Sereia e o Desconfiado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- SEXTUS EMPIRICUS. *Outlines of Pyrrhonism*. In: B. MATES, *The skeptic way*, Oxford: Oxford University Press, 1996.
- SHANKER, S. & KILFOYLE, D. (ed.). *Ludwig Wittgenstein: critical assessment of leading philosophers – Vol I*. London: Routledge, 2002.
- SHANKER, S. & KILFOYLE, D. (ed.). *Ludwig Wittgenstein: critical assessment of leading philosophers – Vol II*. London: Routledge, 2002.
- SHANKER, S. & KILFOYLE, D. (ed.). *Ludwig Wittgenstein: critical assessment of leading philosophers – Vol III*. London: Routledge, 2002.
- SHANKER, S. & KILFOYLE, D. (ed.). *Ludwig Wittgenstein: critical assessment of leading philosophers – Vol IV*. London: Routledge, 2002.
- SHANKER, S.G. *Wittgenstein and the Turning-Point in the Philosophy of Mathematics*. Albany: State University of New York Press, 1987.

- SLUGA, Hans D. & STERN, David G. (eds.). *The Cambridge Companion to Wittgenstein*. Cambridge University Press, 1996.
- SOULEZ, Antonia (org.). *Dictées de Wittgenstein à Waismann et pour Schlick*, vol. I e II, Paris : PUF, 1997.
- SOUZA, Elaine C. de. *Discurso e ontologia no “Sofista”*. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 2002.
- SPRAGUE, R. K. (ED.). *The older sophists*. Indianapolis: Hackett, 2001.
- STERN, David. *Wittgenstein on Mind and Language*. New York, Oxford University Press, 1995.
- STERN, David. *Wittgenstein’s Philosophical Investigation*. Cambridge University Press, 2004.
- STROLL, Avrum. *Moore and Wittgenstein on Certainty*. New York: Oxford University Press, 1995.
- TUGENDHAT, E. “Wittgenstein e a impossibilidade de uma linguagem privada”. *Revista Novos Estudos – Cebrap*, n. 32, São Paulo, 1992.
- TUGENDHAT, E. “Wittgenstein e a impossibilidade de uma linguagem privada”. *Revista Novos Estudos – Cebrap*, n. 33, São Paulo, 1992.
- WOODRUFF, P. “Introduction to the Hippias Major” in Plato, *Two Comic Dialogues*
- WRIGHT, Crispin. *Wittgenstein on the Foundations of Mathematics*. Cambridge: Harvard University Press, 1980.

Apêndice – Principais textos de Wittgenstein em ordem cronológica

[1916] *Notebooks 1914-1916.*

[1921] *Tractatus logico-philosophicus.*

[1929] *Some Remarks on Logical Form.*

[1929-1930] *Philosophische Bemerkungen.*

[1931-1933] *Philosophische Grammatik.*

[1933-1935] *The Blue and Brown Books.*

[1937-1944] *Bemerkungen zu den Grundlagen der Mathematik.*

[1945] *Philosophische Untersuchungen, Philosophical Investigations.*

[1945-1947] *Bemerkungen über die Philosophie der Psychologie I, Remarks on the Foundations of Psychology.*

[1945-1948] *Zettel.*

[1948] *Bemerkungen über die Philosophie der Psychologie II, Remarks on the Foundations of Psychology.*

[1951] *Remarks on Colour.*

[1951] *Über Gewissheit, On Certainty.*